

Vítor Sérgio Ferreira (Coordenador)

Ana Matos Fernandes

Jorge Vieira

Pedro Puga

Susana Barrisco

A CONDIÇÃO JUVENIL PORTUGUESA NA VIRAGEM DO MILÉNIO

**Um retrato longitudinal através de fontes estatísticas
oficiais: 1990-2005**

Dezembro de 2006

Notas de abertura	7
Apresentação.....	11
Introdução.....	13
I. Demografia	23
Introdução.....	23
1. População.....	24
1.1. Evolução da população jovem.....	24
1.2. Distribuição da população jovem pelo território nacional	28
1.3. Dimensão e composição da população estrangeira jovem	31
Síntese Conclusiva	38
II – Família	39
Introdução.....	39
1. Conjugalidades.....	40
1.1. Situações conjugais dos jovens e idade média do primeiro casamento	40
1.2. Evolução do casamento entre a população jovem	43
2. Divórcio.....	49
2.1. Evolução dos casamentos dissolvidos por divórcio na população jovem	49
2.2. Duração média dos casamentos dissolvidos por divórcio entre a população jovem	52
2.3. Casamentos dissolvidos por divórcios segundo a forma de casamento e situação de paternidade da população jovem.....	54
3. Filhos	56
3.1. Evolução das idades médias do nascimento dos filhos	56
3.2. Evolução das taxas de natalidade e de fecundidade	59
3.3. Evolução da dimensão da descendência da população jovem	60
3.4. Fecundidade da população jovem fora do casamento	65
4. Habitação.....	66
4.1. Arrendamento de habitação por parte da população jovem.....	66
4.2. Compra de habitação por parte da população jovem.....	71
Síntese Conclusiva	72
III – Educação.....	75
Introdução.....	75
1. A situação escolar da população jovem	76
2. População jovem no sistema de ensino	81
2.1. Evolução das matrículas.....	81
2.2. Sucesso e insucesso escolar da população jovem	84
3. População jovem que já não frequenta o sistema de ensino	87
Síntese conclusiva.....	88
IV – Emprego e desemprego.....	90

Introdução.....	90
1. Meios de vida da população jovem	91
2. População jovem por condição perante o trabalho	95
3. População jovem inactiva	96
4. População jovem activa.....	98
4.1. Taxas de actividade juvenis.....	98
4.2. Composição da população jovem activa empregada	99
4.3. Composição da população jovem activa desempregada	104
Síntese conclusiva.....	109
V – Saúde e condutas de risco.....	113
Introdução.....	113
1. Doenças de declaração obrigatória entre a população jovem.....	115
2. Deficiência entre a população jovem.....	118
3. Frequência de consultas médicas entre a população jovem.....	119
4. Casos de sida entre a população jovem.....	121
5. Consumo de bebidas alcoólicas e tabaco entre a população jovem.....	126
6. Esperança de vida e mortalidade entre a população jovem.....	129
7. Mortes relacionadas com o consumo de drogas entre a população jovem.....	136
Síntese conclusiva.....	140
Anexo I.....	143
Anexo II.....	145
VI – Sinistralidade.....	147
Introdução.....	147
1. Sinistralidade rodoviária entre os jovens	148
1.1. Jovens vítimas em acidentes rodoviários	148
1.2. Condutores jovens em acidentes de viação com vítimas.....	153
2. Sinistralidade no trabalho entre os jovens	155
3. Sinistralidade doméstica e de lazer entre os jovens.....	159
Síntese conclusiva.....	162
Anexo.....	165
VII - Justiça.....	168
Introdução.....	168
1. Criminalidade registada para a população jovem.....	170
2. Evolução da população jovem arguida, condenada e reclusa	177
3. Presumíveis infractores jovens por crimes relacionados com estupefacientes.....	188
4. Evolução da população menor em risco.....	190
5. Evolução da vitimização entre a população jovem.....	195
Síntese Conclusiva.....	198

Na última década o mundo e a sociedade mudaram de modo profundo. O presente e o futuro trarão a Portugal uma acelerada mudança tecnológica e uma competição definitivamente globalizada. Aos novos desafios que hoje se colocam à Juventude, o Governo respondeu no seu Programa com uma nova geração de políticas e com uma nova estratégia de articulação das prioridades.

A chave do sucesso será sempre a capacidade de lidarmos sem receio — e de nos adequarmos com pragmatismo e ambição — à variabilidade que o tempo provoca na economia, na sociedade, na cultura e em nós próprios.

Estamos empenhados numa política que incentive os valores da inovação, da iniciativa, da criatividade e estimule o associativismo juvenil e estudantil.

Que induza um compromisso activo com a ética de um novo agir, no que se refere à participação Democrática e aos valores da Cidadania, mas também a uma educação que permita a aquisição de competências e saberes ao longo de toda a vida. Estamos determinados em prosseguir nesta aposta, de dar à Juventude os instrumentos que lhe possibilitem fazer de Portugal um País melhor.

Para levar à prática este novo rumo implementámos o *Programa Nacional de Juventude 2007-2013*, que contou com uma participação activa e aberta sem precedentes, e do qual resultou um *Compromisso Nacional* para uma *Agenda de Mudança* na base de uma responsabilidade por todos partilhada.

Estamos convictos de que será por existirem, hoje, políticas activas para a Juventude que, no futuro, Portugal poderá ocupar os primeiros lugares no *Desenvolvimento*. Foi por isso que na estrutura da actual governação foi dado um papel central e de transversalidade à política para a Juventude.

Agora, como no passado, precisávamos de um diagnóstico rigoroso da realidade, assente em bases científicas e técnicas credíveis. Foi por esta razão que renovámos o pedido ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa para nos traçar “um retrato longitudinal da Juventude portuguesa entre 1990 e 2005”. O trabalho que obtivemos, designado “*A Condição Juvenil Portuguesa na Viragem do Milénio*”, constitui um documento importante e de referência, que nos congratulamos de colocar ao dispor de todos.

Estou certo que este estudo constituirá, para todos os que intervêm e têm responsabilidades na área da Juventude, uma ferramenta preciosa de trabalho. E para os Jovens um instrumento de tomada de consciência, que sirva para melhor contextualizarem os seus interesses e a sua acção.

Agradeço pessoalmente a cada um dos membros da excelente Equipa Executiva coordenada pelo Dr. Vítor Sérgio Ferreira que, sob a Coordenação Geral do Prof. José Machado Pais, nos proporcionaram este contributo.

Muito Obrigado.

Laurentino Dias
Secretário de Estado da Juventude e do Desporto

Investigação sobre Juventude – Um bem Necessário!

Foi em 1986 que tudo começou, de forma estruturada e com a cientificidade merecida. Vinte anos depois mantém-se um bem necessário, precioso, estratégico.

Trabalhar hoje em políticas para a Juventude, seja com responsabilidades públicas ou privadas, de forma colectiva ou individual, exige um maior conhecimento das problemáticas transversais inerentes, é certo, mas sobretudo, um conhecimento mais rigoroso deste público heterogéneo.

O Livro que agora se apresenta “A Condição Juvenil Portuguesa na Viragem do Milénio, um retrato longitudinal através de fontes estatísticas oficiais: 1990-2005” vem actualizar uma extensa Base de Dados que o Instituto Português da Juventude possuía de 1997, e que igualmente resultou de uma parceria com o Instituto de Ciências Sociais de Lisboa, no âmbito do Observatório Permanente da Juventude Portuguesa.

Trata-se de um Guia fundamental, de fácil leitura, para todos/as os que trabalham no sector da Juventude e em todas as suas dinâmicas multidisciplinares, pois é um retrato da situação social dos jovens a viver em Portugal, cada vez mais intrincada e complexa, porque plural e globalizada. Estou certa que, enquanto instrumento de trabalho e de reflexão, este livro irá permitir uma aplicação mais adequada das medidas e, assim, contribuir, para um mais justo e equitativo acesso às oportunidades.

Por último, não posso deixar de agradecer ao Professor Machado Pais e a toda a sua vasta equipa de investigação o excelente trabalho produzido e o tempo recorde com que foi elaborado. Sei que não vamos ficar por aqui.

Maria Gerales, Presidente do IPJ

3 de Dezembro de 2006

APRESENTAÇÃO

O presente volume, consagrado à caracterização sociográfica da população juvenil portuguesa, actualiza uma extensa base de dados estatísticos cuja constituição se iniciou em 1998. Sabemos que as estatísticas expressam *estados de situação*. Mas o que se deseja é que elas possam também ser usadas como indicadores de *processos sociais*. Para o efeito, tomando uma temporalidade de “longa duração” – sempre que possível com marco inicial nos anos 60 até à actualidade – reuniu-se um valioso acervo de indicadores sociais, num esforço pioneiro que serviu de modelo a observatórios de juventude de outros países.

A relevância desta base de dados – que em breve estará disponível na *Internet* – é portanto inquestionável, dado o extenso conjunto de indicadores sociais que a constituem e que reflectem a diversidade da realidade juvenil, bem como as correntes sociais que a caracterizam, numa perspectiva temporal. A equipa executiva deste projecto, liderada pelo Dr. Vítor Sérgio Ferreira, desenvolveu um competente trabalho de sistematização e organização dos dados colectados, nem sempre disponíveis em condições de comparabilidade cronológica. Estou certo que todos ficaremos a ganhar com a base de dados que agora se actualizou: os cientistas sociais porque disporão de um conjunto de informação que lhes permitirá descrever, classificar e interpretar, de forma extensiva e longitudinal, a diversidade da realidade juvenil; os responsáveis políticos porque terão ensejo de melhor avaliarem a evolução de importantes indicadores sociais dessa realidade, melhor podendo agir sobre ela. Em suma, a base de dados servirá o *conhecimento* mas também a *acção política*, cuja eficácia dele decorre. Servirá também a curiosidade e o interesse de todos aqueles – jovens ou não – empenhados em desvendar os alinhamentos estatísticos que tecem a sociografia da população juvenil portuguesa.

José Machado Pais

Coordenador Geral do Observatório Permanente da Juventude

Introdução

Vitor Sérgio Ferreira*

Há cerca de dez anos atrás, a Secretaria de Estado da Juventude, em colaboração com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, no âmbito do Programa de Estudos do *Observatório Permanente da Juventude*, propôs uma linha de Estudos Sociográficos que visava sistematizar um conjunto abrangente de informação estatística, até aí dispersa e de difícil acesso, sobre a situação social dos jovens a viver em Portugal.

Nesta perspectiva, desenvolveu-se um projecto de investigação, na altura pioneiro em Portugal, com o objectivo de recolher e organizar uma série de indicadores produzidos por fontes oficiais que, directa ou indirectamente, permitisse dar conta da especificidade e historicidade da condição juvenil em Portugal. Esse trabalho foi orientado pelas seguintes dimensões de análise: *Demografia; Conjugalidade e Família; Educação e Formação Profissional; Emprego e Desemprego; Saúde e Condutas de Risco; Sinistralidade; e Justiça*. A informação recolhida foi integralmente disponível *on-line* e sistematizada em livro⁽¹⁾. Os indicadores apresentados referem-se maioritariamente a séries de registos, recenseamentos e inquéritos oficiais. A compilação e organização dos dados foi empreendida numa perspectiva *longitudinal*, de modo a conseguir-se estabelecer linhas evolutivas sobre a condição juvenil em Portugal, sempre que possível, desde 1960.

Ora, o presente trabalho vem na sequência do interesse renovado do Instituto Português da Juventude em, volvida uma década, actualizar essa extensa base de dados. Este volume pretende reportar, assim, algumas das mais relevantes tendências relativas à situação social dos jovens a viver em Portugal, agora num passado recente, atinente à viragem para este novo milénio. Trata-se mais de um *guia* que identifica e comenta as principais dinâmicas de evolução sócio-demográfica, do que uma análise interpretativa e exaustiva de todo o manancial de dados que foram objecto de actualização. Estes, por sua vez, encontrá-los-ão integralmente disponíveis no site do Instituto Português da Juventude.

* Sociólogo, Investigador Associado Júnior no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

(1) Figueiredo, Alexandra Lemos; Catarina Lorga da Silva; Vitor Sérgio Ferreira (1999), *Jovens em Portugal. Análise longitudinal de Fontes Estatísticas: 1960-1995*, Oeiras, Celta Editora.

A compilação dos dados e a sua sistematização em séries estatísticas longitudinais não foi isenta de dificuldades. Uma destas refere-se à *harmonização* das séries, frequentemente sujeitas a sucessivas alterações nas metodologias de recolha e classificação dos dados pelas suas instâncias de produção primária, situação que cria constrangimentos na identificação e análise comparativa de tendências históricas. Considerando, todavia, que “não se pode estancar os processos de mudança metodológica dos inquéritos e de definição de conceitos, pois, muitas vezes, vão no sentido do seu aperfeiçoamento ou exprimem dinâmicas de mudança na própria sociedade”¹, esta dificuldade foi sendo assumida e clarificada ao longo do trabalho, de forma a atentar os leitores para o facto de algumas rupturas longitudinais poderem dever-se a alterações metodológicas na recolha e categorização primária da informação, e não a mudanças de ordem estrutural na sociedade portuguesa.

Ainda com respeito à harmonização, foi também difícil proceder a uma padronização dos escalões etários em todas as séries estatísticas produzidas, nem sempre se tendo conseguido assegurar a distribuição pelas *cohortes* que havíamos convencionado (15-19 anos, 20-24 anos e 25-29 anos). A tornear este obstáculo metodológico, tivemos por parte da maioria das entidades que nos concederam informação estatística grande solicitude em padronizar as séries como nos convinham, sempre que tal era possível. Quando tal não sucedeu, optou-se por publicar os dados sempre que a divergência de critérios não punha em causa a respectiva comparação ou quando os escalões etários não diferiam substancialmente dos convencionados.

A par dos totais para a população jovem, apresentam-se também os totais gerais para a população nacional, de maneira a garantir um termo de comparação que permita averiguar potenciais especificidades da *condição social juvenil*. Para além dos valores absolutos, os dados são também tratados estatisticamente, ainda que de forma elementar. Esse tratamento traduziu-se, fundamentalmente, na aferição da proporção dos vários fenómenos juvenis nos totais da população geral, desagregada, sempre que possível, pelas variáveis grupo etário e sexo.

Como chegar à população jovem representante da condição social juvenil? Não obstante tal consistir num artifício, na medida em que os limites sociológicos da juventude não são exclusivamente determinados pela idade dos indivíduos², a “população jovem” foi demograficamente definida, considerando o critério de natureza etária. Assim, em termos operacionais, compreendemos a “juventude”, neste estudo, entre os 15 e os 29 anos de idade, o escalão etário tradicionalmente recortado para

¹ Mauritti, Rosário e Susana da Cruz Martins, Ana Simões Antunes, António Firmino da Costa (2002), “Utilização de bases de microdados na investigação em ciências sociais”, *Revista de Estatística*, vol. II, p. 62.

² Cf. Bourdieu, Pierre (1980), “La jeunesse n'est qu'un mot”, in *Questions de Sociologie*, Paris, Minuit.

efeitos analíticos em estudos sobre transições juvenis. O limite inferior é determinado pelo limiar mínimo da inserção na vida activa, assim como a idade oficial mínima em que se termina a escolaridade obrigatória. O limite máximo, por sua vez, é elevado até aos 29 anos, por cada vez mais se prolongarem até esse escalão etário (por vezes ultrapassando-o) as várias etapas tradicionais de entrada na vida adulta.

Mas a verdade é que a “população jovem” aferida deste ponto de vista nem sempre é representante da condição social juvenil. Por certo, muitos indivíduos representados nestas estatísticas já teriam passado, no momento em que foram contabilizados, pelos múltiplos e complexos trânsitos de vida que conduzem a essa situação difusa que é a *idade adulta*. Da mesma forma, alguns que já teriam ultrapassado tais limites etários, ainda terão alguma facilidade em ser socialmente classificados e auto-percepcionados como “jovens”. Todavia, em trabalhos desta natureza, para se chegar estatisticamente a algo próximo da condição juvenil, e ainda que fiquemos ao seu nível meramente demográfico, é praticamente inevitável passar pela definição de escalões etários. Qualquer investigação de natureza quantitativa e extensiva sobre “juventude” dificilmente poderá deixar de balizar etariamente o seu campo de observáveis, de acordo com alguns critérios definidos em termos de etapas do ciclo de vida dos jovens.

Esses percursos, cada vez menos padronizados e lineares³, são marcados por vários momentos que, coincidindo ou não, apontam para várias formas de autonomia, como sejam a financeira, a residencial e a familiar, por exemplo.⁴ Desde o fim da trajectória escolar até à inserção profissional, a tempo inteiro ou parcial, de forma definitiva ou intermitente; desde o afastamento da família de origem até à constituição de uma nova unidade residencial, associada ou não à formação de uma nova família, através da conjugalidade e descendência – são cada vez mais diversos os processos que medeiam a “idade jovem” e a entrada na “idade adulta”. Tais processos assumem formas, combinações e tempos de duração e concretização diferentes, consoante os grupos e contextos sociais a que os jovens de uma mesma geração pertencem. É nesta medida que se pode falar de *perfis sociais diferenciados* na juventude portuguesa.

Os processos que consubstanciam as diferentes formas de transição para a “idade adulta”⁵ têm, no entanto, em comum, nos tempos mais recentes, o facto de se

³ Cf. Pais, José Machado (2001), “Para uma sociologia da pós-linearidade”, in *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Ámbar.

⁴ A este respeito ver, por exemplo, Schmidt (1990), Luísa, “Jovens, família, dinheiro, autonomia”, *Análise Social*, vol. XXV, n.º 108-109, pp. 645-673.

⁵ Cf. Guerreiro, Maria das Dores e Pedro Abrantes (2004a), *Transições Incertas: os Jovens perante o Trabalho e a Família*, Lisboa, Presidência do Concelho de Ministros, Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho; Guerreiro, Maria das Dores e Pedro Abrantes (2004b), “Moving into adulthood in a southern European country:

terem dilatado. Hoje, a condição juvenil corresponde a um tempo mais alargado. Entre outros factores, como veremos ao longo deste trabalho, por via do prolongamento das carreiras escolares e formativas⁶, bem como do retardamento e da reforçada vulnerabilidade das inserções laborais dos jovens⁷, cada vez mais sujeitos ao desemprego, ao subemprego, ao emprego temporário, a formas de emprego “atípico”, muitas vezes invisíveis (e invisibilizadas) nas estatísticas oficiais.⁸ Estes factores estruturais têm, por sua vez, efeitos importantes nas trajectórias juvenis, patentes, por exemplo, nos sucessivos adiamentos de várias formas de autonomização: as saídas dos jovens da casa parental acontecem cada vez mais tardiamente⁹, os projectos de conjugalidade e de parentalidade protelam-se no tempo¹⁰, os investimentos tendem a acentuar-se no “aqui e agora” dos consumos, dos lazeres, das sociabilidades, dos afectos.

Por outro lado, a condição juvenil não só se dilatou como se diversificou bastante. Há muitas, e cada vez mais, maneiras de se *ser jovem*. Ainda que se possam reconhecer traços comuns, tanto no plano da situação social como no plano simbólico, nessa fase do ciclo de vida – traços esses que contribuem para a cristalização do termo na linguagem corrente e no discurso político e mediático –, o facto é que a categoria “juventude” não se traduz num grupo homogéneo. Antes se materializa uma realidade social heterogénea, atravessada por múltiplas clivagens sociais e culturais. Nesta óptica, a informação disponibilizada na extensa base de dados que sustém este trabalho foi, sempre que possível, apresentada considerando algumas das principais dimensões inerentes à pluralidade de situações sociais específicas da população juvenil. Pluralidade essa que começa, desde logo, nas diferenças entre géneros e na diversidade de situações e experiências vividas pelos

transitions in Portugal”, *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 3, n.º 3, pp. 191-209; Pappámikail, Lia (2004), “Relações intergeracionais, apoio familiar e transições juvenis para a vida adulta em Portugal”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 46, pp. 91-116.

⁶ A taxa de escolarização da população jovem subiu na ordem dos 8% nos últimos quinze anos, crescimento que atingiu os 16 pontos percentuais no escalão etário mais novo (15-19 anos), sendo também particularmente assinalável no universo feminino. O aumento nas taxas de escolarização tem sido particularmente notório no ensino secundário (que sobe de 58% em 1990/91 para 87% em 2000/01 e no ensino superior (que passa de 11% para 27%).

⁷ No grupo etário dos 15 aos 19 anos, a taxa de actividade desceu, nos últimos quinze anos, de 45.5% para 18%, havendo simultaneamente um aumento exponencial da condição de estudante. Por sua vez, dentro da população activa, são os mais jovens, sobretudo do sexo feminino, os mais atingidos por situações de desemprego, sendo que mais de 50% destes contaram com o suporte familiar como principal meio de vida e apenas 21% com o subsídio de desemprego. Em termos de indicadores de precariedade das inserções laborais juvenis, nota-se nos últimos quinze anos um acentuar do desemprego de circulação entre os jovens, bem como o prolongamento do tempo entre situações de desemprego.

⁸ Ver Pais, José Machado (2001), “O mistério dos jovens desaparecidos nas teias das estatísticas do desemprego”, in *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Âmbar.

⁹ A proporção de jovens com idades compreendidas entre 15 e 29 anos a cargo da família subiu de 59.6% em 1991 para 76.3% em 2001, aumento que incidiu sobretudo no escalão etário mais novo, não se deixando de reflectir, contudo, nas restantes faixas etárias.

¹⁰ Este trabalho mostra que, na última década, a concretização de projectos de casamento se viu adiada, em termos médios, em cerca de dois anos, sendo a idade média de casamento é hoje em dia de 28.6 anos para os homens e de 26.9 anos para as mulheres, segmento populacional onde o retardamento nesta dimensão da vida é mais significativo; simultaneamente, a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho é também significativamente retardada ao longo dos anos 90, passando de 24.7 em 1990 para 27.5 em 2004.

jovens no decorrer dos seus processos de transição e autonomização. Daí se ter privilegiado o género e o grupo etário como variáveis independentes a ventilar a informação apresentada para a “população jovem” residente em solo português.

A este respeito veremos, por exemplo, que as raparigas tendem a permanecer por mais tempo no sistema educativo que os rapazes, investindo mais na sua escolarização secundária e pós-secundária, fenómeno que tem vindo a intensificar-se bastante na última década.¹¹ Tendem a casar-se e a assumir a maternidade mais cedo que eles. Os rapazes, por sua vez, tendem a sair mais precocemente do sistema de ensino, muitas vezes desistindo sem ter finalizado a escolaridade mínima obrigatória¹², e a entrar mais cedo no mercado de trabalho; tendem também a estar acentuadamente sobrerrepresentados em fenómenos de delinquência, criminalidade, sinistralidade e condutas de risco¹³, reflectindo-se, por exemplo, nas taxas de óbitos deste segmento da população por comparação ao feminino.¹⁴ Denota-se, todavia, que os diferenciais que tradicionalmente distanciam rapazes e raparigas no âmbito dessas tendências, nunca se esbatendo, têm vindo a diminuir nos últimos anos.

A diversidade inerente à condição juvenil prolonga-se com significado reforçado nas condições de partida herdadas das famílias de origem, de uns jovens permanecerem solteiros e outros decidirem conjugalizar-se, de uns já serem pais ou mães e outros ainda se manterem no estatuto de filhos, de uns só trabalharem e outros apenas estudarem, de uns frequentarem o sistema de ensino até às suas etapas finais e outros o abandonarem precocemente, nas diferenças marcantes de estatuto socioprofissional, de região de residência, etc. Algumas destas variáveis foram contempladas na análise, sempre que a fonte as pudesse fornecer com rigor. No entanto, a sua ponderação não foi sistemática não apenas por que, muitas vezes, são variáveis não contempladas nos sistemas de recolha e tratamento de dados, mas também por que, dada a enorme abrangência temática e temporal dos indicadores recolhidos para a base de dados construída, seria irrealizável esta forma de recolha, sistematização e disponibilização de “estatística fina”.

Embora sem o nível de sofisticação e de aprofundamento que estudos mais intensivos sobre universos observáveis e temáticos mais circunscritos poderão permitir, este trabalho tem a vantagem de fornecer uma visão ampla e extensiva, no tempo e no espaço, sobre a condição juvenil portuguesa na viragem do milénio. Uma

¹¹ No ensino secundário, as raparigas ultrapassam em cerca de 3% os rapazes. No ensino superior a taxa ainda é mais elevada, com um diferencial de cerca de 6,5 pontos percentuais.

¹² Saída do sistema de ensino sem ter completado a escolaridade mínima obrigatória, actualmente em 9 anos de escolaridade.

¹³ Em termos proporcionais, como se verá em cada uma destas áreas, as raparigas só superam os rapazes em termos de vitimização (vs a infracção) de menores em risco, bem como na sinistralidade em trabalhos domésticos.

¹⁴ A esperança de vida feminina é superior à masculina em cerca de sete anos, em média.

categoria demograficamente cada vez menos frequentada, é certo¹⁵: estima-se que entre 1991 e 2004 a população jovem tenha decrescido cerca de 8%, deixando de constituir $\frac{1}{4}$ da população portuguesa residente para passar a representar apenas $\frac{1}{5}$. Mas, simultaneamente, uma condição socialmente cada vez mais plural e complexa, reflexo de uma sociedade, a portuguesa, que nos últimos anos se tem pluralizado e complexificado ela própria, integrando movimentos globalizados de modernização mas, simultaneamente, não deixando de reproduzir, ainda que por vezes com menor intensidade, dinâmicas sociais tradicionais.

Corresponde, por exemplo, a um segmento populacional que se observa cada vez mais qualificado¹⁶, mas onde também, por contraste, o abandono escolar desqualificado está longe de ser erradicado: do total dos jovens que abandonam o ensino, 12% fazem-no apenas com o 1º ciclo do ensino básico e 23% com o 2º ciclo do mesmo, sendo cerca de 20% os que o fazem com a conclusão do 9º ano de escolaridade. Ou seja, cerca de 35% dos jovens que saem do sistema de ensino ainda o fazem sem ter completado os nove anos de escolaridade obrigatória. Por outro lado, muitos dos que transitam para o ensino secundário ficam por aí mesmo, sendo o nível de escolaridade onde as taxas de retenção e de desistência escolar têm subido mais acentuadamente nos últimos anos (atingindo 34% no ano lectivo 2000/04).

Este tipo de dinâmicas escolares não deixa de se repercutir nas inserções laborais dos jovens: praticamente 50% dos jovens empregados em 2004 não têm mais do que a escolaridade mínima obrigatória, o que dá conta do arcaísmo que continua a caracterizar o sistema de emprego português, dominado por segmentos onde se privilegia mão-de-obra desqualificada, barata e intensiva. Por outro lado, a proporção de jovens enquadrados no grupo socio-económico que engloba “directores, quadros e chefias” sobe de 9.9% em 1991 para 17.6% em 2001, muito provavelmente já consequência do aumento das taxas de escolarização a nível universitário. Mas o movimento de escolarização crescente não deixa de criar os seus efeitos perversos: ainda que continuem a ser maioritariamente os jovens com menores qualificações escolares os mais vulneráveis à situação de desemprego, sentiu-se na última década um assinalável aumento deste fenómeno entre jovens com habilitações superiores, que passou de 5% em 1991 para 21% em 2001.

¹⁵ Processo que só não tem sido mais acentuado devido às compensações demográficas por via da recente intensificação dos fluxos imigratórios para Portugal, em muito engrossados por população dentro destes escalões etários, sobretudo entre 25 e 29 anos. A presença de jovens estrangeiros a residir em Portugal mais do que duplicou na última década, continuando em força os fluxos provenientes dos Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa (que constituem 48% do total de jovens estrangeiros a residir em Portugal em 2004), somados agora aos fluxos intensivos provenientes da Europa (sobretudo dos países do Leste europeu) e do Brasil.

¹⁶ Hoje em dia, os jovens se qualquer habilitação não passam dos 3%, sendo o ensino superior o único grau no sistema de ensino português onde o número de matrículas têm crescido constantemente, duplicando relativamente a valores de há uma década atrás.

Em matéria familiar, inúmeros indicadores dão conta de como os jovens tendem a assumir posturas e opções cada vez menos tradicionalistas: o casamento, apesar de continuar a constituir a via mais utilizada para iniciar a vida conjugal, nomeadamente a sua celebração católica, tem vindo a decrescer muito consideravelmente: as taxas de nupcialidade, entre 1990 e 2004, passam de 7‰ para 2.2‰ na faixa etária dos 15 aos 19 anos, de 75.1‰ para 26.2‰ entre jovens dos 20 aos 24 anos e de 67.7‰ para 47.3‰ na faixa etária mais velha. Por outro lado, o casamento constata-se ser uma opção que, quando é colocada, tende a sê-lo cada vez mais tarde. Quando acontece, também mais fácil e rapidamente pode ser invertida: a taxa de divorcialidade entre a população jovem tem vindo a avultar, indiferente ao facto da união ter sido celebrada catolicamente ou não, e se dela houve descendência ou não, verificando-se também um encurtamento da duração média dos casamentos dissolvidos por divórcio¹⁷.

Em simultâneo ao decréscimo dos valores da nupcialidade formal, a proporção de jovens que prefere a união de facto como via (definitiva ou experimental) para a conjugalidade, embora continue a ser minoritária, viu-se duplicada na última década, havendo subido de 2.2% em 1991 para 4.4% em 2001. O crescimento desta forma de conjugalidade estará decerto associado ao crescimento da fecundidade fora do casamento entre a população jovem em Portugal: de 15.3% do total de nados-vivos nascidos fora do casamento de mães com idades compreendidas entre 15 e 29 anos em 1990, passou-se à proporção de 35.1% em 2004. Este padrão de fecundidade extra-matrimonial já não traduz apenas o modelo mais tradicional da “mãe adolescente”, associado a uma situação involuntária e irreflectida, mas uma opção de fecundidade conscientemente tomada fora do casamento tradicional, na medida em que o seu crescimento é particularmente sentido entre jovens dos escalões etários mais velhos. Há ainda, todavia, resquícios claros de reprodução social do modelo tradicional da “gravidez adolescente”.

Embora a descendência tenda a ser um projecto adiado para cada vez mais tarde, com uma notória diminuição das taxas de fecundidade entre as mulheres mais jovens, verifica-se ter sido no escalão etário mais novo que essa taxa menos decresceu: se no grupo etário de mulheres entre os 20 e os 24 anos a taxa de fecundidade desceu de 86.7‰ em 1990 para 48.2‰ em 2004, entre as adolescentes entre 15 a 19 anos, no mesmo espaço de tempo, apenas desceu de 23 filhos por cada mil mulheres em 1990, para 19.6 filhos na mesma proporção em 2004. Ou seja, o fenómeno da gravidez adolescente, embora mais reduzido, continua a ter valores elevados na sociedade portuguesa, considerando os padrões de constituição familiar

¹⁷ Se o valor modal, há dez anos atrás, estava no escalão de cinco a nove anos de casamento, hoje em dia está no escalão de um a quatro anos de casamento.

mais modernistas. Por outro lado, continua a ser um fenómeno associado a condições de vulnerabilidade social dos jovens nele implicados, na medida em que grande parte destas jovens mães está em situação não activa¹⁸, e não na condição de estudante mas da tradicional doméstica. Isto para além de 9.9% dos nados vivos nascidos de mães com idades compreendidas nesse escalão etário já serem segundos filhos, factor acrescido de vulnerabilidade na situação social destas jovens e da sua respectiva descendência.

Em matéria de saúde juvenil, destaque-se que continuam a ser sobretudo “causas externas” (e não doenças) as principais causas de mortalidade juvenil, justificando 58% deste fenómeno em 2004. Denota-se, contudo, na última década, uma assinalável diminuição da representatividade dos segmentos mais jovens da população numa série de “condutas de risco” para a saúde: a sinistralidade verificada em várias dimensões da vida social dos jovens (rodoviária, laboral, doméstica e no lazer) tende a decrescer, sendo a vitimização desta população particularmente sentida entre os homens na faixa etária mais velha; a mesma tendência, associada a um perfil semelhante, acontece para o caso de casos diagnosticados de SIDA¹⁹, bem como de óbitos por consumo de drogas entre os jovens; os consumos de tabaco e de bebidas alcoólicas mantêm-se estáveis, hábitos partilhados por cerca de ¼ da população jovem no primeiro caso e de metade no segundo, intensificando-se, uma vez mais, entre os homens na faixa etária mais velha; as mulheres, por sua vez, observam-se mais preventivas em termos de cuidados médicos e de implicação em condutas de risco. De notar ainda, neste âmbito, será a tendência de crescimento dos casos notificados de tuberculose desde 1997, atingindo 71% dos casos notificados de doenças de declaração obrigatória em 2004 entre os jovens portugueses com idades compreendidas entre os 15 e 29 anos.

Tendência inversa à que encontramos na área da saúde, acontece na relação que os jovens portugueses estabelecem com o sistema judicial, cada vez mais no interior das malhas deste. Com efeito, e sem que haja propriamente uma morfologia definidora da criminalidade juvenil, verificou-se uma crescente implicação de segmentos juvenis em todas as instâncias desse sistema: desde logo, com o aumento em quinze pontos percentuais na criminalidade juvenil registada²⁰ pelas fontes policiais – um aumento que se verificou mais acentuado que entre a população total de suspeitos identificados –, com preponderância, neste patamar, dos *crimes contra o*

¹⁸ Ao contrário dos jovens pais, maioritariamente já activos no mercado de trabalho, embora também aqui tenha aumentado significativamente, nos últimos anos, o número de pais não activos.

¹⁹ Que atinge uma média de 30% entre 1990 e 2005, destacando-se a “toxicodependência” como principal via de transmissão desta doença entre os jovens portugueses em que foi diagnosticada (afectando cerca de 2/3 destes).

²⁰ Que aqui implica suspeitos identificados com idades compreendidas entre 16 e 24 anos.

património no conjunto de crimes denunciados.²¹ Chegados ao patamar da constituição como arguidos em processos-crime, o número de arguidos jovens praticamente duplica entre 1990 e 2004 (com particular incidência em jovens entre 20 e 24 anos). Mais acentuado é o número de condenados jovens, que triplica no mesmo período de tempo, representando hoje quase metade da população portuguesa condenada, mas aqui já por móveis que integram os crimes contra a sociedade.²²

Traçado um retrato panorâmico sobre algumas das principais tendências recentes da condição juvenil em Portugal, visualizado através de estatísticas oficiais disponíveis, passaremos agora à sua análise mais detalhada em cada um dos capítulos temáticos deste trabalho. Esperamos, pois, que este momento de actualização de um amplo esforço técnico e analítico empreendido no passado, contribua para um melhor conhecimento acerca das condições sociais dos cerca de dois milhões de jovens residentes em Portugal, servindo como instrumento de trabalho e reflexão no sentido do planeamento e da adequação das políticas nacionais às situações reais desta população. Porque, fazendo nossas as palavras de António Barreto, “a democracia vive da opinião e dos seus confrontos, mas a opinião, para valer, precisa de fundamentação e de conhecimento”²³.

Antes de terminar, não queríamos deixar de agradecer às entidades que, amavelmente, nos facultaram os dados estatísticos apresentados:

INE – Instituto Nacional de Estatística

DGT – Direcção-Geral do Tesouro

INH – Instituto Nacional de Habitação

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

GIASE – Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo

GPLP – Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência

DGV – Direcção Geral de Viação

Ministério da Saúde; Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

CVEDT – Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis

Instituto Nacional de Medicina Legal

DGEEP – Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Segurança Social

²¹ E, dentro desta categoria, mais especificamente os *roubos na via pública* (que abrangem cerca de metade das denúncias).

²² Com particular destaque para os crimes de viação e de tráfico de estupefacientes. Segundo as estatísticas fornecidas pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência, por sua vez, os jovens entre os 15 e os 29 anos representam mais de 60% dos presumíveis infractores em processos relacionados com o tráfico e/ou a combinação de consumo com tráfico de estupefacientes.

²³ Barreto, António (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 25.

Instituto do Consumidor; Sistema Europeu de Vigilância de Acidentes Domésticos e de Lazer

ONSA/INSA – Observatório Nacional de Saúde – Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

I. Demografia

Susana Barrisco *

Introdução

As alterações demográficas que têm vindo ocorrer na estrutura da população portuguesa têm suscitado muitos debates públicos onde a juventude ganhou uma importância significativa

O fenómeno mais significativo prende-se com o envelhecimento demográfico da população. Este fenómeno consiste na ocorrência de mudanças na estrutura etária da população. A pirâmide etária da população portuguesa evidencia o fenómeno de duplo envelhecimento, ou seja, possui um aumento relativo do número de idosos (envelhecimento no topo), e uma diminuição do peso relativo dos jovens (envelhecimento na base).²⁴

Neste sentido, a diminuição das faixas etárias mais jovens tem vindo a ser muito debatida devido às suas potenciais consequências sociais, económicas e até políticas. Tem vindo a ser atribuída à população jovem um *valor de raridade*, um segmento populacional tornou-se algo em que é cada vez mais importante investir devido à sua progressiva diminuição.²⁵

Para que este debate seja fundamentado é importante quantificar a dimensão deste fenómeno da raridade juvenil. Como tal, este capítulo tem como objectivo conhecer a composição demográfica da população jovem residente em Portugal e a sua respectiva evolução desde a década de 90. Quantos jovens residem em Portugal? Qual a sua estrutura etária e distribuição por sexo? Como se distribuem os jovens pelo território português? Que contributo trazem os movimentos migratórios para a estrutura da população portuguesa e para a estrutura da população jovem? Qual a dimensão da população imigrante? Qual a sua distribuição etária e sexual? Qual a sua proveniência?

* Licenciada em Sociologia pelo ISCTE.

²⁴ Rosa, Maria João Valente (1996) "O envelhecimento e as dinâmicas demográficas da população portuguesa a partir de 1960: dos dados ao dilema". In Barreto, António (1996), *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa, ICS.

²⁵ Figueiredo, Alexandra Lemos e outros (1999), *Jovens em Portugal - Análise longitudinal de fontes estatísticas: 1960-1997*, Oeiras, Celta.

Em termos de organização, o presente capítulo divide-se em três pontos. O primeiro analisa a evolução da população jovem residente em Portugal; o segundo ponto observa a sua distribuição pelo território nacional; e o terceiro tenta quantificar a dimensão da população jovem estrangeira a residir no nosso país.

Seria também interessante quantificar os movimentos emigratórios dos jovens do nosso país. No entanto, isso não será possível. Até 1988 o Instituto Nacional de Estatística (INE) publicou dados estatísticos referentes à emigração legal, obtidos através do acto administrativo da obtenção do passaporte de emigrante, da responsabilidade do Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas. Contudo, a abolição do passaporte acima referido, através do decreto-lei 438/88, veio interromper a série estatística estabelecida.

Para colmatar a inexistência de dados sobre a emigração, o INE criou o Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída, do qual saíram os primeiros resultados em 1993. Apesar de já existirem alguns dados, foi-nos impossível actualizar as séries existentes, pois, segundo o INE, apesar de tecnicamente poderem ser realizados, teriam associados coeficientes de variação de tal forma elevados que deixariam de ter qualquer significância estatística, pelo que não nos foram disponibilizados.

1. População

1.1. Evolução da população jovem

Em termos gerais, a população portuguesa está num período de crescimento. Em 1991, residiam em Portugal cerca de 9,8 milhões portugueses (9.862.540), e perto de 10,5 milhões, em 2004 (10.529.255), em 2004. Tendo em conta que, como veremos mais tarde, o número de nados-vivos tem vindo a decrescer, este saldo positivo estará associado, sobretudo, ao aumento dos fluxos imigratórios e ao aumento da esperança média de vida.

Relativamente à evolução da população jovem a tendência evolutiva de crescimento não se reproduz. Os dados fornecidos pelo INE evidenciam um decréscimo contínuo no número de efectivos. Os censos de 1991 aferiram, nesta data, a existência de 2.336.396 milhões de jovens com idades compreendidas entre os 15 e 29 anos a residir em Portugal, estimando-se, para o ano de 2004, a existência de 2.152.796 milhões de jovens. A diminuição do número de jovens é um dos indicadores

do fenómeno do envelhecimento que a população portuguesa evidenciou dos censos de 1991 para os de 2001. Este fenómeno resulta da diminuição de nascimentos e do aumento da esperança de vida das populações, e manifesta-se no estreitamento da pirâmide etária na base e alargamento das faixas etárias relativas à população adulta.

Comparando a evolução da população geral com a população jovem (Gráfico n.º1), a população geral cresceu 6,8% em relação a 1991 e apresenta um ritmo de crescimento lento e estável. No entanto, a população jovem apresenta uma tendência de decréscimo, desde 1996, a um ritmo acelerado. O índice de crescimento diz-nos que, de 1991 a 2004, esta população diminuiu cerca de 8%. Resulta isto num franco envelhecimento da estrutura etária da população portuguesa. Enquanto se assiste ao alargamento dos seus segmentos mais velhos, as crianças e, por consequência, os jovens vão escasseando.

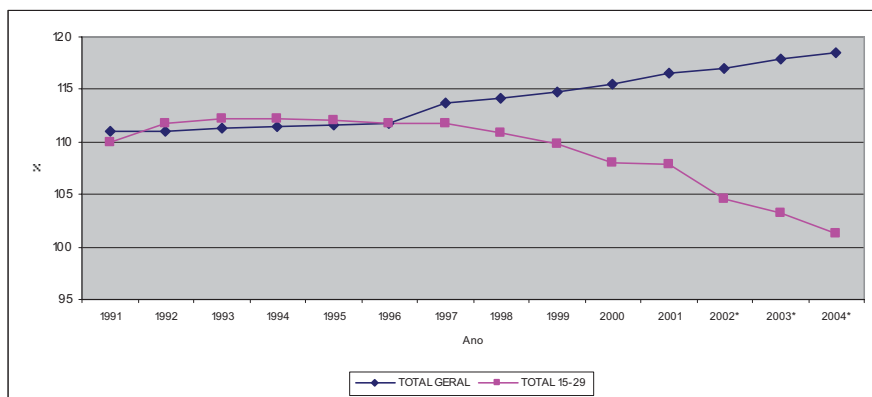


Gráfico n.º 1 – Índice de Crescimento da população total residente e da população jovem residente, por ano: 1991-2004 (1991=100%)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

* dados provisórios

A distribuição sexual destes totais denota um ligeiro desequilíbrio entre o número de efectivos de jovens de ambos os sexos, a favor dos efectivos masculinos. Em termos relativos, os valores variaram entre 50,3% (1991) e 50,8% (2004). A relação de masculinidade reforça esta ideia, mostrando que houve um aumento de 3 homens jovens na proporção de homens para cada 100 mulheres jovens.

Na distribuição sexual dos efectivos jovens também se verifica um decréscimo em ambos os sexos (Gráfico n.º2), mas denota-se um decréscimo mais lento entre os homens. Isto acontece porque nascem menos elementos do sexo feminino, sendo que esta situação ainda não causa grandes diferenças de proporcionalidade entre sexos.

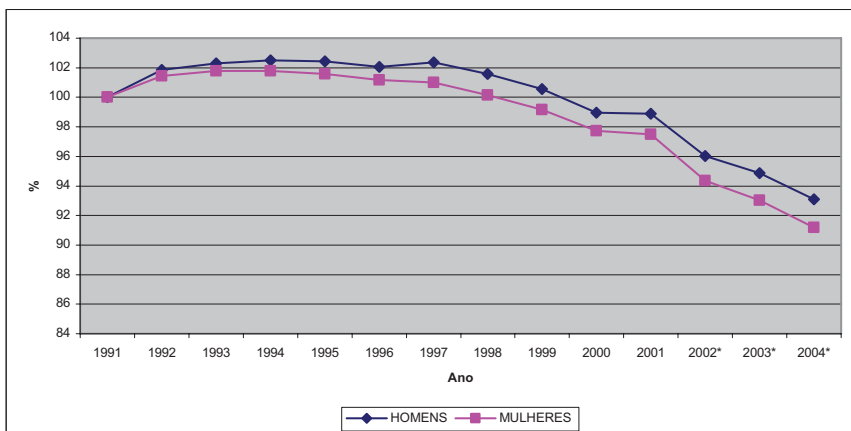


Gráfico n.º 2 – Índice de Crescimento da população jovem residente, por ano, segundo o sexo: 1991-2004 (1991=100%)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Quanto à representatividade da população jovem na população nacional, constatou-se um decréscimo de cerca de três valores percentuais; em 1991, os jovens representavam 23,7% da população portuguesa; em 2004, este valor passou para 20,5% (Gráfico n.º3). O que quer dizer que, nos últimos 15 anos, os jovens deixaram de ser $\frac{1}{4}$ da população nacional, para representarem $\frac{1}{5}$.

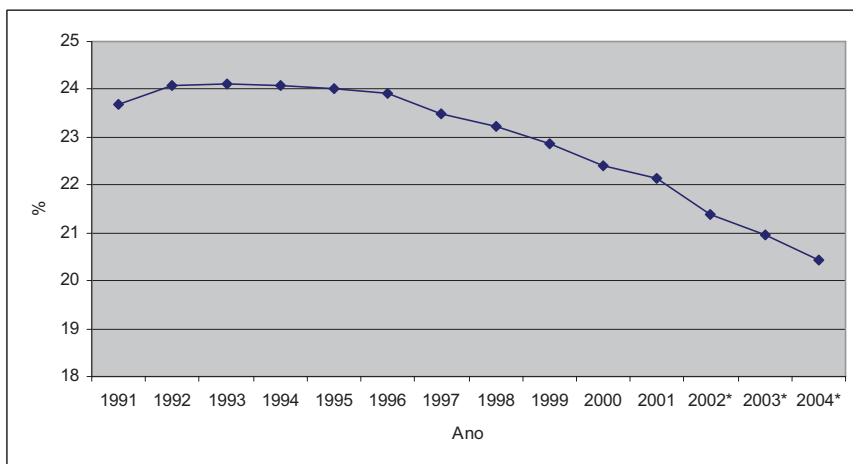


Gráfico n.º 3 – Peso população jovem residente em relação à população total, por ano: 1991-2004 (1991=100%)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

O decréscimo demográfico da população jovem tem repercussões na sua própria estrutura etária. Para o período em análise, os jovens tiveram

representatividades semelhantes nos três grupos etários que definimos, mas a evolução evidencia um fenómeno de envelhecimento da população jovem. Em 1991, os jovens entre os 15 e os 19 anos eram os que tinham maior peso entre a população jovem (36,2%). Contudo, esta faixa etária teve uma evolução decrescente a favor dos jovens com idades entre os 20 e 25 anos. Em 2004, os jovens mais novos correspondiam a 27,8% da população jovem, enquanto o grupo etário dos 25-29 anos teve um peso relativo de 38,3%. Ou seja, mais 8% que em 1991. Quanto aos jovens entre os 20-24 anos, tiveram um percurso de ligeiro aumento entre 1991 e 1999, mas iniciaram, em 2000, uma tendência decrescente.

O índice de crescimento dos efectivos jovens (Gráfico n.º4) reforça o que foi dito em cima. Este indicador mostra-nos que a faixa etária dos 15-19 anos foi a que sofreu uma alteração mais relevante, entre 1991 e 2004. O referido grupo de jovens teve um decréscimo de 29,2%. Nos outros grupos etários, vemos já indícios de diminuição entre os jovens de 20-24 anos, pois decresceram 4,7%. Apenas entre os jovens mais velhos ocorreu um crescimento relevante (13,6%). Coloca-se aqui a hipótese deste aumento ter ocorrido devido à entrada de jovens estrangeiros em Portugal.

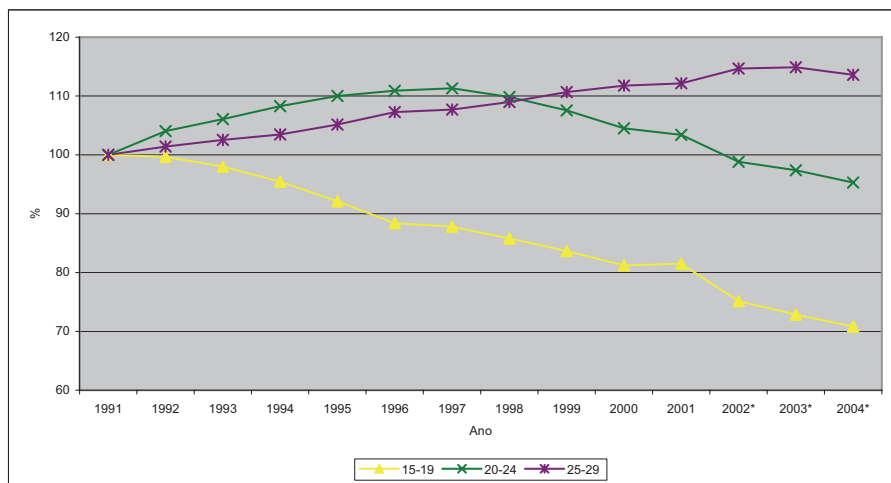


Gráfico n.º 4 – Índice de Crescimento da população jovem residente, por ano, segundo o grupo etário: 1991-2004 (1991=100%)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Relativamente à distribuição dos jovens por grupos etários e sexo (Gráfico n.º5), interessa explorar um pouco a relação de masculinidade no interior da população jovem. Em 1991, os dois grupos etários de jovens mais novos tinham maior

número de elementos masculinos. Por cada 100 mulheres existiam 102 homens. Por seu turno, entre os jovens mais velhos (25-29 anos) verificava-se a situação oposta. Existiam 98 homens para cada 100 mulheres. Esta realidade evoluiu para uma maior masculinização de todas as faixas etárias, especialmente notória entre os jovens com 25-29 anos, que passaram para uma situação em que existem 103 elementos masculinos para cada 100 elementos femininos.

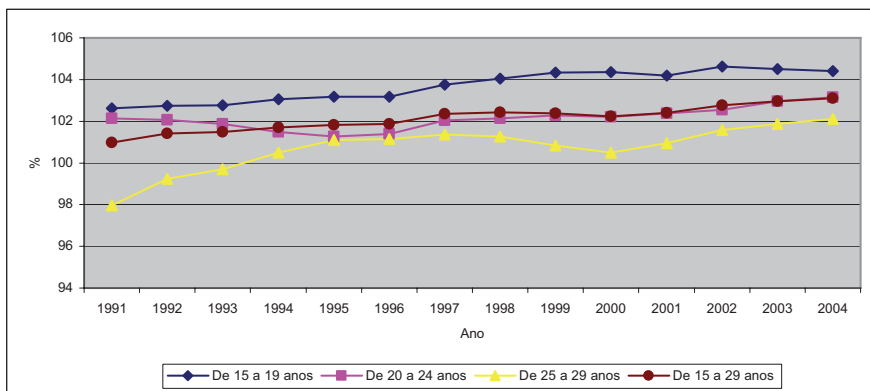


Gráfico n.º 5 – Relação de masculinidade da população jovem residente, por ano, segundo o grupo etário: 1991-2004

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

1.2. Distribuição da população jovem pelo território nacional

A distribuição dos jovens pelo território português foi recolhida nos censos de 1991 e de 2001. O primeiro apontamento a fazer sobre estes dados refere-se à inexistência de diferenças do peso relativo entre a população geral e a população jovem, na sua distribuição pelo território nacional. Em segundo lugar, entre estes dez anos registaram-se alguns movimentos migratórios, de que falaremos em seguida.

Em termos distritais, o peso da população jovem de cada distrito em relação ao total de jovens residentes em Portugal, mostra-nos uma maior concentração de jovens em distritos marcadamente urbanos, nomeadamente, em Lisboa e no Porto (Gráfico n.º6). Estes dois distritos juntos congregavam, em 1991, 38,8% dos jovens portugueses (20% de Lisboa e 18,8% do Porto). Estes valores mantiveram-se estáveis e, em 2004, as duas metrópoles concentravam 37,3% dos jovens portugueses (19,8% de Lisboa e 17,5% do Porto). Os distritos de Braga e Setúbal também evidenciaram

um papel importante na retenção da população jovem. Numa perspectiva inversa, os distritos que menos contribuem para a população juvenil nacional, foram Portalegre, Bragança e Beja, com valores próximos de 1%.

A distribuição territorial da população juvenil nos últimos 14 anos (1991-2004), vem cimentar as tendências de *litoralização* e *urbanização* da população jovem, evidenciadas pelo menos desde os anos 60.²⁶ O fenómeno da *litoralização* resultou de um progressivo e crescente movimento interno das populações do interior para o litoral que se iniciou nessa década. A *urbanização* está associada à *litoralização* porque os movimentos migratórios internos foram, em direcção, sobretudo, às cidades costeiras, motivados por questões económicas. A população jovem fugiu às condições precárias do trabalho agrícola e mudou-se para as zonas urbanas, mais industrializadas, em busca de melhores oportunidades e condições de vida.

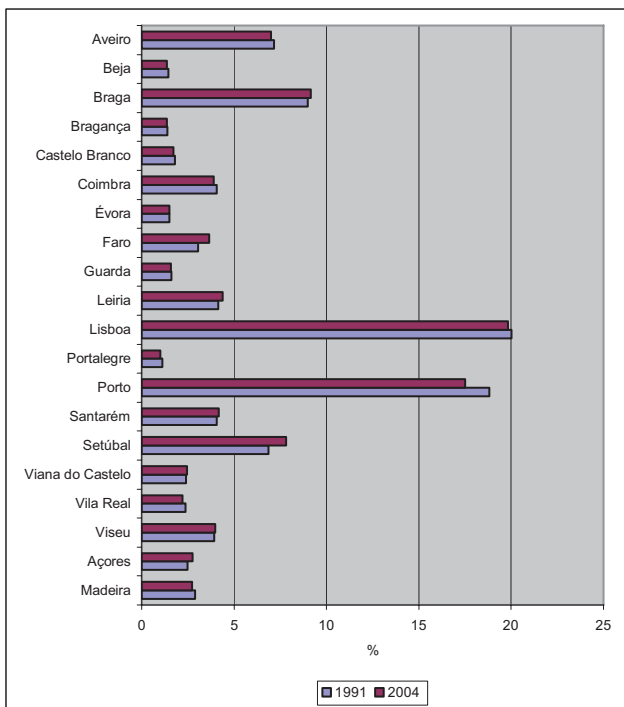


Gráfico n.º 6 – População jovem, por Distrito e Região Autónoma: 1991-2004 (% em relação ao total de jovens residentes em Portugal)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

²⁶ Figueiredo, Alexandra Lemos e outros (1999), *Jovens em Portugal - Análise longitudinal de fontes estatísticas: 1960-1997*, Oeiras, Celta.

Sobre a representação dos jovens na população distrital, verificamos que não existem grandes rupturas na evolução de cada distrito ao longo destes 14 anos. Contudo, o peso relativo da população juvenil tem vindo a decrescer de modo gradativo na maioria dos distritos (Gráfico n.º7), com excepção da Região Autónoma dos Açores. Esse decréscimo foi mais significativo no Porto, em Braga e em Aveiro, onde a proporção de jovens diminuiu cerca de 5%. Esta diminuição é mais um indício do fenómeno do envelhecimento da população.

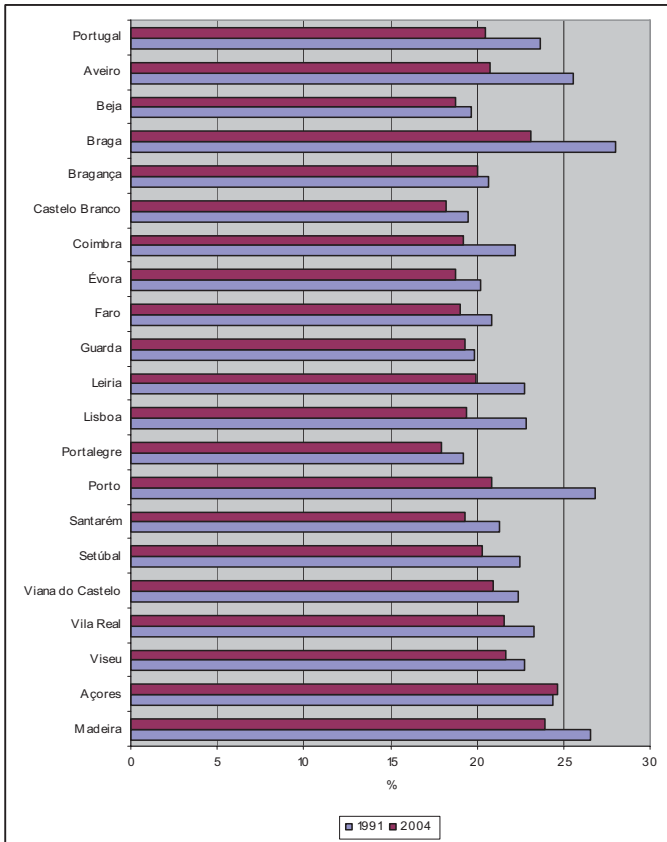


Gráfico n.º 7 – População jovem residente sobre a população total residente, por ano, segundo o Distrito e Região Autónoma: 1991-2004 (% em relação ao total de residentes por distrito e região autónoma)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Falando agora do peso relativo das populações por dimensão de lugares (Gráfico n.º8), verificou-se que, tanto a maioria da população geral, como a maioria da população jovem, vivem em lugares de pequena dimensão (até 1.999 habitantes). A proporção, em 1991, foi de 48,5% para ambas as populações. Em 2001, constatou-se

uma diminuição desta representatividade. A população jovem diminuiu para 41,3% e a população geral diminuiu para 42,4%. Este decréscimo de cerca de 6% deveu-se a movimentos migratórios internos para lugares de maior dimensão, principalmente para lugares com mais de 20.000 habitantes.

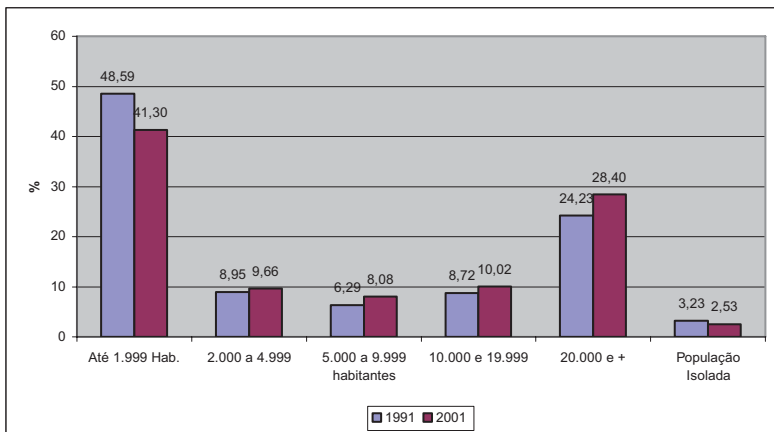


Gráfico n.º 8 –População jovem residente, por ano, segundo a dimensão dos lugares (n.º de habitantes): 1991-2001 (% em relação ao total geral)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

1.3. Dimensão e composição da população estrangeira jovem

Antes de iniciarmos o tratamento dos dados referentes à imigração, importa tomar nota de algumas questões. Primeira, a dimensão e composição dos jovens estrangeiros residentes em Portugal apenas nos dará um retrato da população estrangeira em situação legal, pois não existe qualquer tipo de dados sobre os movimentos migratórios ilegais. Por outro lado, os dados que possuímos sobre a população imigrante residente em Portugal estão divididos em dois períodos. O primeiro tem início em 1991 e termina em 1996. O segundo contempla os anos de 2001 a 2004. A inexistência de dados entre 1997 e 2000 deve-se a problemas metodológicos na recolha dos dados por parte do INE.

Para os anos referidos, as estimativas da população estrangeira residente²⁷, revelam que houve um crescimento contínuo e significativo da população imigrante.

²⁷ Considera-se população estrangeira com estatuto legal de residente o "conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não

Em 1991, residiam em Portugal 35.176 jovens estrangeiros e, em 2004, as estimativas provisórias apontavam para a existência de 80.300 jovens estrangeiros. Quanto à população estrangeira, esta também teve uma evolução crescente. No ano de 1991, estimou-se que residiam, em Portugal, 113.978 estrangeiros. Os últimos dados (2004) apontam para 265.361 estrangeiros, o que corresponde a um aumento de 132,8%. (Gráfico n.º9)

Deparamo-nos, assim, com um índice de crescimento quase idêntico para as duas populações (128,3%). Em termos de representatividade da população jovem no total de estrangeiros, esta manteve-se estável. Tanto em 1991, como em 2004, a proporção de jovens, com idades entre os 15-29 anos, correspondia a 30% dos estrangeiros com estatuto de residente.

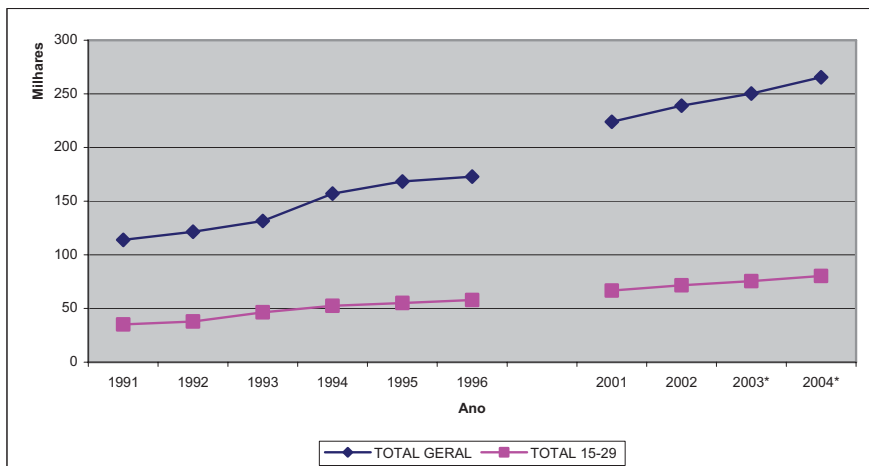


Gráfico n.º 9 – População estrangeira residente em Portugal, por ano, segundo o tipo de população: 1991-2004.
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Em termos de género residem em Portugal mais jovens estrangeiros do sexo masculino do que mulheres (Gráfico n.º10), sendo que, nos últimos anos, a diferença de proporções tem vindo a diminuir. Em 1991, a população juvenil estrangeira dividia-se em 57% de homens e 43% de mulheres; em 2004, as estimativas provisórias mostraram um maior equilíbrio: 53% de efectivos masculinos para 47% de efectivos femininos.

inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular." INE, (2004) *Estatísticas Demográficas*, Lisboa.

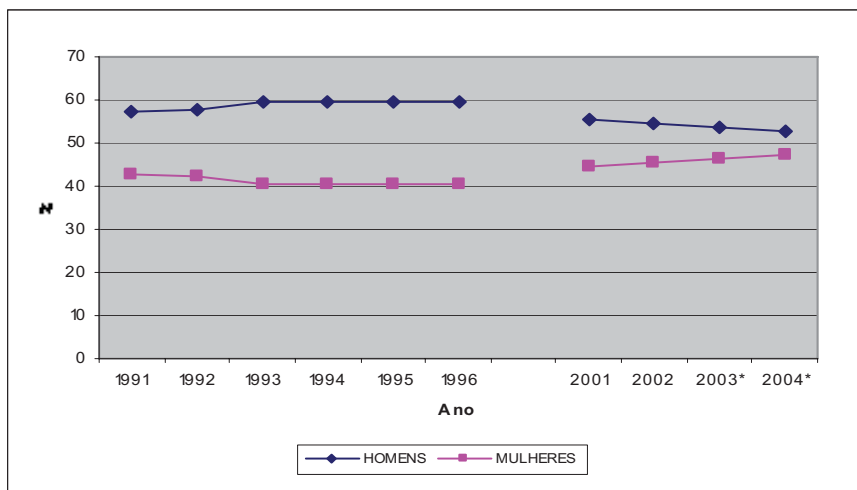


Gráfico n.º 10 – População jovem estrangeira residente em Portugal, por ano, segundo o sexo: 1991-2004 (% em relação ao total geral).

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Relativamente à caracterização desta distribuição por grupo etário, verificou-se uma evolução longitudinal distinta nas diferentes faixas etárias (Gráfico n.º11). Ocorreu um aumento contínuo do número de jovens em todos os grupos etários, excepto no segmento dos 15 aos 19 anos. Depois de um progressivo aumento dos efectivos até 1996, nos anos de interrupção desta série de estimativas, a evolução parece ter sido de decréscimo, pois, em 2001, os efectivos apresentavam menos 5 mil jovens. O índice de crescimento evidencia um decréscimo de 35%. A partir de 2001, houve uma nova reversão deste sentido e o número de jovens, entre 15 e 19 anos, começou novamente a crescer (23,7% de 2001 a 2004).

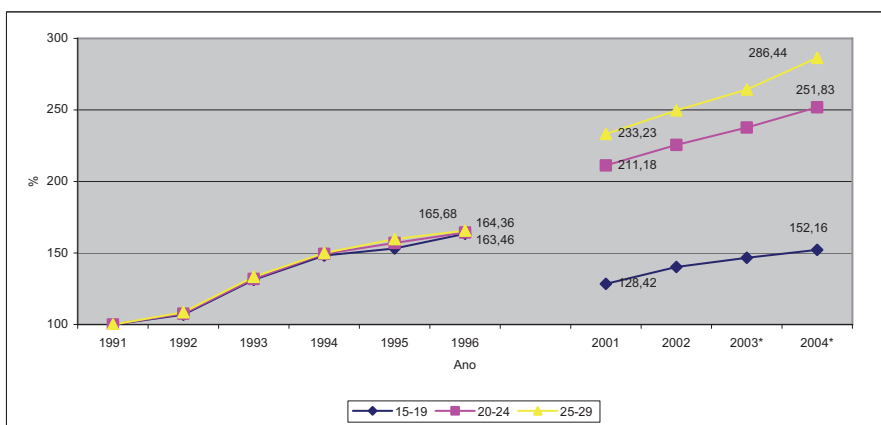


Gráfico n.º 11 – Índice de crescimento da população jovem estrangeira com estatuto de residente, por ano, segundo o grupo etário: 1991-2004 (1991=100%).

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Sobre o peso relativo de cada faixa etária, no interior da população jovem estrangeira residente (Gráfico n.º12), podemos dizer que, em 1991, todos os grupos etários considerados (15-19 anos, 20-24 anos e 25-29 anos) possuíam proporções bastante equilibradas. Os jovens mais novos eram o grupo mais representativo (35,3%), seguiam-se os jovens mais velhos (33,7%) e, por último, os jovens com 20-24 anos (30,96%). Estas proporções mantiveram-se praticamente idênticas até 1996. Quando se retomou a realização desta série estatística (2001), a realidade estatística que nos foi apresentada já não era essa. Nos quatro anos de interrupção na recolha de dados, houve um envelhecimento dos jovens estrangeiros com estatuto de residente. Em termos relativos, os jovens com idades entre os 15 e os 19 anos passaram a representar 23,9% desta população. Por seu turno, aumentou o peso dos jovens mais velhos. O grupo dos jovens, com idades entre 20 e 24 anos, aumentou o seu peso relativo para 34,5%; e os jovens mais velhos (25-29 anos) para 41,5%. Depois desta mudança, os valores mantiveram-se praticamente idênticos até 2004.

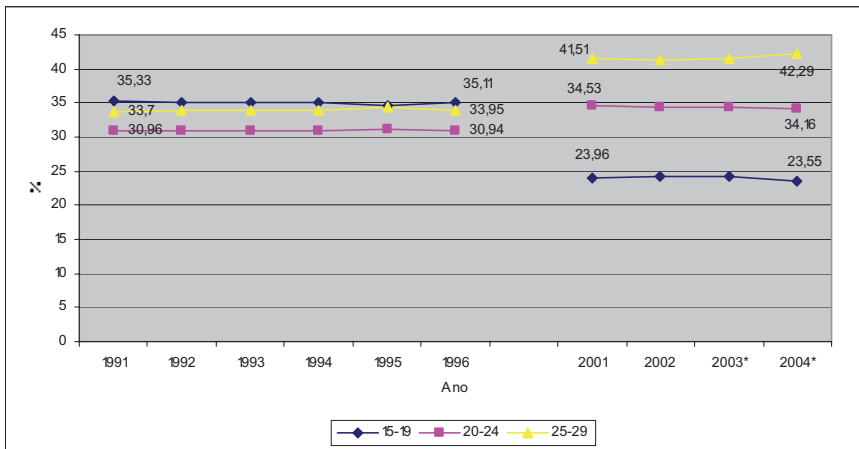


Gráfico n.º 12 – Evolução da População jovem estrangeira com estatuto de residente, por ano, segundo o grupo etário: 1991-2004. (% em relação ao total de jovens estrangeiros residentes)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Quanto à distribuição dos jovens estrangeiros residentes, por grupo etário e sexo (Gráfico n.º13), constatámos que as tendências e o ritmo evolutivo foram idênticos à evolução para o total de jovens, em ambos os sexos. O mesmo não se pode dizer quanto às proporções de cada sexo nos diferentes grupos etários. Os dados mostram, por um lado, que quanto mais velhos são os jovens, maior é a proporção de homens; por outro, esta diferença entre sexos tem vindo a diminuir em todas as faixas etárias, principalmente entre 2001 e 2004.

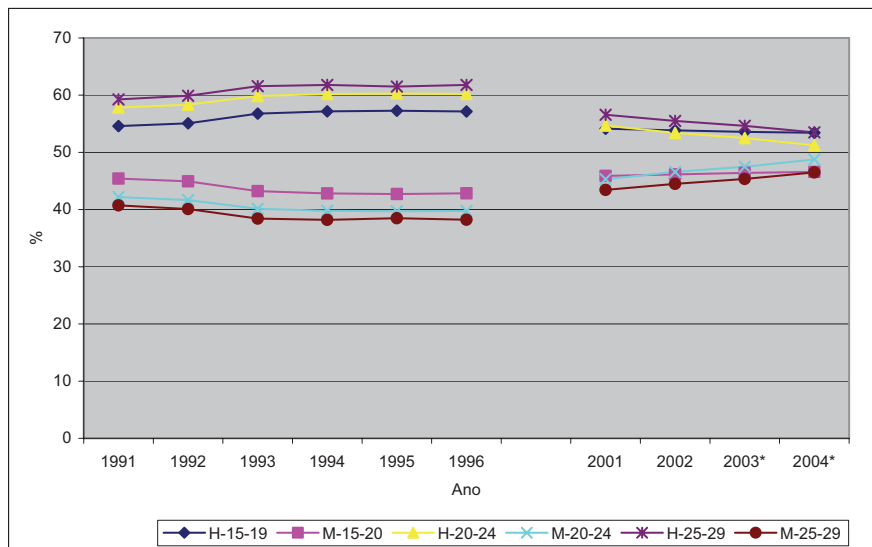


Gráfico n.º 13 – Evolução da População jovem estrangeira com estatuto de residente, por ano, segundo o grupo etário e sexo: 1991-2004. (% em relação ao total de jovens estrangeiros residentes)
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Interessa agora analisar de onde é proveniente a população jovem estrangeira residente em Portugal (Gráfico n.º14). Entre os jovens estrangeiros a representatividade dos africanos é ligeiramente maior. As suas proporções, no período em análise, variam entre 48,9%, em 1991 e 2004, e 55,9%, em 1996. Os dois grandes grupos de nacionalidades seguintes, Europa Comunitária e América Centro/Sul, apresentam pesos relativos muito idênticos, mas tendências evolutivas opostas. Os jovens estrangeiros da Europa Comunitária, depois de um período de ligeiro decréscimo, entre 1991 (19,1%) e 1996 (17%), apresentam uma tendência crescente a partir de 2001 (20%). Os jovens oriundos da América Central/sul apresentam desde 1991 uma tendência de diminuição. Em 1991, representavam 21,3% dos jovens estrangeiros e, em 2004, 17%.

Relativamente à origem nacional da população estrangeira encontramos representatividades um pouco diferentes. No total de estrangeiros destacam-se dois grandes grupos de nacionalidades: os países Africanos e os países da Europa Comunitária. A população africana é a mais representativa, apresentando valores entre os 42,1% (1991) e os 47,9% (2001) do total de imigrantes. Quanto aos europeus da comunidade, os pesos relativos variam entre 23,6% (1994) e 28,1% (2004). Em terceiro lugar, aparecem os países da América Central/Sul, com valores entre os 12,7% (2002) e os 16,7% (1993). Em termos evolutivos, não se têm notado mudanças significativas. Verificamos apenas que a população africana começou a crescer a partir

de 1993, mas de modo lento. Em sentido inverso, foi também a partir deste ano que a população dos países da Comunidade Europeia desceram ligeiramente, para voltar a aumentar entre 2001 e 2004.

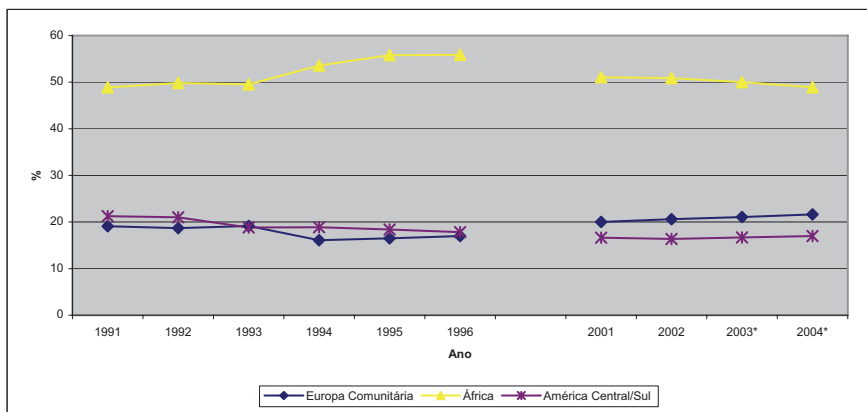


Gráfico n.º 14 – População jovem estrangeira com estatuto de residente, por ano, segundo os principais grandes grupos de nacionalidades: 1991-2004. (% em relação ao total de jovens estrangeiros residentes)
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Se olharmos para a distribuição dos jovens segundo os grupos etários, que definimos (Gráfico n.º15), vemos que existem apenas uma diferença a apontar: aumentou consideravelmente a proporção de jovens africanos na faixa etária dos 15-19 anos e diminuindo nas restantes.

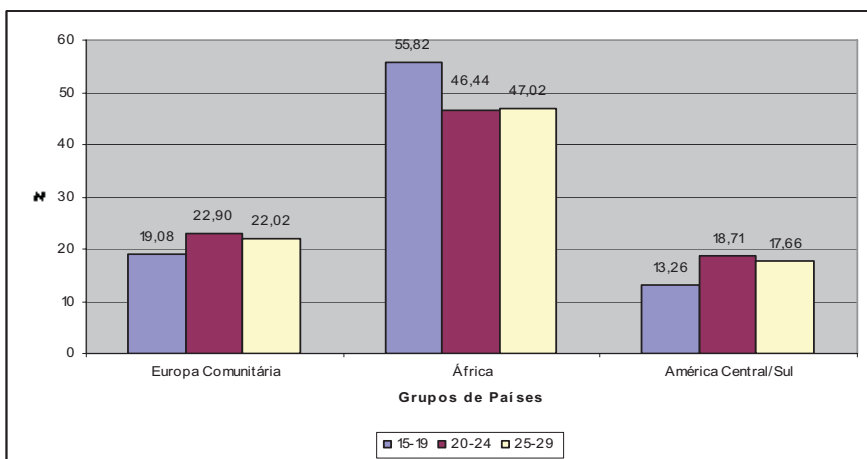


Gráfico n.º 15 – População jovem estrangeira com estatuto de residente, por principais grandes grupos de nacionalidades, segundo os grupos etários: 1991-2004. (% em relação ao total de jovens estrangeiros residentes)
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Quando refinamos a variável nacionalidade, desvendamos que a maioria da população estrangeira com estatuto de residente é oriunda de Cabo Verde, seguem-se os brasileiros e, em terceiro lugar, os angolanos. As tendências evolutivas denotam uma diminuição relevante da representação dos cabo-verdianos, valores regulares para os brasileiros e aumento do peso relativo dos angolanos.

A mesma observação na população jovem residente (15-29 anos) mostra as mesmas tendências evolutivas (Gráfico n.º16). No entanto, a proporção de angolanos é maior que para o total de estrangeiros. Os cabo-verdianos tiveram pesos relativos entre os 25% (1991) e os 18,5% (2004); os brasileiros evoluíram de modo estável com valores próximos dos 14%; e os Angolanos aumentaram a sua representatividade, entre 1991 (8,2%) e 2004 (10,2%).

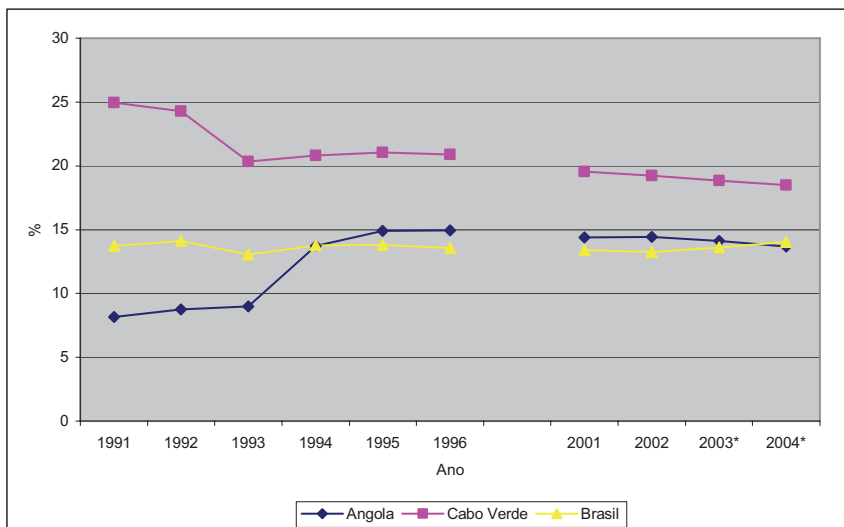


Gráfico n.º 16 – Evolução da População jovem estrangeira (15-29 anos), por ano, segundo os principais países de origem: 1991-2004 (% em relação ao total de jovens estrangeiros residentes)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Do que foi dito notamos que, os países de origem da maioria dos estrangeiros residentes no nosso país têm ligações históricas a Portugal. Os africanos residentes em Portugal são maioritariamente oriundos das nossas ex-colónias, principalmente Cabo Verde e Angola; e os estrangeiros da América Central/Sul são maioritariamente originários do Brasil. Aos Europeus liga-nos, principalmente, a história recente da União Europeia e a livre circulação de pessoas e bens.

Síntese Conclusiva

Em termos demográficos, importa reter que, apesar da evolução crescente do número de residentes, a pirâmide etária revela que está a ocorrer um envelhecimento rápido da população portuguesa. Em termos estatísticos isto traduz-se na diminuição do número de efectivos nos grupos etários mais baixos, no aumento da população nas faixas etárias adultas e no prolongamento da esperança média de vida. O facto da nossa população continuar a crescer, apesar de se estar a registar este fenómeno, deve-se sobretudo à entrada de imigrantes no nosso país. Como vimos anteriormente, as estimativas de estrangeiros residentes em Portugal revelam que houve um crescimento contínuo e significativo desta população, tanto em termos gerais, como na população jovem.

Sobre os jovens estrangeiros residentes, podemos ainda dizer que são maioritariamente homens, mas a diferença entre sexos tem vindo a diminuir; são maioritariamente pessoas com mais de 20 anos; e, em termos de nacionalidades, vêm principalmente de países com quem Portugal tem ou teve ligações históricas, como, Cabo Verde, Brasil e Angola.

Voltando à população residente, verificou-se que entre os jovens ocorreu uma diminuição de efectivos em ambos os sexos, sendo que existem mais homens que mulheres. Este fenómeno constata-se desde o nascimento até ao início da idade adulta e deve-se ao facto de nascerem mais elementos masculinos que elementos femininos. A partir da idade adulta esta tendência inverte-se porque os homens começam a morrer mais cedo que as mulheres.

Na observação da população jovem residente constatamos um outro fenómeno: a população jovem também está envelhecida. Quer isto dizer, que existem mais efectivos na faixa etária dos 25-29 anos, que nas restantes faixas etárias. Esta situação parece estar ligada com o aumento dos jovens estrangeiros residentes deste grupo etário.

Sobre a distribuição espacial dos jovens no território nacional, a maioria dos jovens vive em lugares de pequena dimensão (até 1.999 habitantes). No entanto, ocorreram nos últimos anos movimentos migratórios internos para lugares de maior dimensão, principalmente para as grandes cidades. Em termos distritais, os jovens congregam-se em maior número nas áreas urbanas, nomeadamente, em Lisboa e no Porto. Estes dados indicam a ocorrência de dois fenómenos na distribuição espacial da população jovem: a sua urbanização e litoralização da população juvenil.

II – Família

*Susana Barrisco**

Introdução

O período sobre o qual nos vamos debruçar caracteriza-se por ser um período de mudanças acentuadas nas dinâmicas conjugais, consolidando anteriores tendências de modernização. Investigações recentes, para a população geral, dizem-nos que apesar do casamento religioso se manter como a opção mais frequente de entrada na conjugalidade, outros vínculos informais têm vindo a aumentar a um ritmo progressivo. Nomeadamente, as uniões de facto, os filhos fora do casamento, a opção de não ter filhos, as uniões por casamento civil e a coabitação experimental antes do casamento.

Surgiram nas últimas décadas “novos desenhos do domínio familiar, traçados pela entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, pela afirmação de uma concepção menos durabilista do casamento, pelo desenvolvimento da coabitação informal, por uma maior indiferenciação de papéis de género, por um maior centramento na “qualidade” das relações e nas suas recompensas afectivas, tendências que demonstram a “desinstitucionalização” do casamento (Roussel, 1989)⁸

O divórcio evidencia uma outra questão da conjugalidade actual: *“a ideia de que as pessoas casam para a vida tende a perder relevo; pelo contrário, tornam-se cada vez mais frequentes as experiências de ruptura voluntária da relação conjugal (...)”*²⁸

Parante as ideias veiculadas em cima, importa verificar como a população jovem, habitualmente tida como um segmento de inovação moral e cultural se comporta em relação à sua conjugalidade: quais as tendência de casamento entre os jovens? Em que idades se casam? Com quem casam? Casam pelo regime católico ou casam pelo civil? A união de facto tem vindo a crescer? Em que idade têm filhos? Quantos filhos têm? E, quanto ao divórcio, que tendência se tem verificado nos últimos

* Licenciada em Sociologia pelo ISCTE

²⁸ Almeida, Ana Nunes (2003), “Família e Demografia em Portugal Hoje”, in Cabral, Manuel Vilaverde (2003), Portugal Hoje, Cascais, Câmara Municipal de Cascais.

anos? Em que idades se divorciam? Quantos anos duram os casamentos que terminam em divórcio? Existem filhos na maioria dos casamentos que termina?

O presente capítulo tratará, deste modo, questões associadas a etapas do ciclo da vida que os jovens percorrem, no sentido da autonomia e independência social. Etapas que implicam, geralmente, a emancipação em relação à família de origem (ou a assunção, dentro desta, de novas responsabilidades) e a constituição da sua própria família.

O capítulo divide-se em quatro pontos. O primeiro aborda a evolução do casamento entre os jovens, as idades em que casam e o modo como casam. No segundo ponto tratamos dos casamentos dissolvidos por divórcio. No terceiro ponto são levantadas as questões referentes ao nascimento de filhos de pais jovens. Por último, o quarto tenta abordar o âmbito da habitação onde reside a população juvenil.

1. Conjugalidades

1.1. Situações conjugais dos jovens e idade média do primeiro casamento

Começamos pela idade média de casamento dos jovens portugueses. Este indicador não se alterou significativamente entre 1960 e 1990. A partir de 1990 verificou-se um progressivo aumento da idade média no primeiro casamento em ambos os sexos. Os dados de 1990 dizem-nos que, em média, os homens casavam aos 26,2 anos. Em 2004, os jovens do sexo masculino esperam até aos 28,6 anos para casar. As mulheres também adiaram a idade de casamento dos 24,2 anos para os 26,9 anos.

Para além dos jovens casarem mais tarde, a diferença de idade entre sexos também diminuiu, com o retardamento da idade média de casamento mais significativo entre as mulheres. Enquanto os homens aumentaram a sua idade média de casamento 2,4 anos, as mulheres aumentaram 2,76 anos. Esta situação começa a evidenciar indícios de que, num futuro próximo, as idades médias de casamento dos jovens masculinos e femininos, se aproximem (Gráfico n.º1).

Podemos tentar explicar o retardamento da idade média de casamento através da interligação de vários factores. Um deles poderá ser o prolongamento dos estudos; um outro relaciona-se com as situações conjunturais de dificuldade económica que dificultam a inserção dos jovens no mercado de trabalho, ou tornam essa inserção precária e instável. Esta precariedade no emprego provoca situações de instabilidade económica, a nível pessoal e familiar, que dificultam e adiam a decisão dos jovens em se autonomizarem residencialmente e em constituir família. Por outro lado, é importante referir que muitos jovens já optam por viver em união de facto, podendo casar ou não posteriormente.

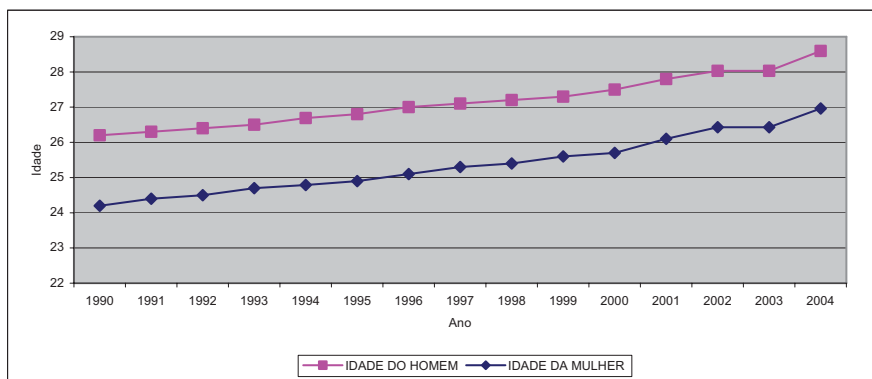


Gráfico n.º 1 – Idade média ao primeiro casamento, por ano, segundo o sexo: 1990-2004

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

A observação dos dados sobre os estados civis da população jovem residente em Portugal veio confirmar esta situação (Gráfico n.º2). Como seria de esperar, os resultados dos censos de 1991 e 2001 indicam que, a maioria dos jovens com idades compreendidas entre 15 e 29 anos são solteiros, situação conjugal que aumentou nessa década (68% e 71,7%, respectivamente). Por outro lado, em consonância com o retardamento da idade de casamento, o número de jovens legalmente casados diminuiu 6%. Em 1991, 28% dos jovens encontravam-se legalmente casados. Em 2001, este valor desceu para 22,8%. No sentido inverso, as uniões de facto também assistiram a um assinalável aumento de 2,2% para 4,5%.

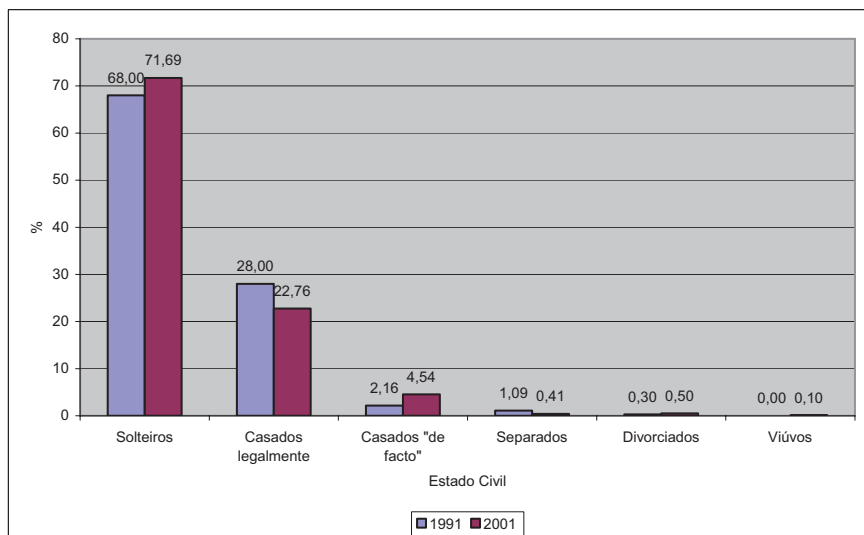


Gráfico n.º 2 – População jovem residente, por ano censitário, segundo o estado civil: 1991-2001

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Quanto ao estado civil por grupos etários juvenis, vemos que: no grupo etário entre os 15 e os 19 anos não se verificaram alterações relevantes. Como seria de esperar, a população deste grupo etário é maioritariamente solteira (97%). Nos restantes grupos etários observámos três tendências relevantes: o aumento significativo da percentagem de solteiros; uma diminuição dos jovens legalmente casados; e um aumento dos jovens em união de facto. Especificamente, o aumento dos solteiros foi de 71% para 78,2% entre os 20 e os 24 anos; e de 32% para 43,9% no grupo etário entre os 25 e os 29 anos. O estado de legalmente casado é mais significativo entre os jovens com 25 e 29 anos.

No entanto, este grupo também sentiu um considerável decréscimo na conjugalidade formal. De 61% jovens casados em 1991, passaram a ser 46,8%, em 2001. Na faixa etária dos 20-24 anos a diminuição da percentagem de casados foi menor (25% para 16,45%). Quanto às uniões de facto, entre os jovens de 20-24 anos a união de facto aumentou de 2,4% para 4,6%; e nos jovens com idades entre os 25-29 anos, de 3,7% para 7,2%. Estes dados indicam-nos que, no grupo etário dos 25-29 anos, ocorreu um equilíbrio entre o peso relativo dos jovens solteiros e dos jovens legalmente casados.

Estes dados indicam que a faixa etária dos 25-29 anos tem sofrido grandes alterações. Foi a faixa etária em que mais decresceu a proporção de casados, a favor do aumento da proporção de solteiros. Significa isto que é este segmento de jovens que mais tem alterado os seus comportamentos da conjugais, no sentido de adiamento do casamento ou de uma opção definitiva ou temporária pela união de facto.

A distribuição destes dados por sexo mostra-nos que, embora a maioria dos jovens de ambos os sexos permaneçam solteiros (Gráfico n.º3), a proporção de homens solteiros é maior. Em 2004, 77,4% dos homens jovens eram solteiros, para 65,9% das mulheres. Em termos de evolução longitudinal, verificou-se, entre os dois censos, um crescimento de aproximadamente 3% no número de solteiros em ambos os sexos: no caso dos homens, passa de 75% em 1991 para 77,4% em 2001; no caso das mulheres, de 62% em 1991, para 65,9% em 2001. Com este movimento de subida, ocorreu também uma diminuição dos jovens casados e um aumento dos jovens em união de facto, em ambos os sexos.

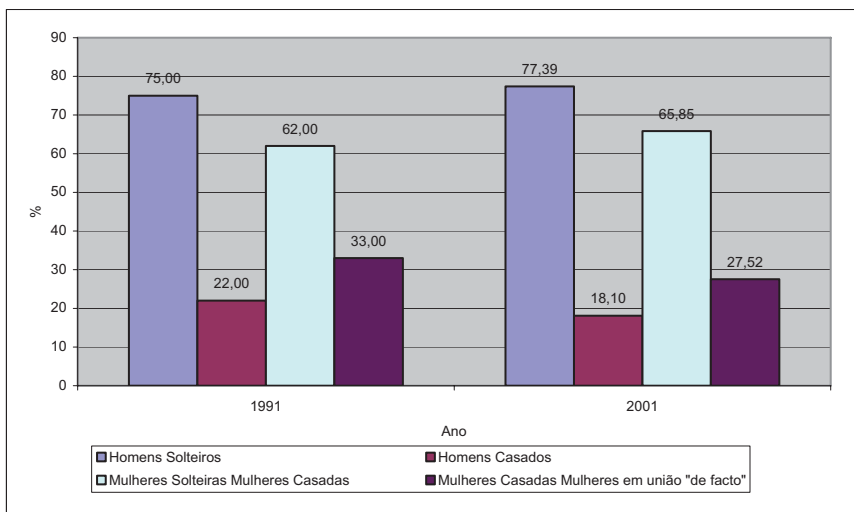


Gráfico n.º 3 – População jovem residente, por ano censitário, segundo o estado civil e o sexo: 1991-2001
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

1.2. Evolução do casamento entre a população jovem

A nível nacional, o número de casamentos tem vindo a decrescer desde 1990. Neste ano registou-se um total de 71.654 casamentos, sendo que, em 2004, celebraram-se 49.178. Estes valores correspondem a um decréscimo de 31,4%. Contudo, o casamento ainda é a via mais utilizada para iniciar a vida conjugal. Entre a população juvenil (15-29 anos), a tendência evolutiva tem sido semelhante. Contudo, o número de casamentos varia consoante o sexo dos jovens. Constatámos que as mulheres jovens casam mais que os homens da mesma faixa etária. (Gráfico n.º4).

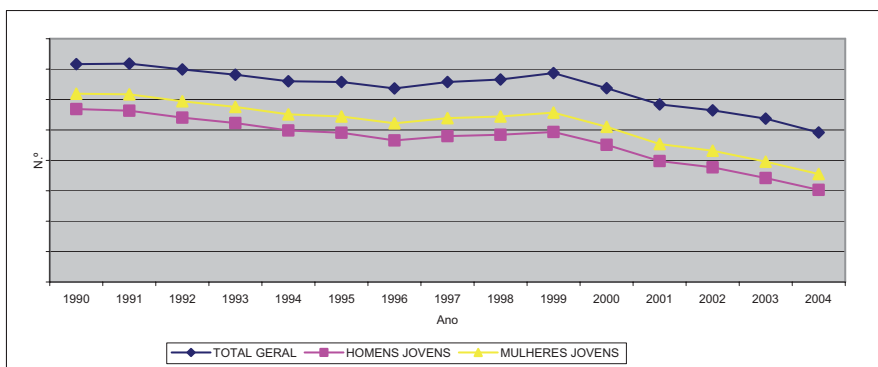


Gráfico n.º 4 – Casamentos celebrados, por ano, segundo população geral e sexo: 1990-2004
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

A representatividade da população jovem nos casamentos celebrados, em Portugal, tem vindo a decrescer em ambos os sexos. Em 1990, 79,3% dos casamentos foram celebrados por homens jovens; e 86,4% por mulheres jovens. As percentagens de 2004 mostram um decréscimo de quase 18% para o sector masculino e de aproximadamente 14% para o sector feminino (Homens – 61,63%; Mulheres – 72,17%). O que foi referido em cima indica que, nos últimos 15 anos, para além do já falado retardamento do casamento juvenil, ocorreu uma diminuição gradual da nupcialidade em toda a população portuguesa. Cimentaram-se as bases para a existência de cada vez menos casamentos, estando a ser uma opção cada vez mais tardia.

A taxa nacional de nupcialidade (Gráfico n.º5) evidencia este contínuo decréscimo e uma aproximação das taxas de nupcialidade dos homens e das mulheres desde 1997. Os valores em 2004 foram de 9,7‰ para os homens e 9,1‰ para as mulheres. Quando esta é observada à luz dos grupos etários juvenis, vemos que, como seria de esperar, as taxas de nupcialidade entre os jovens são bastante mais elevadas que as taxas para a população geral, com excepção do grupo etário dos 15-19 anos, entre os homens.

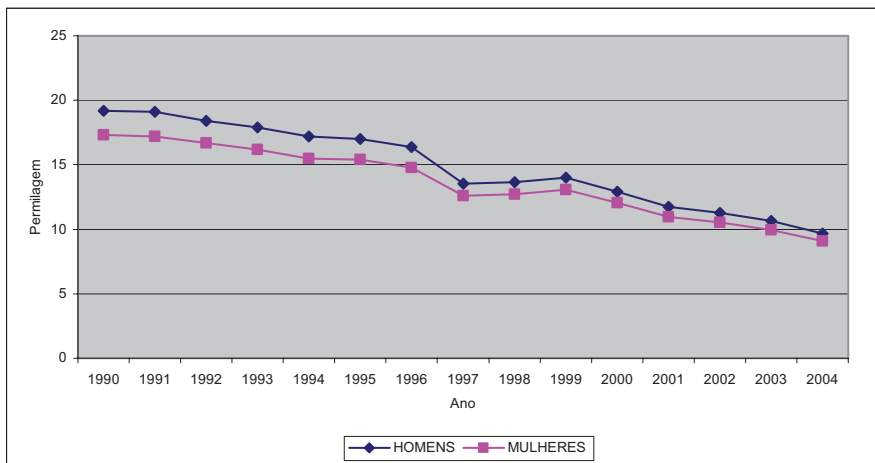


Gráfico n.º 5 – Taxa de Nupcialidade (nacional), por ano, segundo o sexo: 1990-2004

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

A evolução da taxa de nupcialidade segundo o sexo e o grupo etário, evidencia as mesmas tendências em ambos os sexos, mas varia entre as faixas etárias. Nomeadamente, a taxa do grupo etário dos 15-19 é a mais baixa e tem diminuído. Este declínio foi bastante significativo entre as mulheres. De 32,9%, em 1990, passou para 11,4%, em 2004. Teve uma queda de cerca de 20%. No sector masculino a queda foi apenas de cerca de 5%. Este indicador parece assinalar um sintoma de destradicionalização da sociedade portuguesa.

Por outro lado, a faixa etária dos 20-24 anos foi a que sofreu um declínio maior de cerca de 48‰ entre 1990 e 2004, em ambos os sexos. Esta faixa etária deixou de ser a mais representativa em ambos os sexos, a favor do grupo etário dos 25-29 anos. No entanto, as mudanças ocorreram em momentos diferentes para os diferentes sexos. Entre os homens a mudança ocorreu em 1992, entre as mulheres, em 2001.

Sobre as duas primeiras faixas etárias é ainda relevante notar que as taxas de nupcialidade foram sempre maiores entre as mulheres que entre os homens. O mesmo não aconteceu no grupo etário dos 25-29 anos. Tendencialmente, os homens têm tido sempre taxas de nupcialidade superiores. Contudo, nos últimos 15 anos, com o retardamento do casamento, presenciou-se um declínio da mesma entre os homens e uma subida entre as mulheres. Em 2004, as taxas equilibraram-se (47,3% no sector masculino, e de 44,6% no sector feminino).

A observação do peso dos casamentos dos jovens (Gráfico n.º6), em relação ao total de casamentos celebrados em Portugal, evidencia uma diminuição contínua da representatividade dos casamentos no total nacional; bem como ainda que a proporção foi sempre superior no sector feminino, em todas as faixas etárias. A título de exemplo, a proporção de mulheres que casam até aos 19 anos foi sempre muito superior à dos homens da mesma faixa etária. Em 1990, 4,2% dos casamentos foram celebrados por homens desta faixa etária, enquanto que entre as mulheres, a percentagem foi de 19,1%. De 1990 aos nossos dias, esta diferença tem-se mantido mas, devido ao retardamento do casamento pelos jovens, as proporções são bastante menores. Em 2004, foi 1,4% dos casamentos dos homens e 6,9% dos casamentos das mulheres. Este indicador vem comprovar o que anteriormente a idade média de casamento nos disse: as mulheres tendem a formalizar mais cedo a sua conjugalidade.

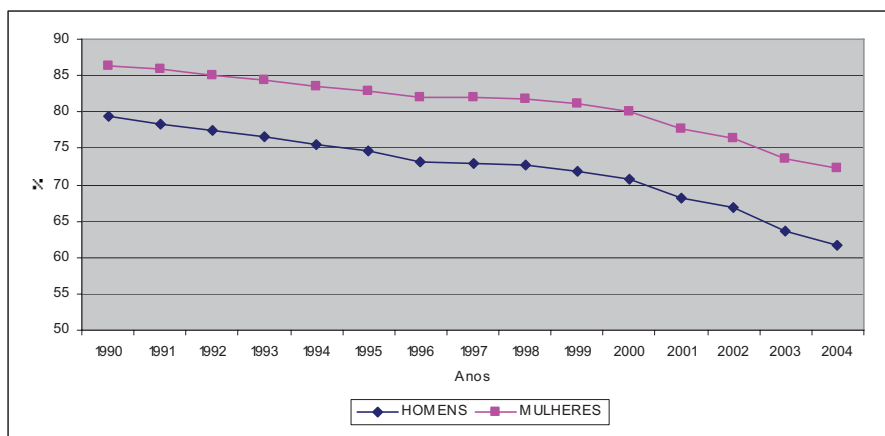


Gráfico n.º 6 – Casamentos celebrados até aos 29 anos, por ano, segundo o sexo dos cônjuges: 1990-2004 (% em relação ao total geral)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Passemos agora a distribuição dos casamentos entre jovens, segundo o grupo etário dos cônjuges (Gráfico n.º7). Aqui vemos, mais uma vez, que o retardamento do

casamento foi bastante mais acelerado e significativo entre os homens. Em 1990, a maioria dos jovens masculinos casavam entre os 20 e os 24 anos (51,2%). Em 1995, ocorre uma mudança e a maioria dos jovens passam a casar entre os 25 e os 29 anos. Em 2004, esta tendência mantinha-se com uma representatividade de 65,4%.

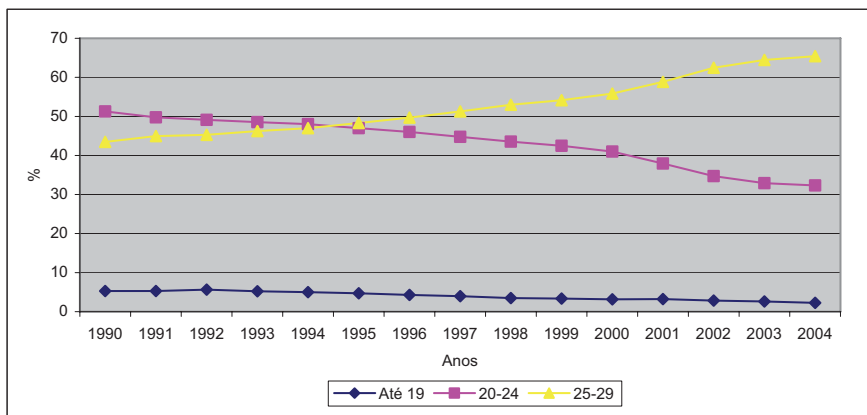


Gráfico n.º 7 – Casamentos celebrados, por ano, segundo o grupo etário do cônjuge masculino: 1990-2004 (% sobre o total de casamentos celebrados até aos 29 anos)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Entre as mulheres esta mudança também ocorreu, mas não foi tão significativa. Em 1990, 52,7% das mulheres jovens casaram entre os 20 e os 24 anos; os mesmos dados para 2004 mostram que 51,6% das mulheres jovens casaram entre os 25 e os 29 anos. Importa ainda notar que esta mudança de tendências em cada um dos sexos ocorreu em momentos diferentes no tempo. A inversão da tendência entre os homens aconteceu no ano de 1995, entre as mulheres apenas em 2001, o que parece indicar uma maior lentidão por parte destas em relação a algumas dinâmicas de modernização conjugal.

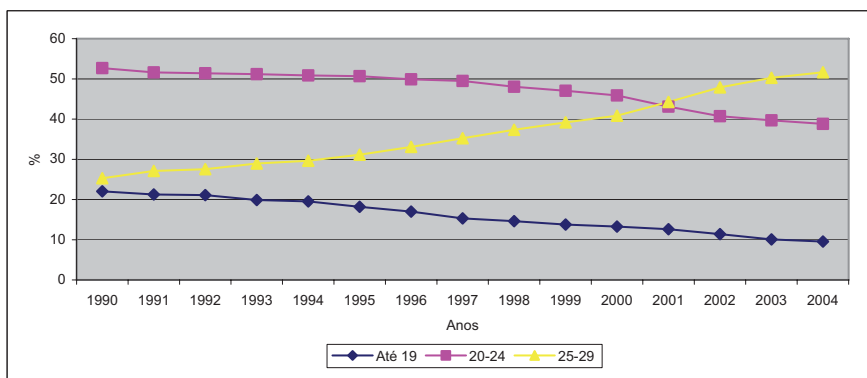


Gráfico n.º 8 – Casamentos celebrados, por ano, segundo o grupo etário do cônjuge feminino: 1990-2004 (% sobre o total de casamentos celebrados até aos 29 anos)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Vamos agora tentar perceber com quem casam os jovens portugueses. A distribuição de casamentos celebrados por idades combinadas dos cônjuges, para além do já referido adiamento do casamento, também demonstra que a população juvenil opta com maior frequência por casar com pessoas do mesmo grupo etário. Os dados de 1990 indicam que 77% dos casamentos realizados em Portugal foram celebrados por jovens com cônjuges da mesma idade ou com idades muito aproximadas. Nos nossos dias esta realidade ainda se mantém, mas sofreu um decréscimo acentuado. Em 2004, 56% dos casamentos realizados foram celebrados por pessoas com idades até 29 anos, com cônjuges do mesmo grupo etário.

Estes dados sugerem também que os jovens utilizam o critério da idade na escolha dos seus parceiros, suscitando um fenómeno de *homogamia etária*²⁹. Quando observamos as percentagens de casamentos entre pessoas de grupos etários distantes, esta ideia é reforçada no caso dos homens, mas começa a ser um pouco diferente para as mulheres. Em 1990, apenas 9,5% das mulheres até 29 anos casaram com homens com 30 ou mais anos. Quanto aos homens, este valor ainda é menor (2,5%). Percentagens próximas do presente (2004) evidenciam algumas mudanças: 16,2% das mulheres até 29 anos casaram com homens com 30 ou mais anos. Para os homens também ocorreu um aumento percentual, mas menos significativo (5,6%).

Coloca-se aqui a hipótese desta situação decorrer do adiamento paralelo da idade dos casamentos para ambos os sexos, e não do facto de haver menor «discriminação etarista» na escolha do cônjuge. Senão vejamos, olhando para estes dados distribuídos pelos grupos etários juvenis, vemos que, entre 1960 e 1998, a maioria dos jovens casava entre os 20 e os 24 anos com pares do mesmo grupo etário. Em 1960, esta maioria correspondia a 23,8% dos casamentos; até 1990, este valor manteve-se sem grandes flutuações (23,6%). Contudo, a partir desta data constatou-se uma diminuição progressiva do seu peso e uma subida da representatividade dos casamentos entre jovens com 25-29 anos que casam com pessoas do mesmo grupo etário. A partir de 1999 este grupo passa a ter o peso mais relevante (18%). Mantém este lugar até 2003 (24,1%) e, em 2004, a maioria passa para o grupo etário das pessoas com mais de 30 anos que casam com pessoas da mesma faixa etária (22,2%).

O peso do segundo grupo mais representativo não deve ser ignorado porque não se distancia muito do anterior. Entre 1960 e 1997, foi constituído por mulheres entre os 20-24 anos que casavam com homens com idades entre 25-29 anos (17,2% e 16,2%). A partir desta data, o retardamento geral da idade de casamento dos jovens provocou um conjunto de flutuações entre diferentes combinações etárias. Em 2004, o

²⁹ Figueiredo, Alexandra Lemos e outros (1999), *Jovens em Portugal - Análise longitudinal de fontes estatísticas: 1960-1997*, Oeiras, Celta.

segundo com maior peso pertencia aos jovens com idades entre os 25-29 anos que casaram com pessoas do mesmo grupo etário (21,2%).

Relativamente à forma de celebração do casamento (Gráfico n.º9), a maioria dos jovens portugueses opta pelo casamento católico. Em termos de proporção, em 1991, cerca de 79% dos casamentos dos jovens de ambos os sexos foram celebrados na religião católica. Os dados de 2004 indicam que este valor desceu mais de 10%. Encontra-se perto dos 67%. A este decréscimo correspondeu um aumento proporcional dos casamentos pelo registo civil. Em termos absolutos, celebraram-se, em 1990, 45.290 casamentos católicos com homens jovens e 48.360 com mulheres jovens. Em termos evolutivos e comparando com os dados de 2004, destaca-se um decréscimo de 55,1% no caso dos homens (20.337 casamentos) e 51,6% no caso das mulheres (23.431 casamentos).

Quanto aos casamentos civis, em termos absolutos, os homens realizaram 11.559 casamentos, em 1990, e 9.972, em 2004. Quer isto dizer que houve um decréscimo de cerca de 13,7% no número de casamentos. No entanto, quando observamos a forma de casamento em relação ao total de casamentos celebrados entre os jovens, vemos que os homens jovens passaram a casar mais pelo civil. Enquanto que em 1990, a percentagem era 20,3%, em 2004, este valor foi de 32,9%. No caso do casamento civil feminino, ocorreram 13.547 casamentos, em 1990, e 12.060, em 2004. Esta diminuição foi menos acentuada que nos homens (11%). Quando observámos a forma de casamento em relação ao total de casamentos celebrados entre os jovens, verificamos que também as mulheres passaram a casar mais pelo civil. Em 1990, 21,9% dos seus casamentos eram civis, enquanto que, em 2004, esta proporção foi de 34%.

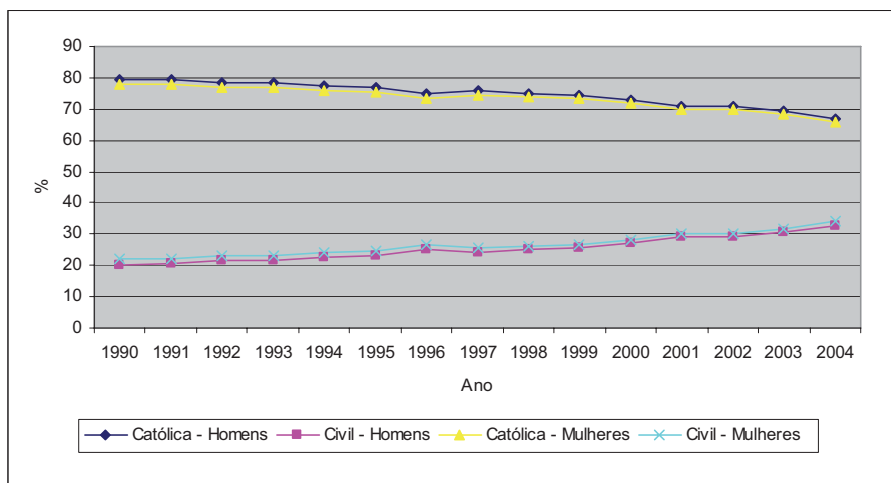


Gráfico n.º 9 – Casamentos celebrados, por ano, segundo a forma de celebração e o sexo do cônjuge: 1990-2004 (% sobre o total de casamentos celebrados até aos 29 anos)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

2. Divórcio

2.1. Evolução dos casamentos dissolvidos por divórcio na população jovem

O número de divórcios em Portugal teve uma tendência evolutiva crescente desde o 25 de Abril e atingiu o seu pico em 2002, com 27.960 casamentos dissolvidos. Relativamente ao período que mais nos interessa, entre 1990 e 2004, o número de divórcios ascendeu de 9.216 para 23.348, ou seja, teve um crescimento de 253,3%.

Relativamente à representatividade dos divórcios dos jovens no total nacional, verificaram-se dois momentos em que os divórcios subiram acima da sua linha de evolução. Em 1970 e em 1980, 23,8% e 24% dos divórcios nacionais eram realizados por homens até aos 29 anos. No caso das mulheres jovens estas percentagens ascendem para os 34,3 e 30,8%.

Entre o período de 1990 e 2004, a proporção dos divórcios juvenis no total nacional de divórcios manteve-se estável (Gráfico n.º10). No caso dos homens, os valores percentuais eram de 16,1%, em 1990, e de 15,1% em 2004. No caso das mulheres jovens representavam, em 1990, 26,6% dos divórcios e, em 2004, este valor era de 22,8%.

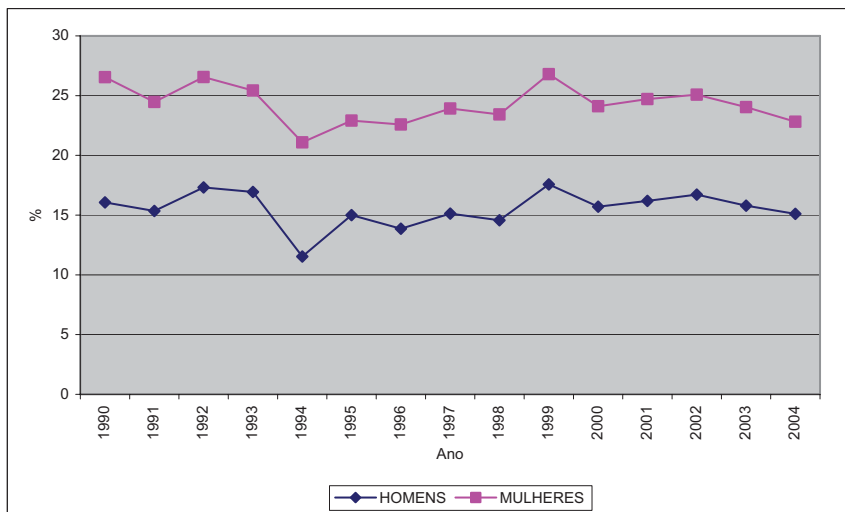


Gráfico n.º 10 – Casamentos dissolvidos por divórcio até aos 29 anos, por ano, segundo o sexo do cônjuge: 1990-2004 (% sobre o total geral de casamentos dissolvidos por divórcio)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

A distribuição dos divórcios por sexo, na população jovem (Gráfico n.º11), mostra-nos algumas diferenças interessantes. Verifica-se que, embora o divórcio tenha tendências evolutivas crescentes em ambos os sexos, o número de divórcios e a velocidade de crescimento foi distinta. As mulheres jovens divorciam-se com maior frequência que os homens da mesma idade. Em 1990, foram dissolvidos 2.447 casamentos por divórcio entre as mulheres jovens; no caso dos homens esse número foi apenas de 1.480. Em 2004, esta diferença entre sexos ainda se mantinha. As mulheres jovens participaram em 5.327 divórcios, enquanto que, entre os homens até 29 anos, participaram em 3.526 divórcios.

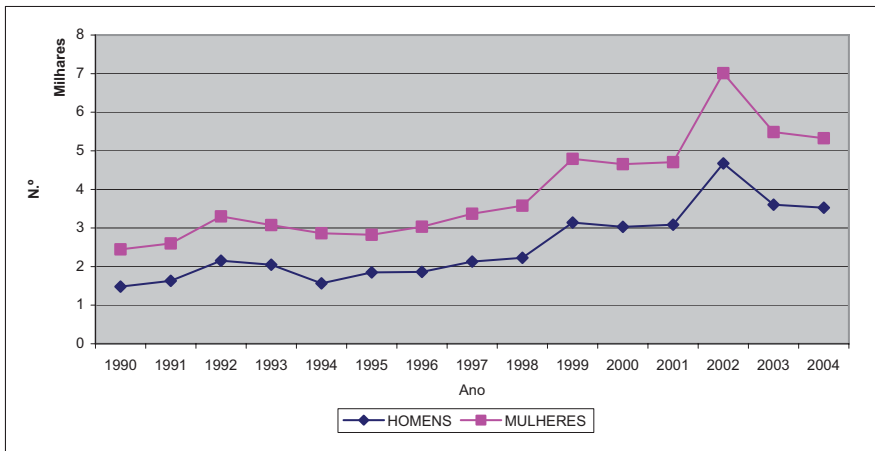


Gráfico n.º 11 – Casamentos dissolvidos por divórcio até aos 29 anos, por ano, segundo o sexo do cônjuge: 1990-2004

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Esta situação parece decorrer do desfasamento da idade da nupcialidade entre géneros, ou seja, do facto das mulheres casarem com homens mais velhos, que se encontram fora do escalão etário juvenil.

Quanto à velocidade de crescimento, o índice de crescimento (ano 100% = 1990) mostra-nos que, apesar dos homens jovens se divorciarem menos, a evolução de crescimento do divórcio neste sexo tem sido mais acelerada. Os valores de crescimento de 2002 (ano de maior número de divórcios) e de 2004 são exemplificativos desta situação. Em 2002, os divórcios entre os homens jovens cresceram 215,7%, enquanto entre as mulheres da mesma faixa etária o crescimento foi de 186,6%, isto relativamente a 1990. Em 2004, já havia ocorrido um decréscimo em ambos os sexos, mas a tendência evolutiva manteve-se (138,2% para os homens e 117,7% para as mulheres).

A observação das taxas de divorcialidade³⁰ (Gráfico n.º12 e n.º13), nos diferentes grupos etários juvenis, confirmam as tendências anteriores. Quanto às taxas de divorcialidade nos diferentes grupos etários considerados (15-19; 20-24; 25-29), apenas a taxa de divorcialidade entre os jovens com 15-19 anos tem tido uma evolução estável e muito baixa. Esta situação ocorre devido ao número reduzido de casamentos entre os jovens desta idade. Nas restantes faixas etárias houve uma evolução ascendente para ambos os sexos. No entanto, quando comparadas com a taxa de divorcialidade nacional, vemos que existem diferenças evolutivas. Entre as mulheres de 20-24 anos tem ocorrido uma aproximação à taxa de divorcialidade nacional, desde 1997; enquanto que para os homens, a taxa de divorcialidade nacional tem sido sempre bastante superior. No grupo etário entre os 25-29 anos, as taxas são sempre superiores ao total nacional, em ambos os sexos. Os dados actuais (2004) indicam a existência de 7,1 divórcios por cada mil homens, neste grupo etário, enquanto que a nível nacional a taxa é de 4,6‰. No caso das mulheres, a taxa nacional foi de 4,3‰, mas entre as jovens de 25-29 anos foi de 9,6‰.

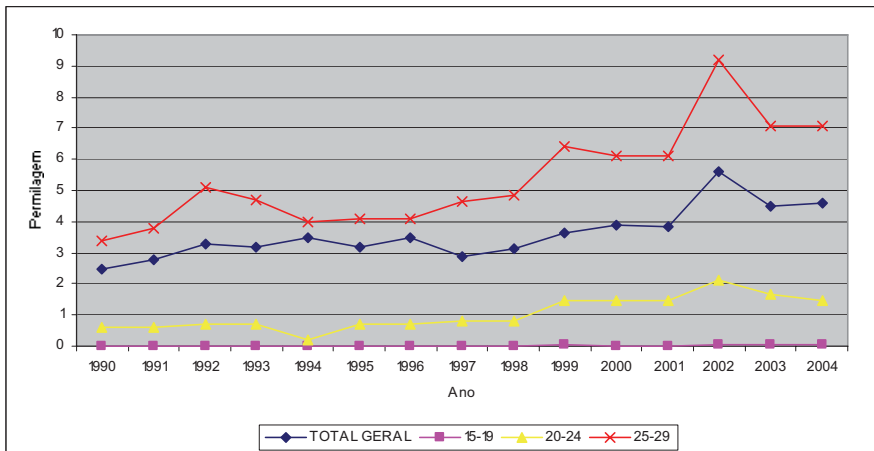


Gráfico n.º 12 – Taxa de divorcialidade, por ano, segundo o total geral e o grupo etário do cônjuge masculino: 1990-2004

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

³⁰ Define-se Taxa de Divorcialidade como “o número de divórcios ocorridos durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período (habitualmente o número de divórcios por mil habitantes)”, in “Notas Explicativas”, INE (2004), *Estatísticas Demográficas*, INE, Lisboa.

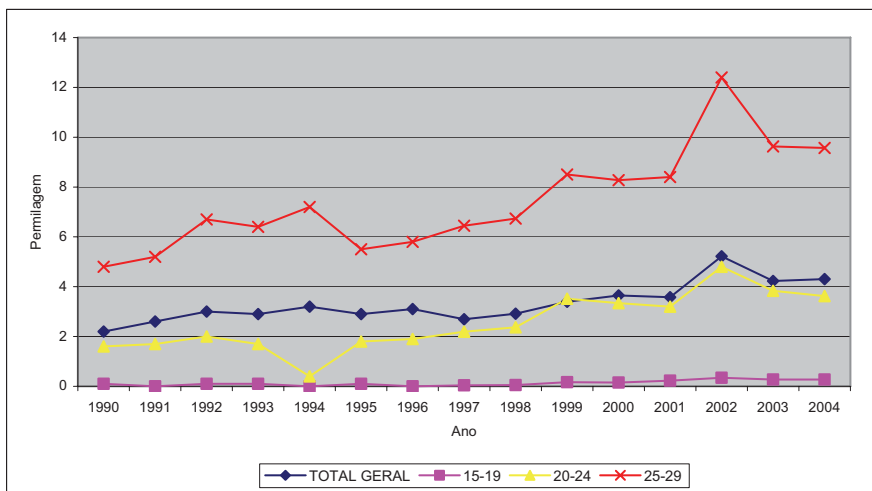


Gráfico n.º 13 – Taxa de divorcialidade, por ano, segundo o total geral e o grupo etário do cônjuge feminino: 1990-2004
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Podemos ver ainda que a evolução do divórcio tem tido ritmos semelhantes nos diferentes grupos etários e sexos e que as taxas de divorcialidade foram sempre superiores para o sector feminino.

2.2. Duração média dos casamentos dissolvidos por divórcio entre a população jovem

No seguimento da nossa análise, importa agora saber quanto tempo duram os casamentos que são dissolvidos por divórcio, na população jovem.

Para o período de tempo em análise, vemos que, no geral, a duração dos casamentos dissolvidos por divórcio entre a população jovem, tende a repartir-se pelos escalões de um a quatro anos e de cinco a nove anos, para os cônjuges de ambos os sexos. No entanto, entre 1990 e 2004, a evolução não foi linear. Em 1990, era mais frequente os casamentos durarem entre cinco e nove anos em ambos os sexos (Homens – 58%; Mulheres – 57%). Numa perspectiva longitudinal vemos que mais tarde ocorreram mudanças que levaram ao aumento dos divórcios entre os casamentos com durações entre um e quatro anos.

A evolução para os cônjuges masculinos (Gráfico n.º14) teve um período de flutuações, nestes dois escalões entre 1993 e 1996. A estabilização ocorreu em 1996, com 50,5% dos divórcios aconteceram em casamentos com um a quatro anos. A partir deste ano, este escalão manteve a maior representatividade, sempre numa tendência crescente. Atingiu o seu pico em 1999 (61,7%) e, em 2004, representava 59,7% dos divórcios entre jovens masculinos. O escalão dos cinco a nove anos de casamento

teve uma evolução diametralmente oposta. Em 1999 atingiu o seu ponto mais baixo (35,1%) e, em 2004, representava 34,1% dos divórcios no sector masculino jovem.

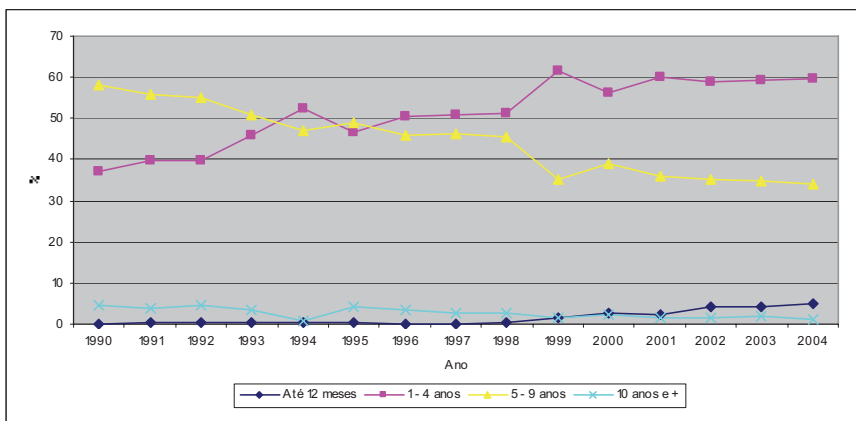


Gráfico n.º 14 – Casamentos dissolvidos por divórcio até aos 29 anos, por ano, segundo a duração do casamento do cônjuge masculino: 1990-2004 (% sobre o total geral de casamentos dissolvidos por divórcio até aos 29 anos)
Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

A evolução do divórcio entre as mulheres jovens (Gráfico n.º15) teve uma trajectória mais estável. Em 1990, eram mais representativos os divórcios em casamentos com durações entre cinco e nove anos (57%). Seguindo-se os casamentos que duravam entre um e quatro anos (28%). Estes escalões evoluíram num sentido diametralmente oposto: o mais elevado diminuiu e o mais baixo ganhou representatividade. Em 1999, há uma alteração de posições e os casamentos com menor duração passam a ter mais peso nos divórcios realizados, segundo o cônjuge feminino. Actualmente, esta continua a ser a realidade e, em 2004, os divórcios de casamentos com um a quatro anos representavam 50,6% do total de divórcios entre as jovens mulheres, e o escalão dos cinco a nove anos representava 40,2%.

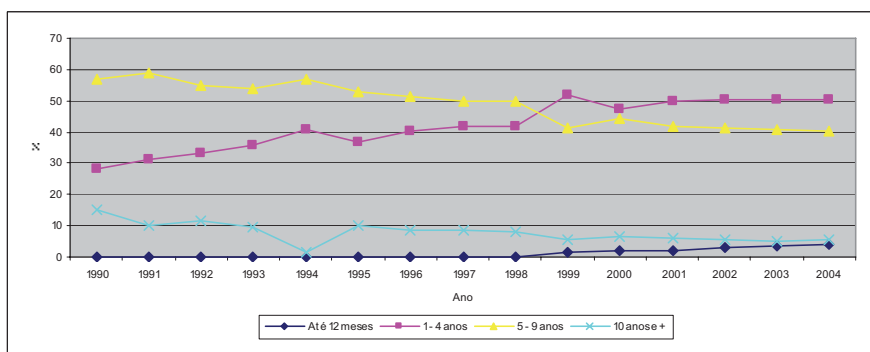


Gráfico n.º 15 – Casamentos dissolvidos por divórcio até aos 29 anos, por ano, segundo a duração do casamento do cônjuge feminino: 1990-2004 (% sobre o total geral de casamentos dissolvidos por divórcio até aos 29 anos)
Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Se analisarmos esta distribuição à luz dos diferentes grupos etários, vemos que a duração dos casamentos varia consoante o grupo etário. Existe uma tendência, em ambos os sexos, para nas faixas etárias mais novas os casamentos durarem menos. Entre os 15 e os 19 anos, tiveram duração de um ano entre os homens e até 3 anos entre as mulheres, de 1995 a 2004. No grupo etário dos 20-24 anos, entre 1990 e 1999, os homens divorciaram-se mais entre os dois e os quatro anos de casamento, enquanto as mulheres, fizeram-no entre os três e os cinco anos de casamento. Nos tempos mais recentes (2000-2004), ocorreu um encurtamento da duração do casamento em ambos os sexos. Tanto os homens como mulheres retiraram um ano de casamento aos valores referidos. Na faixa etária dos 25-29 anos, ocorre a mesma situação de redução da duração do casamento. Devemos notar, no entanto, que esta foi maior. Entre 90-94, os divórcios juvenis realizaram-se principalmente em casamentos com dois a quatro anos (em ambos os sexos); no período de 95-99, os casamentos duraram entre três a cinco anos no caso dos homens e entre três a sete no caso das mulheres; no período mais recente (00-04), verificou-se novamente uma ligeira diferença entre sexos. Os homens separaram-se ao fim de dois a cinco, e as mulheres ao fim de três a seis anos.

2.3. Casamentos dissolvidos por divórcios segundo a forma de casamento e situação de paternidade da população jovem

Caracterizemos agora os divórcios entre a população juvenil quanto à forma casamento (Gráfico n.º16 e n.º17). O cruzamento dos divórcios na população jovem com a forma de casamento mostra-nos que a partir dos anos 80, o divórcio em casamentos católicos começou a ter mais peso que os divórcios em casamentos civis. Em termos evolutivos, não se constatarem grandes alterações ao longo dos anos. No caso dos homens até aos 29 anos, em 1990, 55,6% dos divórcios ocorreram em casamentos católicos (823 divórcios). Nesta mesma população, em 2004, a percentagem foi de 58,7% (2.071 divórcios). No caso da população feminina jovem, em 1990, 56% dos divórcios foram realizados entre casais que haviam casado pela via católica (1.371). Em 2004, a percentagem era de 60,3% (3.210 divórcios).

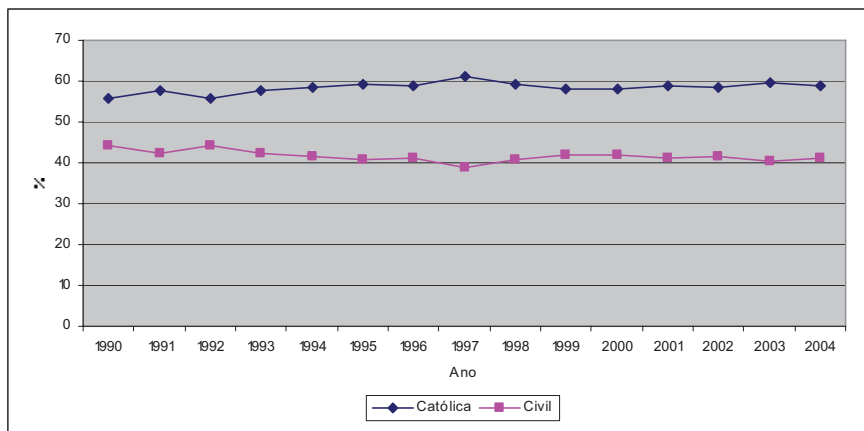


Gráfico n.º 16 – Casamentos dissolvidos por divórcio até aos 29 anos, por ano, segundo a forma de celebração do casamento do cônjuge masculino: 1990-2004 (% sobre o total geral de casamentos dissolvidos por divórcio até aos 29 anos)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

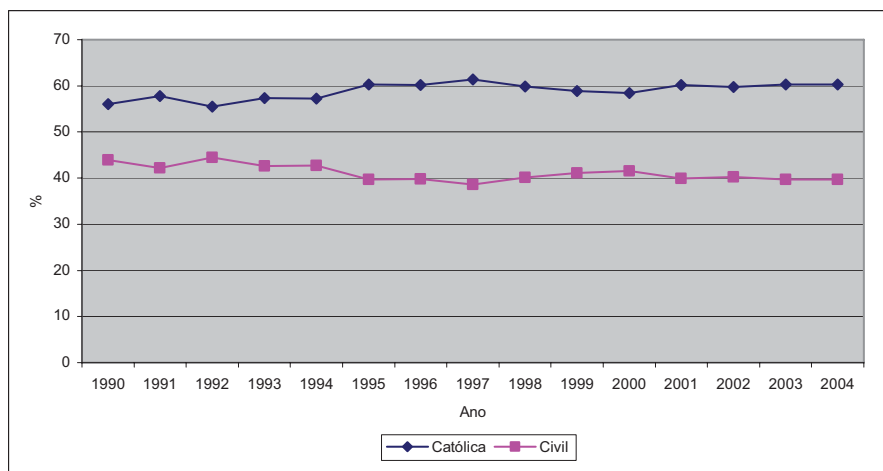


Gráfico n.º 17 – Casamentos dissolvidos por divórcio até aos 29 anos, por ano, segundo a forma de celebração do casamento do cônjuge feminino: 1990-2004 (% sobre o total geral de casamentos dissolvidos por divórcio até aos 29 anos)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Os dados referidos em cima indicam, por um lado, que assim como há menor número de casamentos católicos, e também existe um maior número de divórcios entre católicos. Verificamos que o casamento religioso não parece ser impedimento para a realização de divórcios entre os jovens.

Quanto à evolução da distribuição dos divórcios segundo os filhos e o sexo dos cônjuges, mostra-nos algumas diferenças entre sexos. A evolução entre os homens

jovens mostrou que os casamentos dissolvidos, entre 1965 e 1993, tinham maioritariamente filhos (51 e 55%, respectivamente). A partir de 1994 existe uma tendência de diminuição do divórcio em casamentos com filhos. São exceções os anos de 1995 (53,5%) e 1998 (50,4%). Em todos os restantes verificaram-se percentagens apresentam-se na casa dos 40%. Em 2004, em 49,9% dos divórcios realizados por homens até aos 29 anos, estes tinham filhos.

Esta situação pode ocorrer devido aos já falados fenómenos de retardamento da idade de casamento, de encurtamento dos anos de casamento entre os jovens e de adiamento da decisão de ter filhos para a vida adulta (situação de que falaremos de seguida).

No caso das mulheres jovens que se divorciaram, a evolução é distinta. Os dados mostram-nos que houve sempre uma maioria de divórcios em casamentos com filhos. Sendo exceção o ano de 1999 (47,2%). Relativamente ao período temporal em análise, constatamos que, em 1990, em 61,9% dos divórcios de mulheres até aos 29 anos, já existiam filhos. Os dados de 2004, apontam para uma percentagem de 53,5%. Existem indicadores de que esta realidade poderá mudar um pouco, visto que a percentagem tem vindo a diminuir.

3. Filhos

3.1. Evolução das idades médias do nascimento dos filhos

À semelhança do que se tem passado com o retardamento da idade de casamento, também ocorreu nos últimos anos um retardamento na idade média da mulher no nascimento do primeiro filho (Gráfico n.º18). Entre 1960 e 1990 não se registaram flutuações significativas. Em ambas as datas a idade média de nascimento do primeiro filho estava próxima dos 25 anos (25,05 em 1960; 24,70 em 1990). No entanto, a partir de 1990, verificou-se um aumento gradual para os 27,5 anos em 2004.

Como hipóteses de compreensão desta mudança é relevante pensarmos em fenómenos anteriormente referidos, como: o retardamento da idade de casamento; as dificuldades de inserção laboral; as dificuldades de estabilização a nível económico do agregado familiar; o prolongamento dos estudos entre os jovens, etc.

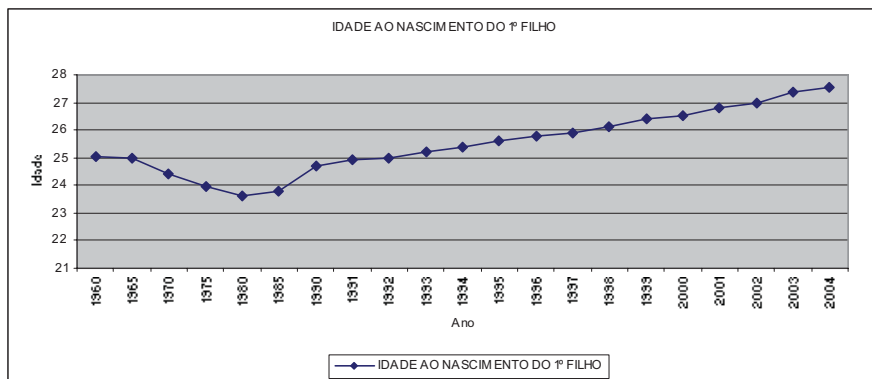


Gráfico n.º 18 – Idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho, por ano: 1960-2004

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Este indicador não pode ser tratado para os pais porque não existem dados recolhidos. No entanto, a comparação entre o número de nados-vivos, por ano, segundo o grupo etário do pai e da mãe mostra-nos que a mulher tende a constituir a sua descendência mais cedo que os homens.

Esta comparação só é possível a partir de 1980 [ano em que surgem os dados sobre o pai - (Gráfico n.º19)]. Neste ano 74,2% das mães tinham entre 15 e 29 anos, enquanto para os pais na mesma faixa etária o valor era de 58,4%. Esta diferença manteve-se ao longo dos anos e, em 1990, as percentagens eram apenas um pouco mais baixas: 72,4% para as mães e 54,1% para os pais. Relativamente a 2004, estes valores alteram-se substancialmente. Para além do fosso etário entre mulheres e homens na transição para a paternidade, verifica-se ainda uma diminuição no nascimento de filhos de pais jovens. Do total de nascimentos, em Portugal, apenas 53,3% eram filhos de mulheres jovens e 37,8% eram filhos de homens jovens.

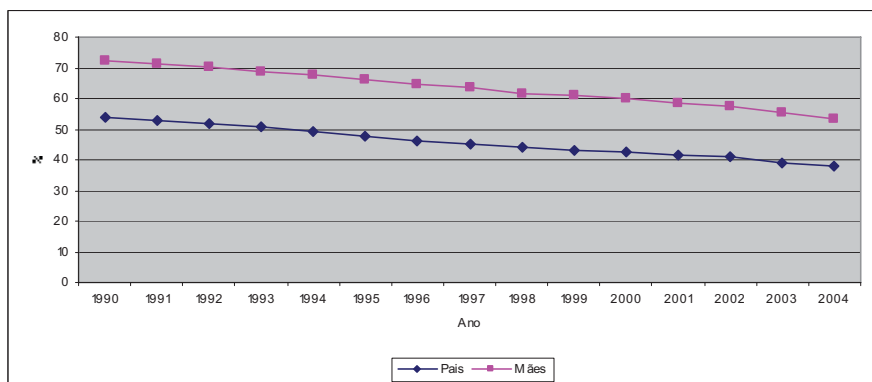


Gráfico n.º 19 – Nados-vivos de pais jovens, por ano, segundo o sexo dos pais: 1990-2004 (% em relação ao total de nados-vivos)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

A observação das proporções de nados-vivos filhos de pais jovens, desagregadas pelos grupos etários (Gráficos n.º20 e n.º21), mostra-nos que, em 1980, a maioria dos filhos de mães jovens nasciam quando as suas mães tinham entre os 20 e os 24 anos (46,8%). No caso dos homens, estes tiveram mais filhos entre 25 e 29 anos (56,7%). Em 1990, esta tendência tornou-se mais marcada para os homens (64,7%) e passou também a ser uma realidade entre as mulheres (47,7%). Desta altura até 2004 houve uma evolução crescente destes pesos relativos, acentuando-se esta realidade (60,1%, para as mulheres e 70,6% para os homens). Vemos assim que a precocidade do papel da mãe em relação ao papel do pai ainda é uma realidade, mas tem vindo a diminuir.

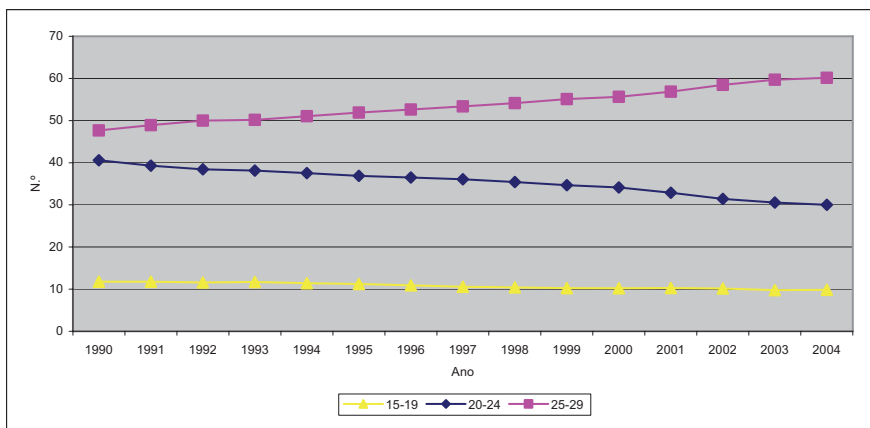


Gráfico n.º 20 – Nados-vivos nascidos de mães jovens, por ano, segundo o grupo etário: 1990-2004 (% em relação ao total de nados-vivos até aos 29 anos)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

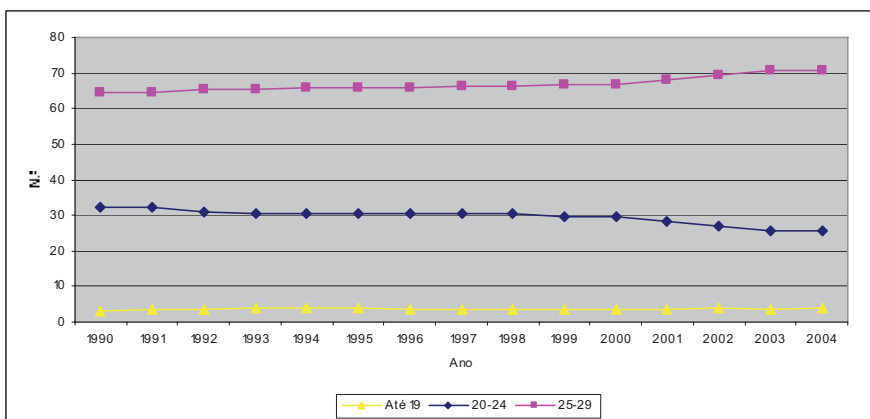


Gráfico n.º 21 – Nados-vivos nascidos de pais jovens, por ano, segundo o grupo etário: 1990-2004 (% em relação ao total de nados-vivos até aos 29 anos)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Se tivermos em atenção os nascimentos por idades combinadas dos pais, ainda se torna mais evidente o retardamento da idade em que os jovens optam por ter filhos. Em 1980, os casais mais fecundos eram aqueles em que as mães tinham entre 20 e 24 anos e os pais entre 25 e 29 anos. Uma década depois esse valor já se encontrava entre casais em que ambos tinham entre 25 e 29 anos. Por outro lado, houve um aumento da fecundidade dos casais em que apenas a mãe é jovem (25-29 anos, 15,6%) e dos casais adultos (24,3%). Esta realidade acentua-se até 2004. Verificou-se um decréscimo da natalidade entre os casais na faixa etária dos 25-29 anos (13,7%) e um aumento da natalidade entre casais em que apenas a mãe é jovem (16,7%). Entre os casais com mais de 30 anos houve um aumento de 15% de nascimentos (passaram de 24,3%, em 1990, para 41%, em 2004). Isto significa que cada vez mais os jovens portugueses estão a optar por ter filhos cada vez mais tarde no ciclo de vida.

3.2. Evolução das taxas de natalidade e de fecundidade

Falemos agora, de modo mais específico, sobre a diminuição de nascimentos em Portugal. Este decréscimo tem vindo a ocorrer progressivamente: se em 1960 nasciam 213.895 crianças, em 1990, nasceram apenas 116.383. Ou seja, houve uma redução de nascimentos de cerca de 50%. Esta tendência manteve-se nos últimos 14 anos, sendo que, em 2004, nasceram 109.356 bebés. Ou seja, os nascimentos diminuíram cerca de 6% em relação a 1990.

Na população jovem manteve-se esta tendência, mas registam-se, desde 1980, entre os homens jovens um menor número de filhos que entre as mulheres (Gráfico n.º22). Para além disto, os dados do índice de crescimento registaram um decréscimo maior no nascimento de filhos de pais jovens (34,3% em 2004), que entre as mães (30,8% em 2004).

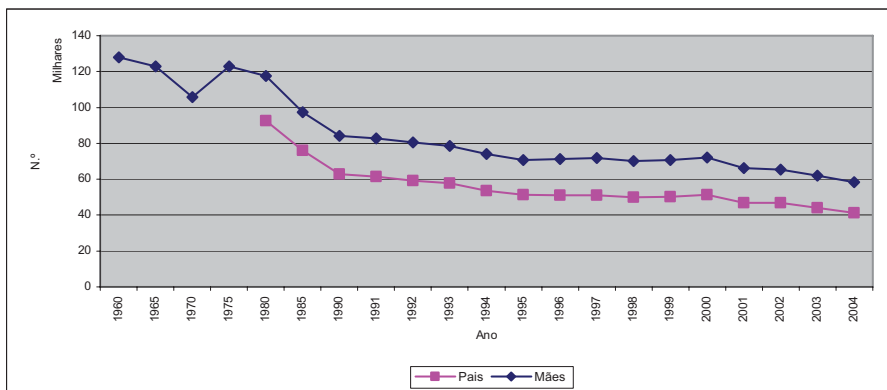


Gráfico n.º 22 – Nados-vivos de pais jovens, por ano, segundo o sexo dos pais: 1990-2004

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Olhando agora para a evolução das taxas de fecundidade³¹ (Gráfico n.º23) dos três grupos etários jovens, confirmam-se os dados anteriores. A evolução das taxas demonstra uma progressiva diminuição dos nascimentos em todos os grupos etários. No entanto, esta foi mais acentuada no grupo etário de mulheres entre os 20 e os 24 anos. Nesta faixa etária, a taxa de fecundidade foi de 86,7‰, em 1990, e de 48,2‰, em 2004. Ou seja, em 14 anos, deixaram de nascer 50 filhos em cada mil mulheres. Na faixa etária dos 25-29 anos também houve uma diminuição de 107,9‰ (1990), para 85,3‰ (2004), respectivamente. A diminuição da taxa de fecundidade foi menos significativa entre as mulheres de 15 a 19 anos: de 23 filhos por cada mil mulheres, em 1990, passaram a ter 19,6 filhos, por cada mil mulheres (2004).

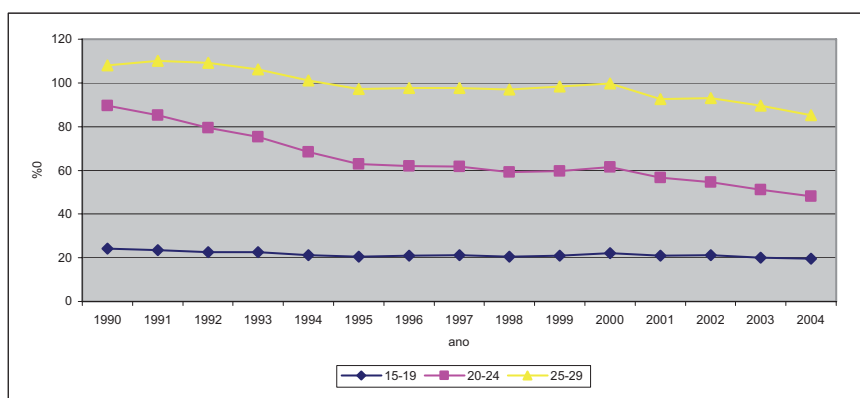


Gráfico n.º 23 – Taxa de Fecundidade, por ano, segundo o grupo etário: 1990-2004

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

3.3. Evolução da dimensão da descendência da população jovem

Em termos de números de filhos que cada jovem tem, verificou-se que cada vez menos jovens têm três ou mais filhos. Os dados referentes aos nados-vivos de jovens mães, por ordem de nascimento, dizem-nos que, em 1960, 26,1% dos nados-vivos correspondiam pelo menos ao terceiro filho das mães jovens. Em 1990, este valor havia decrescido para 9%; e, em 2004, já se encontrava nos 6,3%. Estes dados

³¹ A taxa de fecundidade considera o número de nados-vivos por mil mulheres dos 15 aos 49 anos de idade. Este indicador permite eliminar o efeito produzido pela parte da população onde não ocorrem nascimentos (ao contrário do que acontece com a taxa de natalidade), na medida em que apenas são consideradas as mulheres dentro do período fértil. INE (2004), Estatísticas Demográficas, Lisboa, INE.

fundamentam a ideia de que está a ocorrer uma redução do número de descendentes entre a população jovem.

Pensemos agora na ordem de nascimento dos filhos de mães jovens (Gráfico n.º24). O primeiro filho tende a nascer ainda dentro das faixas etárias consideradas. Os dados de 1990 apontam para os 63,7% e os de 2004 para os 68,5%. Relativamente ao segundo filho, esta situação tem vindo a diminuir de um modo lento e pouco significativo. Vejamos, em 1990, 28,5% dos descendentes de mães jovens eram os seus segundos filhos; e, em 2004, 26,2%.

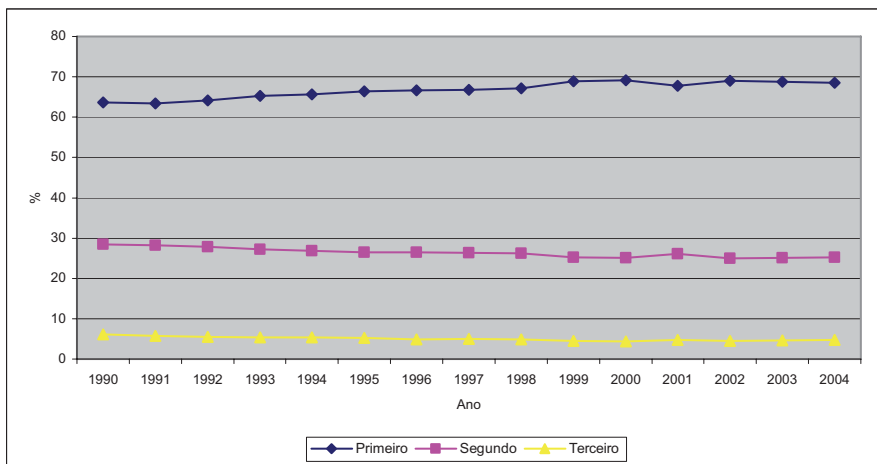


Gráfico n.º 24 – Nados-vivos de mães jovens, por ano, segundo as principais ordens de nascimento: 1990-2004 (% em relação ao total do grupo etário)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Em termos de grupos etários, como seria de esperar, o grupo etário em que a mulher se encontra está intimamente ligada à ordem de nascimento dos seus filhos. Ou seja, é mais provável ocorrerem nascimentos de segundos filhos entre as mulheres com idades entre 25 e 29 anos, que entre jovens mulheres entre os 15 e os 19 anos.

Deste modo, em termos dos primeiros filhos, estes representam 90% dos nados-vivos nascidos de mães com idades entre os 15 e os 19 anos; 72,1% (1990) e 73,7% (2004) dos nados-vivos filhos de mães com 20-24 anos; e 47,6% (1990) e 62,5% (2004) dos filhos das jovens com idades entre os 25 e os 29 anos. eram os seus primeiros filhos. As proporções referidas evidenciam claramente o fenómeno do adiamento do nascimento do primeiro filho entre as mulheres jovens. Esta situação vai limitar também o nascimento dos segundos filhos (Gráfico n.º25 e n.º26).

Verificámos que está a ocorrer uma diminuição do nascimento dos segundos filhos, principalmente nas faixas etárias mais velhas. O segundo filho corresponde a 9% dos nados-vivos nascidos de mães com 15-19 anos. Relativamente aos outros

grupos etários, em 1990, 22,4% dos filhos nascidos de mães com 20-24 anos eram os seus segundos filhos. Em 2004, este valor correspondia a 21,3%. A diferença mais significativa ocorreu no grupo etário dos 25-29 anos. Em 1990, 38,4% dos filhos nascidos das mães nesta faixa etária eram os seus segundos filhos. Em 2004, este valor havia descido para 29,6%.

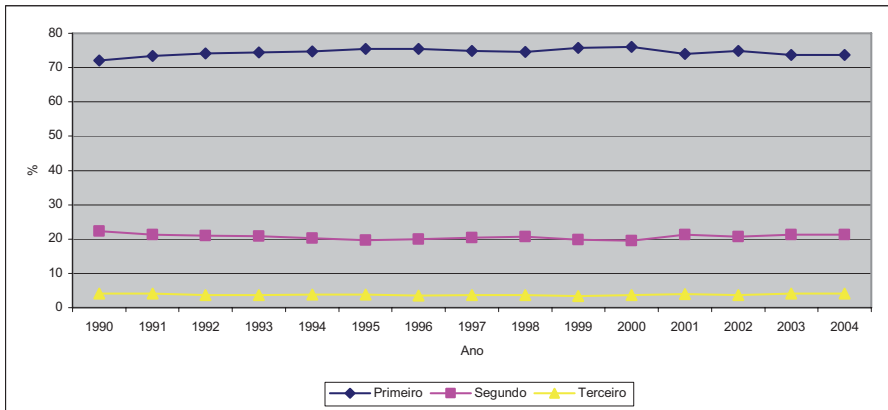


Gráfico n.º 25 – Nados-vivos de mães entre os 20-24 anos, por ano, segundo as principais ordens de nascimento: 1990-2004 (% em relação ao total do grupo etário)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

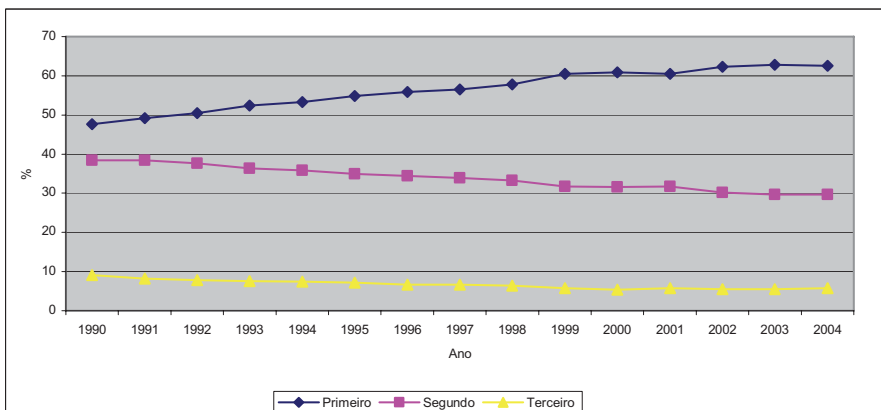


Gráfico n.º 26 – Nados-vivos de mães entre os 25-29 anos, por ano, segundo as principais ordens de nascimento: 1990-2004

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Olhando agora para os dados sobre os nados-vivos por condição perante o trabalho da mãe (Gráfico n.º27), segundo o grupo etário, podemos dizer que entre as

mães jovens tem ocorrido um movimento crescente de empregabilidade e uma diminuição significativa da população não activa³².

Os primeiros dados que possuímos datam de 1980 e, nessa altura, ainda era representativa a percentagem de filhos de mães jovens não activas (64,6%). Destes 64,6% a grande maioria era constituída por domésticas. Relativamente ao período em que nos estamos a focar, em 1990, esta representatividade dos nados-vivos, filhos da população feminina não activa, ainda era maioritária (52,9%), mas em declínio. Os filhos de mães empregadas era já de 46,3%, ou seja, ocorreu um aumento de cerca de 12% desde 1980.

Em 1991, estas duas condições perante o trabalho igualam-se e inicia-se a partir daí uma inversão de tendências. A um ritmo acelerado as jovens mães deixam de ser população não activa e entram para o mercado do trabalho. São anos representativos da aceleração desta mudança na condição perante o trabalho das jovens mães, o ano de 1995, em que 56,7% dos nados-vivos são descendentes de mães empregadas, e o ano de 1999, em que a esta percentagem já havia aumentado para 64,7%. Entre este ano e 2004, houve uma estabilização destes valores, sendo que, em 2002, esta percentagem atingiu o seu ponto mais elevado (67,4%).

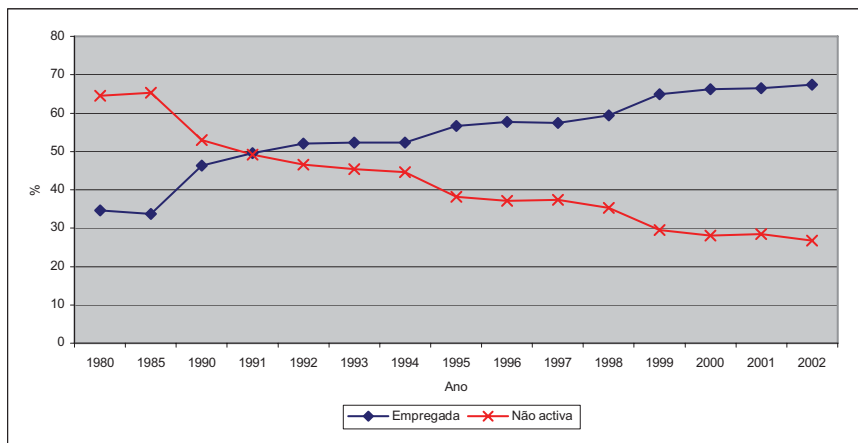


Gráfico n.º 27 – Nados-vivos de mães jovens, por ano, segundo a condição perante o trabalho das mães: 1990-2004 (% em relação ao total do grupo etário dos 15-29 anos)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

³² Consideram-se como pessoas não activas as/os doméstica(os), os estudantes e pessoas noutras condições. Enquadram-se na outra condição "os indivíduos que não exercem nenhuma actividade económica remunerada e que vivem da reforma ou pensão proveniente de actividades anteriores (reformado, aposentado ou na reserva); indivíduos que não exercem nenhuma actividade económica e que são titulares de bens de capital donde lhes provêm os rendimentos que constituem os eu principal modo de vida (proprietários, etc.); os indivíduos totalmente incapazes para o trabalho, quer por acidente de trabalho quer por qualquer outro motivo (inválidos); os indivíduos sem actividade económica que recebem ajuda do Estado ou de fonte privada e de todos aqueles que não estão compreendidos nas categorias mencionadas." INE (2004), Estatísticas Demográficas, Lisboa, INE.

Em termos parcelares, a desagregação dos nados-vivos de mães jovens pelos 3 subgrupos etários que temos vindo a utilizar, vemos que, como seria de esperar, a faixa etária em que as jovens mães se encontram influencia a sua condição perante o trabalho. As mulheres que foram mães no período observado, com idades entre os 15 e os 19 anos, eram maioritariamente pessoas não activas. No entanto, esta tendência tem vindo a decrescer e tem alimentado o aumento de mães empregadas. Em termos de dados, podemos ilustrar esta ideia com as seguintes percentagens: em 1990, 82,2% dos nados-vivos filhos de mães entre os 15 e os 19 anos eram provenientes de mães não activas; em 2004, este valor já se encontrava nos 61%. Poderíamos considerar que esta população não activa pode ser constituída por estudantes. Não é o caso. Os dados foram recolhidos de modo desagregado e esta população não activa é maioritariamente constituída por domésticas.

No grupo etário seguinte, constatam-se tendências evolutivas semelhantes. Ambos os grupos mostram mães jovens que entraram no mercado do trabalho. Entre as mães do grupo etário dos 25-29 anos a mudança começou a ocorrer em 1990. Nesta data, 54,1% dos nados-vivos tinham mães trabalhadoras. Esta percentagem cresceu a um ritmo acelerado e, em 2004, encontrava-se no 76,2%. No caso das mães com idades entre os 20 e os 24 anos, a mudança ocorreu em 1995. No entanto, a evolução tem sido mais lenta que o grupo etário dos 25-29 anos. Em 1990, 56,4% dos filhos nascidos neste ano eram provenientes de mães não activas; em 1995, a tendência inverteu-se e 52,9% dos filhos nasciam de mães empregadas; em 2004, esta percentagem encontrava-se nos 55,7%.

Encontramos nestes dados mais um elemento que pode explicar diminuição do número de filhos: a saída das mulheres para o mundo do trabalho e a diminuição da sua disponibilidade para terem filhos. Por outro lado, também é relevante destacar que as mulheres só têm filhos depois de estarem laboralmente activas. Quer isto dizer que esperam até terem alguma estabilidade económica para terem filhos. Como encontram entraves na entrada para o mercado de trabalho e na estabilização da sua vida laboral, adiam esta decisão. Disto resulta o retardamento da idade em que têm filhos, o que também implica com questões de diminuição da fertilidade da mulher. As questões económicas relacionadas com a educação dos filhos também podem ter implicância no número de filhos que cada mulher tem, pois os custos económicos aumentam consideravelmente com a decisão de ter o segundo e o terceiro filho. Sobre a condição perante o trabalho dos pais, podemos dizer que os pais jovens se encontram fortemente inseridos no mercado de trabalho. O nascimento de filhos provenientes de pais empregados, entre 1990 e 2004, oscilou entre os 96% e os 91,8%.

Se olharmos para os dados referentes aos nados-vivos por condição perante o trabalho dos pais segundo o seu grupo etário, vemos que os grupos etários dos pais mais novos têm sofrido algumas alterações evolutivas. Verificamos, por exemplo, que na faixa etária dos 15-19, mais de 90% dos nados-vivos tinham, até 1993, pais empregados. No entanto, a partir de 1994, este valor começou a decrescer e atingiu

um mínimo de 69,6%, em 2004. Esta evolução parece transmitir uma permanência dos pais na escola, visto que a percentagem de nados-vivos com pais não activos aumentou. Perante esta situação, a questão que se coloca é: de que forma são se sustentam estas novas famílias? É o outro membro do casal que aufer o rendimento para a família? São ajudados pelos pais ou outras pessoas?

Relativamente aos restantes grupos etários, ocorreram poucas oscilações. A maioria dos pais são empregados, no entanto, nos últimos anos o seu valor tem vindo a decrescer, especialmente entre os pais pertencentes ao grupo etário dos 20-24 anos. Estes jovens pais começam a engrossar o grupo dos não activos. Ou seja, permanecem na escola, apesar de assumirem um novo papel social. A faixa dos pais com 25-29 anos é a mais estável. A percentagem de nados-vivos oriundos de pais empregados oscilou entre os 96% (1990) e os 94,4% (2004).

3.4. Fecundidade da população jovem fora do casamento

Relativamente à taxa de fecundidade fora do casamento (Gráfico n.º28), a análise dos dados entre 1990 e 2004 indica um aumento do número de nascimentos em todos os grupos etários que temos vindo a considerar (15-19; 20-24; 25-29 anos). O crescimento foi mais relevante nos grupos etários mais velhos. Entre as mães com 20-24 anos houve um aumento de 8,8%, entre 1990 e 2004; e entre as mães com 25-29 anos, o aumento foi de 9,3%. Enquanto que, no grupo etário das mães mais novas, o aumento foi menos significativo (5,5%).

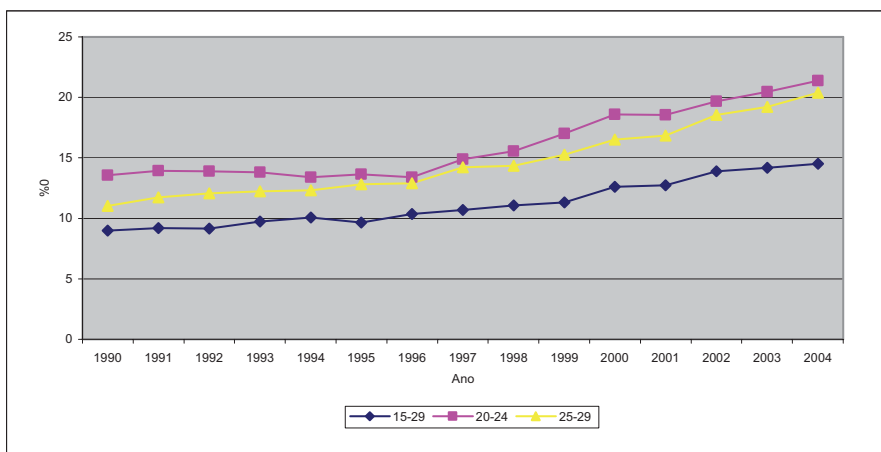


Gráfico n.º 28 – Taxa de fecundidade fora do casamento, por ano, segundo o grupo etário da mãe: 1990-2004 (%)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

O grupo etário em que a taxa de fecundidade fora do casamento se revela maior é o grupo das mães com idades entre os 20 e os 24 anos. Em 1990, foi 13,58‰ e, em 2004, foi 21,39‰.

Este aumento de nascimentos extra matrimoniais é um indicador da emergência de um novo padrão comportamental relativamente à constituição de novas famílias, em que o estatuto de casado deixa de ter a relevância de outros tempos: *“os nascimentos fora do casamento não são hoje, como acontecia frequentemente no passado, uma consequência das dificuldades de acesso à conjugalidade, mas resultam sobretudo da sua informalização.”*³³ Ou seja, muitos dos casais que optam por viver em união de facto também decidem ter filhos sem que a sua união seja formalizada pelo casamento.

4. Habitação

Tivemos alguma dificuldade em aceder a dados sobre a compra e arrendamento de casa por parte dos jovens portugueses. Os organismos públicos e privados que detêm informações como o número de jovens que arrendam ou compram habitação; número de jovens que o fazem individualmente e número dos que o fazem em casal; condição perante o trabalho, seus escalões de rendimento; dimensão do agregado familiar; o seu estado civil; características das casas que habitam que habitam (n.º de quartos, área de habitação, etc.), ainda não tratam estatisticamente estes dados. Inviabilizam assim uma análise mais rica desta importante dimensão na trajetória de autonomização de qualquer jovem, que passa pela sua autonomia residencial. De qualquer modo, foram-nos cedidos alguns números relativos ao Incentivo ao Arrendamento Jovem (IAJ) e relativos ao crédito jovem bonificado, de quando este ainda existia.

4.1. Arrendamento de habitação por parte da população jovem

Os dados que nos foram disponibilizados sobre o IAJ são muito pobres em termos da caracterização da população que se candidata e/ou que recebe este incentivo. No entanto, permitem realizar uma pequena abordagem a esta questão.

³³ Aboim, Sofia (2006), *Conjugalidades em Mudança*, Lisboa: ICS.

Os dados que nos foram fornecidos não se encontram desagregados pelos grupos etários jovens que definimos anteriormente. No entanto, este incentivo tem como requisito de candidatura a posse de menos de 30 anos. Deste modo, enquadra-se na nossa definição demográfica de população jovem.

Relativamente ao IAJ, importa esclarecer que consiste numa medida governamental existente desde 1992, que apoia financeiramente os jovens no arrendamento de casas. O valor do incentivo ao arrendamento depende do escalão de rendimento anual bruto corrigido do agregado familiar, não podendo ultrapassar 75% do valor da renda efectivamente paga. Em termos de atribuição e duração, o IAJ é atribuído anualmente, pelo INH (Instituto Nacional de Habitação), podendo ser renovável por iguais períodos de tempo até perfazer 5 anos de incentivo, consecutivos ou não.

Desde o ano em que foi implementado (1992), até 2005 o IAJ tem vindo sempre a crescer. Em 1992, o INH recebeu um total de 5.258 candidaturas ao Incentivo e deferiu 66,1%. Relativamente a 2005, o número total de candidaturas e renovações ascendeu para 31.552, das quais foram aprovadas 77,9%. Curiosamente, os anos de baliza da nossa análise (1992-2005), foram também os anos de menor e maior percentagem de aprovação dos pedidos realizados. Os números apresentados demonstram um crescimento total, desde 1992, de 600% das candidaturas e de 706,8% de deferimentos (Gráfico n.º29 e n.º30).

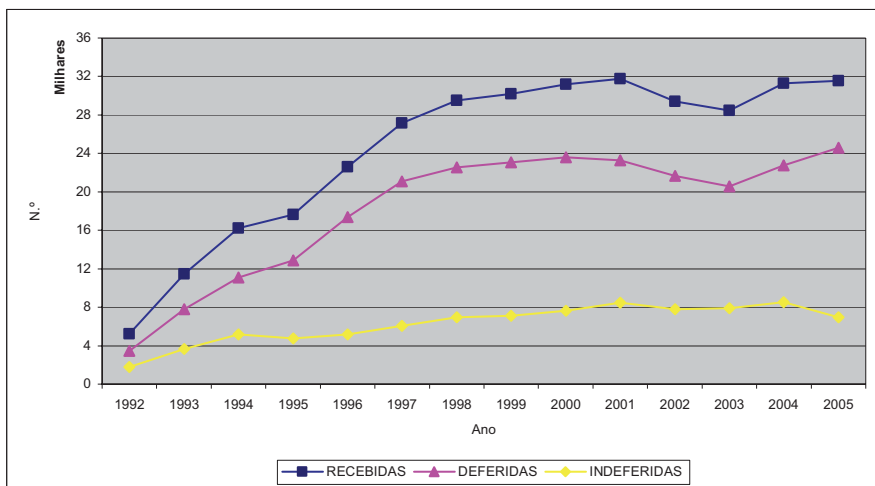


Gráfico n.º 29 – Candidaturas ao IAJ, por ano, segundo o resultado: 1992-2005

Fonte: Instituto Nacional de Habitação.

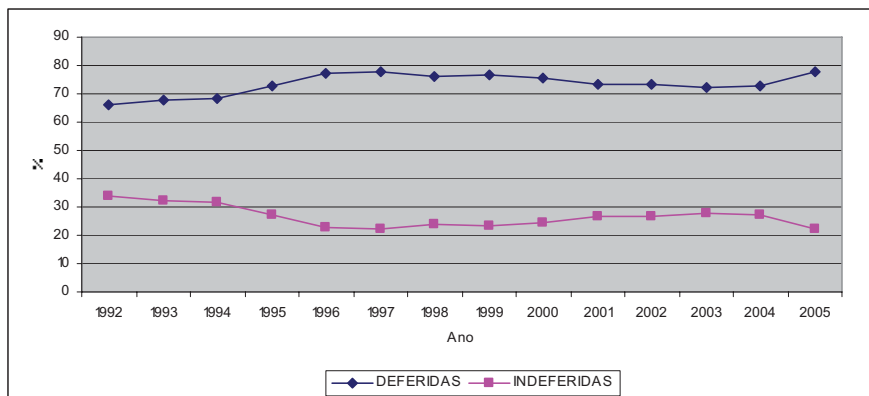


Gráfico n.º 30 – Candidaturas ao IAJ, por ano, segundo o resultado: 1992-2005 (% sobre o total geral)

Fonte: Instituto Nacional de Habitação.

Os pedidos de IAJ dividem-se em Primeiras Candidaturas e Renovações (Gráfico n.º30). Como as renovações se iniciaram em 1993, os dados apresentados em cima, relativamente a 1992, referem-se a primeiras candidaturas. Comparando-os com os de 2005, verificamos que houve um crescimento total de 282,9% nos pedidos (14.875). Destas foram deferidas 73,8% (10.972), ou seja, houve um crescimento total de 315,6% de deferimentos desde 1992.

No primeiro ano de renovações (1993) foram recebidos 2437 pedidos e deferidos 84,%. Em 2005, estes valores foram de 16.677 e 81,6%, respectivamente. A percentagem de deferimento das renovações foi sempre mais elevada que a das primeiras candidaturas. A percentagem de 1993 foi o seu valor máximo e a percentagem mínima foi atingida em 2004 (76,2%). Em termos de crescimento total desde 1993, houve um crescimento de 684,3% nos pedidos recebidos e 664,26% nos deferimentos.

Em termos de Índice de Crescimento anual, ou seja o crescimento que se verificou em relação ao ano anterior, verificamos sempre uma evolução positiva em que os valores de crescimento não foram menores a 90%.

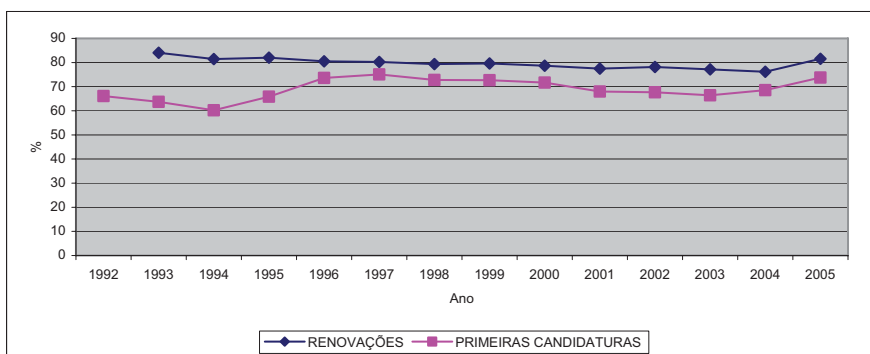


Gráfico n.º 31 – Candidaturas e Renovações deferidas do IAJ, por ano: 1992-2005 (% sobre o total geral)

Fonte: Instituto Nacional de Habitação.

Relativamente à distribuição do incentivo pelo território português, vemos os jovens que mais se candidatam e mais recebem o IAJ residem no distrito do Porto, em Braga e em Lisboa (Gráfico n.º32). Por exemplo, em termos de candidaturas deferidas, 19,9% são do Porto (50.780), 16,6% são de Braga (42.342) e 15% são de Lisboa (38.408). Estes valores não se alteram se observarmos as distribuições das primeiras candidaturas e das renovações.

No sentido inverso, os distritos com menor representatividade de pedidos e deferimentos do IAJ, são a Madeira, Beja e os Açores. Relativamente às candidaturas deferidas, os deferimentos da Madeira representam 0,15% do total nacional (381). Em Beja este valor encontra-se nos 0,35% (885) e, nos Açores, 0,46% (1.169).

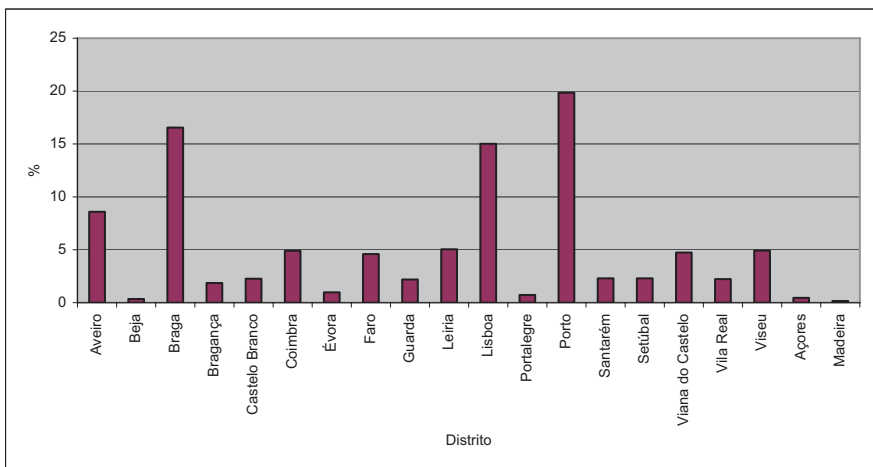


Gráfico n.º 32 – Pedidos Deferidos do IAJ, por distrito, segundo o resultado: 1992-2005 (% em relação ao total geral)
 Fonte: Instituto Nacional de Habitação.

Na análise do peso relativo das candidaturas deferidas e das candidaturas indeferidas por distrito, vemos que apenas na Madeira ocorreu uma maior proporção de candidaturas indeferidas (53,3%). Nos restantes distritos a percentagem mais baixa de deferimento é de 56,6%, nos Açores, e a mais elevada é de 78,4%, em Braga. Temos assim percentagens de deferimento quase sempre superiores aos 50% dos pedidos.

Na distinção destes dados por primeiras candidaturas e por renovações verificamos que nas primeiras candidaturas as percentagens foram idênticas ao total geral. No entanto, na distribuição das renovações, deixam de existir percentagens de deferimento inferiores a 60,8% (Madeira).

Se olharmos para a evolução das candidaturas recebidas, deferidas e indeferidas, nos diferentes distritos, por ano, vemos que na maioria dos distritos a tendência foi sempre crescente. Apenas em Faro, Viana do Castelo, Castelo Branco e nos Açores se verificou um aumento crescente até aos anos de 1997 e 1998 e, um decréscimo a partir destas datas. Em termos de deferimentos, a maioria dos distritos aprovou em todos os anos mais de 50% das candidaturas ao IAJ. São excepções os distritos de Beja, Setúbal, Açores e Madeira.

Em termos de número de incentivos pagos aos jovens que se candidataram ao IAJ, em 1992, foram pagos 5.182 incentivos. Esta distribuição tem tido uma evolução sempre crescente (Gráfico n.º 33) Em termos de crescimento anual, o ano de 1993 foi um ano de *boom*, com um aumento de 1216,5% no número de incentivos pagos. Este crescimento abrupto ocorreu por dois motivos: 1993, foi o ano em que se iniciaram as renovações; foi o primeiro ano em que foram contabilizados os 12 meses de actividade do INH; e ao crescimento do número de primeiras candidaturas deferidas. A partir deste ano, verificou-se uma grande desaceleração do crescimento anual. Em 1994, houve um crescimento de 73,2% em relação ao ano anterior; em 2001, este valor foi apenas de 0,37% (em relação a 2000). 2003 e 2004 foram anos de decréscimo do número de incentivos pagos, e em 2004, ocorreu uma ligeira subida.

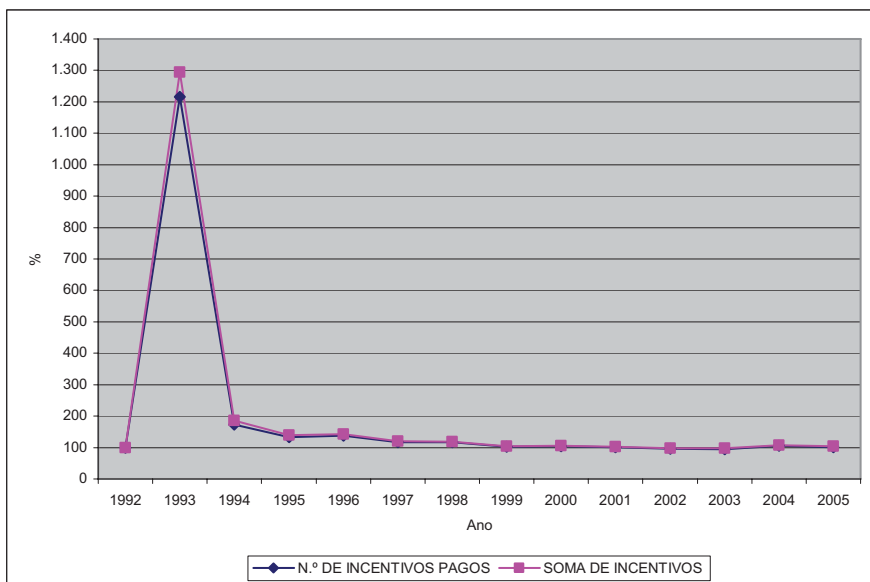


Gráfico n.º 33 – Índice de Crescimento Anual do N.º e soma de incentivos pagos, por ano: 1992-2005 (% em relação ao total do ano anterior)

Fonte: Instituto Nacional de Habitação.

4.2. Compra de habitação por parte da população jovem

Relativamente à compra de casa por parte da população jovem residente em Portugal, apenas possuímos alguns dados sobre os créditos bonificados que terminaram em 2002. O regime de crédito jovem bonificado foi legalmente regulado por vários diplomas. Em termos etários, houve algumas alterações ao longo do período observado. Até 1998, os jovens que podiam aceder ao regime jovem tinham que ter entre os seus 18 e os 30 anos, tratando-se de apenas uma pessoa e, no caso dos casais, a soma da idade do casal não podia exceder os 55 anos. A partir de Novembro de 1998, um novo decreto-lei definiu que, no caso dos casais, nenhum dos membros poderia ter mais de 30 anos. Para as pessoas sozinhas mantiveram-se as mesmas condições.

Para além da delimitação etária, o crédito estava apenas disponível para agregados familiares que desejassem adquirir, construir, recuperar, beneficiar ou ampliar a sua habitação própria permanente. Estes jovens não podiam possuir outros créditos similares, excepto quando as instituições de crédito aceitassem celebrar outro contrato complementar ao já existente. Era também condição de acesso o valor da habitação não exceder o valor fixo por portaria própria³⁴, que tinha em conta o preço da construção, a sua localização e a dimensão do agregado familiar a que se destinava.

Durante este período em análise (1994-2002), o peso relativo do regime jovem bonificado, no total de créditos à habitação, teve um valor mínimo de 24,4%, em 2000, e um valor máximo de 34,6%, em 1996, sendo os créditos no regime geral os mais frequentes (Gráfico n.º34). Em termos evolutivos, ocorreu um crescimento significativo de todos os regimes de crédito à habitação. No caso do crédito jovem, em 1994, foram concedidos 25.083 (29,7%) créditos jovem bonificados, e 41.418 (24,7%), em 2002. O índice de crescimento denota que entre estes dois anos houve um crescimento de 165,12%, tendo havido um período entre 1997 e 1999 que o crescimento ultrapassou os 200%.

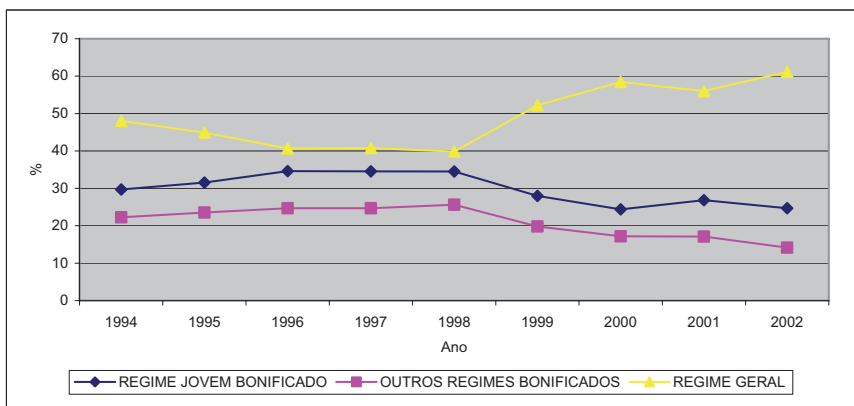


Gráfico n.º 34 – Créditos à Habitação concedidos, por ano, segundo o tipo de regime de compra: 1992-2005 (% em relação ao total geral)

Fonte: Direcção geral do Tesouro.

³⁴ DL n.º 328-B/86 de 30 de Setembro; DL n.º 261/98 de 11 de Novembro de 1998

A comparação dos créditos bonificados no regime jovem com o total do regime bonificado, mostram-nos que a maioria dos créditos bonificados para a compra de habitação foram concedidos a jovens com idades até aos 30 anos. Percentualmente, os valores são de 57,1% (25.083), em 1994, e de 63,6% (41.418), em 2002 (ano em que foi extinta esta bonificação), tendo havido um ano pico tanto no crédito bonificado jovem como nos restantes regimes de bonificação. Em termos dos jovens, em 1998, foram concedidos 74.792 créditos à habitação, ou seja, 57,4% do regime bonificado.

Em termos da evolução longitudinal destes dois indicadores, ambos tiveram uma tendência crescente de 1994 a 2002. No entanto, verifica-se que o regime jovem teve um crescimento mais acentuado: 65,1%, em 2002, em relação a 1994; contra 48,6% do Regime bonificado total. No ano de 1998, ano de pico, o crescimento esteve equiparado nos dois regimes (perto dos 200%).

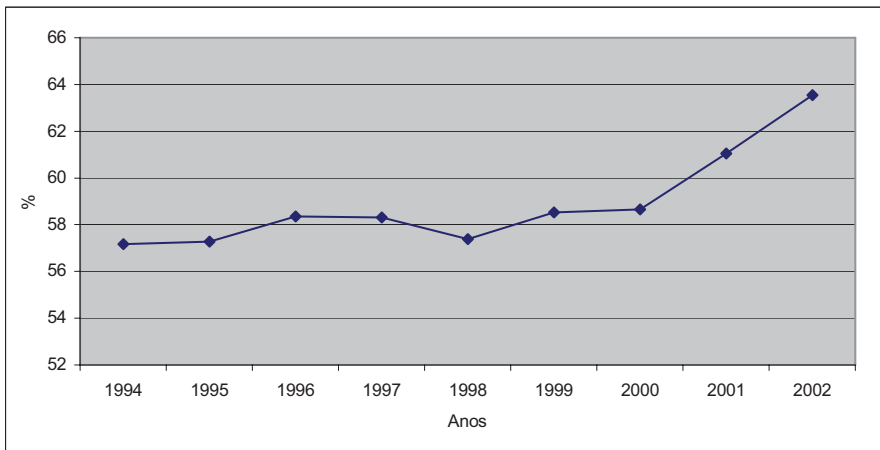


Gráfico n.º 35 – Peso relativo do Crédito à Habitação no regime jovem bonificado em relação ao regime bonificado total, por ano: 1992-2005 (% em relação ao total geral)

Fonte: Direcção geral do Tesouro.

Síntese Conclusiva

Constatámos que a maioria dos jovens residentes em Portugal são solteiros e que, mesmo nos grupos etários mais velhos, o número de solteiros tem vindo a crescer. Significa isto que os jovens estão a adiar o seu casamento para cada vez mais tarde. Isso também é visível na idade média ao primeiro casamento. Este indicador tem vindo a aumentar de modo progressivo, especialmente no sexo feminino. O que indicia uma futura equiparação das idades de casamento entre homens e mulheres.

Para além dos já referidos casamentos tardios, também se constatou que o número de casamentos tem vindo a diminuir, não apenas entre a população jovem, mas também na população geral. Nos últimos 15 anos, as uniões de facto tornaram-se progressivamente aceites na sociedade portuguesa, iniciando um movimento de diversificação das possíveis formas de união. Constatámos isto na forma de celebração dos casamentos, com decréscimo de casamentos católicos e o aumento de casamentos civis. Na generalidade, a maioria dos casamentos continuam a ser católicos, mas cada vez menos.

Esta diminuição do casamento católico, o aumento do casamento civil e o aumento das uniões de facto entre os jovens, evidenciam alterações comportamentais em relação às possíveis formas de conjugalidade e a uma maior aceitação de diferentes modelos familiares.

Esta questão também é visível nos dados sobre o divórcio, pois constatou-se um aumento significativo do número de divórcios a nível nacional e entre a população jovem, especialmente entre os jovens com 25-29 anos. Relativamente à variável sexo, observámos que o divórcio é mais frequente entre as mulheres jovens que entre os homens jovens. Esta situação pode estar relacionada com o facto das mulheres jovens casarem tendencialmente mais cedo que os jovens masculinos. É importante ainda destacar o facto da taxa de divórcios, na faixa etária dos 25-29 anos, ser superior à taxa de divórcio nacional.

Relativamente à duração dos casamentos dissolvidos por divórcio, verificou-se uma tendência de encurtamento da duração dos casamentos, tanto entre os efectivos masculinos, como entre os efectivos masculinos. Nos últimos anos a maioria dos casamentos dissolvidos por divórcio, na população jovem, duraram entre 1 e 4 anos.

A forma de casamento dos divórcios registados também revela mudanças atitudinais e comportamentais dos jovens em relação ao que é a conjugalidade e sobre o que interfere na manutenção de um casamento. Verificou-se que a maioria dos divórcios ocorreram em casamentos católicos. Este facto parece ser um indicador de que, entre os jovens, a religião não actua como um elemento agregador do casal, quando este já está no ponto de ruptura.

Este mesmo dado foi visível na evolução da idade média da mulher ao primeiro filho. Vimos que este indicador tem vindo a aumentar progressivamente nos últimos anos. Por outro lado, também foi visível na distribuição de nados-vivos pelos grupos etários dos pais. Constatamos aqui que os nascimentos ocorrem com maior frequência na faixa etária dos 25-29 anos e que as mulheres jovens têm filhos mais cedo que os homens jovens. Este dado deve-se provavelmente ao facto das mulheres também casarem mais cedo e de, na escolha de parceiro, o critério étario ser mais abrangente que para os homens. Dizemos isto porque, tendencialmente, as mulheres casam mais com homens mais velhos.

Relativamente ao número de filhos, verificou-se uma diminuição do nascimento de filhos entre pais jovens. Este contínuo decréscimo decorre de um conjunto de alterações atitudinais em relação aos comportamentos sexuais. Nomeadamente, liberação dos

comportamentos sexuais, divulgação do planeamento familiar e difusão dos métodos contraceptivos. Contudo, para além das questões relacionadas com a sexualidade, é actualmente mais relevante o já falado retardamento da idade de procriação.³⁵

Este retardamento é também ele fruto de questões económicas e sociais como são o prosseguimento dos estudos, a necessidade sentida pelos jovens de se estabilizarem economicamente antes de casarem ou terem filhos, as dificuldades de inserção laboral, etc. Por outro lado, o retardamento da idade de procriação devido a questões socio-económicas coloca outras questões relacionadas com o calendário de fecundidade. A limitação do período fértil da mulher condiciona a sua probabilidade de ter filhos e, quanto mais tardia for a idade de procriação, menores são as hipóteses de ter um número elevado de filhos. Isto tornou-se estatisticamente visível a partir dos anos 90 e acentuou-se no início do novo século. Podemos confirmar isso quando se verifica que o maior número de nascimentos ocorre entre os jovens das faixas etárias mais elevadas. Os dados de 2004 apontam mesmo para um retardamento da decisão de ter filhos para idades mais avançadas.

Esta situação condiciona a dimensão da descendência dos casais portugueses. Pudemos já constatar que os jovens muito raramente têm mais de 2 filhos e que o índice de fecundidade nacional se tem estabilizado em torno de 1,4 e 1,6 filhos.

Relativamente à Habitação, os dados que possuímos são muito pobres na caracterização dos jovens que arrendam ou compram habitação. Não conseguimos saber o número de jovens que arrendam ou compram habitação; se o fazem individualmente ou como casal, etc..

Por outro lado, questionamo-nos sobre a inserção laboral destes jovens e sobre os seus escalões de rendimento. Seria também interessante conhecer a dimensão do seu agregado familiar; o seu estado civil e adquirir uma noção das casas que habitam (n.º de quartos, área de habitação, etc.).

No caso dos incentivos, seria interessante percebermos se este tipo de incentivos é atribuído a jovens com diferentes níveis de escolaridade; seria relevante perceber se a informação sobre a existência destes incentivos chega de igual modo aos jovens com diferentes qualificações.

Estas variáveis estão acessíveis nos formulários que os jovens preenchem no acto de candidatura e renovação ao IAJ ou no acto de formalização dos créditos à habitação. No entanto, não existe tratamento estatístico das mesmas. No caso do IAJ, este tratamento é especialmente relevante porque permite perceber se os objectivos do IAJ estão a ser cumpridos; para sabermos se o IAJ chega aos jovens com todos os níveis de escolaridade ou se a informação chega apenas a jovens com qualificações superiores. Relativamente a este tipo de apoio resta frisar a adesão sempre crescente, por parte dos jovens, a este tipo de apoios.

³⁵ Figueiredo, Alexandra Lemos e outros (1999), *Jovens em Portugal - Análise longitudinal de fontes estatísticas: 1960-1997*, Oeiras, Celta.

III – Educação

*Jorge Vieira**

Introdução

A centralidade da instituição escolar, operando como plataforma de integração na vida social por via da formação e aquisição de competências e pela disponibilização de possibilidades de acesso a hipóteses de inserção profissional, é inequívoca. Constituindo-se a educação formal como uma área fulcral no trânsito dos jovens para a vida adulta e na estruturação de condições sociais de existência diversificadas, interessa auscultar as relações dos jovens com a escola e respectivos percursos.

A colectânea de dados aqui analisados pretende disponibilizar um olhar global sobre o panorama contemporâneo educativo português e respectiva evolução nos últimos anos. O âmbito cronológico baliza-se entre os anos 1990 e 2004 e pretende, não integrando análises pormenorizadas, traçar as principais tendências longitudinais da presença (e da ausência) dos jovens no sistema educativo português. Com o recurso a bateria de indicadores disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística e pelo Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema de Ensino do Ministério da Educação³⁶ levantar algumas pistas de análise sobre os níveis de ensino que vão do 2º ciclo do ensino básico até aos níveis de ensino superior dos jovens portugueses.

Qual a proporção de jovens que concluem com êxito o ensino? Os jovens que saem do ensino fazem-no em que momento do seu percurso escolar? Quais as qualificações académicas formais que os jovens possuem para oferecer no mercado de trabalho?

* Sociólogo licenciado pelo ISCTE. Bolseiro de Gestão de Ciência e Tecnologia CIES/ISCTE no OberCom. Mestrando em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação no ISCTE.

³⁶ Tendo como referência os indicadores compilados na edição antecedente deste projecto, fazem parte da base de dados indicadores disponibilizados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) relativos à formação profissional. No entanto tendo em consideração algumas limitações dos dados recolhidos, nomeadamente a utilização de *cohortes* diferentes e falta de dados relativos ao total de inscritos, não foram introduzidos neste capítulo.

1. A situação escolar da população jovem

As *taxas de escolarização*³⁷ avançadas pelos censos de 1991 e 2001 traduzem um crescente envolvimento dos jovens portugueses no sistema de ensino. Se no total geral a taxa de escolarização da população residente se mantém quase estacionária entre os anos recenseados (21% e 20,3% respectivamente) no total dos jovens a taxa ascendeu dos 29% para os 36,8%. No interior da categoria juvenil o acréscimo percentual mais significativo é registado no segmento dos jovens com idades entre os 15 e os 19 anos de idade, subindo dos 54,9% do ano censitário de 1991 para os 71% no ano 2001. De forma menos acentuada, mas também ascendente, o escalão etário dos 20 aos 24 anos eleva-se dos 21,8% em 1991 para os 33,8% 2001 e nos jovens dos 25 aos 29 anos de idade dos 6,3% para 10,9% (Gráfico 1).

Denota-se claramente que este sentido ascendente da taxa de escolarização no período intercensitário se traça especificamente pela mão da geração mais jovem, afirmando-se progressivamente como mais escolarizada em relação às gerações predecessoras e, como tal, dispõe de uma carteira de capitais escolares para oferecer no mercado de trabalho mais alargada.

Considerando a distinção de género observa-se que esta evolução positiva da taxa de escolaridade juvenil é mais alta nas mulheres, diferencial que se amplia de 3,5% em 1991, para 5,1% em 2001 (Gráfico nº2).

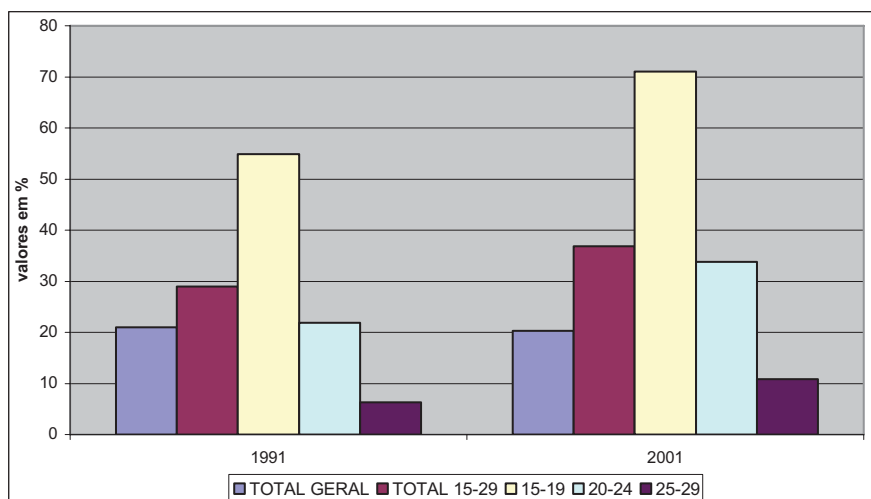


Gráfico n.º 1 – Taxas de escolarização da população residente

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

³⁷ Calculadas com base nos valores da população residente e da população que frequenta o ensino, aferidos nos recenseamentos. Servem o propósito de medir o peso relativo da população estudantil na população total.

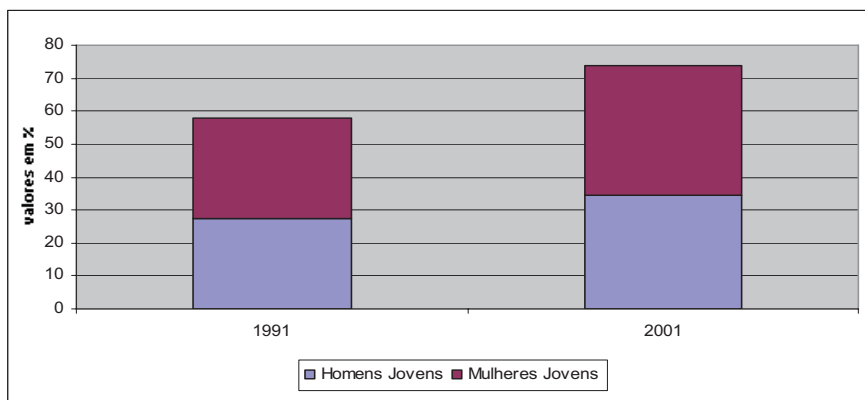


Gráfico n.º 2 – Taxas de escolarização da população jovem, por sexo – 1991 e 2001

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

A taxa bruta de escolarização, segundo o GIASE, dá-nos conta da relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo. Como se ordenam as taxas brutas em relação aos diferentes níveis de ensino? Com um saldo mais positivo o 2º ciclo do ensino básico edifica-se no ano lectivo de 1990/91 com uma média de 117,5% e de 121,9% em 2003/04. Segue-se o 3º ciclo com uma taxa de 112,6% no primeiro período lectivo em análise chegando ao ano final com 114%.

Se em todos os níveis do ensino básico a taxa bruta de escolarização parece sofrer apenas de algumas oscilações ao longo dos anos, no ensino secundário esta apresenta um comportamento longitudinal diferente. Sobe dos 67,7 pontos percentuais em 1990/91 para os 103,4% em 1995/96 baixando de seguida (mas sempre com valores acima do ano base) progressivamente até 2005 cifrando-se nesse último momento com 85,5%. Tal poderá indiciar um acréscimo do peso relativo de jovens neste nível de ensino que já ultrapassaram dos *timings* normais de desenvolvimento escolar – revelador de atrasos e precedentes retenções.

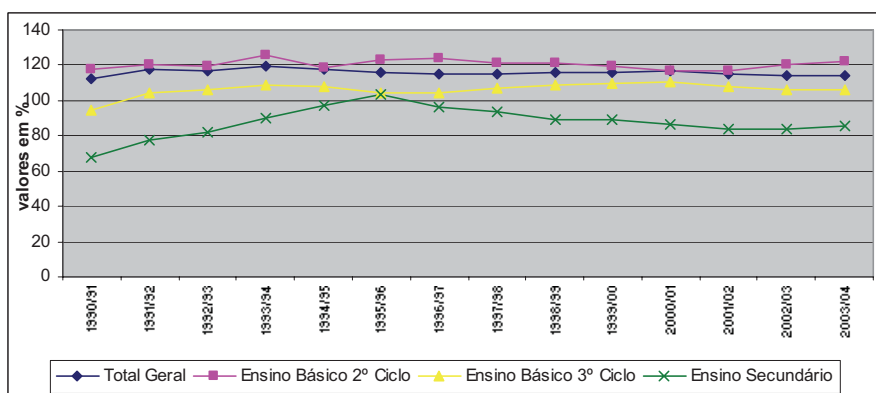


Gráfico n.º 3 – Taxa bruta de escolarização da população jovem segundo o nível de ensino

Fonte: GIASE

Analisando a taxa bruta de escolarização segundo o sexo, observa-se que ao longo dos anos em análise as taxas masculina e feminina seguem relativamente paralelas a uma distância aproximada de 15 pontos percentuais, sempre com a taxa feminina em posição superior. Este dado reforça os indicadores fornecidos pelos censos que apontam para a feminização do sistema de ensino português, nomeadamente dos seus níveis mais elevados.

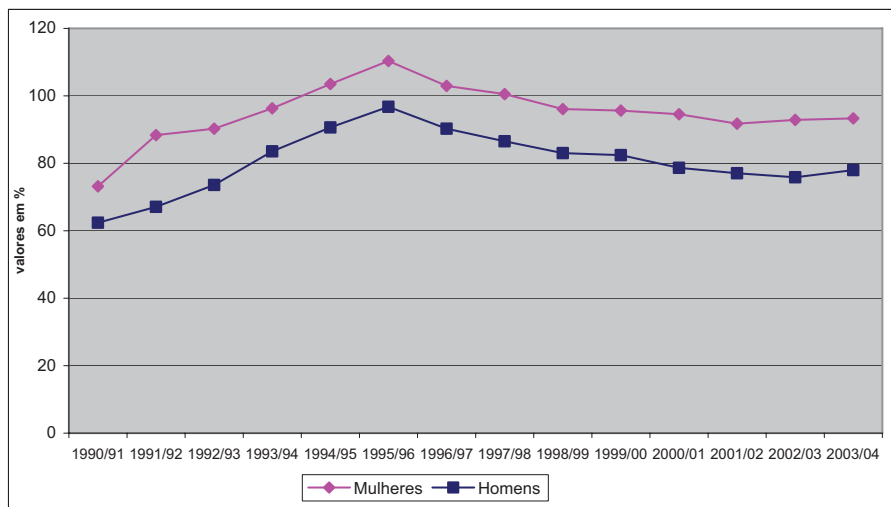


Gráfico n.º 4 – Taxa bruta de escolarização da população jovem segundo o sexo

Fonte: GIASE

Passando para um afinamento da taxa de bruta de escolarização, observemos os dados relativos à *taxa real de escolarização*. Esta é entendida como a relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários.

Comparando as taxas, a relativa ao 2º ciclo do ensino básico apresenta-se superior relativamente às restantes em todos os momentos analisados. No ano lectivo de 1990/91 fica-se pelos 71,7% subindo nos anos seguintes até atingir o pico máximo em 1996/97 com 89,1% mantendo-se de seguida estacionária.

A taxa real de escolarização do 3º ciclo do ensino básico vai subindo dos 58,3% de 1990/91 até atingir o pico em 2000/01 de 86,8% – aproximando-se da taxa do 2º ciclo. No ensino secundário sobe de 31% em 1990/91 até ao pico de 1996/97 com 59,4% ficando então relativamente estacionária nos anos seguintes. No que toca à mais baixa taxa analisada, isto é, a do ensino superior, esta sobe de 10,8% para 27,3% em 2003/2004.

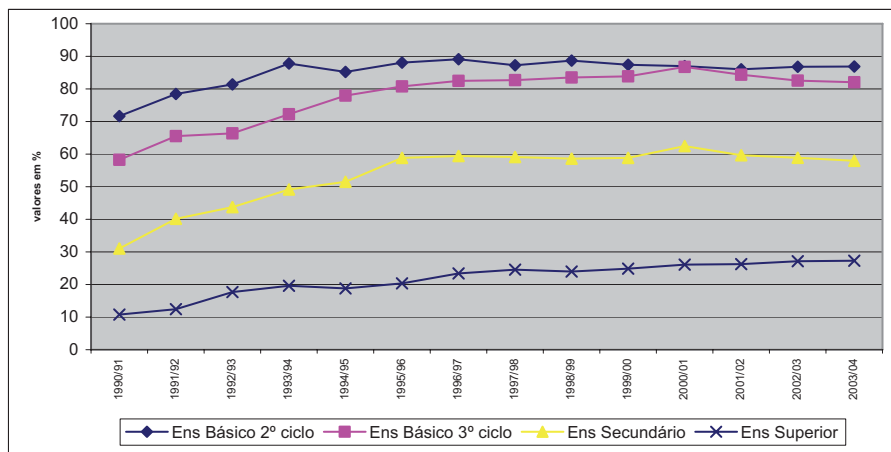


Gráfico n.º 5 – Taxa real de escolarização da população jovem segundo o nível de ensino

Fonte: GIASE

Relendo ainda esta taxa em função das idades³⁸ dos alunos, são de registar duas grandes tendências. Por um lado, as taxas têm vindo a aumentar ao longo dos anos, com maior incidência nos escalões etários mais jovens e, por outro, à medida que se avança na idade decresce a taxa de escolarização (Gráfico n.º 6). O ritmo de crescimento vai-se demonstrando menor à medida que se avança na idade. Senão vejamos: no período lectivo de 1990 a taxa dos jovens com 15 anos era de 67,7% em subindo para os 92,6% em 2003/04, sendo que, no mesmo arco temporal, a evolução nos jovens com 29 anos é de 5,9% para 7,7%. Registou-se assim um crescimento de 24,9% para os jovens mais novos contra os 1,8% dos jovens mais velhos.

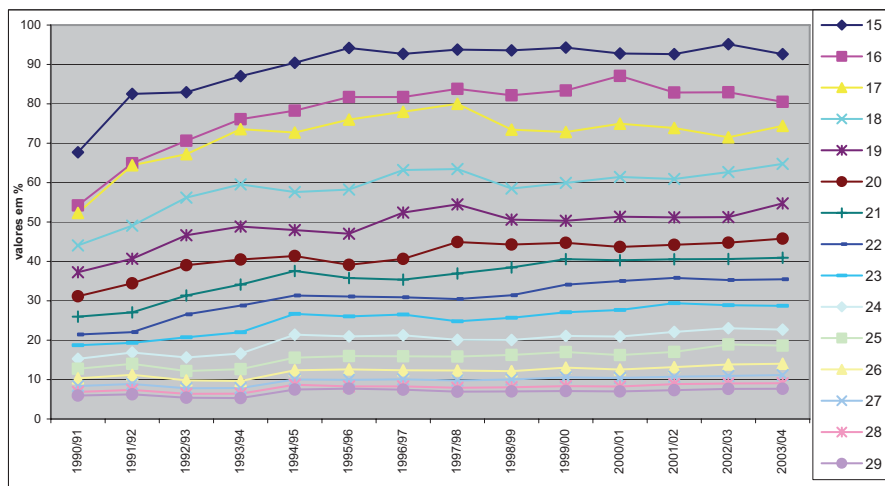


Gráfico n.º 6 – Taxa de Escolarização da população jovem, por idade

Fonte: GIASE

³⁸ Relação percentual entre o número de alunos matriculados e a população residente, em cada uma das idades.

Passando para o *grau de instrução completo mais elevado* que o indivíduo atingiu no momento censitário, importa referir que a população sem qualificação académica decresceu quer no total dos jovens, quer no total geral – de 5,5% para 2,8% e de 34,5% para 26,4% respectivamente.

Entre os jovens, o nível escolar com mais representatividade sobe até ao 3º ciclo do ensino básico, albergando 33,2% do total de jovens em 2001, sendo em 1991 de 21%. De registar os jovens nos níveis de ensino superior, que mais que duplicaram a sua presença de 2,8% em 1991 para 8,3%. Note-se ainda que este patamar de efectivos sem qualificações (formais) deixa de ser o nível que engloba mais indivíduos em termos percentuais, sendo esta posição ocupada pelo 1º ciclo do ensino básico primário com 27,8% do total da população em 2001.

No cômputo geral denota-se a elevação do nível de escolaridade alcançado, sobretudo entre a camada juvenil. Interessa então reter que a realidade das qualificações dos jovens é bastante distinta da realidade da população em geral.

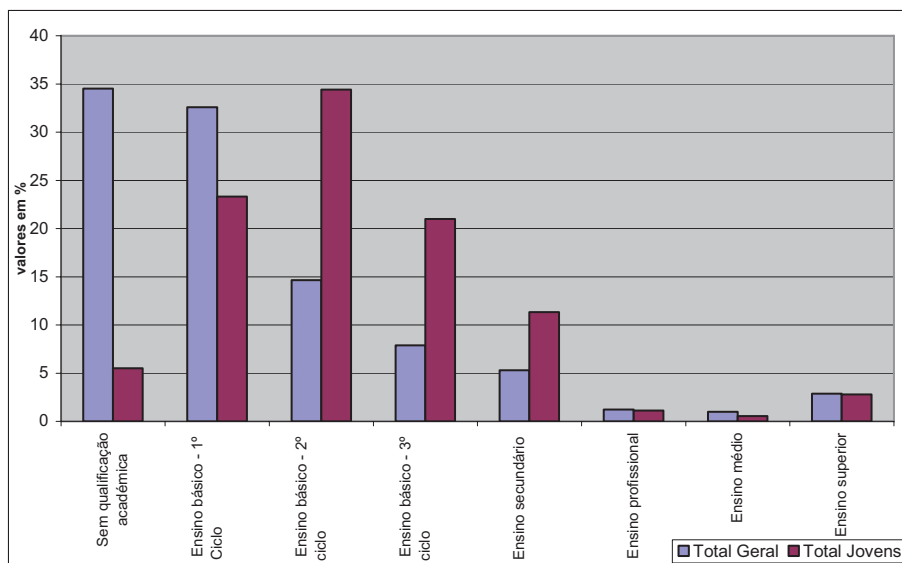


Gráfico n.º 7 – Qualificação académica 1991

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

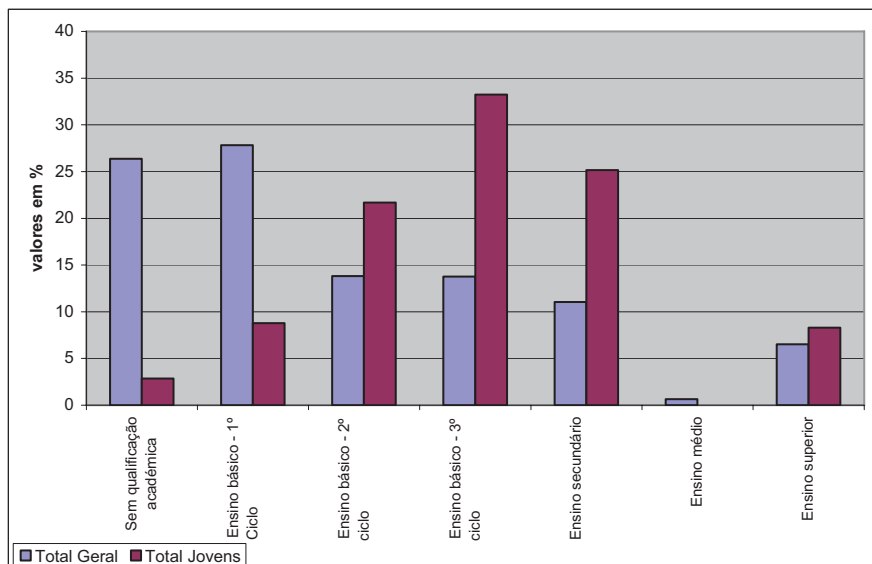


Gráfico n.º 8 – Qualificação académica 2001

Fonte: INE

2. População jovem no sistema de ensino

2.1. Evolução das matrículas

A evolução do *número de matrículas* serve como interessante indicador de leitura do sistema de educação português.

Centrando a análise no nível do 2º ciclo do ensino básico, observa-se que a tendência longitudinal é decrescente. Com efeito, se no ano base de 1990/91 o total de matrículas era de 356.420, no ano de 2003/04 este número desce para as 274.123 inscrições. Refira-se que a diminuição da taxa de natalidade, tal como avançado no capítulo dedicado à demografia, terá contribuído para esta significativa quebra.

As inscrições do ensino básico do 3º ciclo ascendem ligeiramente do ano lectivo base de 1990/91 com um total de 376.149 matrículas até alcançarem o pico de 1994/95 angariando 506.474 inscrições. Esta tendência crescente inverte-se nos anos posteriores descendo até às 386.033 matrículas no ano lectivo de 2003/04.

Quanto ao nível do ensino secundário, este recebe 347.911 inscrições no ano base de 1990/91 recolhendo progressivamente um número maior de matrículas até 1995/96 alcançando o ponto alto de 477.221 matrículas – ao que não será alheio o alargamento da escolaridade básica. Assiste-se nos anos subsequentes a uma quebra progressiva até às 382.212 inscrições do ano lectivo de 2003/04.

Já no que concerne ao ensino superior, o vector evolutivo é constantemente ascendente. Este nível de instrução passa das 187.193 matrículas de 1990/91 para os 395.063 de 2003/04 – ou seja, mais que duplica. Acrescente-se que esta tendência crescente não se apresenta com um dado novo, tendo sido apontada desde o ano lectivo 1985/86 com 106.216 matrículas.

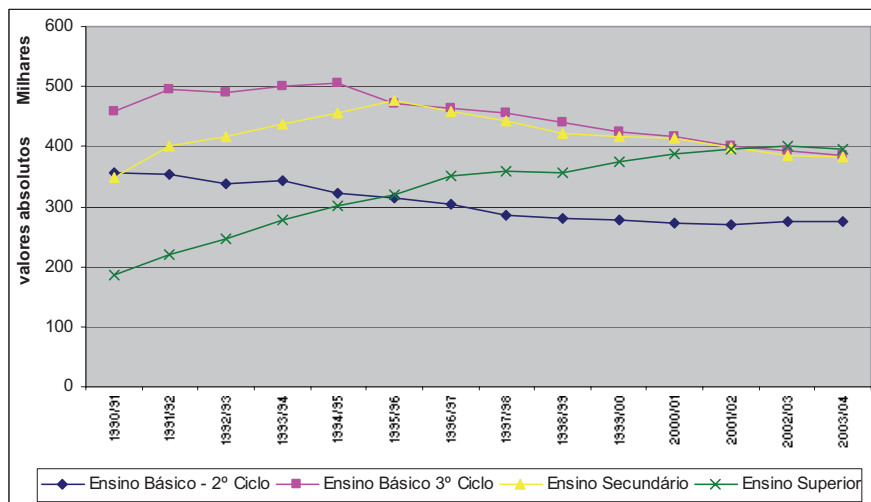


Gráfico n.º 9 – Alunos matriculados

Fonte: GIASE

Denota-se que há uma maior proximidade em 2001 da idade normal para cada nível de ensino e o nível realmente frequentado (Gráfico n.º 10 e n.º 11). A título de exemplo, dos jovens entre os 20 e 24 anos idade inscritos em 2001, 75,8% encontravam-se a frequentar o ensino superior e dos 25 e 29 anos 81,3%. Acrescente-se ainda como positivo o menor peso dos jovens a frequentar os dois primeiros ciclos do ensino básico, apontando para uma maior proximidade da idade normal de frequência e, como tal, menor número de retenções.

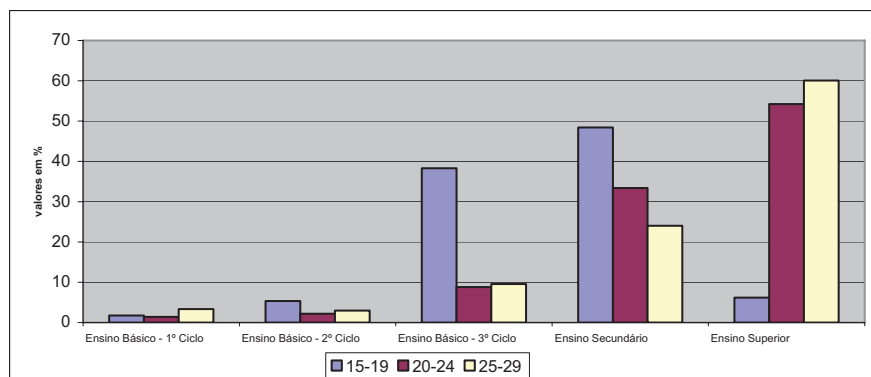


Gráfico n.º 10 – População jovem que frequenta ensino por nível de instrução frequentado e grupo etário 1991

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

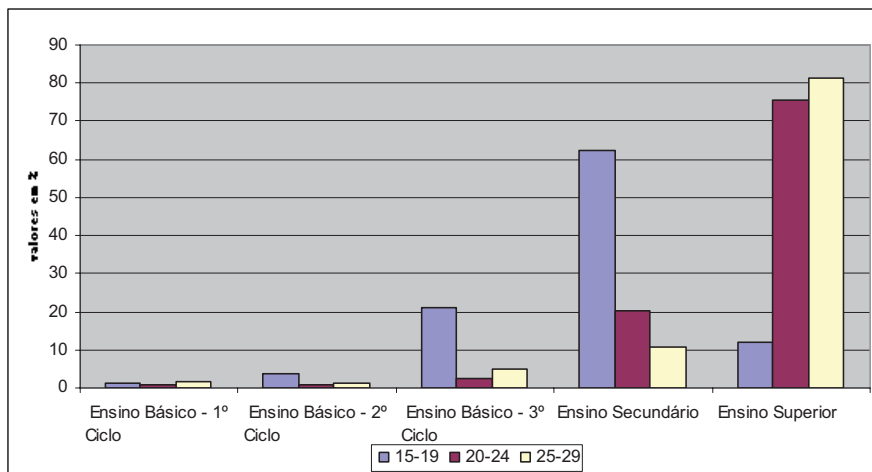


Gráfico n.º 11 – População jovem que frequenta ensino por nível de instrução frequentado e grupo etário 1991
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Se já vimos que o volume de alunos matriculados tem vindo a baixar, será agora interessante analisar a evolução da estruturação da distribuição nos diferentes níveis de ensino dessas inscrições (em menor número).

A começar observa-se que o peso dos alunos matriculados no ensino básico tem vindo a descer discretamente entre 1991/92 e o ano lectivo de 2003/04 – no 2º ciclo decresce dos 15,4% para os 12,5% e no 3º ciclo de 21,5% para os 17,6%. Por seu turno o peso total do ensino superior na disposição do ensino português tem vindo a crescer desde 1991/92, quase que duplicando a sua concentração dos 9,5% para os 18% de 2003/2004 (Gráfico n.º 12).

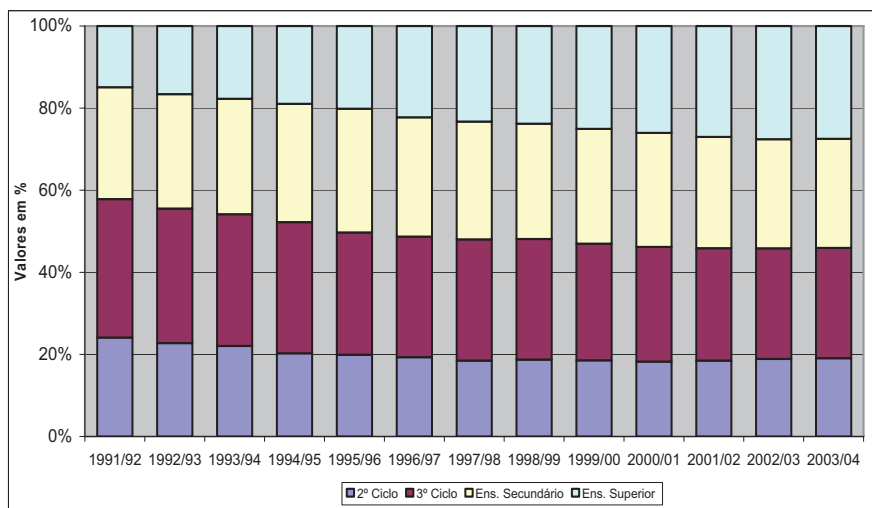


Gráfico n.º 12 – Alunos matriculados segundo o nível de ensino
 Fonte: GIASE

Por *taxa de feminidade* entende-se a relação percentual entre a população escolar do sexo feminino e a população escolar total.

Denota-se haver ainda no 2º ciclo do ensino básico mais homens que mulheres inscritos (Gráfico n.º 13). Situação que tende a obter uma certa equidade no 3º ciclo, sendo que, no ensino secundário, as mulheres matriculadas ultrapassam os homens em cerca de 3%. No ensino superior a taxa ainda é mais elevada com um diferencial de cerca de 6,5 pontos percentuais³⁹. Desta forma, à medida que se ascende no nível de escolaridade mais elevada será a feminização do ensino. O que aponta para um maior abandono escolar por parte dos jovens rapazes e para uma maior procura e aposta contínua das raparigas na formação académica em idades mais avançadas.

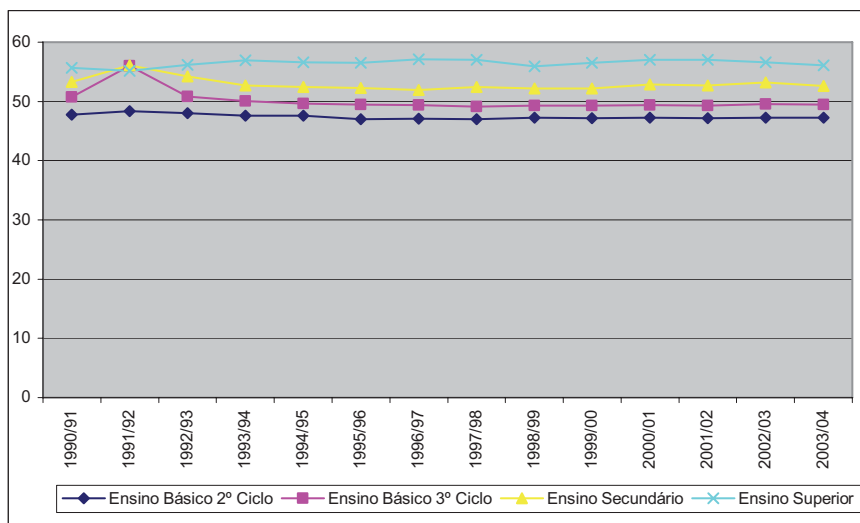


Gráfico n.º 13 – Taxa de feminidade da população jovem

Fonte: GIASE

2.2. Sucesso e insucesso escolar da população jovem

A *taxa de transição/conclusão* revela-nos a relação percentual entre o número de alunos que, no final de um ano lectivo, obtêm aproveitamento e o número de alunos matriculados, nesse ano lectivo.

³⁹ Não desprezível é o pico abrupto e descontinuado de feminidade registado no ano lectivo de 1991/92 na frequência do ensino básico do 3º ciclo – a taxa sobe dos 50,7% para os 56% voltando a decrescer para os 50,8%. Salvaguarde-se que foram promovidas as devidas diligências no sentido de problematizar a veracidade dos dados junto da entidade produtora e fornecedora dos dados – GIASE. Não obstante, até à altura, esta não descortinou eventual erro/gralha, ou avançou com qualquer explicação possível.

Das taxas de transição disponibilizadas, a taxa do 2º ciclo do ensino básico é a mais positiva, mantendo-se estacionária entre os 87,9% de 1994/95 e os 86,1% de 2003/04 (Gráfico n.º 14). Um pouco mais abaixo e mantendo sempre a mesma distância e, como tal, o mesmo comportamento, a taxa de transição do ensino básico do 3º ciclo cifra-se pelos 83,4% em 1994/95 e 82,2% em 2003/04.

Já no escalão do ensino secundário a taxa de transição para além de apresentar os valores mais baixos das restantes aponta para um vector descendente passando dos 78,7% de 1994/95 para os 66,2% de 2003/04 – tendo atingido o valor mais baixo em 2000/01 com 60,6%.

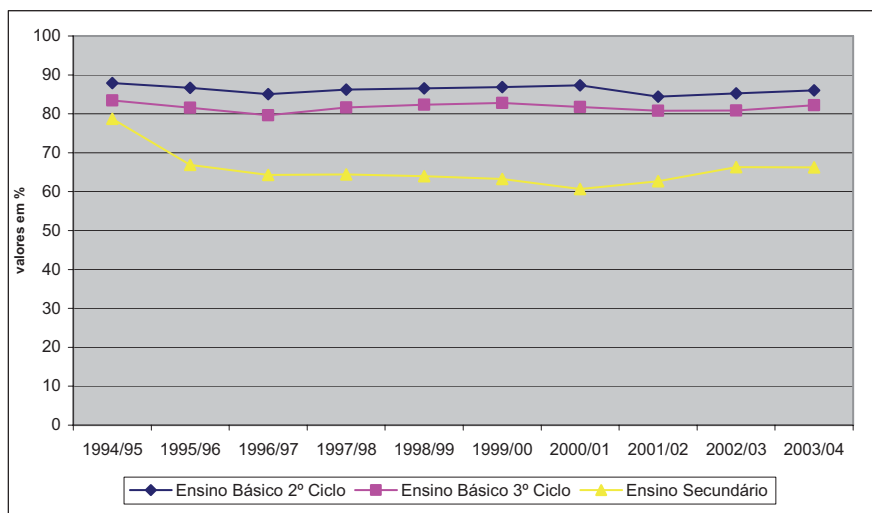


Gráfico n.º 14 – Taxa de transição/conclusão da população jovem

Fonte: GIASE

Relativamente à *percentagem de repetentes* – relação percentual entre o número de alunos matriculados, pela segunda e mais vezes, num determinado ano de escolaridade e o total de alunos matriculados nesse mesmo ano de escolaridade – observa-se que esta tem vindo a aumentar no ensino básico de forma discreta até 1997/98, decrescendo em seguida progressivamente até ao ano lectivo de 1999/00 (Gráfico n.º 15). Com comportamento crescente mas num formato bem mais vincado surgem as percentagens relativas ao ensino secundário. Com efeito, se no ano base de 1994/95 a percentagem era de 8,3% no ano lectivo 1999/00 alcança o pico máximo de 24,5% baixando para os 21,5% de 1999/00, que continuam acima do valor do ano base. O ensino secundário assume-se perante os jovens que ainda frequentam o ensino como momento de charneira no (in)sucesso dos estudos.

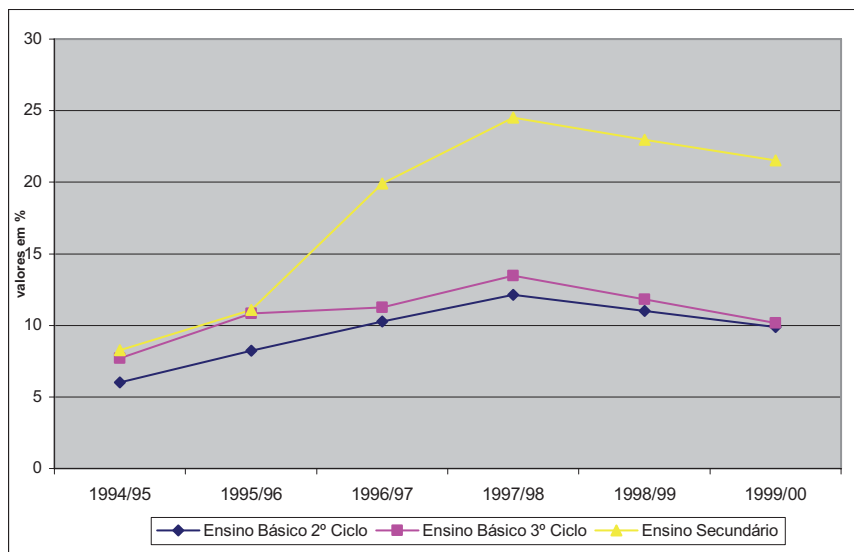


Gráfico n.º 15 – Percentagem de repetentes na população jovem

Fonte: GIASE

A taxa de retenção e desistência⁴⁰ dá conta relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano lectivo.

Num primeiro olhar panorâmico sobre este indicador, denota-se que à medida que se avança no nível de ensino a taxa de retenção e desistência vai sendo maior (Gráfico n.º 16).

O comportamento das taxas do ensino básico é relativamente estacionário, estando o 2º ciclo balizado pelos valores extremos de 12,1% e 13,9% e o 3º ciclo com uma taxa média de 18,3%. Já no que concerne à taxa do ensino secundário as taxas atingem valores bem mais preocupantes. Será de referir num primeiro momento a subida na viragem de 1994/1995 de 21,3% para 33,1%. A evolução continua nos anos posteriores num sentido crescente mas a um ritmo mais contido. Seguidamente 2000/01 a taxa inicia uma quebra até ao ano de 2003/04 com 33,8%.

⁴⁰ Não foram disponibilizados dados específicos relativos ao abandono escolar efectivo. Esta taxa conjuga então a retenção (por insucesso escolar ou ultrapassagem dos limites de faltas injustificadas) e a desistência, não podendo assim medir efectiva e especificamente a taxa de abandono escolar.

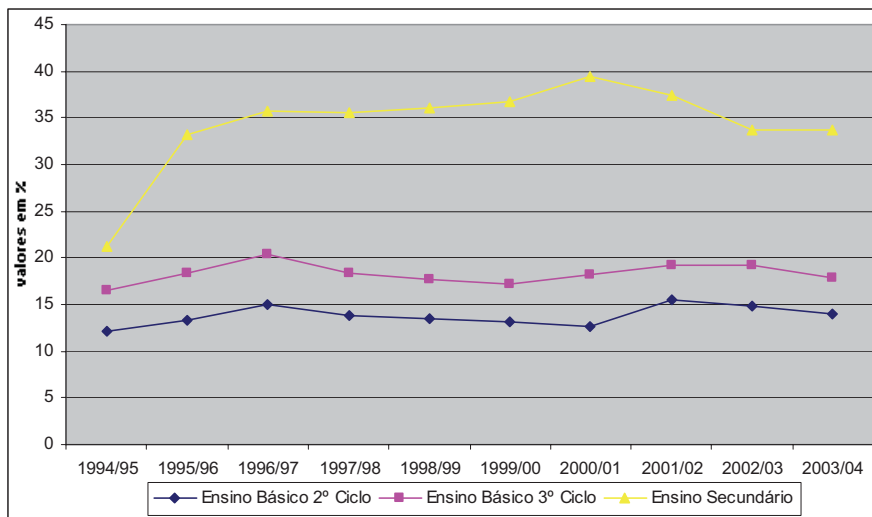


Gráfico n.º 16 – Taxa de retenção e desistência da população jovem

Fonte: GIASE

3. População jovem que já não frequenta o sistema de ensino

Importa analisar o segmento populacional que deu como terminada a sua formação escolar. Num primeiro momento observa-se que a lógica de ordenação se alterou (Gráfico n.º 17). Com efeito, se em 1991 a grande maioria dos jovens que terminava os seus estudos fazia-o no ensino básico do 1º ciclo (31,1%) ou do 2º ciclo (33,1%), em 2001 a saída escolar ocorre na sua maioria num grau de escolaridade mais avançado, isto é, no ensino secundário.

Não deixa, no entanto, de ser preocupante que do total dos jovens que abandonam o ensino, 11,8% o fazem apenas com o 1º ciclo do ensino básico, 22,8% com o 2º ciclo do ensino básico e 19,8% com o 3º ciclo do ensino básico. Assim em 2001, do total de jovens que já não frequentavam o ensino, cerca de 35% abandonaram-no precocemente, sem completarem a escolaridade mínima obrigatória. Este abandono escolar desqualificado vem sublinhar mais uma vez a importância do ensino secundário enquanto marco distintivo dos percursos escolares dos jovens

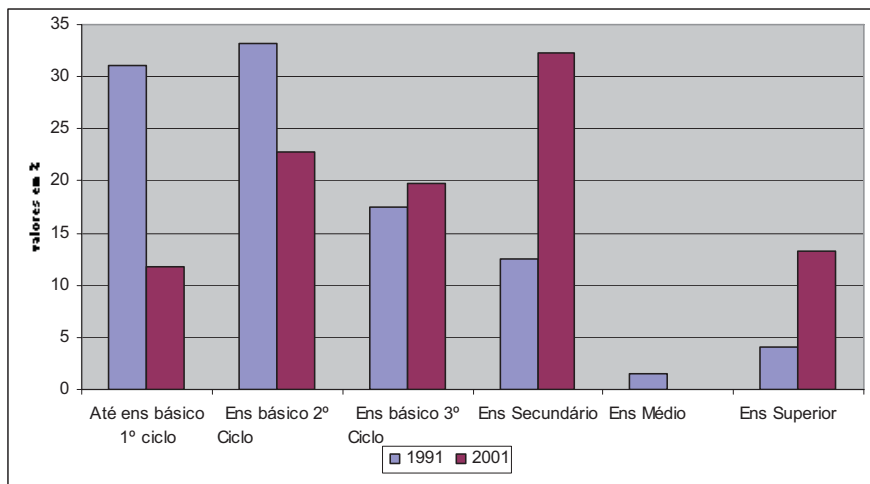


Gráfico n.º 17 – População jovem que não frequenta o sistema de ensino por nível de instrução

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Síntese conclusiva

Os dados aqui avançados permitem traçar algumas pistas relativamente ao panorama educativo português dos últimos anos.

Os efeitos da quebra na taxa de natalidade fizeram-se sentir com especial incidência no ensino básico, manifestada no decréscimo jovens matriculados que os frequentam.

Apesar desta quebra numérica, realce-se como aspecto positivo o crescente envolvimento e escolarização da população jovem portuguesa nos últimos anos. As gerações mais jovens, sobretudo as mulheres, que descrevem percursos na escola cada vez mais longos, apresentam-se como os principais agentes impulsionadores do progresso da escolarização a nível nacional. A crescente feminização do ensino português, passa sobretudo pela maior presença das mulheres nos ciclos de ensino mais avançados – sobretudo no ensino superior. No entanto, apesar da feminização encontrada, denota-se um progressivo aumento generalizado da apetência pelos graus de ensino mais avançados por parte dos jovens portugueses.

Note-se contudo que estas melhorias significativas sobressaem em parte porque enquadradas num pano de fundo de escolarização nacional com antigas carências e debilidades estruturais. Apesar de não se constituir como o móbil central deste trabalho, ficou claro, pelo contraste, o baixo nível de instrução/formação da população portuguesa em geral, e sobretudo a mais envelhecida, num agravamento do fosso geracional. Para além destes contrastes intergeracionais verifica-se um forte contraste intrageracional, coexistindo jovens dotados de longos percursos de

escolarização com um considerável número jovens que abandonam a escola precocemente – sem formação básica.

Não se poderá desprezar ainda que estas melhorias significativas de escolarização aqui registadas vão perdendo gradualmente a sua força nos níveis de ensino mais avançados. De forma similar, o abandono e o insucesso escolar parecem demonstrar um comportamento cumulativo, isto é, vão-se dilatando à medida que se avança no nível de ensino e na idade. O ensino secundário (não obrigatório) edifica-se como um marco diferenciador das práticas, trajectórias e estratégias dos jovens. Por um lado, como momento de saída da instituição escolar para muitos e, por outro, do lado dos que prosseguem os estudos, pelo incremento exponencial do insucesso escolar.

IV – Emprego e desemprego

Jorge Vieira*

Introdução

Traçaremos de seguida as principais tendências realçadas pela compilação de dados relativos à temática do emprego e desemprego juvenil em Portugal. Dimensão analítica revestida de enorme importância e de fulcral pertinência para a caracterização dos jovens portugueses na viragem do milénio. De facto a inserção profissional constitui-se como importante momento nos percursos juvenis, num tempo marcado pela instabilidade e a precariedade laboral e em que o desemprego constitui um dos problemas que mais aflige os jovens⁴¹.

Na contemporaneidade estas trajectórias descrevem comportamentos intermitentes, fragmentados, incertos, não lineares e reversíveis – a juventude dos percursos *yo-yo*⁴². Numa progressiva diversificação⁴³ e destandardização, marcadas por períodos de semidependência familiar⁴⁴ aliados ao figurino do trabalhador-estudante, do jovem desempregado ou do biscateiro.

Muitas vezes esta complexidade crescente não se deixa rastrear fielmente pelas estatísticas, pelo que importa problematizar a fiabilidade da leitura da realidade social somente através do olhar macro dos dados oficiais. Não obstante esta óptica, constitui um contributo que fornece pistas e enriquece o conhecimento sobre a problemática do emprego e desemprego juvenil nacional.

Como subsistem economicamente os jovens no(s) trânsito(s) entre a juventude e a idade adulta? Que qualificações detêm os jovens empregados? Qual o peso dos jovens desempregados?

* Sociólogo licenciado pelo ISCTE. Bolseiro de Gestão de Ciência e Tecnologia CIES/ISCTE no OberCom. Mestrando em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação no ISCTE.

⁴¹ Pais, José Machado (coordenador) (1998) *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa*, Lisboa, IPJ.

⁴² Pais, José Machado (2001). *Ganchos, Tachos e Biscates – Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Âmbar.

⁴³ Nilsen, Ann, Maria das Dores Guerreiro e Julia Brannem (2002) "Most choices involve Money. Different pathways to adulthood" em Brannem, Julia, Suzan Lewis, Ann Nilsen e Janet Smithson (editores), *Young europeans, work and family. Futures in transition*, Londres, Routledge.

⁴⁴ Biggart, Andy e Walther Andreas, "Copin with Yo-Yo transitions. Young Adults' Struggle for support between family and state in comparative perspective." em Leccardi, Carmen e Elisabetta Ruspini (2006) *A New Youth? Young People, Generations And Family Life*, Hampshire, Ashgate.

A estruturação do presente capítulo pauta-se por um primeiro momento dedicado à identificação dos principais meios de vida dos jovens em Portugal e das suas condições perante o mercado de trabalho. De seguida a atenção será dada aos jovens inactivos. O último espaço é reservado à caracterização da população jovem activa, desdobrada nos jovens empregados e desempregados.

Refira-se desde já que alguns dos dados da série que se inicia em 1998 do Inquérito ao Emprego aqui em análise, não são divulgados pela fonte⁴⁵ por conterem um valor com erro de amostragem superior a 20% quando ventilados por faixas etárias. Tal condicionou alguns cruzamentos de variáveis pretendidos e, por conseguinte, o exercício descritivo e analítico⁴⁶. A fechar a introdução acrescenta-se que a totalidade dos dados aqui explanados provém da mesma fonte, o Instituto Nacional de Estatística e abarcam, na sua maioria, os anos de 1990 a 2005

1. Meios de vida da população jovem

Iniciemos este capítulo partindo da análise das diferentes modalidades de obtenção de meios financeiros necessários à subsistência dos jovens em Portugal, isto é, os seus *meios de vida*⁴⁷.

⁴⁵ Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal, Estatísticas do Emprego.

⁴⁶ Importa referir ainda que, segundo as indicações técnicas do INE, a comparação estatística linear entre esta série e as anteriores deverá ser operada com algumas cautelas devido a algumas mudanças metodológicas.

⁴⁷ As diferentes categorias avançadas pelos recenseamentos são, segundo os conceitos do INE:

- Rendimento do trabalho: rendimento recebido pelos trabalhadores por conta de outrem e pelos trabalhadores por conta própria, em directa ligação com o exercício da respectiva actividade profissional
- Rendimento da propriedade e da empresa: quando a principal fonte de subsistência reveste a forma de rendas, juros, dividendos, lucros, seguros de vida, direitos de autor, etc.
- Subsídios de desemprego: prestação financeira, de carácter temporário, que o indivíduo recebe enquanto estiver na situação de desempregado à procura de emprego;
- Subsídio temporário por acidente de trabalho ou doença profissional: considerar-se-á esta modalidade quando o principal meio de subsistência for um subsídio por uma das razões enunciadas, ou seja, o subsídio atribuído à pessoa temporariamente impossibilitada de trabalhar devido a acidente de trabalho ou doença profissional, mantendo-se o vínculo à entidade empregadora;
- Outros subsídios temporários: classificam-se aqui os indivíduos cuja principal fonte de subsistência é um subsídio de carácter temporário, diferente dos indicados anteriormente, como por exemplo o subsídio de doença.
- Rendimento mínimo garantido: prestação mensal do regime não contributivo da Segurança Social, destinado a assegurar aos titulares e aos elementos da sua família, em situação de grave carência económica, recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas;
- Pensão / Reforma: prestação pecuniária, periódica e permanente, destinada a substituir a remuneração do trabalho que o indivíduo já não auferir (reforma), ou a prestação recebida pelos indivíduos que foram considerados como não capazes de prover os seus próprios meios de subsistência. Incluem-se todos os tipos de pensão que estiverem em vigor no momento censitário;
- Apoio social: quando a principal fonte de subsistência é assegurada através do Estado, Organismos Públicos, Instituições Sem Fins Lucrativos de particulares, através de subsídios, equipamentos sociais ou outros, isto é, abrange os indivíduos cuja principal fonte de subsistência seja a assistência, que pode ser fornecida em regime de internato ou não;
- A cargo da família: quando o principal meio de subsistência provém de familiares;
- Outra situação: modalidade onde são classificados os indivíduos que não são abrangidos por nenhuma das anteriores, como por exemplo, aqueles que vivem de dádivas, bolsas de estudos, etc..

No ano censitário de 1991, 59,6% do total dos jovens em Portugal vivia a cargo da família e 35,6% tinham como principal meio de vida rendimentos provenientes do trabalho. Com valores pouco expressivos seguem-se as modalidades 2,7% “Outra situação”, e os subsídios desdobrados nas duas diferentes modalidades: “subsídio de desemprego” com 0,9%, o “Apoio social” com 0,5%, “Outros subsídios temporários” com 0,3%, “Pensão de qualquer natureza” também com 0,3%, e por último “Subsídio temporário por acidente de trabalho” com 0,2%. Com apenas 0,04% de peso no total surgem os jovens cuja principal fonte monetária provinha de “Rendimentos de propriedade”.

Passada uma década a situação de progressiva dependência familiar enfatizou-se: a categoria de jovens a cargo da família subiu para a esmagadora maioria de 76,3%, fazendo-se este efeito sentir, principalmente, na diminuição da proporção de jovens em Portugal para os quais o trabalho representava o principal meio de vida – 20,4%.

Com representação residual, seguem-se os jovens “(n)outra situação” genérica com 1,3% do total. Em consonância com o ano de 1991, uma percentagem residual subsistia recorrendo a diferentes subsídios: 0,8% através do “Subsídio de desemprego”, 0,5% não prescindiam do “Apoio Social”, 0,2% estavam abrangidos pela nova modalidade de “Rendimento Mínimo Garantido” e “Outros subsídios Temporários”, 0,1% beneficiava de uma “Pensão/Reforma” e, por fim, 0,05% dos jovens recorria ao “Subsídio temporário por acidente de trabalho ou doença profissional”. Com apenas 0,04% surgem os jovens que viviam de “Rendimento da propriedade e da empresa

Retratadas que estão as distribuições totais e tendo em consideração que os valores mais significativos se concentram nas categorias “a cargo da família” e “rendimentos provenientes do trabalho”, importa desdobrar estes dados através de um crivo analítico que privilegie uma leitura mais detalhada. Remetendo a atenção para os diferentes escalões etários observa-se que do total dos jovens dos 15 aos 19 anos de idade em 1991, 59,6% se encontrava a cargo da família e 35,6%, com essas idades, já tinham como principal meio de vida o trabalho. No ano de 2001 a percentagem dos jovens a cargo da família ampliou-se para os 76,3% e os dependentes do trabalho contraíram-se para 20,4% do total. Em 1991, a maioria dos jovens do escalão intermédio vivia sobretudo dos rendimentos do trabalho (64,1%) e 28,7% estavam ainda a cargo da família. Em 2001 a percentagem dos jovens cuja principal fonte monetária provinha de rendimentos do trabalho baixou para os 59,3%. Por seu turno, o contingente dos jovens a cargo da família alargou-se para os 35,3%. No último segmento etário, em 1991, 78,5% viviam do trabalho e 15,1% a cargo família em 1991. Em 2001 denotam-se leves variações de representatividade, 82,2% subsistiam principalmente por conta do seu trabalho e 11,8% a cargo da família.

Assim, à medida que avançamos na idade dos jovens, na fase do ciclo de vida, maior será a tendência para que o trabalho se apresente como o principal meio de vida em detrimento da dependência familiar – para ambos os sexos. Importante é ainda relembrar que é sobretudo no escalão etário dos 15 aos 19 anos que se denota, da análise longitudinal, uma crescente dependência familiar. O que, de resto, nos leva ao fenómeno do prolongamento da escolaridade, visto que o crescimento é mais acentuado no escalão etário mais novo, já anteriormente avançado.

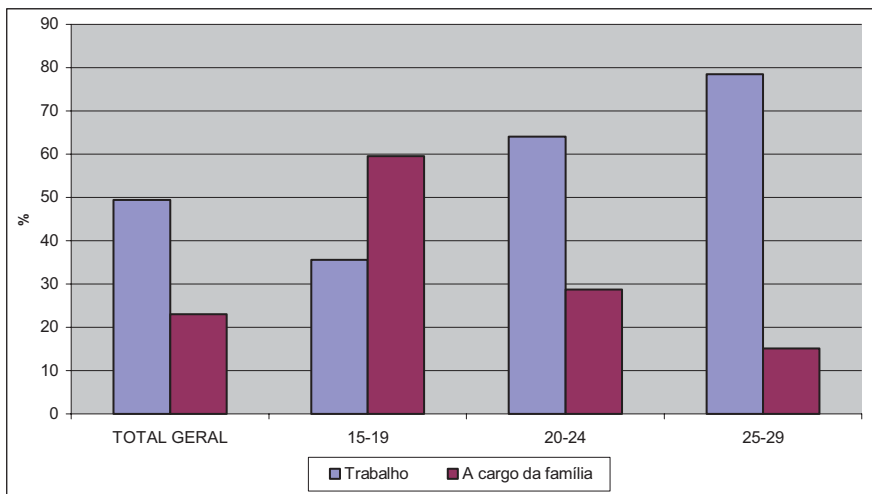


Gráfico n.º 1 – População Jovem residente, por principais meios de vida, segundo o grupo etário: 1991

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

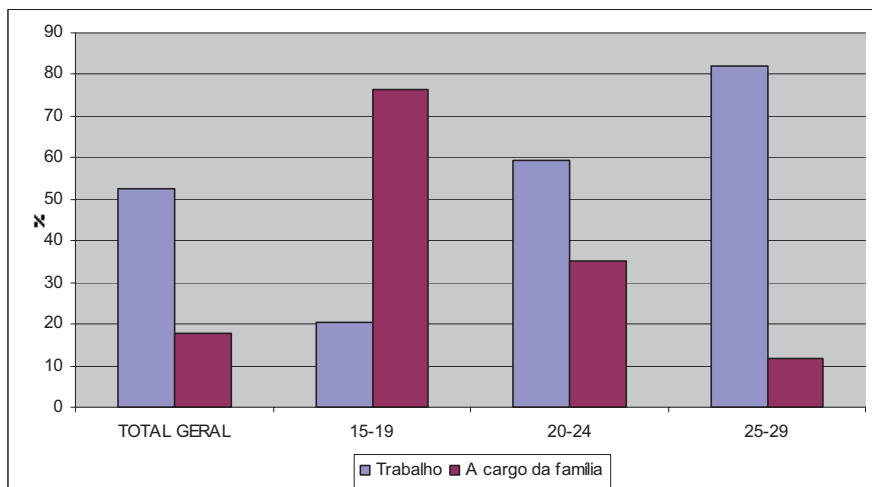


Gráfico n.º 2 – População Jovem residente, por principais meios de vida, segundo o grupo etário: 2001

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Se lermos estas duas modalidades de subsistência mais representativas em função do género, constatamos que são mais os homens a viver do trabalho, quer em 1991, quer em 2001. Refira-se no entanto que o diferencial decresceu de 14 para 10 pontos percentuais nessa década.

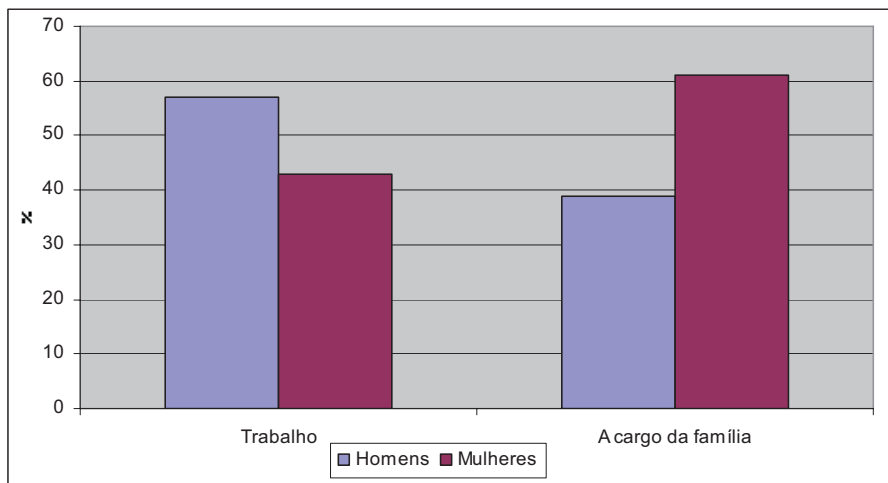


Gráfico n.º 3 – População jovem, por principal meio de vida (trabalho e a cargo da família), segundo o sexo – 1991

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

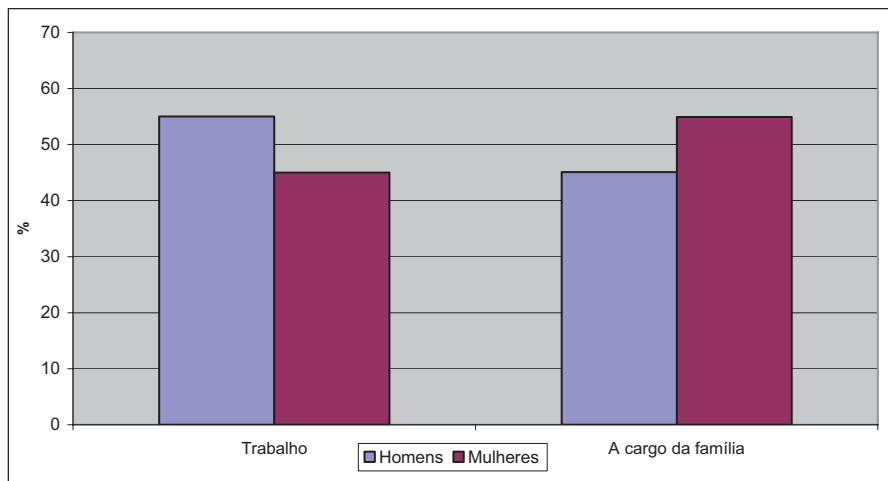


Gráfico n.º 4 – População jovem, por principal meio de vida (trabalho e a cargo da família), segundo o sexo – 2001

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

2. População jovem por condição perante o trabalho

A leitura das situações juvenis segundo a *condição perante o trabalho* permite o desdobramento da população jovem em dois grandes grupos com *distintos perfis sociais*, a saber, a *população jovem activa* e a *população jovem inactiva*. A população activa é definida pelo INE como o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados). É assim constituída pelos indivíduos empregados e desempregados.

No ano base de 1990 estimava-se que 64,6% da população juvenil em Portugal se encontrava economicamente activa (Gráfico n.º 5). Nos anos seguintes os valores desceram até aos 53,7% de 1995 voltando a subir até 62,1% no ano de 2002 estabilizando nos 60,4% no último ano em análise. Desta forma, do saldo longitudinal da série subjaz a redução de representatividade da população activa nos últimos 15 anos.

Com um comportamento aproximadamente⁴⁸ inverso apresentam-se os valores percentuais da população jovem inactiva. Esta parcela é equacionada como o conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que, na semana de referência, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados – engloba estudantes, reformados, domésticos, incapacitados e inactivos noutras situações.

Refira-se que os jovens a cumprir serviço militar obrigatório, de acordo com os conceitos inerentes ao Inquérito ao Emprego da Série de 1998, não são considerados na população activa, nem na população inactiva. Constituem uma categoria autónoma. Acrescente-se que em 2005 deu entrada em vigor o novo regime do serviço militar passando este a ser voluntário. Da análise dos dados poder-se-á afirmar que, por um lado, a proporção é sempre bastante residual e, por outro, a tendência evolutiva até ao ano derradeiro de 2004 foi decrescente – 1,82% para os residuais 0,21%.

⁴⁸ Isto porque não contém a introdução da (pouco expressiva) parcela dos jovens masculinos a cumprir serviço militar obrigatório.

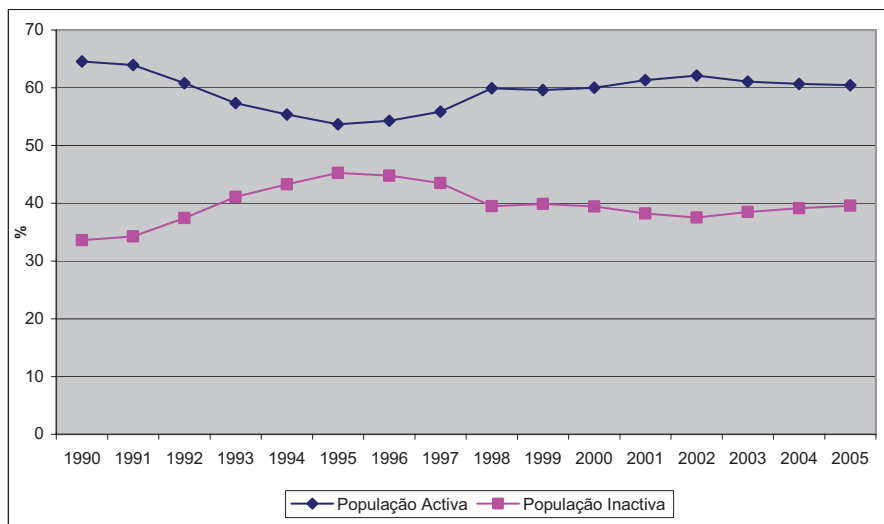


Gráfico n.º 5 – População jovem activa e inactiva entre 1990 e 2005

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

3. População jovem inactiva

Analisada a representatividade dos jovens inactivos em Portugal importa perscrutar como se distribuem segundo as diferentes modalidades de inactividade. As categorias com mais expressão, estudantes e doméstica/os surgem retratadas no (Gráfico n.º 6). A condição estudantil aumentou consideravelmente entre 1990 e 1996 – de 25,2% para 37,4% – reflectindo-se tal subida na descida da categorias domésticos/as, mas sobretudo na subida dos jovens activos. Entre 1996 e 1998 há uma queda acentuada até aos 32,3% sendo de seguida compensada progressivamente em 2005, atingindo os 34,3% – ainda assim, acima do referido pico.

A proporção de jovens doméstica/os tem vindo a baixar gradualmente. Alerta-se desde já que a partir do ano de 1998 os dados sobre jovens domésticos masculinos não foram divulgados pela fonte⁴⁹ por conterem um valor com erro de amostragem associado superior a 20% (ausência que por si só indicia estarmos perante valores ínfimos). Apesar de tal ausência, atentando à tendência registada até 1998 e ao total geral de jovens domésticos, a evolução da percentagem, já de si bastante residual e abaixo da feminina, tenderá (com as devidas cautelas) a ser decrescente.

49 Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

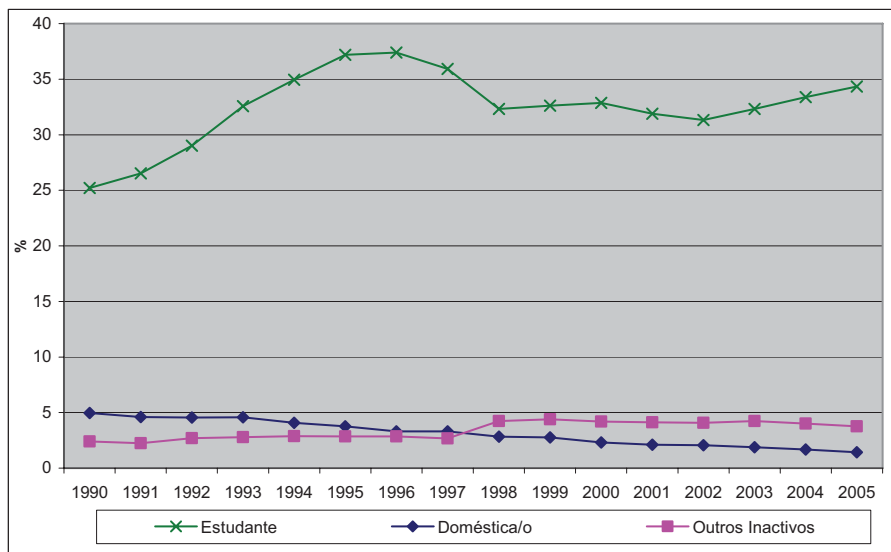


Gráfico n.º 6 – Total de jovens estudantes, domésticos/as e outros inativos.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Não obstante a descida da categoria doméstica/o e fazendo uso da sensibilidade sociológica, importa ventilar esse declínio pelo género. Identifica-se facilmente que a proporção de domésticas do total de jovens mulheres é bem superior à dos jovens masculinos (Gráfico n.º 7) indicador de um processo contemporâneo de aposta nos estudos e/ou profissionalização das mulheres em detrimento do espaço doméstico.

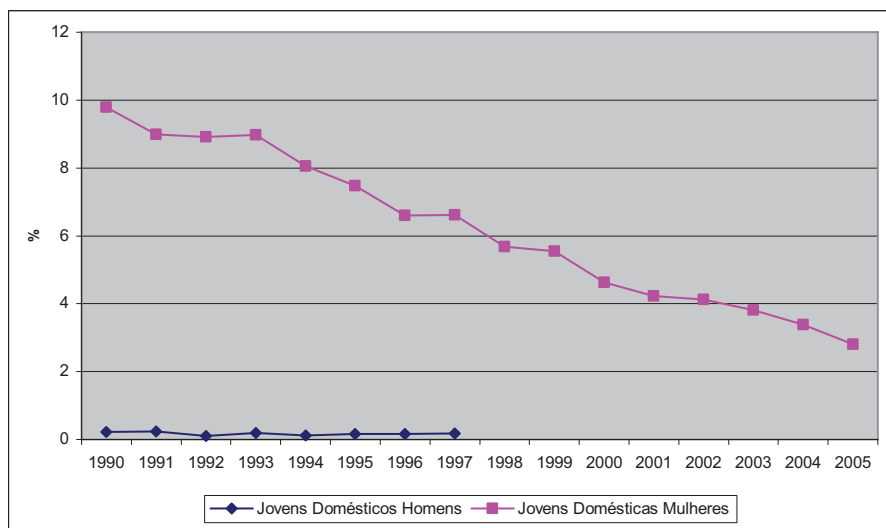


Gráfico n.º 7 – Total de jovens domésticos por sexo

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

4. População jovem activa

4.1. Taxas de actividade juvenis

Centremos agora a atenção nos jovens activos. Num primeiro instante é assinalável a descida da *taxa de actividade*⁵⁰ dos jovens entre os 15 aos 19 anos de idade. De facto, em 15 anos a taxa desce dos 45,5% para os 17,8% – para tal não será alheia a progressiva escolarização dos jovens e o retardamento da inserção profissional. De forma semelhante a taxa dos jovens entre os 20 e os 24 anos também decresce, mas de forma menos acentuada – de 70,9% para 63,3%. Por seu turno, a evolução da taxa de actividade dos jovens entre os 25 e 29 anos é, apesar de paulatina, crescente – dos 84,9% de 1990 para o valor de 87,8% em 2005. Esta subida acompanha a taxa geral da população que passou dos 47,7% para os 52,5% em 2005 sendo ainda de realçar que a taxa de actividade da população geral é superior a qualquer escalão juvenil.

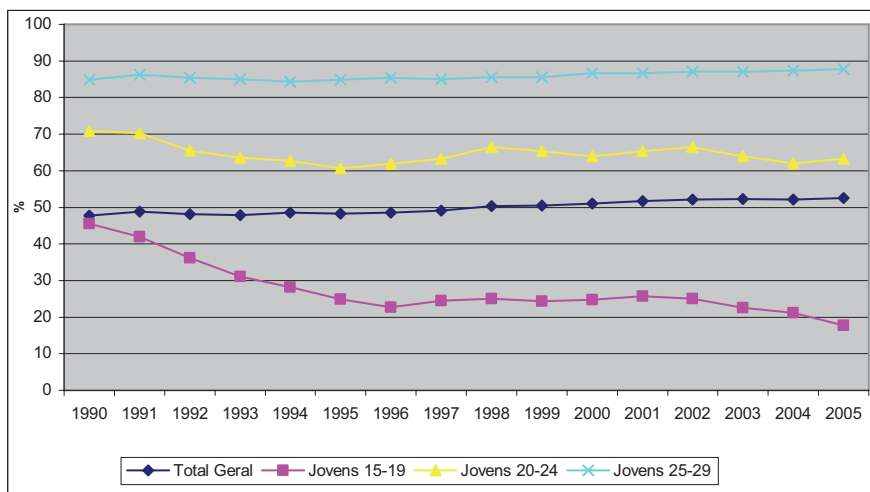


Gráfico n.º 8 – Taxa de actividade por escalões etários juvenis

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Ventilando esta taxa de actividade pelo género, uma primeira evidência parece ser de realçar (Gráfico n.º 9). Com efeito, a taxa de actividade masculina supera a feminina em todos os escalões juvenis. Não obstante, se olharmos com maior detalhe para o escalão jovem detentor das idades mais avançadas, poderemos delinear uma

⁵⁰ Taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população; deste modo, a fórmula utilizada foi a seguinte: População activa / Total da População * 100.

outra tendência relevante. Enquanto o ritmo de crescimento feminino é positivo (76,6% em 1990 para 85,3% em 2005), a evolução da taxa masculina é negativa (93,9% para 90,3%). A diferença/distância registada entre as duas taxas em função do género decresce em proporção de 17,3 para 5 valores percentuais – o que indicia uma possível aproximação futura.

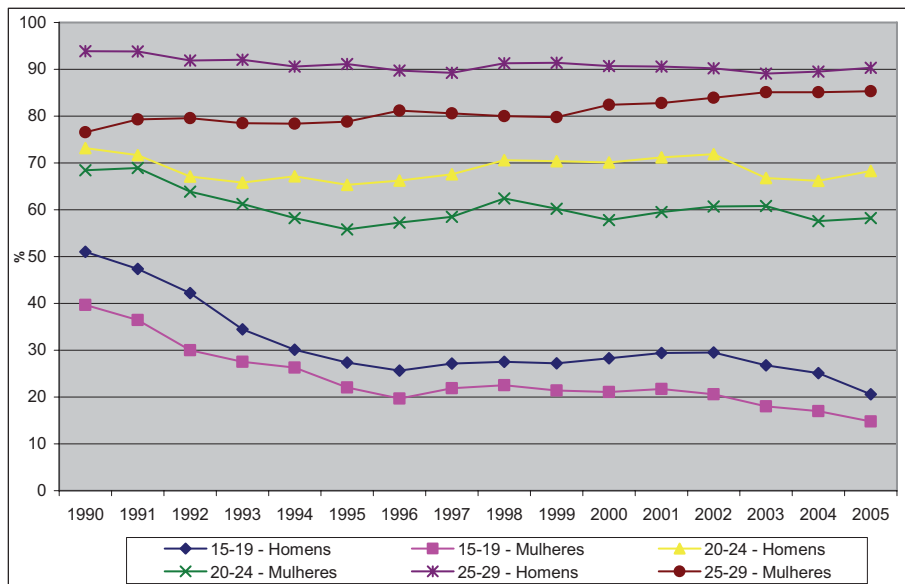


Gráfico n.º 9 – Taxa de actividade por escalões etários juvenis e sexo

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

4.2. Composição da população jovem activa empregada

Concentrando a atenção na população activa⁵¹ começemos pela porção populacional empregada.

No que toca à *situação na profissão*⁵² da população empregada a esmagadora maioria dos jovens constitui-se como trabalhador por conta de outrem, quer em 1991 (86,9%), quer em 2001 (90,2%). As mudanças encontram-se então na subida da proporção de jovens empregadores de 2,8% em 1991 para 5,7% em 2001 e, em

⁵¹ Conjunto de indivíduos com idade mínima de 12 anos em 1991 e 15 anos em 2001 que, na semana de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Consideram-se como fazendo parte da população activa os indivíduos empregados e desempregados.

⁵² Relação de dependência ou independência de um indivíduo activo, no exercício da profissão, na semana de referência. Quando o indivíduo esteve em mais do que uma situação na semana de referência, deveria indicar a que lhe ocupou mais tempo. Os indivíduos desempregados à procura de novo emprego indicavam a situação que possuíam no último emprego.

sentido contrário, na descida dos trabalhadores por conta própria de 6,8% de 1991 para 2,4% em 2001. De forma menos acentuada, a proporção de trabalhadores familiares não remunerados baixa também de 2,3% para os 0,6% de 2001. Sem grandes oscilações e, partilhando de valores residuais para os dois momentos censitários em análise, surgem os jovens com “outra situação” 1,1% e 1% e os membros de cooperativa com 0,1 e 0,0%.

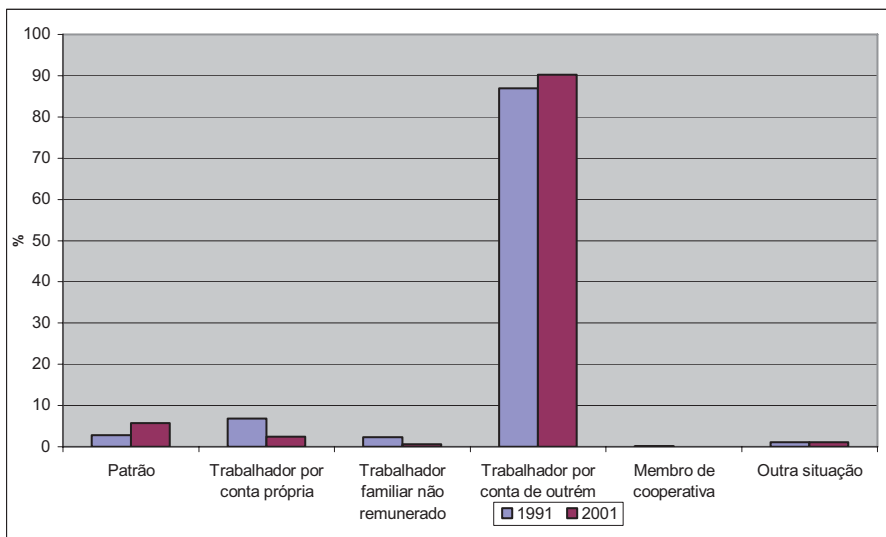


Gráfico n.º 10 – População jovem residente activa, empregada, por situação na profissão

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Passando para o *nível de instrução da população empregada* é possível aferir que o patamar mais representativo se elevou. No espaço temporal mediado pelos censos de 1991 e 2001, o ensino básico de 2º ciclo sucedeu o seu lugar ao ensino secundário.

Em 1991, 31,7% dos jovens empregados detinham o 2º ciclo do ensino básico 25,9% o 1º ciclo do ensino básico, 18,8% o 3º ciclo do ensino básico, 15,4% o ensino secundário e apenas 6,5% com ensino superior.

Com valores tão baixos é notável a triplicação da proporção de jovens com ensino superior, no espaço de uma década – de 6,4% para 19,2%. No entanto, importa realçar os 47,3% dos jovens que estavam empregados, em 2001, com níveis de instrução abaixo do ensino secundário o que aponta para uma estrutura dominante do mercado de trabalho alicerçada na mão-de-obra barata desqualificada.

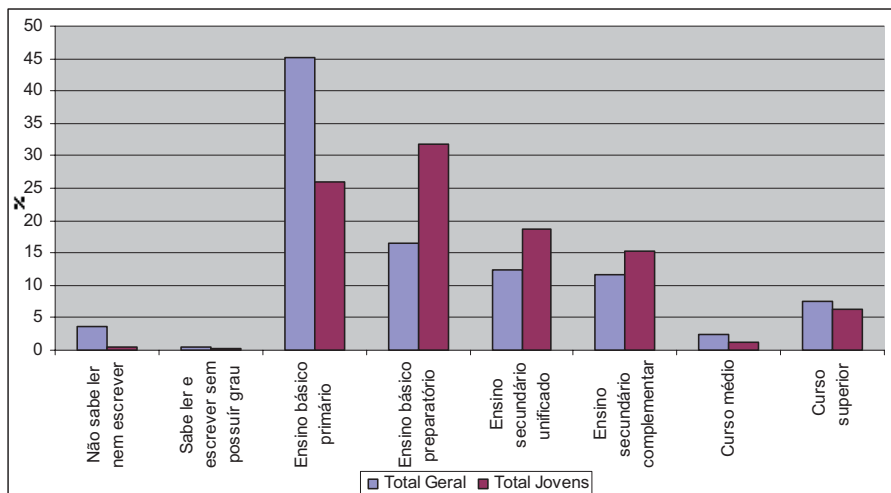


Gráfico n.º 11 – População empregada, empregada, por nível de instrução 1991

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

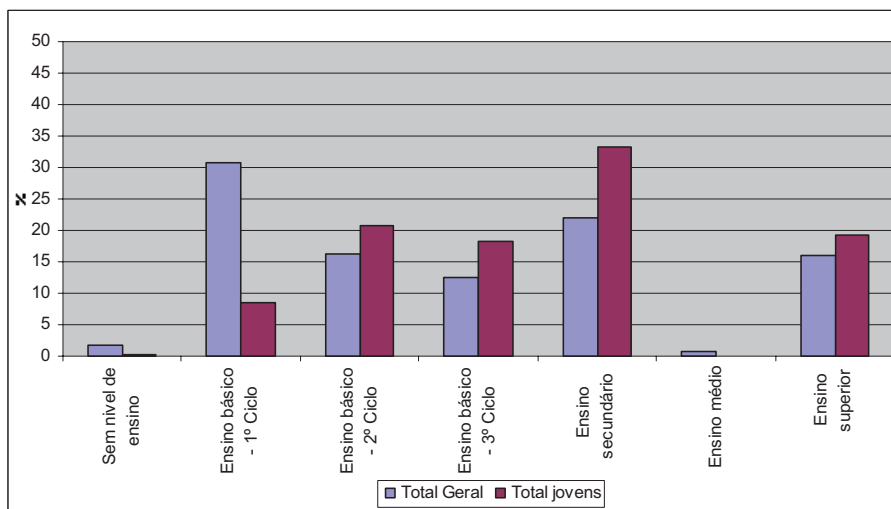


Gráfico n.º 12 – População empregada, por nível de instrução 2001

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Passemos para a análise do *grupo sócio-económico* dos jovens activos. Segundo os critérios metodológicos dos Censos⁵³ esta variável é estabelecida através de vários indicadores socio-económicos, que procuram reflectir o universo da actividade económica, visto sob o ângulo da inserção profissional dos indivíduos. Estão presentes as seguintes

⁵³ Conceitos dos Censos de 2001. Note-se que para efeitos de sistematização analítica a totalidade dos 28 grupos foi agregada em 9 grandes grupos.

variáveis primárias: profissão, situação na profissão e número de trabalhadores da empresa onde trabalha.

Do total dos jovens activos em 1991, 43,5% eram operários e 26,8% trabalhadores administrativos do comércio e dos serviços. Na terceira posição, em termos proporcionais, surgiam os jovens com o estatuto de directores, quadros e chefias com 9,9%, seguidos dos profissionais liberais e independentes com 7,6%. Os assalariados agrícolas representavam 3,4% da população juvenil, outras pessoas não activas, n.e., 3,3%, os jovens empresários 2,1%, os pequenos patrões 1,9% e, por fim, o pessoal das forças armadas com apenas 1,5% de representatividade.

Em 2001 os jovens operários ocupavam ainda o primeiro lugar, mas viram o seu peso relativo baixar para os 34,6%. Aproximaram-se deste valor os trabalhadores administrativos do comércio e dos serviços com 33,2% – subindo a sua proporção relativamente a 1991. No entanto, a principal ascensão, relativamente a 1991, registou-se na categoria que engloba os directores, quadros e chefias que em 2001 incorporavam 17,6% dos jovens em Portugal.

De forma inversa, os profissionais liberais e trabalhadores independentes baixaram para os 2,6%.

A categoria indiscriminada “Outras pessoas activas, n.e.” abarcou em 2001 4,5% dos jovens, subindo ainda a proporção dos pequenos patrões para os 3,9%. A proporção dos assalariados agrícolas baixou para os 1,4%, tal como a dos empresários e pessoal das forças armadas – partilhando o valor relativo de 1,1%. A evolução da estrutura das qualificações espelha assim a progressiva desindustrialização e a terciarização da economia portuguesa.

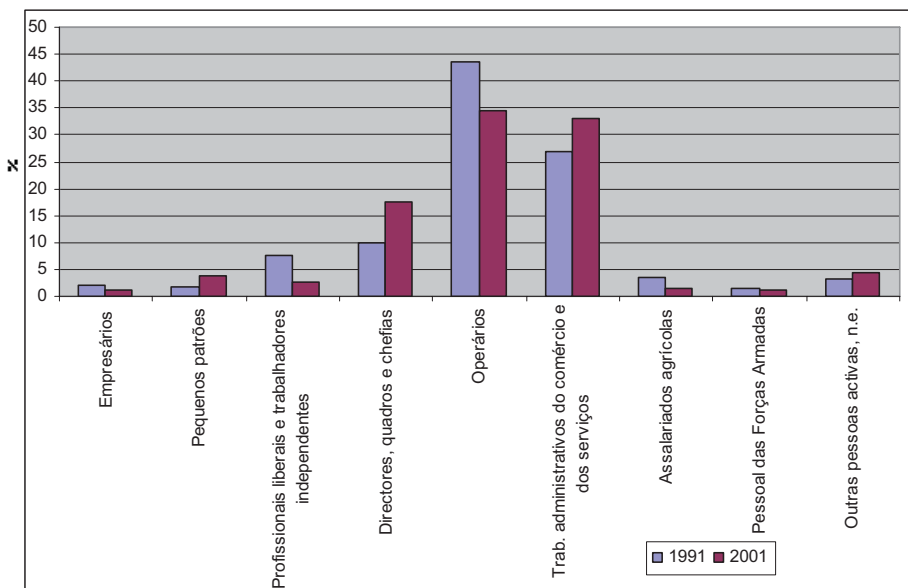


Gráfico n.º 13 – População jovem activa, por grande grupo socioeconómico - 1991 e 2001

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Decompondo esta questão em função do sexo observa-se que há distribuições diferenciadas. Assim, temos que no ano de 1991 dos nove grandes grupos económicos há três categorias com maior peso feminino, a saber: “directores, quadros e chefias” (55,9%); “trabalhadores administrativos do comércio e dos serviços” (60,3%) e a categoria indiscriminada “Outras pessoas activas, n.e.” (61,8%). As restantes categorias são ocupadas maioritariamente por homens. Sabendo que a acumulação de credenciais académicas formais constitui importante estratégia de fechamento/ascensão social nas sociedades contemporâneas⁵⁴ tal predominância poderá ser um possível efeito da feminização do ensino nos níveis superiores. Assinalável é a diminuição da assimetria existente no total de 1991 entre o peso dos empresários masculinos e femininos (60,1% contra 39,9% respectivamente) para a quase paridade entre os 50,4% e 49,7% em 2001. Outro facto a registar será o aumento do peso relativo dos homens no total dos grupos económicos pouco qualificados, caso do operariado e dos assalariados agrícolas.

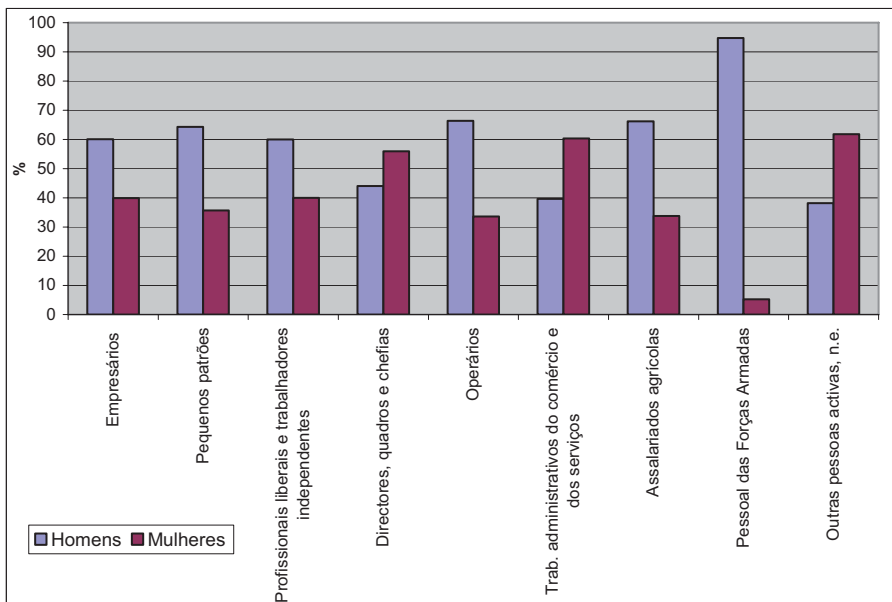


Gráfico n.º 14 – População jovem activa, por grupo socioeconómico, segundo o sexo: 1991

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

⁵⁴ Ver, entre outros autores, Parkin, Frank (1979), “Social closure as exclusion”, “Social closure as usurpation”, “Dual closure”, em *Marxism and Class Theory: A Bourgeois Critique*, Londres, Tavistock, pp. 44-116

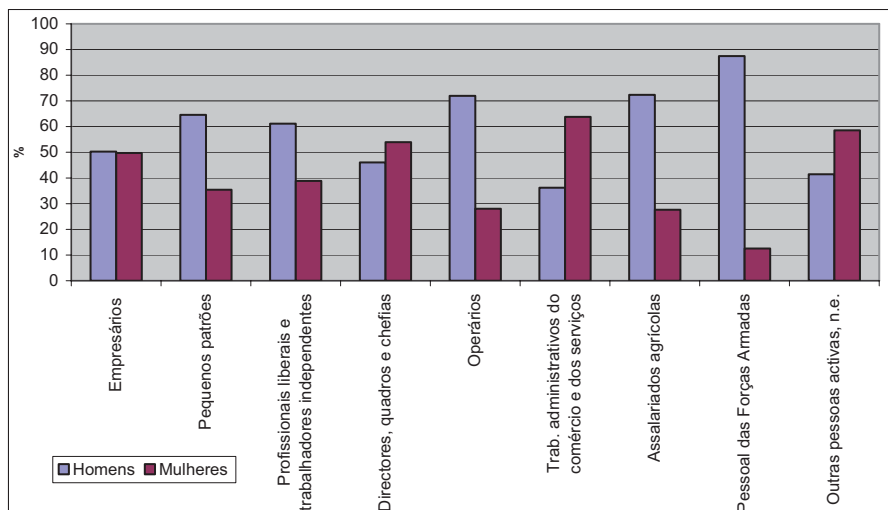


Gráfico n.º 15 – População jovem activa, por grupo socioeconómico, segundo o sexo: 2001

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

4.3. Composição da população jovem activa desempregada

Abre-se agora espaço para um olhar sobre os jovens desempregados. Começamos pela *taxa de desemprego*⁵⁵, que demonstra um comportamento evolutivo relativamente análogo para os três escalões juvenis, mas com ordenações diferenciadas (Gráfico n.º 16).

A taxa sobe até 1996 com 18,4% no escalão etário entre os 15 e os 19 anos, 15,9% nos jovens dos 20 aos 24 anos e nos jovens adultos entre os 25-29 anos 9,1% (os menos afectados). Nos anos seguintes regista-se uma quebra até ao ano de 1999 – 10,6% (15-19 anos); 8,2% (20-24 anos) e 5,1% (25-29 anos) – voltando a subir até 2005 – acima do pico de 1996 excepto nos jovens entre os 20 e os 24 anos de idade. Assim no último ano em análise a taxa distribui-se da seguinte forma; 21,5% entre os mais jovens, 14,8% no escalão intermédio e 10,9% nos jovens entre os 25 e os 29 anos de idade.

Importa então referir que à medida que se avança na idade menor é a taxa de desemprego, aproximando-se a taxa dos jovens entre os 25 e os 29 anos de idade da taxa de desemprego do total da população activa – aproximadamente 2,5 pontos percentuais diferenciais ao longo dos anos em estudo.

Se efectuarmos um exercício de leitura dos números confrontando o total dos jovens com o total geral no ano de 2005 temos que a taxa dos jovens dos 15 aos 19 anos era de 13,1% – quase que o dobro do total da população geral estimada nos 7,6%. O que,

⁵⁵ Taxa de desemprego em % = População desempregada / População Activa * 100.

comparativamente, torna a população jovem uma categoria especialmente vulnerável a situações de desemprego.

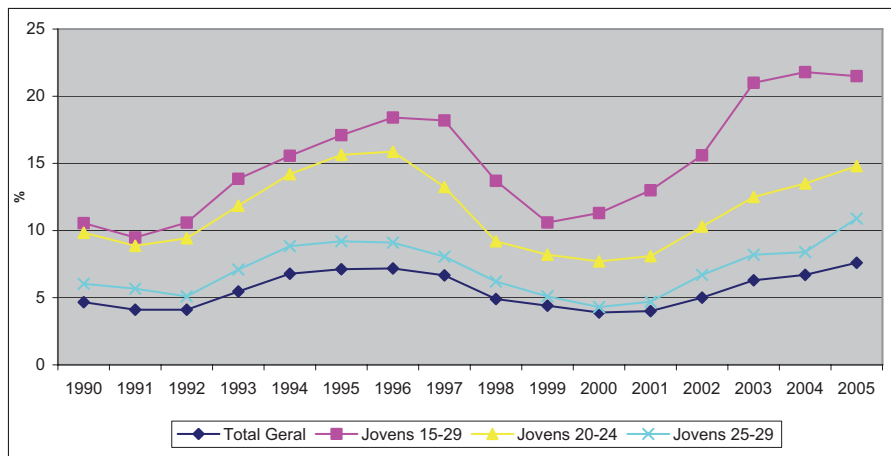


Gráfico n.º 16 – Taxa de desemprego

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Desdobrando a taxa de desemprego juvenil pelo sexo observa-se que o género feminino esteve mais sujeito a cenários de desemprego. De facto, o diferencial percentual é, aproximadamente, de 7 valores ao longo da série estatística (Gráfico n.º 17). Em termos evolutivos as séries comportam-se, sem surpresas, de acordo com as oscilações das taxas acima referenciadas.

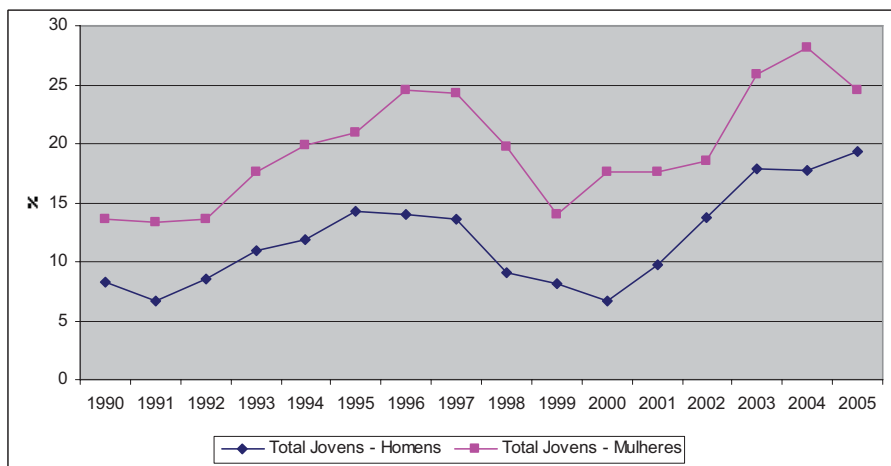


Gráfico n.º 17 – Taxa de desemprego jovem por sexo 1990 a 2005

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Na condição de desemprego a maior parte dos jovens, quer em 1991 (58,4%), quer em 2001 (63,4%), contou com o suporte familiar como principal *meio de vida* (Gráfico n.º 18).

De seguida seguem-se os jovens que se apoiaram no *incoming* financeiro introduzido pelo subsídio de desemprego – 16% em 1991 e 20,8% em 2001. Considere-se ainda não ser despidendo referir o valor dos que, sendo desempregados, vivem dos rendimentos do trabalho – 13,7% em 1991 e 8,1% em 2001.

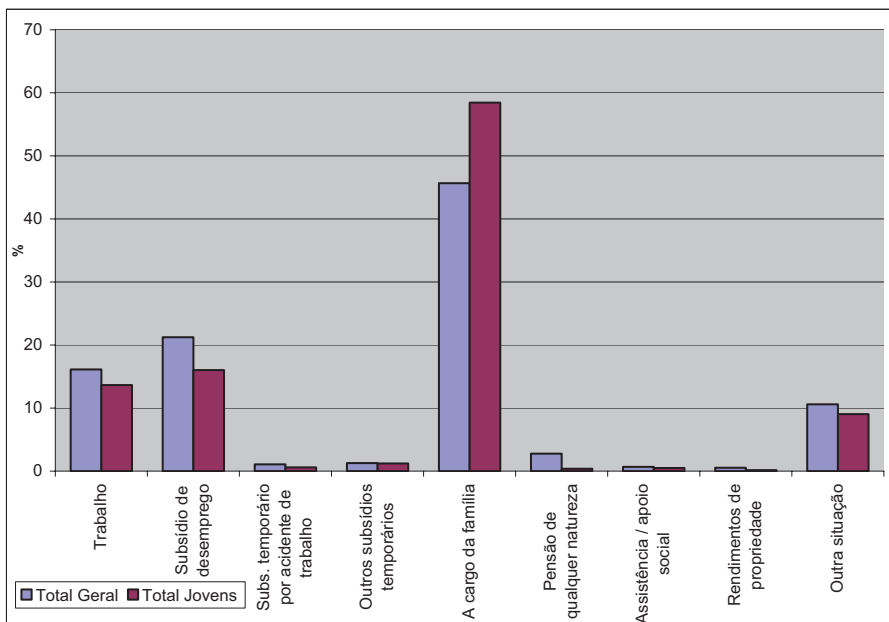


Gráfico n.º 18 – População desempregada por principal meio de vida 1991

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

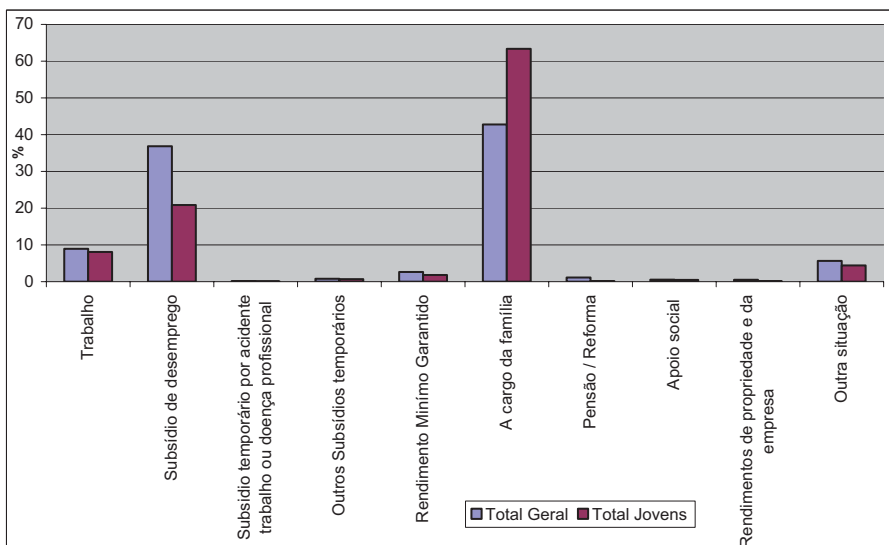


Gráfico n.º 19 – População desempregada por principal meio de vida 2001

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Quais as *qualificações académicas dos jovens desempregados*⁵⁶? Se em 1992 o nível de ensino mais representativo era o 2º ciclo do ensino básico em 2001, o 3º ciclo ganha vantagem em 2001, ocupando esse lugar cimeiro com 30,7% do peso total, baixando o 2º ciclo para os 27,9%. Nos anos seguintes a ordenação entre estes dois níveis de ensino mantêm-se.

Assinalável é, por um lado, a quadruplicação do peso relativo dos jovens desempregados com formação académica superiores no espaço de 14 anos (5,1% em 1992 para 20,6% em 2005), e por outro, a queda acentuada do peso dos jovens desempregados apenas com o 1º ciclo do ensino básico (20,3% em 1992 para 6,6% em 2005).

Não esquecer ainda a subida, embora com menor intensidade e com sucessivas oscilações, dos jovens desempregados com ensino secundário.

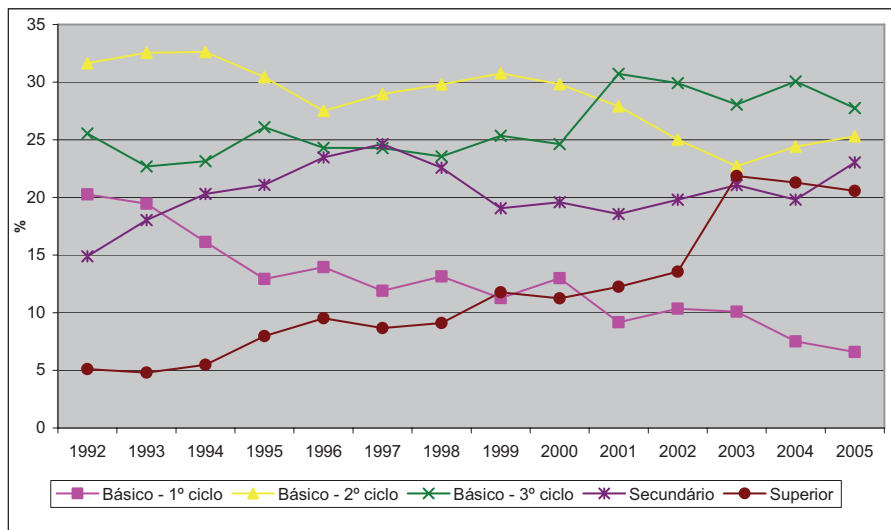


Gráfico n.º 20 – População jovem desempregada por grau de instrução

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Entre 1990 e 2005 a maior parte dos jovens desempregados encontram-se à procura de emprego há menos de um ano (Gráfico 21). Note-se, no entanto, que a percentagem tem vindo a decair ao longo dos anos, subindo a percentagem dos jovens há mais de um ano à procura. Estimava-se então que dos jovens desempregados em 1990, 71% estavam à procura de emprego à menos um ano baixando essa proporção em 2005 para os 62,6%.

⁵⁶ Por mudança de critérios metodológicos em 1992, optou-se por iniciar a análise da série nesse ano.

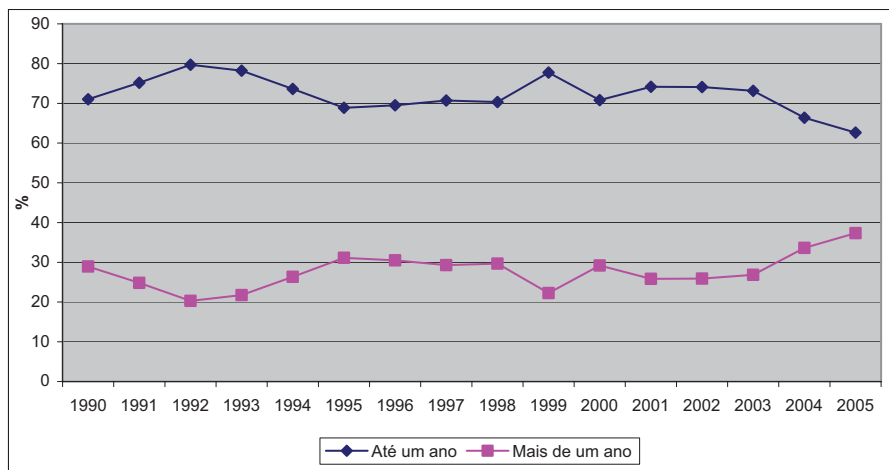


Gráfico n.º 21 – População jovem desempregada por tempo de procura de emprego

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Destes jovens desempregados a maior parte dos jovens encontrava-se empregada até ser despedida. Esta percentagem tem aliás subido ao longo dos anos, passando dos 37,3% que trabalhavam em 1990 para os 59,7% em 2005. De seguida surgem os jovens que estudavam ou frequentavam um curso de formação com uma tendência evolutiva ascendente – 25,4% em 1990 para 31,3% em 2005. De forma inversa, e como já avançado, a percentagem de jovens que se ocupavam de tarefas domésticas, para além de ser comparativamente mais baixa, tem evoluído de forma acentuadamente decrescente – de 19,5% para 4% em 2005.

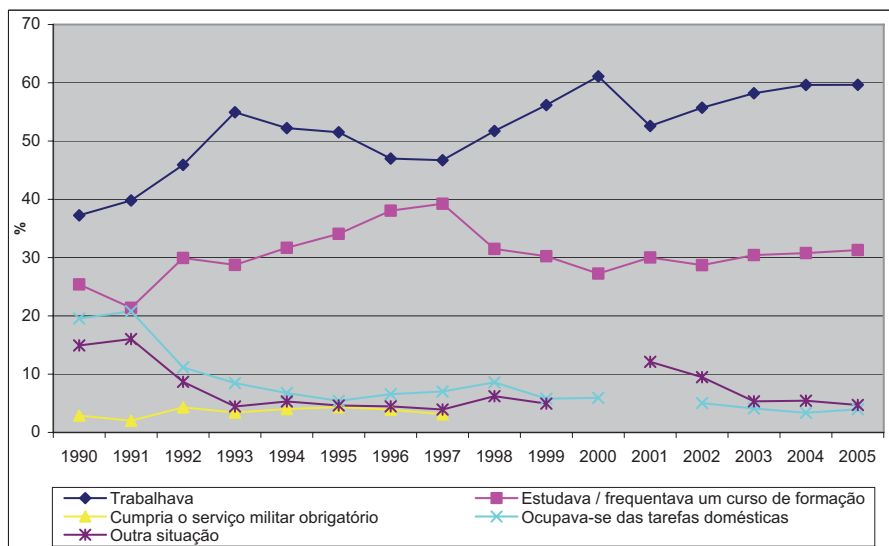


Gráfico n.º 22 – População jovem desempregada, por situação anterior à procura de emprego 1985 – 2005

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Concomitantemente observamos que a maior parte do total de desempregados jovens procura novo emprego: 61,8% em 1995 e 68,9% em 2005 – com sucessivas inflexões ao longo da série e com picos registados em 1993 com 72,5% e 2000 com 72,3%. O que indicia um *desemprego de circulação*, ou seja, jovens que já mudaram mais do que uma vez de emprego⁵⁷.

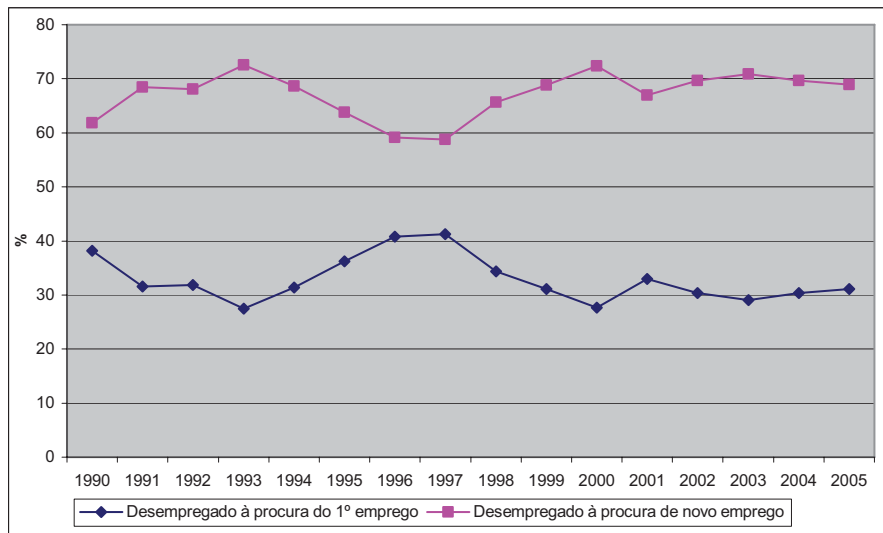


Gráfico n.º 23 – População jovem desempregada por situação na procura de emprego 1990-2005

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Síntese conclusiva

A finalizar importa sublinhar algumas das tendências centrais desveladas pelos dados longitudinais avançados.

Num primeiro momento refira-se o forte incremento dos jovens a cargo da família sobretudo no escalão mais adolescente – dos 15 aos 19 anos de idade. Este facto, aliado à descida da taxa de actividade deste escalão, aponta para a progressiva intensificação da dependência familiar entre os mais jovens. Ao referido fenómeno de desactivação juvenil não é alheio o prolongamento da escolarização e, concomitantemente, o retardamento da inserção profissional.⁵⁸

⁵⁷ Pais, Machado (1998) "Da escola ao trabalho" em *Jovens Portugueses de Hoje*, Cabral, Villaverde e, José Machado Pais (coordenadores) Oeiras, Celta.

⁵⁸ Conferir, entre inúmeras investigações que corroboram o fenómeno, o volume prévio desta edição Figueiredo, Alexandra Lemos, Catarina Lorga da Silva e Vitor Sérgio Ferreira (1999), *Jovens em Portugal: Análise Longitudinal de Fontes Estatísticas (1960-1997)*, Coleção Estudos Sobre Juventude, n.º 3, Oeiras, Celta/SEJ, ou ainda, Frazão,

Por seu turno, a evolução da taxa de actividade dos jovens entre os 25 e 29 anos é, apesar de paulatina, crescente. Note-se, no entanto, que esse crescimento parece não se configurar como um fenómeno específico dos jovens-adultos, acompanhando a subida da taxa geral da população total. De apontar ainda é a tendência de aproximação da taxa de actividade feminina à taxa masculina (sempre mais elevada) no sector jovem com idades mais avançadas, motivada pelo decréscimo das taxas masculinas e da subida das taxas de actividade femininas.

Do ponto de vista da situação na profissão a grande parte dos jovens encontra-se na condição de trabalhador por conta de outrem. Concentram-se principalmente em ocupações profissionais relativamente pouco qualificadas, como o operariado, ou os trabalhadores inserida em trabalhadores administrativos do comércio e dos serviços. Note-se, no entanto, o envolvimento crescente em lugares de chefia, de direcção e quadros – com especial relevo nas mulheres. Tais tendências surgem como reflexo de mudanças estruturais no sistema produtivo e no perfil sectorial da sociedade pós-industrial. A crescente terciarização da economia introduz transformações ao nível das lógicas de recrutamento dos recursos humanos – suas posições e respectivas qualificações requeridas. Com efeito, o nível de instrução da população jovem empregada elevou-se, sendo o ensino secundário, em 2001, o patamar mais representativo. Pertinente é também a triplicação dos jovens empregados com ensino superior de 1991 para o ano de 2001

Passando aos jovens desempregados a subida das taxas de desemprego juvenis atinge contornos preocupantes. A condição de desempregado afecta cada vez mais, mas não só, a população juvenil, apesar da ascensão gradual das qualificações académicas neste segmento etário. É notória a subida do desemprego entre os jovens dotados de credenciais escolares formais de nível superior. Este acréscimo poderá em parte ser explicado por estratégias de resistência a empregos precários ou desqualificados fazendo uso do apoio familiar por parte destes jovens diplomados que apostam e investem na educação com expectativas partilhadas de ascensão (ou reprodução) social – *desemprego juvenil de prospecção*⁵⁹.

Outro aspecto concorrente para o desemprego qualificado decorre da predominância de empresas de pequena e média dimensão no tecido produtivo nacional. Na medida em que estas são geralmente dirigidas por agentes sociais detentores de baixos graus de escolaridade, que tendem a demonstrar uma maior

Lourenço (2005), *Da Escola ao Mundo do Trabalho. Competências e inserção sócio-profissional*, Lisboa, Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular

⁵⁹ Pais, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates – Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Ambar

resistência a políticas de recrutamento de quadros superiores. Ao mesmo tempo que, da parte destes indivíduos com altos níveis de instrução, também levantam reservas à aceitação do lugar pela não partilha de quadros de referência e de competências técnico-profissionais – mais uma vez, a não compatibilização/correspondência das expectativas com a realidade.

Acrescente-se ainda que o valor social do título perde parte do seu poder distintivo pela democratização e generalização desse recurso. A taxa de conversão desse capital formal em possibilidades de empregabilidade é assim afectada – como de resto demonstram os dados.

Não obstante, é claro que os jovens mais escolarizados se posicionam num campo de possibilidades sociais, à partida, mais alargado, estando melhor dotados para negociar a sua inserção profissional. As qualificações surgem como trunfos capitalizáveis na distinção entre os vários tipos de mão-de-obra.

Os jovens com certificados escolares mais baixos são, assim, mais vulneráveis em situações de desemprego. Situação que nos remete para esquemas de trabalho alternativos inseridos em economias subterrâneas, que constituem para estes jovens uma opção de escape – lógicas paralelas dificilmente perceptíveis no âmbito das estatísticas oficiais. Paralelamente a estas lógicas de subemprego, existe ainda uma predominância de ofertas de trabalho precário⁶⁰, de baixa qualidade. Não possuindo qualificações elevadas estes tendem a sujeitar-se a qualquer tipo de emprego, devido à urgência na obtenção de um salário e à escassez da oferta de emprego existente – com maior incidência no género feminino.

Dos jovens desempregados em 2005 a grande maioria encontrava-se em *desemprego de circulação*, ou seja, já transitaram mais do que uma vez de emprego. Sendo também cada vez mais prolongados os tempos de desemprego. Fenómeno traduzido no aumento nos últimos quatro anos do peso dos casos de desemprego de longa duração (efectivos à procura de trabalho há mais de um ano) no interior do grupo de jovens desempregados, atingindo mais de um terço em 2005 dos jovens nessa situação de desemprego. Importante ainda apontar é para as desigualdades de género estando as mulheres mais afectadas pelo desemprego comparativamente à sub-população jovem masculina.

⁶⁰ Por trabalho precário entende-se "(...) o trabalho que tem por base um contrato a prazo, que hoje a forma dominante de contratação para quem entra no sistema de emprego; a subempregada e o trabalho temporário; o falso trabalho independente ou por conta própria, muito usual entre os jovens; o trabalho a tempo parcial involuntário; o trabalho ao domicílio; o trabalho intermitente e, entre outras, o trabalho sazonal." Garcia, José Luís, Helena Mateus Jerónimo, Rui Norberto e Maria Inês Amaro (2000), *Estranhos – Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*, Oeiras, Celta.

A concluir, a diversidade de situações levantada por estes dados gerais serve, mais uma vez, para desvelar distintos perfis sociais inerentes à condição juvenil – decorrentes de origens e trajectórias sociais distintas e, como vimos pelo acompanhamento longitudinal, de condicionamentos sócio-históricos diferenciados – desmistificando concepções que olham para a juventude como um todo indistinto, ou aquelas que, reificando e reduzindo a sua complexidade e heterogeneidade, a aprisionam num período etário localizado no ciclo de vida.

V – Saúde e condutas de risco

*Pedro Puga**

Introdução

Neste capítulo, proceder-se-á a um “diagnóstico” sociológico da saúde juvenil em Portugal, no sentido de descortinar quais os problemas de saúde prevalentes, quais os hábitos de saúde e possíveis condutas de risco dos jovens em Portugal.

Em primeiro lugar, torna-se necessário um mapear da saúde juvenil. Quais as doenças que prevalecem entre os jovens? Que atitudes perante a “saúde” caracterizam a população jovem? Neste sentido, abordaremos a incidência de doenças de declaração obrigatória (DDO), recorrendo para tal a dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (INE), compreendendo os anos de 1990 a 2004. Analisaremos igualmente em que medida os jovens são afectados por estados de deficiência, consultando para tal os dados estatísticos proporcionados pelos Censos 2001 (INE).

Em seguida, analisaremos a frequência de consultas médicas, e quais os motivos associados, através de dados cedidos pelo Observatório Nacional de Saúde – Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (ONSA/INSA), relativos ao Inquérito Nacional de Saúde de 1995/96 e 1998/99.

Depois de uma primeira análise à saúde dos jovens, abordaremos um leque de condutas de risco. Começaremos por analisar, provavelmente, a doença de declaração obrigatória mais temida e debatida na sociedade contemporânea, o sida. Trata-se de descortinar em que medida são os jovens vítimas do vírus VIH. Que condutas se lhe associam? Quais as categorias de transmissão de maior responsabilidade para a transmissão do vírus VIH entre a população jovem? Para o efeito, analisámos as estatísticas do Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis (CVEDT), compreendendo os anos de 1990 a 2005.

* Licenciado em Sociologia pelo ISCTE, mestrando em Administração e Políticas Públicas pelo ISCTE.

Procederemos ainda numa análise do consumo de drogas, comumente ditas de “sociais”, ou seja, que se encontram diluídas na sociedade, como o álcool e o tabaco. Apesar de se constituírem como drogas legais, comportam riscos comumente conhecidos. Trata-se, assim, de constatar em que moldes os jovens incorrem no consumo destas substâncias, com que idades iniciam o seu consumo, com que frequência e em que quantidades são consumidas. Para tal, recorreremos uma vez mais ao Inquérito Nacional de Saúde de 1995/96 e 1998/99.

Por último, cabe mapear a esperança de vida e mortalidade nos jovens em Portugal. Quais as tendências verificadas em termos de esperança de vida e taxa de mortalidade dos jovens em Portugal? Que grupos sociais estão mais propensos a mortalidade “precoce”? E por último, quais as maiores causas de mortalidade juvenil e que tendências anuais se delineiam no período analisado. Mais uma vez recorreu-se a estatísticas demográficas do Instituto Nacional de Estatística, referentes aos anos de 1990 a 2004.

Ainda no âmbito das causas de morte juvenil, especificou-se as “mortes relacionadas com o consumo de drogas”, recorrendo para tal a dados cedidos pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT), para os anos de 1990 a 2004. Nesse sentido, interessa observar quais as drogas cujo consumo resultou em óbitos de jovens, e em que proporção vitimam mortalmente. Outra das questões prende-se com o descortinar de quais as tendências de mortalidade resultantes do consumo de droga nos últimos anos.

Privilegiou-se a análise dos jovens recorrendo aos grupos etários 15-19, 20-24 e 25-29 anos. No entanto, uma vez que estamos limitados às características próprias da produção estatística de cada entidade consultada, por vezes não foi possível a análise dos grupos etários citados. Nomeadamente, nas estatísticas referentes às DDO, na medida em que os grupos etários que mais se aproximam das nossas pretensões constituem-se por indivíduos dos 15 aos 24 e dos 25 aos 34 anos. Também na análise da mortalidade pelo consumo de drogas, o IDT, a partir de 2000, substituiu o grupo etário dos 15 aos 19 anos pelo grupo dos ≤ 19 anos.

Outra das dificuldades metodológicas com que nos deparámos prende-se com a multiplicidade de fontes estatísticas sobre a saúde, ou seja, em que os dados estatísticos se encontram dispersos por diferentes fontes, o que dificulta a análise comparativa dos vários fenómenos sociais.

Nem sempre os dados disponíveis se adequam ou permitem análises mais aprofundadas. Em alguns casos, existem intervalos de tempo estatisticamente vazios. Por exemplo, em relação aos Inquérito Nacional de Saúde, a ausência de inquéritos

nos últimos anos não permite uma análise longitudinal das tendências dos últimos anos, ficando a mesma restringida aos anos de 1995/96 e 1998/99.

Por outro lado, é preciso ter em conta que nem sempre a produção estatística reflecte a realidade social, sendo que muitas vezes incorre em pressupostos que se afastam das pretensões que a justificam. É o caso, por exemplo, das estatísticas sobre os óbitos “relacionados com o consumo de droga”, uma vez que os dados produzidos pelo IDT apenas têm em consideração resultados positivos nos exames toxicológicos realizados pelo Instituto de Medicina Legal aos falecidos, não discriminando as causas de morte.

1. Doenças de declaração obrigatória entre a população jovem

De entre as doenças de declaração obrigatória (DDO), ao longo dos anos de 1990 a 2004, a tuberculose ocupa posição de destaque. De facto, as excepções à presença maioritária de casos de tuberculose prendem-se com situações pontuais de surto, como é o caso da parotidite (“parotidite epidémica”, comumente conhecida por papeira). A tuberculose representa, em média, de 1990 a 2004, 38,1% dos casos notificados de doenças de declaração obrigatória para o total da população e 50,8% entre os jovens dos 15 aos 34 anos de idade (Gráfico n.º 1).⁶¹

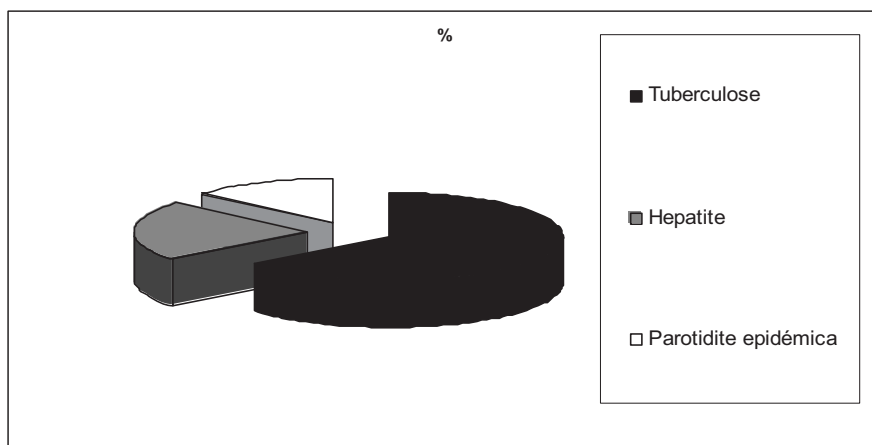


Gráfico n.º 1: Média entre a população jovem de algumas doenças de declaração obrigatórias: 1990 – 2004

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

⁶¹ Apesar de no presente estudo tomarmos em consideração os jovens dos 15 aos 29 anos (com os grupos etários 15-19, 20-24 e 25-29) por imposição das estatísticas disponíveis apenas foi possível analisar os jovens dos 15 aos 34 anos de idade (15-24 e 25-34).

Analisando com maior detalhe o período referido na população jovem (15-34 anos), apesar de algumas oscilações, os números de casos de tuberculose têm vindo a decrescer, de 2.423 no ano de 1990 para 1.065 casos em 2004 (Gráfico n.º 2). Assistiu-se a um decréscimo dos casos de tuberculose até 1997 (apesar de algumas oscilações) no seu peso percentual entre as DDO, transitando de 59,7% em 1990 para 26,7% no ano de 1997. Nos anos seguintes, os valores percentuais tomam uma tendência ascendente atingindo, em 2004, 71,2%, ou seja, aumentando para quase o triplo do valor inicial considerado. Semelhante linha de evolução ocorre na população total, com um decréscimo relativo de 42,9% em 1990 para 14,2% em 1997, e uma subida relativa até 2004, atingindo 56,6% dos casos notificados. É no grupo dos 25 aos 34 anos que a tuberculose, em geral ao longo dos anos, encontra maior expressão por relação a outras doenças (Gráfico n.º 3).

A hepatite entre a população jovem (15-34 anos), surgiu, em média, em 17,7% das notificações anuais para a mesma população (Gráfico n.º 1). A sua evolução não apresenta uma linha regular contínua. De 1990 a 1994 ocorreu um crescimento dos casos notificados, sendo que, em 1990, contabilizava 452 casos para, em 1994, apresentar 1.629 casos. Esta tendência altera-se nos anos seguintes, marcada por um decréscimo, alcançando em 2004, 154 casos notificados (Gráfico n.º 2).

Para além da tuberculose, doença prevalente entre as DDO, a parotidite epidémica (vulgo papeira), fruto de surtos, aparece em alguns anos com substancial expressividade. De entre as DDO, para o total da população portuguesa, apresenta uma média anual, entre 1990 e 2004, de 19,4%, valor superior ao da hepatite. Entre a população jovem (15-34 anos), a parotidite encontra-se abaixo do peso percentual médio da hepatite, sendo o seu valor médio anual de 10,8%. O seu maior surto aconteceu em 1997, atingindo entre os jovens 2.890 casos, demarcando-se das demais doenças como a tuberculose, que surge em 1669 casos e a hepatite em 904 casos (Gráfico n.º 2). Em geral, encontramos a mesma tendência para os casos notificados no total da população. Assim, apesar da parotidite encontrar um menor peso na população jovem por relação à tuberculose ou as hepatites, a sua incidência não deixa de ser preocupante, na medida em que se caracteriza por pontuais surtos.

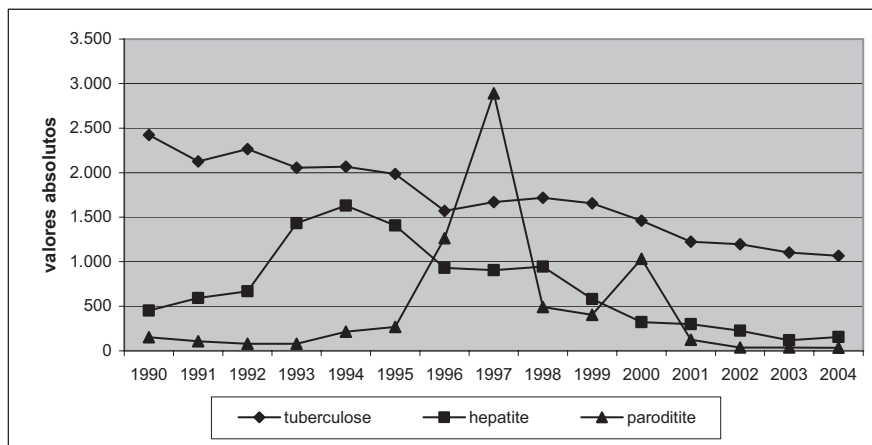


Gráfico n.º 2: Casos notificados na população jovem de algumas doenças de declaração obrigatória: 1990 - 2004

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

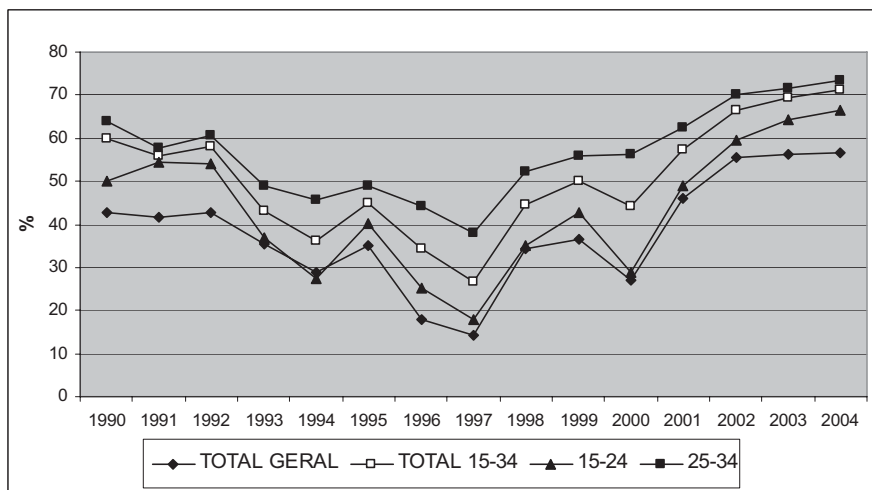


Gráfico n.º 3: Casos notificados de tuberculose, sobre o total de casos notificados de doenças de declaração obrigatória, segundo o grupo etário: 1990 - 2004

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Em geral, ao longo dos anos analisados, são os homens, quer para o total da população quer para os mais jovens, as vítimas maioritárias de doenças de declaração obrigatória. De notar ainda que o comportamento da população jovem, nas suas várias faixas etárias, segue as tendências gerais da população portuguesa no que se refere às doenças de declaração obrigatória.

2. Deficiência entre a população jovem

De acordo com os censos de 2001, 6,1 % da população residente em Portugal apresenta alguma deficiência.⁶² De entre a população total com alguma deficiência, os jovens (dos 15 aos 29 anos) compõem 13,2 % No total da população jovem, 3,6% apresenta alguma deficiência.

Entre as deficiências que afectam os jovens (15 aos 29 anos) em maior grau, contam-se a deficiência visual e a mental. Prevalece a deficiência visual com 38,3% dos casos em jovens dos 15 aos 29 anos, secundada pela mental, com 17,8%, sendo, por seu lado, a deficiência por paralisia cerebral a menos frequente entre as deficiências (Gráfico n.º 4).

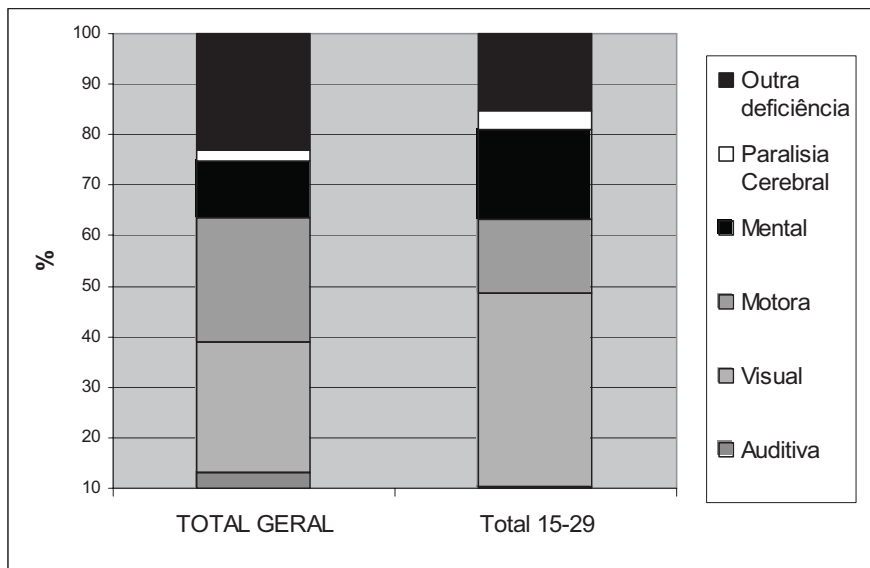


Gráfico n.º 4: População com alguma deficiência, por tipo de deficiência: 2001

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal. Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos).

⁶² Entenda-se por deficiência: "Perda ou alteração de uma estrutura ou de uma função psicológica, fisiológica ou anatómica." E o seguinte critério: "Apenas foi observada a deficiência permanente; a deficiência temporária não foi considerada (por exemplo, se um indivíduo se desloca com canadianas ou em cadeira de rodas porque partiu uma perna, ou se sofre de deslocamento parcial da retina que o obriga a andar com uma venda, não foi considerado como tendo uma deficiência)", in "Definições", *Censos 2001: Resultados Definitivos: XIV Recenseamento Geral da População: IV Recenseamento Geral da Habitação*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2002.

3. Frequência de consultas médicas entre a população jovem

Aquando do Inquérito Nacional de Saúde (INS) de 1995/96, 49,9% dos inquiridos afirmaram não terem recorrido, nos últimos três meses, a quaisquer consultas (Gráfico n.º 5), sendo que entre os que o fizeram, 53,6% alegaram motivos de doença. O INS posterior, de 1998/99 (dados mais actuais para esta dimensão de análise), veio a confirmar a tendência dominante da fraca frequência de consultas médicas, sendo que 46,3% afirmaram não ter recorrido a consultas médicas e 24,1% recorreram a apenas uma consulta médica (Gráfico n.º 6).

São os jovens os que menos frequentam consultas médicas. Em 1995/96 62,5% dos inquiridos entre os 15 e 29 anos afirmaram não ter recorrido a quaisquer consultas e 21,3% afirmaram ter recorrido a uma consulta médica. Em 1998/99, cerca de 59,8% dos jovens inquiridos não recorreram a quaisquer consultas médicas e apenas 22,8% afirmaram terem recorrido a uma consulta médica.

Quanto menor o grupo etário, menor a frequência de consultas médicas: em 1998/99, 62% dos jovens entre os 15 e 19 anos não recorreram a quaisquer consultas, para 58,7% nos jovens de 20 aos 24 anos e 58,6% nos jovens dos 25 aos 29 anos.

Nos jovens entre os 15 e 29 anos, são as mulheres que mais recorrem a consultas médicas, seguindo a tendência para o total da população. Por exemplo, em 1998/99, 65,8% dos homens afirmaram não ter recorrido a quaisquer consultas, e entre as mulheres, 53,4%.

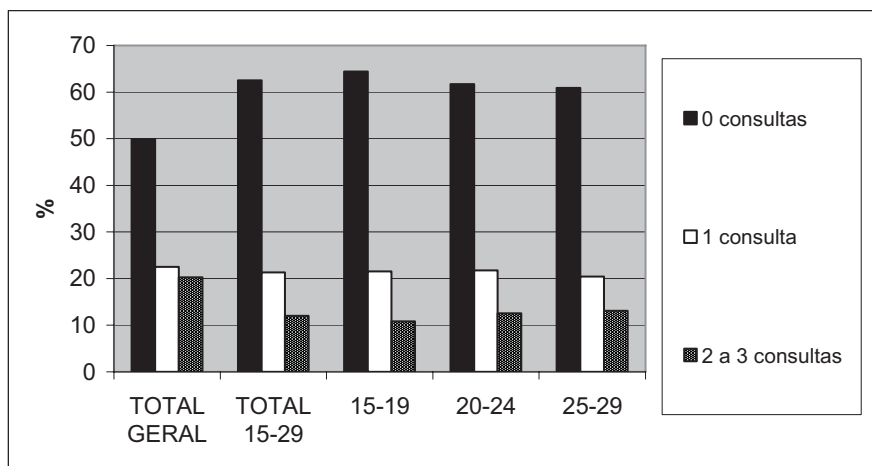


Gráfico n.º 5: População inquirida, por número de consultas médicas nos últimos três meses, segundo o grupo etário: 1995/96

Fonte: Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde, Ministério da Saúde, Inquérito Nacional de Saúde 1995/96.

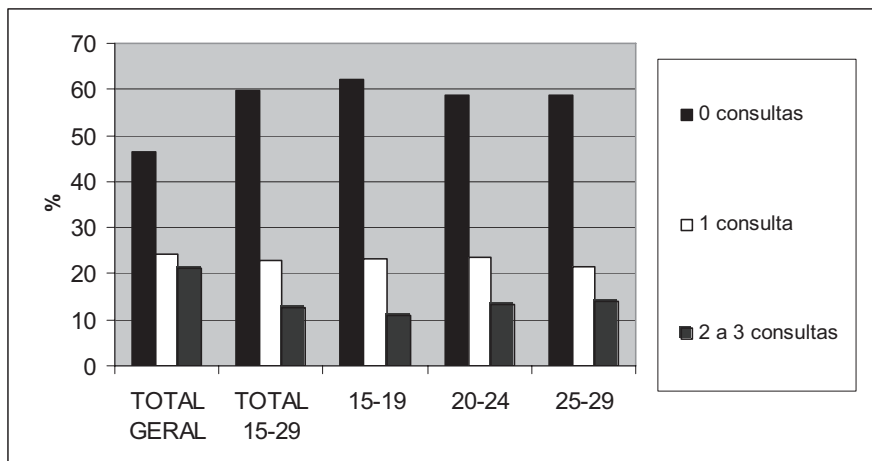


Gráfico n.º 6: População inquirida, por número de consultas médicas nos últimos três meses, segundo o grupo etário: 1998/99

Fonte: Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge: Inquérito Nacional de Saúde 1998/99.

Os motivos maioritários para a frequência a consultas médicas, para o total da população como nos jovens, prendem-se com situações de doença sentida.

Aquando do INS de 1995/96, 53,6% do total da população alegou motivos de doença, para 58,7% entre os jovens. Quanto a razões de realização de exames de rotina (sem ser por doença), entre a população encontramos 9,6% dos casos, enquanto nos jovens um peso percentual de 9,7%. A frequência de consultas médicas para “pedir receitas e exames” afirma-se em 13,5% dos casos entre a população total e 6,8% entre a população jovem.

No INS de 1998/99, os inquiridos que afirmaram o recurso a médicos por sintomatologia de doença representam 48,9% para o total da população e 55% para os jovens. De entre a população geral, 10,9% invoca exame de rotina (sem ser doença) como o motivo da consulta, e no caso dos jovens 10,1%. Quanto ao recurso a consultas como meio de rastreio ou para pedir receitas (“para pedir receitas e exames”), entre a população geral surge em 14,6% dos casos, e representando 6,5% nos jovens.

Similares resultados encontramos no estudo “Saúde e Doença em Portugal”, que revela que “o sentir-se doente, com 44,5% foi a principal razão pela qual os inquiridos foram à última consulta no centro de saúde a que pertencem”. Neste sentido, é destacado “o facto de os inquiridos com idades entre os 18 e 29 anos serem os que mais afirmam terem ido ao médico por se sentirem doentes”.⁶³

⁶³ Cabral, Manuel Villaverde (coord.), e outros (2002), *Saúde e doença em Portugal*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 176 - 177

A fraca procura de consultas médicas, e o facto da maioria dos inquiridos, principalmente os jovens, procurarem cuidados médicos apenas em caso de doença, poderá ser mostra de uma relação displicente face a comportamentos de rotina de vigilância médica. No entanto, outros factores de ordem conjuntural, cultural, política, etc., podem estar na génese da fraca procura de consultas médicas.

4. Casos de sida entre a população jovem

Os dados sobre sida em Portugal, da responsabilidade do Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis, apresentam duas tendências de evolução distintas. Por um lado, o número de casos notificados para a população geral (notificações feitas ao CVEDT até 31 de Dezembro de 2005) sobe abruptamente desde 1990 até 1999, passando, respectivamente, de 260 casos para 1.095. Deste então, o número de casos tem vindo a descer gradualmente até 2005, ano em que se notificaram 469 casos (Gráfico n.º 7).

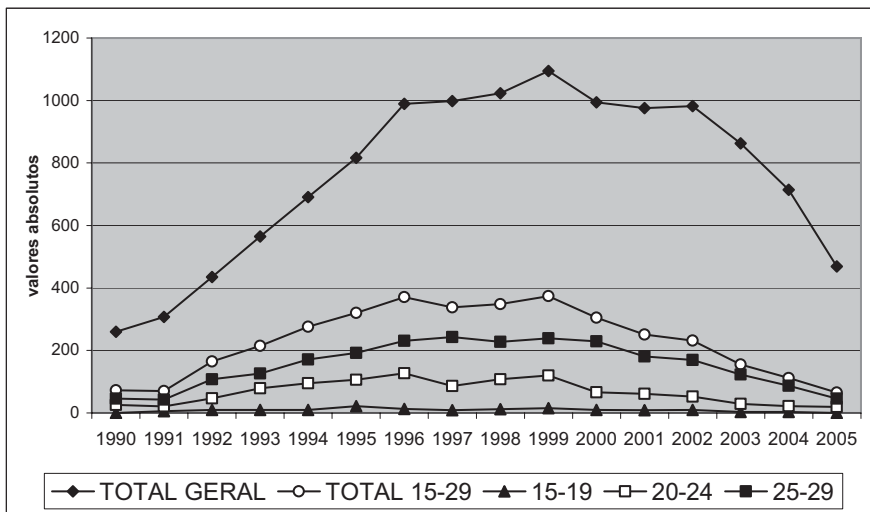


Gráfico n.º 7: Casos de sida, por anos de diagnóstico, segundo o grupo etário: 1990 - 2005

Fonte: CVEDT, Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis.

A leitura destes dados merece, no entanto, alguma salvaguarda, na medida em que, segundo informações do CVEDT, estamos perante uma base de dados “dinâmica”, ou seja, em que não existem “anos fechados”, na medida em que as

notificações (a notificação oficial depende das entidades médicas) que chegam ao centro poderão remeter para anos anteriores, como tal, trata-se de uma base de dados que permanece em constante actualização.

Assim sendo, a descida abrupta dos casos de sida merece uma leitura atenta: por um lado, poderá indiciar maiores cautelas por parte dos indivíduos perante a doença e face aos mecanismos de protecção em relação à mesma; por outro, é provável também que os anos mais recentes sejam os mais afectados por atrasos, e que venham, assim, a sofrer posteriores actualizações.

Quanto à totalidade dos casos de sida por ano (1990 a 2005), a proporção de incidência em jovens (15 aos 29 anos) tem oscilado ao longo dos anos, atingindo a proporção mais alta em 1994 com cerca de 40% dos casos notificados, sendo que a partir de 1999 emerge um quadro de descida, atingindo o valor mais baixo em 2005, de 13,9% (Gráfico n.º 8). Temos assim, de 1990 a 2005 uma média de proporção anual dos jovens em relação ao total dos casos de 29,5%.

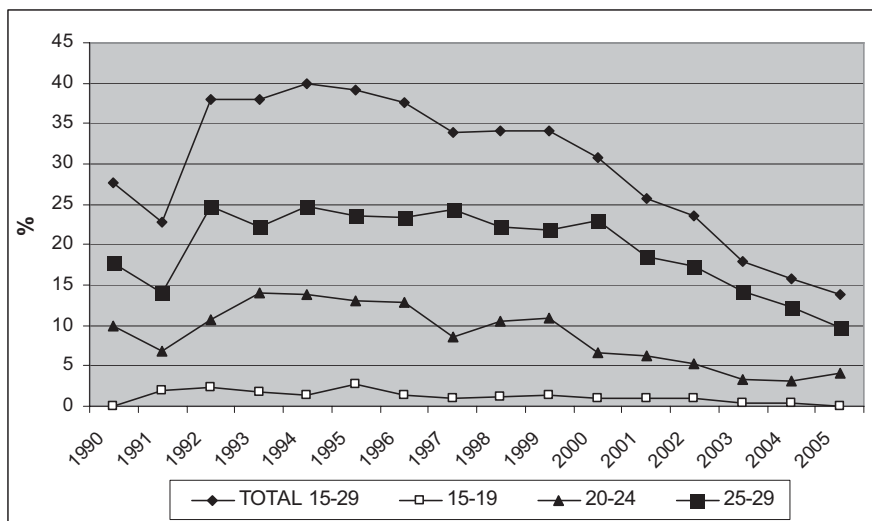


Gráfico n.º 8: Casos de sida entre a população jovem sobre o total de casos de sida, por anos de diagnóstico, segundo o grupo etário: 1990 – 2005

Fonte: CVEDT, Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis.

São indivíduos do sexo masculino os mais atingidos pela doença, quer considerando a totalidade dos casos, como para a população jovem portuguesa (15 aos 29 anos). Por exemplo, entre 1990 e 2005, foram notificados 2.869 casos de sida do sexo masculino e 796 casos do sexo feminino.

Em relação aos jovens, o escalão etário dos 25-29 anos é o mais atingido (com uma proporção anual média, entre 1990 e 2005, de 67,7% dos jovens com VIH), seguido dos indivíduos situando entre os 20 e 24 anos (com uma proporção anual média de 28,6%). Portanto, quanto menor o grupo etário nos jovens menor a incidência de casos notificados de VIH.

Analisando a proporção dos jovens (15-29 anos) em relação ao total de casos da população geral quanto ao sexo, verificamos que, em geral (entre 1990 e 2005), os jovens do sexo feminino atingem a maior proporção dentro do total de casos do universo feminino (com uma média de 37%), comparada com a proporção que os casos de jovens masculinos atingem de entre o total de casos para o sexo masculino (com uma média de 28%).

Relativamente às categorias de transmissão da sida entre os jovens (15-29 anos), especificamente se atentarmos às três categorias de maior peso na transmissão do vírus VIH, a toxicodependência destaca-se das restantes categorias apresentando em média (entre 1990 e 2005) um peso de 66,9% dos casos, para 19% por vias heterossexuais e 10,8% por homo ou bissexuais (Gráfico n.º 9).

A toxicodependência mantém-se, entre o período designado, como a maior via de transmissão apresentando duas curvas distintas, a primeira de crescimento contínuo, sensivelmente até 1998. Em 1990 revela-se em 37,5% dos casos, atingindo 82,5% em 1998, sendo que até 2004 apresenta uma curva descendente que culmina com uma incidência em 51,8% dos casos. O ano de 2005 apresenta valores percentuais contrários à tendência precedente, com uma proporção de 64,6%.

Em relação às vias de transmissão por relacionamento heterossexual e homo ou bissexual, apresentam, em geral dinâmicas de evolução distintas, sendo que, até 1993, a via homo ou bissexual encontrava valores percentuais maiores que a via heterossexual, mas desde então abaixo dos valores da transmissão por relações heterossexuais.

A transmissão por vias homo ou bissexuais apresenta, de 1990 a 2001, uma curva decrescente mas irregular, de 36,1% para apenas 3,2%. Porém, deste então e até 2004, apresentando um crescimento regular até 9,8 % dos casos. Em 2005 atinge contudo um numero menor que o anterior, com 6,2%.

Quanto à incidência por relações heterossexuais, ocorrem algumas oscilações nos anos iniciais. No ano de 1990 representam 18,1% dos casos, para em 1994 atingir 15,2% dos casos. A partir de 1994 apresenta um decréscimo regular até 1997 atingindo apenas 10,1% dos casos (valor mais baixo de todo o período), porém a tendência altera-se e os valores percentuais crescem gradualmente até 2004,

atingindo o valor mais alto de toda a sequência temporal, com 37,5% dos casos. No ano de 2005 verifica-se um decréscimo para 29,2%.

O ano de 2005 poderá ser revelador de uma situação de reverso tendencial quanto à incidência de casos de sida. Resta saber se tal se deve à ausência de dados (uma vez que poderá estar ainda dependente de notificações atrasadas) ou se marcará uma nova linha de evolução.

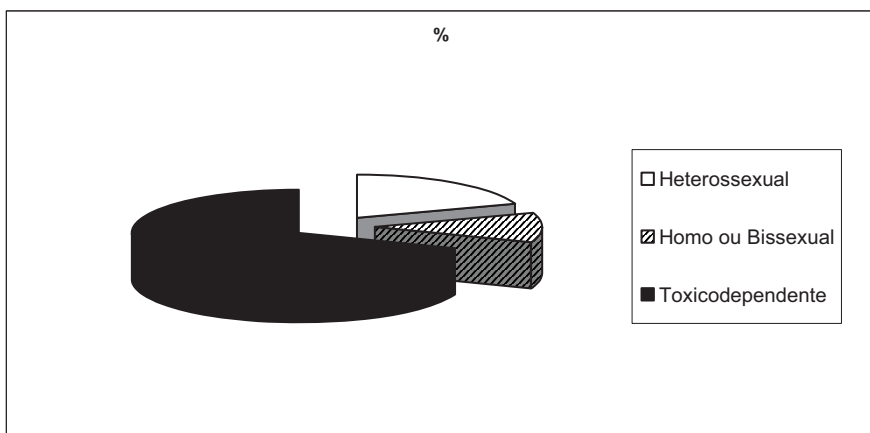


Gráfico n.º 9: Média de casos de sida entre a população jovem, por algumas categorias de transmissão: 1990 - 2005

Fonte: CVEDT, Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis.

Relativamente às doenças oportunistas⁶⁴ da sida, entre os casos notificados em jovens (15-29 anos), especificamente se atentarmos às três categorias de maior peso na transmissão do vírus VIH, a tuberculose destaca-se das restantes categorias, atingindo a maioria dos casos, com excepção para o ano de 2000. Apesar de algumas oscilações, apresenta duas tendências distintas: a primeira, de crescimento, de 1990 a 1995, transitando de uma situação de peso percentual de 29,2% para 62,5%, valor mais alto de toda a série anual. Nos anos seguintes, afirma-se em decréscimo, ainda que irregular, atingindo 44,6% dos casos no ano de 2005.

Em relação às designadas “outras infecções oportunistas”⁶⁵, no ano de 1990, representando excepção em todo o período analisado, encontra um peso percentual superior ao da tuberculose, atingindo 33,3% dos casos entre os jovens. Duas tendências distintas se podem verificar, relativamente simétricas em relação às da tuberculose, sendo que primeiro ocorre um decréscimo irregular até 1997 atingindo

⁶⁴ As categorias de doenças oportunistas analisadas são: CICU; Encefalopatia; Kaposi; Linfoma; Outras Infecções Oportunistas; Síndrome Emaciação; e a Tuberculose.

16,9% dos casos entre os jovens, para desde então apresentar uma tendência de crescimento que culmina em 2005 com 33,9% de incidência (retomando um peso percentual próximo do referente ao ano inicial).

Analisando a média anual, entre 1990 e 2005, de incidência de casos de sida por doenças oportunistas, destaca-se a tuberculose, que atinge uma média de 52,8% dos casos, secundada pelas designadas “outras infecções oportunistas”, com uma média de 23,5% dos casos, sendo de referir ainda uma média de 12% nos casos de pneumocistose ou PPC⁶⁶ (Gráfico n.º 10).

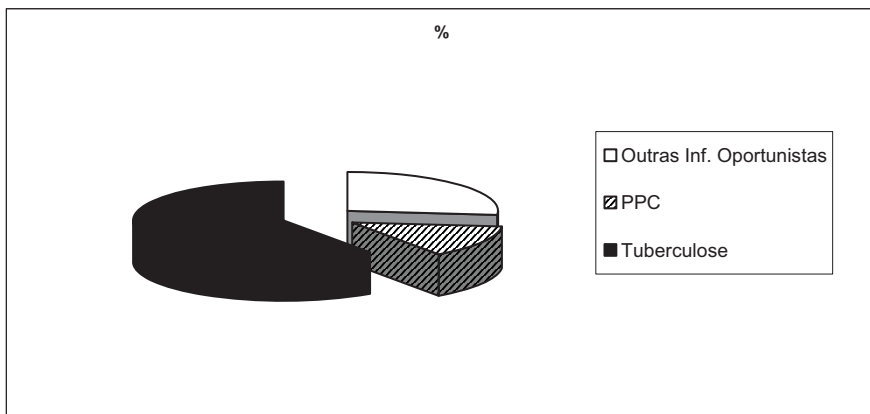


Gráfico n.º 10: Média de casos de sida entre a população jovem, por algumas doenças oportunistas: 1990 - 2005

Fonte: CVEDT, Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis.

Quanto ao número de óbitos associados à sida, causados por doenças oportunistas, segue, em geral, a tendência proporcional aos casos notificados, com a tuberculose, quer para os casos da população em geral quer para a população jovem, a demarcar-se das restantes doenças oportunistas, seguindo-se as “outras infecções oportunistas”. De referir que as estatísticas do CVEDT não permitem uma análise longitudinal da evolução da mortalidade (por doenças oportunistas) associada ao sida, uma vez que os óbitos são notificados segundo o ano de diagnóstico da doença, não indicando o ano de falecimento.

Assim, entre os casos notificados de 1990 a 2005, a tuberculose é responsável, em média, por 50,6% dos óbitos em jovens com sida (15-29 anos), sendo 23,2% a percentagem dos que são mortalmente afectados por “outras infecções oportunistas” (Gráfico n.º 11).

⁶⁶ A pneumocistose (tipo de pneumonia) ou PPC é uma infecção oportunista causada por um fungo (*Pneumocystis jirovecii*).

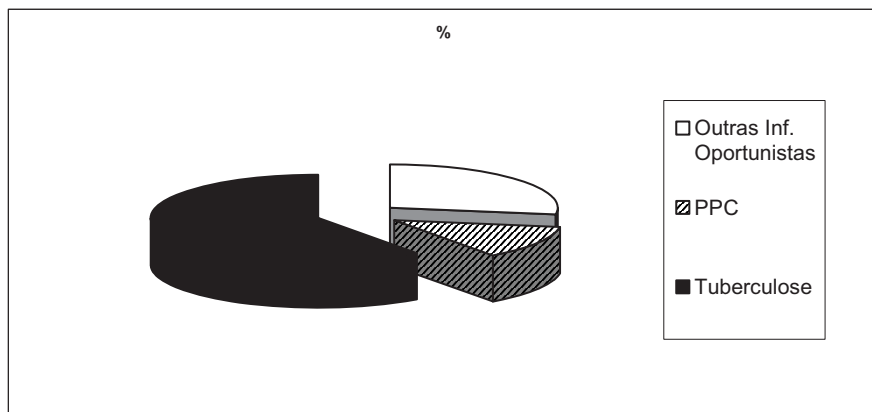


Gráfico n.º 11: Média de mortes de sida entre a população jovem por algumas categorias de doenças oportunistas: 1990 - 2005

Fonte: CVEDT, Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis.

5. Consumo de bebidas alcoólicas e tabaco entre a população jovem

Em relação ao consumo de tabaco, os dados oficiais disponíveis derivam do Inquérito Nacional de Saúde de 1995/96 e 1998/99.

Numa primeira análise, sublinha-se uma estabilização quanto aos hábitos tabagísticos nos jovens fumadores, entre 1995/96 e 1998/99, atingindo cerca de 26% dos jovens entre os 15 e 29 anos. É, todavia, no grupo etário dos 25-29 anos que encontramos a maior proporção de fumadores, decrescendo o peso percentual de consumidores quanto menor o grupo etário (Gráficos n.º 12 e n.º 13). Por seu lado, entre os jovens, os indivíduos do sexo masculino representam a maior parte dos fumadores.

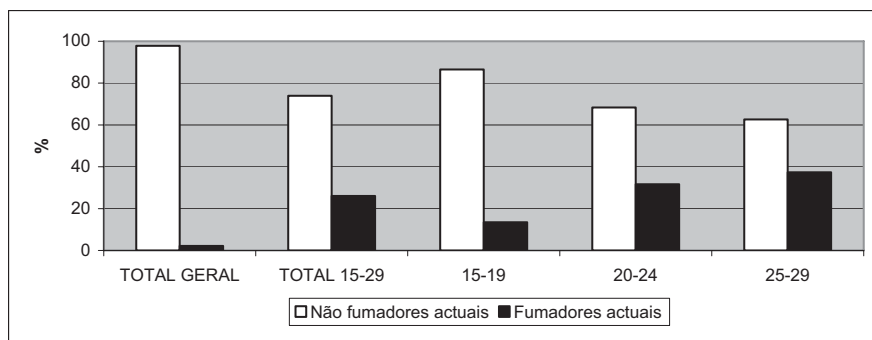


Gráfico n.º 12: População inquirida de 10 e mais anos, por consumo de tabaco, segundo o grupo etário: 1995/96

Fonte: Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde, Ministério da Saúde, Inquérito Nacional de Saúde 1995/96.

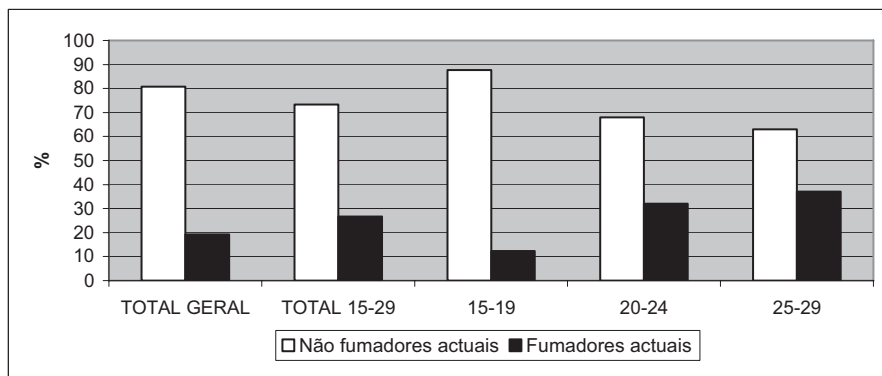


Gráfico n.º 13: População inquirida de 10 e mais anos, por consumo de tabaco, segundo o grupo etário: 1998/99

Fonte: Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge: Inquérito Nacional de Saúde 1998/99.

Tanto no inquérito de 1995/96, como no de 1998/99, quase metade dos fumadores (15 aos 29 anos) afirmou iniciar hábitos tabagísticos entre os 15 e os 17 anos contabilizando 46% dos inquiridos. O início de hábitos tabagísticos nos primeiros anos da juventude poderá dever-se a estratégias de afirmação, por processos de pertença e diferenciação identitária. Quiçá, o consumo de tabaco associado a representações de “autonomia etária”, e “maturidade”, ou de aceitação/integração em determinados grupos sociais e estilos de vida juvenis.

Outra conduta de risco analisada prende-se com os hábitos de consumo de bebidas alcoólicas. Para a população geral manteve-se, entre 1995/96 e 1998/99, o quadro de consumidores de bebidas alcoólicas (consumo nos 12 meses anteriores à inquirição), rondando os 50% dos inquiridos. Em relação aos jovens (15-29 anos) confirmou-se o panorama, com os jovens que afirmavam em 1995/96 terem bebido constituindo 50,3% e em 1998/99 45,8% (Gráficos n.º 14 e n.º 15).

Nos jovens com idades entre os 15 e os 19 anos mantém-se a minoria dos jovens que afirmaram ter bebido, de facto diminuindo de 32,9% em 1995/96 para 27,5% em 1998/99. Em relação aos indivíduos do grupo etário dos 20 aos 24 anos os jovens que afirmaram ter bebido contabilizavam 57,3% dos inquiridos em 1995/96, passando para 48,5% dos inquiridos em 1998/99. Quanto ao grupo etário dos 25-29 anos em 1995/96, 66,3% dos indivíduos afirmou ter bebido nos 12 meses anteriores, com uma ligeira diminuição para 63,8% em 1998/99.

Neste sentido, nos jovens, a proporção de indivíduos que consumiram bebidas alcoólicas nos últimos 12 meses aumenta quanto maior o grupo etário em causa.

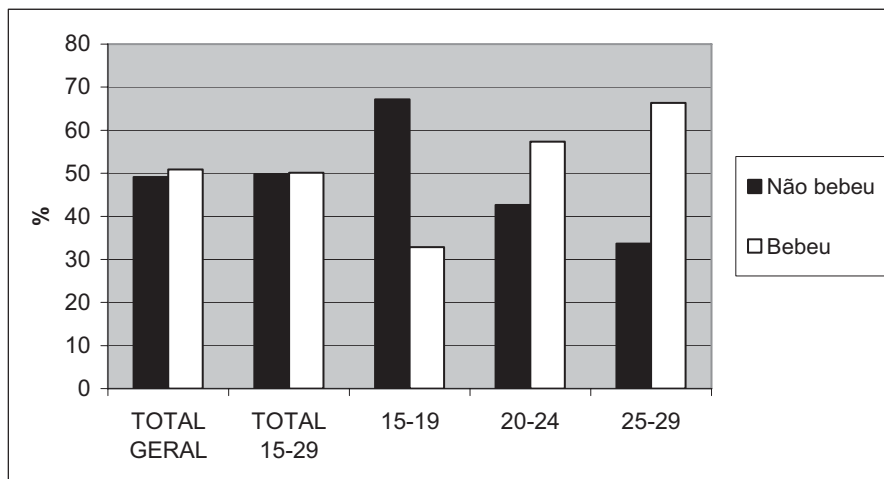


Gráfico n.º 14: População inquirida pelo consumo de bebidas alcoólicas nos últimos 12 meses, segundo o grupo etário: 1995/96

Fonte: Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde, Ministério da Saúde, Inquérito Nacional de Saúde 1995/96.

Nota: * Vinho, cerveja, bagaço, aguardente, brandy, vinho do Porto, martini, whisky e gin.

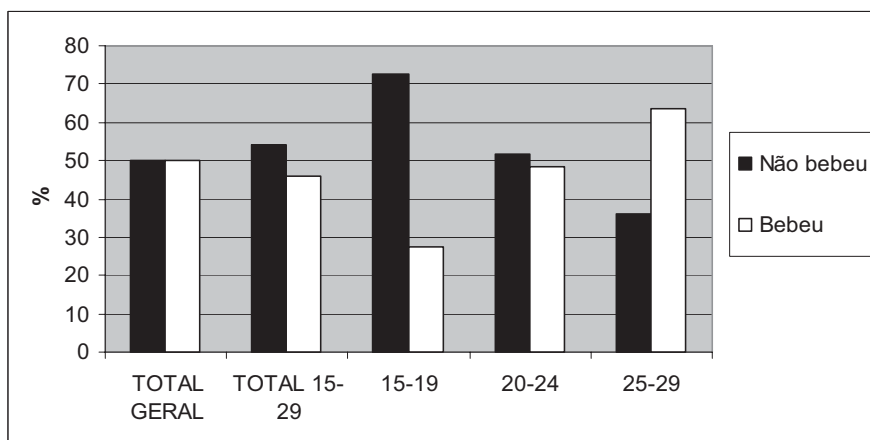


Gráfico n.º 15: População inquirida pelo consumo de bebidas alcoólicas nos últimos 12 meses, segundo o grupo etário: 1998/99

Fonte: Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge: Inquérito Nacional de Saúde 1998/99.

Nota: * Vinho, cerveja, bagaço, aguardente, brandy, vinho do Porto, martini, whisky e gin.

Analisando os hábitos de consumo de álcool por relação ao sexo do inquirido, para o total da população como na população jovem, destaca-se o sexo masculino, em geral e em ambos os inquéritos, com maior incidência de indivíduos que afirmaram ter consumido bebidas alcoólicas nos últimos 12 meses. Em 1998/99, dos jovens de sexo

masculino entre os 15 e 29 anos, 58,3% consumiram bebidas alcoólicas, para 32,3% no caso do sexo feminino.

No total da população como entre os jovens consumidores de bebidas alcoólicas, as bebidas que reúnem mais respostas afirmativas quanto ao seu consumo nos últimos 12 meses são a cerveja e o vinho. Assim, por exemplo, em 1998/99, de entre os jovens entre os 15 e 29 anos, 28,9% afirmou ter consumido vinho e 36,4% afirmou ter consumido cerveja, para 19,5% de consumo de vinho do Porto.

Destacam-se ainda algumas diferenças entre os sexos ao nível do consumo de bebidas alcoólicas por parte da população jovem (15-29 anos). Por exemplo, em 1998/99, os jovens do sexo masculino, consumidores de bebidas alcoólicas, tendem a preferir nitidamente a cerveja (52,8%) ao vinho (36,4%), seguindo-se o whisky e gin com 24,8% e o vinho do porto, martini e licores com 23%. Já entre os consumidores do sexo feminino, os consumos de cerveja e de vinho são mais equidistantes (20,7% para o vinho e 18,7% para a cerveja), seguindo-se o consumo de vinho do Porto, martini e licores, com 15,7%, e apenas 5,6% de whisky e gin.

Quanto aos consumidores de bebidas alcoólicas, e em relação às quantidades ingeridas, as maiores porções são, nos jovens, de cerveja. Por exemplo, a maioria dos jovens inquiridos entre os 15 e 29 anos, que se afirmaram consumidores de cerveja em 1998/99, revelou ter ingerido na semana anterior à inquirição quantidades maiores de 250 ml até 500 ml (61,4%), e 37% afirmaram ter bebido até 250 ml. Quanto ao vinho, de entre os jovens inquiridos entre os 15 e os 29 anos que afirmaram ter consumido vinho em 1998/99, 92,1% afirmaram ter ingerido na última semana até 250 ml e apenas 5,3% afirmaram ter ingerido na última semana quantidades maiores de 250 ml até 500 ml.

Entre os jovens consumidores de cerveja, foram em maior proporção os que afirmaram consumir várias vezes por semana, rondando, nos dois inquéritos, os 50%. Igual cenário surge nos consumidores de vinho. Por sua vez, entre os jovens consumidores destas bebidas, a proporção de indivíduos que afirma consumir várias vezes por semana aumenta quanto maior o grupo etário.

6. Esperança de vida e mortalidade entre a população jovem

A esperança de vida da população jovem portuguesa, seguindo a tendência da população geral, não tem sofrido bruscas oscilações ao longo da última década do século passado e primeiros cinco anos do presente século, pautando-se em geral por um crescendo regular dos anos de vida esperados.

De 1990 a 2004 a esperança de vida da população portuguesa subiu de cerca 74 anos para 78 anos. Entre os jovens e para o mesmo período, mantém-se a mesma regularidade, com um aumento médio de cerca de 3 anos entre os períodos especificados para cada grupo etário. Assim, quanto ao período referido nos indivíduos pertencentes ao grupo etário dos 15-19 anos transitou-se de uma esperança de vida de 60 para 63 anos, no grupo de 20-24 de 56 para 58 anos e no grupo dos 25-29 anos de 51 para 54 anos.

Quanto ao sexo, existe uma notória diferença, sendo que as mulheres detêm a maior esperança de vida. Assim, por exemplo, no período 1999/2000 e para a faixa etária dos 15-19 anos, um indivíduo do sexo feminino apresenta uma esperança de vida de 65 anos, enquanto que para um indivíduo do sexo masculino é de 58 anos. Entre 1990 e 2004, a diferença de esperança de vida entre indivíduos de sexo oposto, é, em média, de 7 anos para os indivíduos dos grupos etários 15-19, 20-24 e 25-29 anos, bem como para o total da população.

Em relação à taxa de mortalidade, não encontramos grandes oscilações ao longo dos anos de 1990 a 2004/05. Quanto ao total da população transita-se de 10,4%, em 1990 para 9,9%, em 2004/05, valor de taxa mais baixo, sendo que em 1993 ocorreu o valor taxativo mais elevado, de 10,7%.

Quanto aos jovens, delinea-se igualmente entre os anos limite uma baixa na taxa de mortalidade, pouco significativa, porém sendo possível denotar para cada grupo etário um período demarcado de descida gradual e regular da taxa, culminando no valor mais baixo em 2004/05.

O grupo etário dos 15 aos 19 anos apresenta em 1990 e 1991 uma taxa de mortalidade rondando 1%, e a partir de então iniciando a curva descendente até 2003/04 com o valor que se manteve em 2004/05 de 0,5%, portanto, evoluindo para metade do valor inicial. O grupo etário 20-24, acompanha em geral a mesma tendência, porém iniciando em 1990 com o valor taxativo mais alto em todo o período (1,3%), descendo gradualmente até 1994 onde atinge 1,1% e subindo em 1995/96 para 1,2%, iniciando-se a partir de então uma curva descendente culminando no valor de 0,6% no ano de 2004/05. Quanto aos jovens entre os 24 e 25 anos, apresentam-se algumas ligeiras oscilações de 1990 até 1995/96, quando atinge o valor mais elevado, de 1,5%, iniciando-se a partir de então uma curva descendente demarcada, culminando no valor de 0,8%.

Quanto à evolução do número de óbitos juvenis (15-29 anos), delinea-se uma tendência de decréscimo, apesar de algumas oscilações, entre 1990 e 2004. De salientar a diferença entre o valor inicial e final do período em causa, de 2.775 óbitos em 1990 para 1.466 óbitos em 2004 (Gráfico n.º 16).

Visível é, desde logo, ao longo dos anos, a maior proporção de óbitos do sexo masculino no valor total de óbitos quer em termos da população geral como na população jovem. No entanto, dentro deste quadro, os jovens portugueses do sexo masculino apresentam uma curva descendente, ainda que irregular, em termos de óbitos anuais, porém mais acentuada que os indivíduos jovens do sexo feminino denotando-se assim uma aproximação gradual de valores entre os sexos.

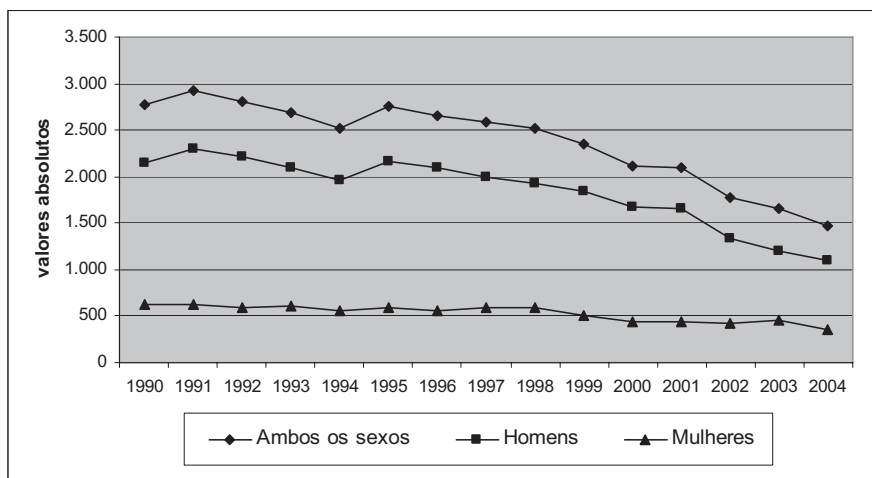


Gráfico n.º 16: Óbitos entre a população jovem (15-29 anos), por ano, segundo o sexo: 1990 - 2004

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Analisando a mortalidade entre a população jovem (15 aos 29 anos) considerando a situação conjugal dos falecidos, verifica-se ser entre os solteiros que ocorre o maior número de mortes. Assim, os óbitos em indivíduos solteiros eram em 1990 de 2.183 terminando em 2004 com o número de 1.238. No grupo dos casados, a descida é gradual e regular, em 1990 falecendo 565 indivíduos jovens e em 2004 apenas 184 jovens.

Quanto ao peso percentual que os óbitos em jovens solteiros encontram por relação ao total de óbitos de jovens (15-29 anos), salienta-se um ligeiro acréscimo ao longo dos anos, ainda que irregular, de 78,7% em 1990 até 84,5% em 2004 (Gráfico n.º 17).

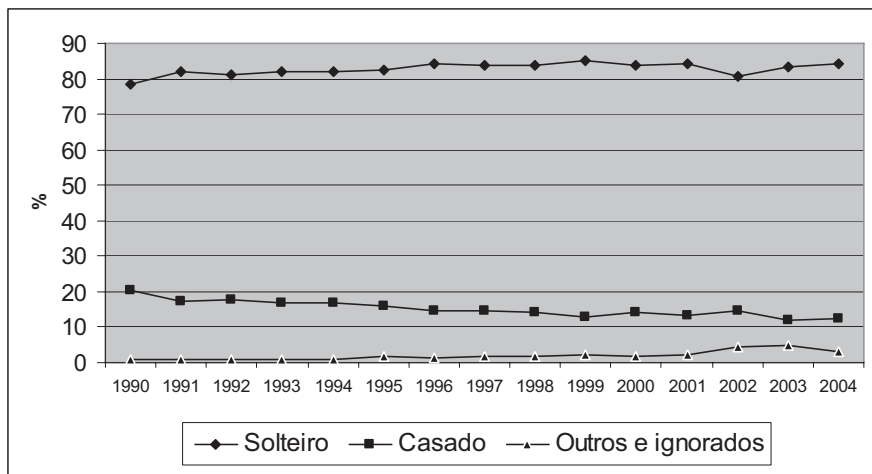


Gráfico n.º 17: Óbitos entre 15 e 29 anos, por ano, segundo o estado civil: 1990 - 2004

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Quando ventilado pela condição perante o trabalho, observa-se que o número de óbitos na população jovem é superior dentro do quadro dos empregados, secundado pelos óbitos da população não activa. Nos anos de 2003 e 2004, porém, o número de óbitos da população não activa ultrapassa ligeiramente o número de óbitos da população empregada. Assim, em 1990 os óbitos de jovens empregados foram 1.691 para 707 em 2004. Entre os desempregados, os óbitos de jovens transitaram de 60 para 42 óbitos, e entre a população não activa ou não especificada transitou-se de 1.024 em 1990 para 717 em 2004 (Gráfico n.º 18).

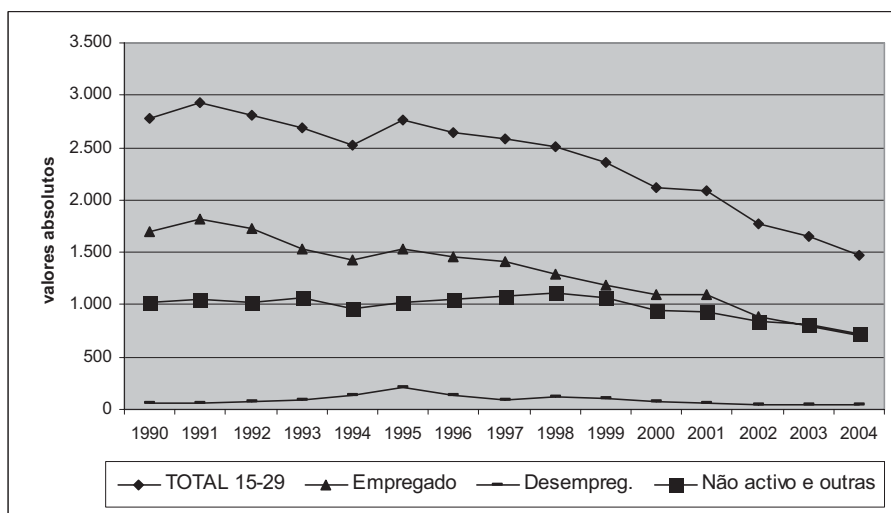


Gráfico n.º 18: Óbitos entre 15 e 29 anos, por ano, segundo a condição perante o trabalho: 1990 - 2004

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Quanto ao peso percentual das condições perante o trabalho especificadas, salienta-se o decréscimo dos óbitos em jovens empregados, transitando de 60,9% em 1990 para 48,2% em 2004. Por outro lado, em visível crescimento percentual face ao total de casos, encontram-se os óbitos em indivíduos jovens não activos ou noutra condição, de 36,9% em 1990 para 48,9% em 2004, ultrapassando assim em 2004 os valores percentuais dos óbitos em jovens empregados (Gráfico n.º 19).

A maior ocorrência de óbitos em indivíduos jovens solteiros e a subida entre jovens não activos, poderá indicar que, neste âmbito, quanto menor o enquadramento formal maior probabilidade existe de se exporem a condutas de risco de mortalidade.

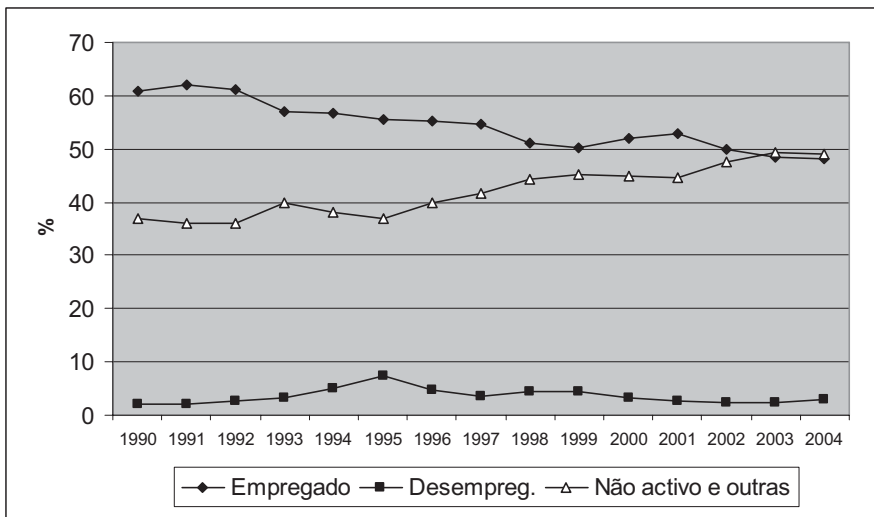


Gráfico n.º 19: Óbitos entre 15 e 29 anos, por ano, segundo a condição perante o trabalho: 1990 - 2004

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Os jovens, na medida em que são menos afectados por doenças que prevalecem noutros grupos etários, nomeadamente nos mais elevados, são, entre o total da população, menos vítimas de óbitos devidos a estados de doença. De facto, são as *causas externas de mortalidade* (não doenças), bem como os *sintomas e doenças mal definidas*, as causas de morte que encontram uma maior média de prevalência no período analisado para os jovens (15 aos 29 anos).⁶⁷

⁶⁷ De forma a poder analisar as causas de morte entre os jovens para o período de 1990 a 2004, tornou-se necessário seguir um modelo de compatibilização entre as listas de doenças de declaração obrigatória e causas de morte, nomeadamente as listas CID-9 e CID-10 (nona e décima versões da Classificação Internacional de Doenças, da responsabilidade da Organização Mundial de Saúde). Na CID-9, encontramos a designação de "sintomas, sinais e afecções mal definidos", sendo que na CID-10 se designa de "sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte". Quanto às causas externas designam-se na CID-9 de "lesões traumáticas e envenenamentos". Adoptando-se na CID-10 o termo genérico de causas externas de mortalidade.

Adoptaremos aqui as novas designações da CID-10, apesar de o período designado abranger ambas as CID.

Os óbitos em jovens entre os 15 e 29 anos por “causas externas de mortalidade”, apesar de surgirem como as maiores causas de mortalidade, têm vindo a decrescer ao longo dos anos, de 1611 em 1990 para 845 no ano de 2004. Este tipo de causa de morte apresenta uma proporção média anual (1990 – 2004) de 50,7%. Ao longo do período analisado, a proporção deste tipo de mortalidade em relação ao total de causas de morte nos jovens, apresenta um decréscimo de 58,1% para 41,7%, entre 1990 e 2000, tendo vindo, desde então, a crescer novamente, atingindo em 2004 57,6% dos casos.

A década de 90 apresenta poucas oscilações em relação aos “sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte”, com valores de óbitos em jovens entre os 454 (valor mais baixo da década) no ano de 1996 e os 528 (valor mais alto da década) óbitos em 1999, sendo que até 2004 decresce para 86 óbitos.

Em termos de proporção deste tipo de causas dentro do total de causas de morte em jovens, ocupa uma média anual para o período em causa de 16,4%. Quanto à tendência evolutiva da proporção ao longo dos anos, esta apresenta duas tendências distintas, uma primeira de ligeira subida, sendo que em 1990 ocupa 18,1% dos casos, atingindo no ano de 2000 23,2% dos casos; a partir de então, a proporção tem vindo a descer, ainda que irregularmente, até atingir 5,9% em 2004 (Gráfico n.º 20).

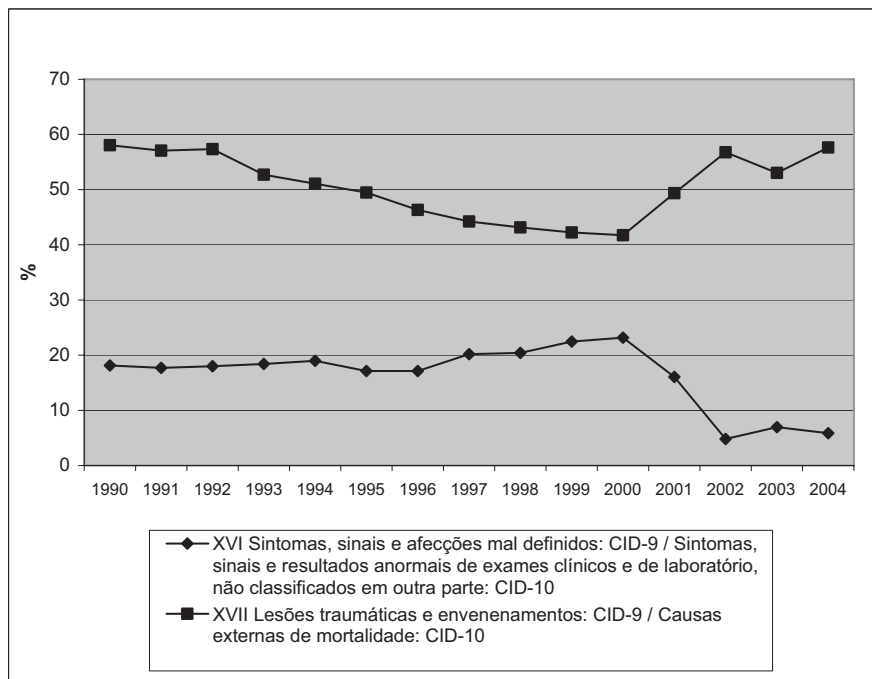


Gráfico n.º 20: Óbitos entre os jovens (15-29 anos) por algumas causas de morte: 1990 - 2004

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Em relação ao período de 1995 a 2001, as “lesões traumáticas e envenenamentos” lideram as causas de morte nos jovens, obtendo entre os anos referidos uma média de 45,2% (Gráfico n.º 21). Quanto à evolução da causa referida, em 1995 era de 49,5% no peso geral das causas, vindo até 2000 em constante decréscimo, atingindo 41,7%, para no ano seguinte subir para 49,4%.

Evolução distinta e contrária, revela a segunda maior causa de morte nos jovens, que apresenta no período referido uma média de 19,5%. Falamos de “sintomas, sinais e afecções mal definidos”, causa que tem vindo a aumentar o seu peso, de 17,1% em 1990 para 23,2% no ano de 2000, decrescendo para 16% no ano seguinte. No peso das causas totais, surgem ainda as doenças infecciosas e parasitárias, onde se inclui a tuberculose e a sida, que no período referido atinge uma média de 13,9%. Quanto aos tumores atingem uma média de 7,4% das mortes em jovens, seguindo-se as doenças do aparelho circulatório com 4,2%.

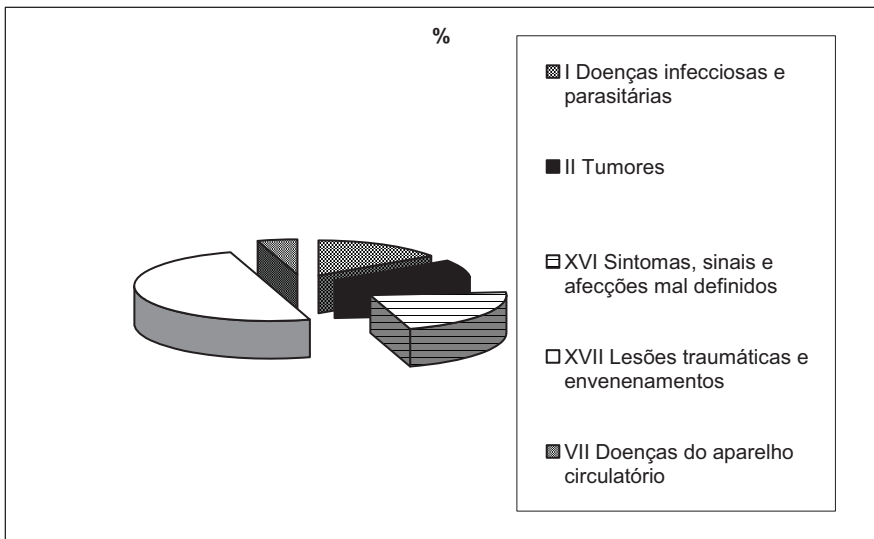


Gráfico n.º 21: Média de óbitos entre os jovens (15-29 anos) por algumas causas de morte: 1995 - 2001

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Nota: Classificação de causas de morte pela CID-9.

Em relação ao período de 2002 – 2004, surge então sob a designação de “causas externas” a maior causa de morte nos jovens, com uma média entre os anos referidos de 55,8% (Gráfico n.º 22). No ano de 2002 ocupava 56,8% das causas de morte, decrescendo no ano seguinte para 53% e no ano de 2004 subindo para 57,6%.

A segunda maior causa surge então representada pelos tumores com uma média de 10,1% dos casos, seguindo-se as doenças infecciosas e parasitárias com 9,8% e ainda as doenças do aparelho circulatório com 6,6%. Quanto aos “sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte”, apenas representam 5,9% dos casos (de qualquer forma um valor considerável por relação a outras causas de morte que afectam a população geral).

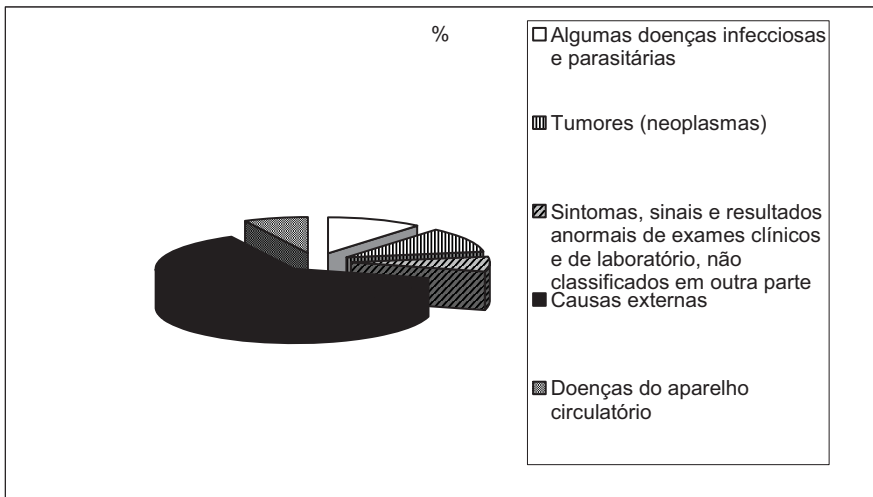


Gráfico n.º 22: Média de óbitos entre os jovens (15 – 29 anos) por algumas causas de morte: 2002 - 2004

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Nota: Classificação de causas de morte pela CID-10.

7. Mortes relacionadas com o consumo de drogas entre a população jovem

Tal como sucedera na análise dos casos notificados de sida, também os dados quanto às “mortes relacionadas com o consumo de droga” merecem salvaguarda na sua leitura, exemplo de como os dados estatísticos produzidos poderão não se constituir em espelho da realidade. Neste caso, é preciso ter em atenção que a notificação das mortes por consumo de droga prendem-se com indicadores latos de presença da droga nos cadáveres (pelo Instituto de Medicina Legal)⁶⁸ e não com indicadores claros de “overdose”. Neste sentido, de notar que, a partir de 1998, a fonte responsável pelas

⁶⁸ Segundo a fonte, considera-se a seguinte definição de “mortes relacionadas com o consumo de droga”: “Casos de morte com resultados positivos nos exames toxicológicos de substâncias psicótropas ou estupefacientes, efectuados no Instituto Nacional de Medicina Legal”.

estatísticas em causa, o Instituto da Droga e da Toxicodependência, relegou a designação de “mortes por *overdose* ou relacionadas com o consumo de drogas” adoptando a designação de “mortes relacionadas com o consumo de droga”.

Os dados estatísticos são, de qualquer forma, prova de uma oscilação no consumo de droga, assistindo-se a períodos demarcados de crescimento ou decréscimo. Assim, as “mortes relacionadas com o consumo de droga” quer para a população em geral, quer para a população jovem, apresentam de 1990 a 1992 um crescendo regular.

Quanto à população jovem, sendo esta a mais afectada, de 1993 a 1999⁶⁹, assiste-se a um crescimento de casos (de 60 para 118 casos), interrompido por uma descida abrupta em 1997, que se deve a falta de dados do Instituto de Medicina Legal de Lisboa. A partir de então toma-se um rumo de decréscimo até 2004, com 43 casos, seguindo a mesma tendência para os casos da população geral. Em termos longitudinais, as mortes relacionadas com o consumo de droga entre os jovens seguem as mesmas tendências para a população em geral (Gráfico n.º 23).

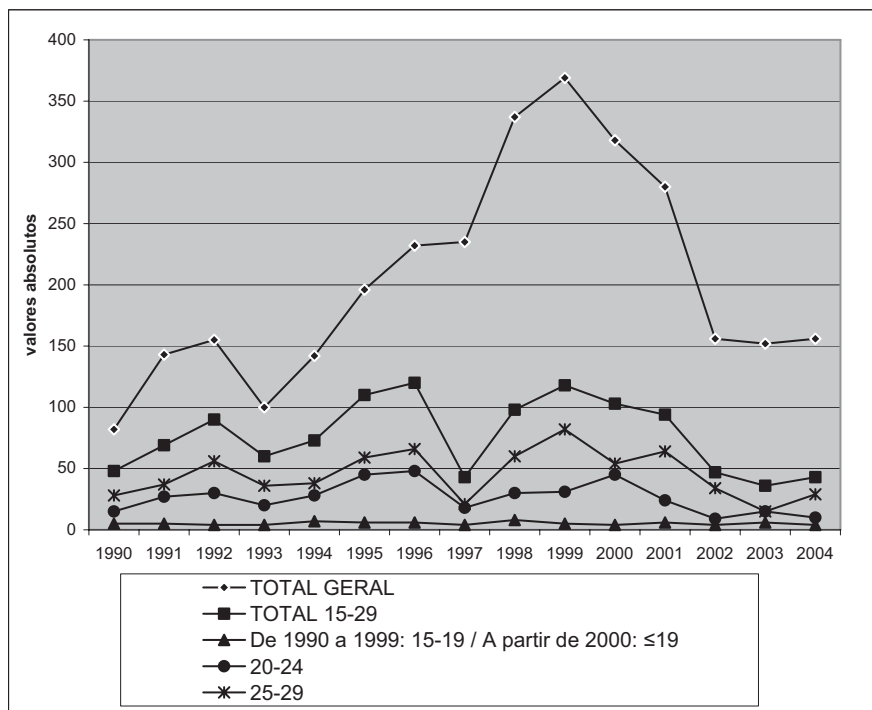


Gráfico n.º 23: Mortes relacionadas com o consumo de drogas*, por ano, segundo o grupo etário: 1990 - 2004

Fonte: Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga, Droga - Sumários de informação estatística (dados até 1995) / Instituto Nacional de Medicina Legal - Instituto da Droga e da Toxicodependência; Observatório de Drogas e Toxicodependências.

Nota: * Casos de morte com resultados positivos nos exames toxicológicos de substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, efectuados no Instituto Nacional de Medicina Legal.

⁶⁹ Até 1999 os dados surgem pela fonte discriminados com os jovens 15-19, 20-24 e 25-29 mas a partir de 2000 surgem discriminados com os jovens ≤ 19, 20-24 e 25-29.

Em relação ao total dos casos de mortes relacionadas com o consumo de drogas, entre 1990 e 1999 os jovens (15-29 anos) representam cerca de 46,4% de média anual. Quanto ao período de 2000 a 2004 os jovens, neste caso representados com idades entre 29 e menos anos representam uma média anual de 29,5%. Apesar do último período englobar no grupo dos jovens idades até aos 15 anos, encontramos um decréscimo na proporção média de casos de mortes em jovens por relação ao total dos casos. Tal tendência é igualmente visível quando analisamos em maior detalhe as proporções anuais nos dois períodos em causa: assim, no início dos anos 90, as mortes relacionadas com o consumo de drogas rondam os 60% entre os jovens de 15 a 29 anos, sendo que nos anos seguintes, apesar de algumas oscilações, atinge valores consideravelmente mais baixos atingindo o valor percentual de 32% em 1999, uma descida para quase metade da proporção de casos de morte em jovens por relação aos casos para o total da população. No período entre 2000 e 2004, apesar de não se constituir como uma tendência regular ao longo de todo o período, essa diminuição continua a fazer-se sentir, de 32,4% para 27,6% de proporção de jovens com menos de 29 anos em relação ao total de vítima de mortes relacionadas com o consumo de drogas.

O grupo etário dos 25 aos 29 anos destaca-se como vítima de mortes relacionadas com droga. Assim, entre 1990 e 1999, esse grupo apresenta uma média de 26,6%, e o grupo dos 15 aos 19 anos uma média de 3,2%. Entre 2000 e 2004 o grupo dos jovens com idades entre os 25 e 29 anos surge com uma média de 18 % e o grupo dos jovens com menos de 19 anos com uma média de 2,5%

De entre as vítimas deste tipo de mortalidade, nos vários anos analisados, são os homens, significativamente, os mais atingidos, quer para os jovens como para o total da população. Por exemplo, em 1990, de um total de 48 óbitos, 42 referem-se a indivíduos do sexo masculino e apenas 6 do sexo feminino.

No que respeita ao tipo de drogas, os dados dão mostra de uma forte presença dos opiáceos, quer como drogas “solitárias” quer como drogas associada a outros não opiáceos. Assim, é notória a maior presença da heroína⁷⁰ de 1991⁷¹ até 1995, com 58,4% de média em termos de proporção entre o total dos casos em jovens entre os 15 e 29 anos. A partir de então, a heroína surge englobada no termo “opiáceo”, ou seja, conjugando-se a heroína, a morfina e a codeína. Entre 1996 e 1999, os opiáceos⁷² representam 39,6% de média anual de proporção entre o total de casos nos jovens (15 aos 29 anos). Entre 2000 e 2004, por sua vez, os opiáceos

⁷⁰ Apenas quando surge como única droga envolvida, ou seja, não contabilizando os casos em que surge em situações de policonsumo.

⁷¹ No que respeita ao tipo de drogas, apenas existem dados a partir de 1991.

⁷² Não contabilizando os casos em que os opiáceos surgem em situações de policonsumo.

representam 25,9% de média anual de proporção entre o total de casos nos jovens com menos de 25 anos.

Em 2001 surgem os primeiros casos de óbitos relacionados com o consumo de MDMA⁷³ entre jovens (um caso em conjugação com canabinóides e álcool, no grupo etário dos jovens entre os 20 e 24 anos, e um outro caso, conjugado com álcool e cocaína, no grupo etário dos jovens com menos de 19 anos) e em 2003 de MDA⁷⁴ (com um caso no grupo etário dos 20 aos 24 anos, surgindo em conjugação com cocaína, canabinóides e MDMA). Estas drogas surgem, assim, na maioria das vezes em conjugação entre si ou com outras, como a cocaína, álcool, opiáceos, etc.

Alguns estudos sobre o fenómeno de consumo deste tipo de drogas (MDMA, MDA e outras substâncias psicotrópicas), revelam a associação destas, em regime de policonsumo, com determinados estilos de vida. Nomeadamente, os associados à música electrónica. Como refere Victor Silva:

“Existem diversos tipos de *dance-music* e consoante o estilo musical, os adeptos, as suas origens, valores e até padrões de consumo são diferenciados. Os adeptos *Techno* preferem as pastilhas; os adeptos do *House* preferem a cocaína, os adeptos do *Trance* preferem os ácidos. Há, naturalmente, um padrão de policonsumo de drogas, onde a droga “rainha” de cada subcultura é associada a outras, nomeadamente à cannabis ou ao álcool.”⁷⁵

Não possuímos prova de que os casos de mortes relacionados com o consumo de MDMA e MDA estejam ligados a condutas de risco associadas a estes estilos de vida. Porém, é de destacar que o mercado destas drogas está associado aos estilos de vida ligados à música electrónica. Como refere Victor Silva: “O acesso às substâncias nestes contextos [festas de música electrónica] é extremamente fácil. Quem quiser adquirir alguma droga, praticamente nem precisa de procurar ou indagar por um vendedor”.⁷⁶

O baixo número de casos de morte associados a estas “novas drogas” mostra que existem diferenças de perigosidade ao nível de mortalidade por relação a outras drogas, como os opiáceos. De qualquer modo, poderão ser outros os riscos associados às drogas sintéticas e recreativas, tornando-se necessário desenvolver abordagens de análise sociológica no sentido de uma melhor compreensão do fenómeno de consumo de drogas pelos jovens e riscos inerentes. Neste sentido, é necessário produzir dados estatísticos sobre os padrões de consumo e outros indicadores relacionados, no sentido de uma melhor captação do fenómeno e sua evolução longitudinal.

⁷³ Comumente conhecido como ecstasy (3,4 methylenedioxyamphetamine).

⁷⁴ De Methylenedioxyamphetamine. Comumente conhecida como “Love Drug”.

⁷⁵ Silva, Victor (2005), “Techno, house e trance : uma incursão pelas culturas da “dance music”” *Toxicodependências*, 11, (3), Lisboa, IDT, p. 71.

⁷⁶Id., *Ibid.*, p. 66.

Síntese conclusiva

No conjunto das doenças de declaração obrigatória, a tuberculose assume a maior incidência entre os jovens (15-34 anos), seguindo-se, em geral, a hepatite. Porém, a parotidite (comumente conhecida como papeira), apesar de possuir uma média de ocorrência nos jovens menor que as anteriores DDO referidas, surge nalguns anos com especial incidência, consequência de surtos pontuais. Apesar da maior incidência, os casos notificados de tuberculose têm vindo a decrescer ao longo dos anos.

Quanto a casos de deficiência, segundo os Censos 2001, 3,6% dos jovens (15-29 anos) apresentam alguma deficiência, com maior prevalência das deficiências visual e mental.

No que diz respeito a hábitos de saúde, os jovens inquiridos (15-29 anos) revelam uma fraca procura de consultas médicas, seguindo a tendência da população geral. Entre estes, quanto menor o grupo etário, menor a frequência de consultas médicas. Entre os indivíduos que frequentam consultas médicas é considerável a superioridade das mulheres.

O recurso por parte dos jovens a consultas médicas deve-se maioritariamente a motivos de doença, seguindo-se, com uma proporção bastante menor, a realização de exames de rotina. O que é mostra de baixos índices de comportamentos de prevenção e rastreio de doenças.

A análise dos hábitos de saúde dos jovens, incidiu também sobre comportamentos de risco, como os consumos de tabaco e álcool. No consumo de tabaco, sublinha-se uma estabilização entre os anos 1995/96 e 1998/99 (anos dos INS), da proporção de fumadores jovens rondando $\frac{1}{4}$ dos inquiridos, sendo que a maioria inicia os hábitos tabagísticos entre os 15 e os 17 anos. Por sua vez, entre os consumidores jovens, revela-se um maior consumo quanto maior o escalonamento na pirâmide etária, sendo também de notar a prevalência do sexo masculino.

O consumo de álcool (no período de 12 meses antes da inquirição) é afirmado por metade dos inquiridos jovens, sendo que os maiores índices de consumo encontram-se também entre os jovens do sexo masculino e mais adultos. Nos jovens consumidores de bebidas alcoólicas (15-29 anos), como no total da população consumidora, as bebidas que reúnem mais casos de consumo nos últimos 12 meses são a cerveja e o vinho. Em relação às quantidades ingeridas pelos jovens consumidores, é a cerveja ingerida em maiores quantidades, seguindo-se o vinho. Dos

jovens consumidores de cerveja, cerca de metade revelaram o seu consumo “várias vezes por semana”, cenário que se repete quanto aos consumidores de vinho.

É de salientar algumas preferências de consumo entre os sexos, sendo que nos jovens entre os 15 e 29 anos do sexo masculino, foram em maior proporção os que afirmaram ter consumido cerveja em comparação com os que afirmaram ter consumido vinho. Já no sexo feminino, não existe uma significativa diferença entre o número de jovens consumidores de vinho e os de cerveja.

A escassez de inquéritos neste âmbito, sendo que o último Inquérito Nacional de Saúde data de 1998/99, não permitiu verificar as tendências dos últimos anos quanto ao consumo de álcool e tabaco, bem quanto aos cuidados de saúde por consultas médicas. Afirma-se assim a necessidade de uma produção de dados estatísticos anuais, ou pelo menos com alguma regularidade temporal, de forma a melhor se poder mapear a evolução longitudinal das condutas de risco citadas. É igualmente necessário que proporcionem indicadores para uma análise mais ampla dos fenómenos sociais envolvidos, como factores de ordem motivacional, identitária, das representações face ao consumo, etc.

Na análise da transmissão do sida, verificou-se que os jovens (15-29 anos) representam em média 3/10 dos casos notificados anualmente. Sendo os mais afectados os indivíduos situados entre os 25 e 29 anos. Relativamente às categorias de transmissão, destaca-se a toxicod dependência, com o maior peso percentual entre os anos 1990 e 2005 (66,9%). A superioridade percentual dentro dos jovens da transmissão por relações heterossexuais em detrimento das relações por vias homo ou bissexuais começa-se a delinear a partir de 1993. Destaca-se nos jovens a tuberculose com significativa expressão entre as doenças oportunistas associados ao sida, com uma média de cerca de metade dos casos anuais, sendo a doença responsável pelo maior número de óbitos, atingindo igualmente em média cerca de metade dos óbitos anuais.

Entre 1990 e 2004/5, a taxa de mortalidade dos jovens em Portugal apresenta uma tendência de decréscimo, enquanto a esperança de vida tem vindo a aumentar, sendo que as mulheres detêm maior esperança de vida. A maioria dos óbitos em jovens, nesse período, ocorre no sexo masculino, existindo, todavia, uma clara tendência de aproximação anual entre os valores de ambos os sexos. Em relação aos grupos sociais mais fustigados pela mortalidade juvenil, destacam-se os solteiros com um ligeiro acréscimo de peso percentual entre os casos juvenis. Considerando a condição perante o trabalho, a maior proporção de óbitos juvenis surge hoje entre os jovens não activos ultrapassando o peso percentual dos óbitos em indivíduos empregados em 2004. As causas de morte que mais afectam os jovens em Portugal,

correspondem, por sua vez, a causas externas de mortalidade (com uma média entre 1990 e 2004 de cerca de metade dos casos), seguindo-se as situações de sintomatologia e doenças mal definidas (com uma média de 16,4%).

Na análise das causas de morte dos jovens, incidimos em particular sobre as mortes relacionadas com o consumo de droga. Apesar de alguns problemas metodológicos relativos ao próprio processo de notificação dos casos, é possível traçar um cenário, pelo menos, aproximado. Neste sentido, de referir que o número de mortes “relacionadas com o consumo de droga” tem vindo a decrescer a partir de 1999. No entanto, a proporção média que os jovens atingem dentro do total de óbitos é muito significativa, cerca de metade dos casos anuais. De entre as vítimas jovens são os homens os mais atingidos. Em geral, quanto ao grupo etário, são os indivíduos com idades entre os 25 e 29 anos, os mais fustigados por este tipo de mortalidade. As drogas de maior prevalência em óbitos “relacionados com o consumo de droga” são a heroína e outros opiáceos. Nos recentes anos do presente século, denota-se ainda o surgimento de alguns casos, ainda que poucos, envolvendo MDMA e MDA, ou seja, as designadas “drogas sintéticas” ou “drogas recreativas”. Por sua vez, é ainda de sublinhar o aumento de situações de policonsumo de drogas, novas realidades que requerem outras metodologias quantitativas que possam dar conta e compreender os recentes padrões juvenis de consumo de drogas.

Anexo I

CID-9 (Classificação Internacional de Doenças, 9ª Revisão - Organização Mundial de Saúde):

- I - Doenças infecciosas e parasitárias (001-139)
- II - Neoplasmas (140-239)
- III - Doenças das glândulas endócrinas, da nutrição e do metabolismo e transtornos imunitários (240-279)
- IV - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos (280-289)
- V - Transtornos mentais (290-319)
- VI - Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos (320-389)
- VII - Doenças do aparelho circulatório (390-459)
- VIII - Doenças do aparelho respiratório (460-519)
- IX - Doenças do aparelho digestivo (520-569)
- X - Doenças do aparelho geniturinário (580-629)
- XI - Complicações da gravidez, do parto e do puerpério (630-676)
- XII - Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo (680-709)
- XIII - Doenças do sistema osteo-muscular e do tecido conjuntivo (710-739)
- XIV - Anomalias congénitas (740-759)
- XV - Algumas afecções originadas no período perinatal (760-779)
- XVI - Sintomas, sinais e afecções mal definidas (780-799)

XVII - Lesões e envenenamentos (800-999)
Classificação suplementar de causas externas de lesões e
envenenamentos (E800-E999)

Anexo II

CID-10 (Classificação Internacional de Doenças, 10ª Revisão - Organização Mundial de Saúde):

- I - Algumas doenças infecciosas e parasitárias (A00-B99)
- II - Neoplasmas [tumores] (C00-D48)
- III - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e algumas alterações do sistema imunitário (D50-D89)
- IV - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (E00-E90)
- V - Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)
- VI - Doenças do sistema nervoso (G00-G99)
- VII - Doenças do olho e anexos (H00-H59)
- VIII - Doenças do ouvido e da apófise mastoideia (H60-H95)
- IX - Doenças do aparelho circulatório (I00-I99)
- X - Doenças do aparelho respiratório (J00-J99)
- XI - Doenças do aparelho digestivo (K00-K93)
- XII - Doenças da pele e do tecido subcutâneo (L00-L99)
- XIII - Doenças do sistema osteo-muscular e do tecido conjuntivo (M00-M99)
- XIV - Doenças do aparelho geniturinário (N00-N99)
- XV - Gravidez, parto e puerpério (O00-O99)
- XVI - Algumas afecções originadas no período perinatal (P00-P96)

- XVII - Malformações congénitas, deformidades e anomalias cromossómicas (Q00-Q99)
- XVIII - Sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte (R00-R99)
- XIX - Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas (S00-T98)
- XX - Causas externas de morbilidade e de mortalidade (V01-Y98)
- XXI - Factores que influenciam o estado de saúde e o contacto com os serviços de saúde (Z00-Z99)

VI – Sinistralidade

*Pedro Puga**

Introdução

Neste capítulo abordaremos as situações de sinistralidade em que incorrem os jovens em Portugal.

Assim, num primeiro momento, importa mapear a sinistralidade rodoviária, e em que medida afecta os jovens em Portugal, recorrendo para tal a estatísticas cedidas pela Direcção-Geral de Viação, para os anos de 1990 a 2005. Cabe descortinar que tipos de sinistralidade rodoviária vitimam os jovens em Portugal. Em que proporção resultam em ferimentos ou em falecimentos. Quais as modalidades de utente e veículos responsáveis, ou em que medida o álcool se encontra presente na sinistralidade rodoviária juvenil.

Num segundo momento, abordaremos a esfera social do trabalho, onde cabe analisar os riscos que lhe estão associados, nomeadamente em que áreas de actividade são os jovens vítimas deste tipo de sinistralidade. A mortalidade no trabalho será também objecto de análise. Neste âmbito recorreremos a estatísticas da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP)⁷⁷, unidade orgânica do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (MTSS), cobrindo os anos de 1990 a 1994 e de 1999 a 2001.

Por último, a análise dos riscos associados aos tempos de lazer e a práticas quotidianas, através da análise da sinistralidade doméstica e de lazer que afecta os jovens. Neste sentido, a análise incidirá no tipo de actividades responsáveis por sinistros domésticos e de lazer, e nos espaços em que decorrem. Para tal recorreu-se a dados estatísticos de duas fontes distintas: o Instituto do Consumidor; Sistema Europeu de Vigilância de Acidentes Domésticos e de Lazer (para os anos de 1990 até 1999) e o Observatório Nacional de Saúde – Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (para os anos de 2001 a 2004).

Privilegiou-se, sempre que possível, a análise dos jovens recorrendo aos grupos etários 15-19, 20-24 e 25-29 anos. Porém, para a sinistralidade no trabalho apenas se encontra disponível o grupo etário dos jovens de 24 e menos anos. Na sinistralidade doméstica e de lazer, de 1997 a 1999, o grupo etário dos jovens corresponde

* Licenciado em Sociologia pelo ISCTE, mestrando em Administração e Políticas Públicas pelo ISCTE.

⁷⁷ A DGEEP resultou da integração das atribuições dos Departamentos de Estudos, Prospectiva e Planeamento (DEPP) e de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional (DETEFP).

aos indivíduos entre os 15-24 anos, o que determinou a impossibilidade de uma análise mais coerente das tendências verificadas ao longo dos anos, pelo que optámos por privilegiar os períodos em que surgem agregados os grupos etários pretendidos.

Nas análises da sinistralidade doméstica e de lazer e da sinistralidade no trabalho, surgiram também algumas limitações devido a anos em que não existem quaisquer dados, ou ainda, insuficientes ou inadequados para o pretendido. Neste sentido, no que respeita à sinistralidade no trabalho deparámo-nos com uma ausência de dados de 1995 a 1998. Em relação à sinistralidade doméstica e de lazer, surge um interregno no ano de 2000, devido à transição de competências entre as fontes responsáveis.

Sublinha-se ainda, na sinistralidade doméstica e de lazer, as dificuldades de análise perante diferentes metodologias utilizadas pelas fontes e quanto às categorizações envolvidas.

1. Sinistralidade rodoviária entre os jovens

1.1. Jovens vítimas em acidentes rodoviários

Em 1990 foram 29.645 as vítimas⁷⁸ jovens de acidentes rodoviários, em 1992 o número subiu para 34.231, em 1994 desceu para 29.576 e em 1995 subiu para 30.345 e a partir de então o número de vítimas tem vindo a descer gradualmente até 2005 com 17.222 jovens vítimas de acidentes rodoviários. A tendência juvenil segue de perto a dinâmica de vitimização em acidentes rodoviários para o total da população (Gráfico n.º 1).

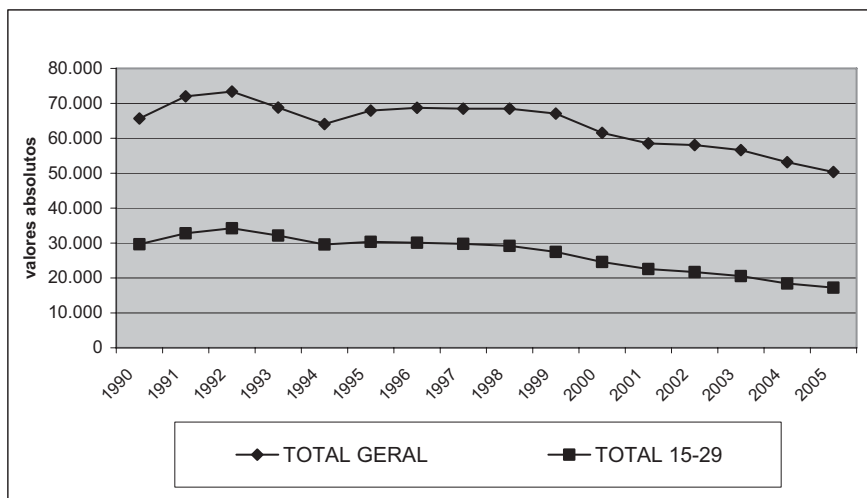


Gráfico n.º 1: Vítimas* em acidentes de viação no continente segundo o grupo etário: 1990 – 2005

Fonte: Direcção-Geral de Viação / BEAV'S - dados referentes ao Continente.

Nota: * Total de peões, condutores e passageiros, mortos e feridos.

⁷⁸ Peões, condutores e passageiros, mortos e feridos.

Em relação ao total de vítimas em acidentes de viação, os jovens portugueses (dos 15 aos 29 anos) representam, em média, entre 1990 e 2005, 41,7% dos casos. Em 1990 apresentavam 45,2% dos casos, crescendo de proporção até 1993 para 46,7%, porém, apresentando desde então um decréscimo regular até 2005, quando se atinge 34,2% dos casos. Tal factor poderá indiciar uma maior consciencialização dos “perigos” que envolvem a circulação rodoviária, por parte dos jovens portugueses (Gráfico n.º 2).

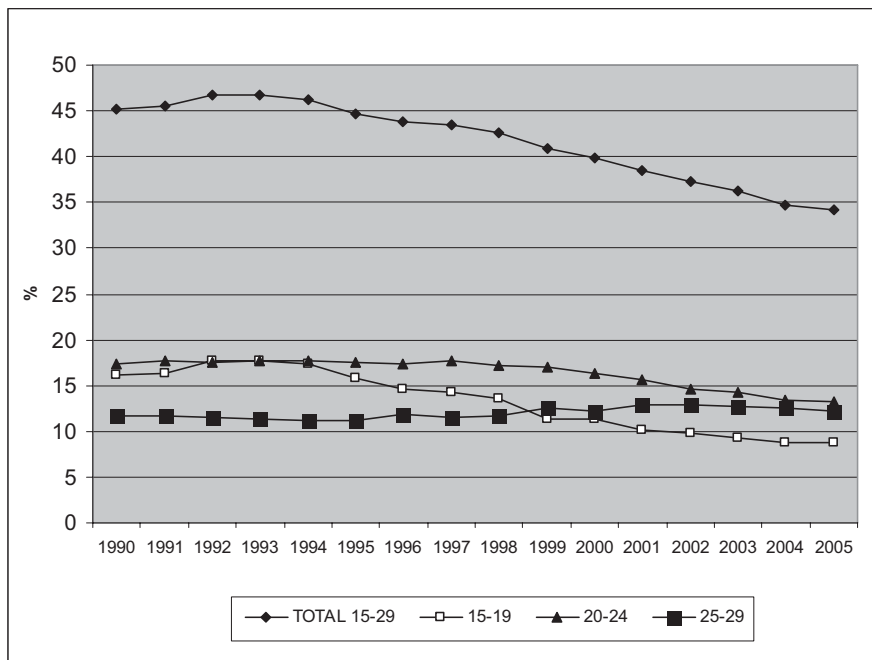


Gráfico n.º 2: Vítimas* jovens em acidentes de viação no continente, sobre o total de vítimas: 1990 - 2005

Fonte: Direcção-Geral de Viação / BEAV'S - dados referentes ao Continente.

Nota: * Total de peões, condutores e passageiros, mortos e feridos.

É no grupo etário intermédio o que maior proporção de vítimas apresenta entre o total de vítimas juvenis. Entre os jovens vítimas de acidentes rodoviários, os jovens dos 15 aos 19 anos representam uma média de 31,4% dos casos, os jovens entre os 20 e 24 anos representam, por sua vez, 39,4% dos casos, e os jovens entre os 25 e 29 anos constituem em média 29,1% dos casos. Assim, quanto à proporção de jovens dos vários grupos etários em relação ao total de jovens vítimas, assistimos em geral (apesar de algumas ligeiras oscilações) a um decréscimo das vítimas dos 15-19 anos a partir de 1993 até 2005, nomeadamente, de 37,8% para 25,6% (Gráfico n.º 3). Se até 1994 a evolução anual do número percentual de vítimas entre os 25 e 29 anos se pautava por uma descida, segue-se um crescimento das vítimas de 25-29 anos a partir de 1994 até 2005, respectivamente, de 24% até 35,6%.

As tendências de evolução contrárias que nos últimos anos surgem nos grupos etários situados nos extremos da categoria juvenil, ou seja, nos jovens entre os 15 e 19 anos e os entre os 25 e 29 anos, provocam em 1999 uma inversão em termos do segundo grupo com maior incidência de acidentes, sendo a partir de então o grupo dos 25 aos 29 anos.

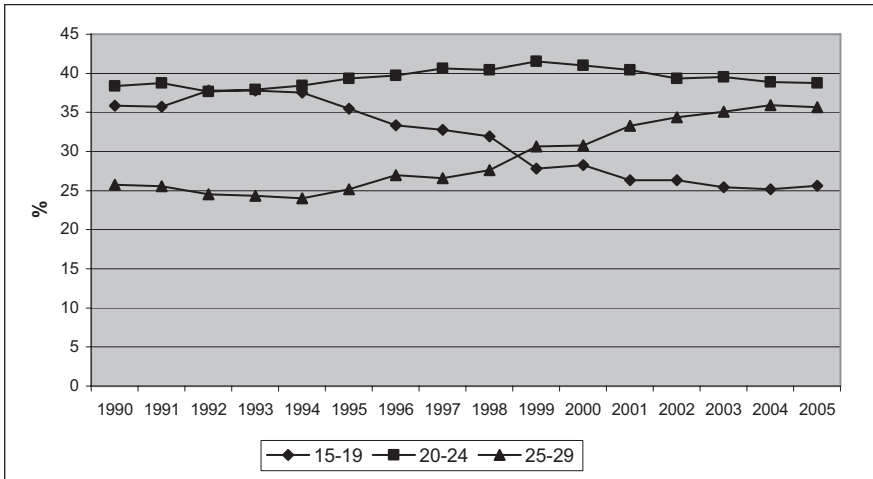


Gráfico n.º 3: Vítimas* jovens em acidentes de viação no continente, por grupo etário: 1990 - 2005

Fonte: Direcção-Geral de Viação / BEAV'S - dados referentes ao Continente.

Nota: * Total de peões, condutores e passageiros, mortos e feridos.

Dentro do universo de vítimas jovens em acidentes rodoviários, é maior a proporção de indivíduos do sexo masculino, porém tendo vindo a apresentar um quadro de decréscimo (apenas interrompido, ainda que ligeiramente, no ano de 1998) desde 1990 com 78,5% até 2005 atingindo o valor de 64,4% (Gráfico n.º 4). Por outro lado, e para o mesmo período, os jovens do sexo feminino tem vindo gradualmente a crescer, de 21,5% em 1990 para 35,3% em 2005.

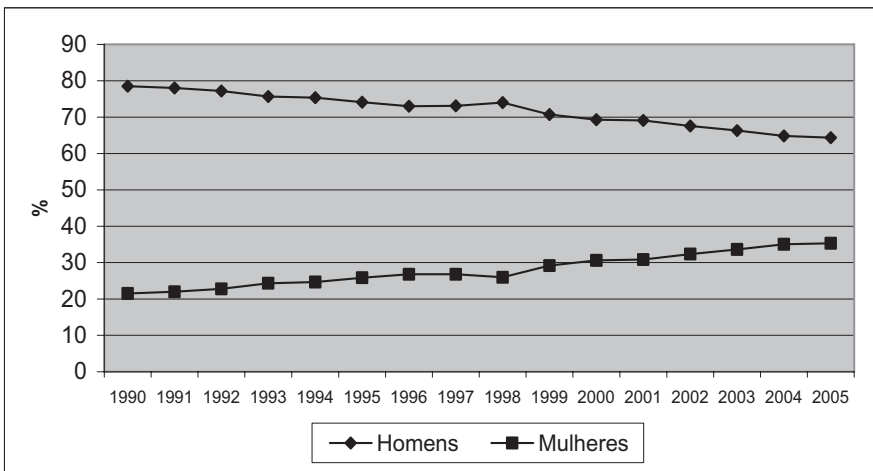


Gráfico n.º 4: Vítimas* jovens em acidentes de viação no continente, por sexo: 1990 - 2005

Fonte: Direcção-Geral de Viação / BEAV'S - dados referentes ao Continente.

Nota: * Total de peões, condutores e passageiros, mortos e feridos.

Em relação ao índice de gravidade⁷⁹ das vítimas jovens de acidentes de viação, de 1990 a 2005 opera-se um crescimento irregular mas significativo das vítimas “leves”, sendo que em 1990 constituíam 79,9% das vítimas jovens e em 2005 obtendo 90,5%. Por outro lado, os feridos graves viram o seu peso diminuir de 17,3% no ano de 1990 para 7,6% no ano de 2005, numa descida irregular mas significativa ao longo dos anos.

Quanto aos óbitos em jovens resultantes de acidentes de viação, assistiu-se a uma maior regularidade de valores atingidos ao longo dos anos por relação a outro tipo de vitimização, oscilando entre 2,9% (valor mais alto em 1991) e 1,9% em 2005 (valor mais baixo da série), portanto, com uma tendência irregular mas que termina em decréscimo, principalmente a partir de 2002.

No que respeita à modalidade de utente (segundo a classificação de: condutores, peões e passageiros) as vítimas de acidentes de viação são maioritariamente condutores, quadro que se mantém quando nos referimos a vítimas jovens (Gráfico n.º 5). Para a população geral como para a população jovem, seguem-se os passageiros em termos de peso no total de vítimas. Deste modo, dentro dos jovens, temos uma média entre o período em análise de 62,6% condutores, 31,6% passageiros e 5,8% peões.

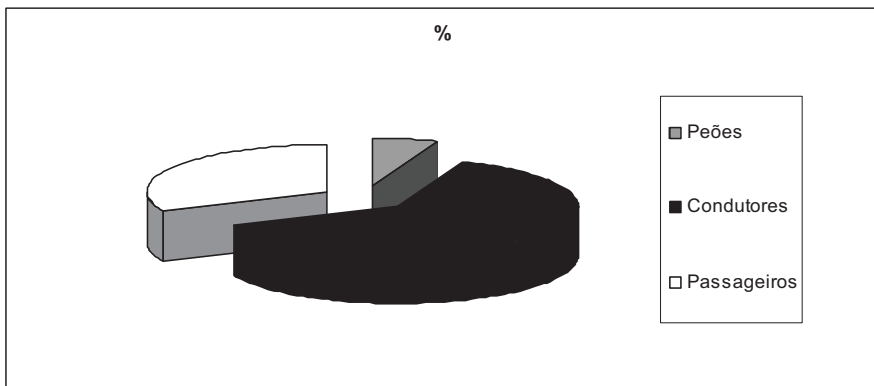


Gráfico n.º 5: Média de vítimas* jovens em acidentes de viação no continente, por modalidade de utente: 1990 - 2005

Fonte: Direcção-Geral de Viação / BEAV'S - dados referentes ao Continente.

Nota: * Total de peões, condutores e passageiros, mortos e feridos.

⁷⁹ Segundo a Direcção-Geral de Viação, consideram-se as seguintes definições de vitimização:

Ferido grave: "Vítima de acidente cujos danos corporais obriguem a um período de hospitalização superior a 24 horas"; Ferido leve: "Vítima de acidentes que não seja considerada ferido grave"; Morto ou vítima mortal: "Vítima de acidente cujo óbito ocorra no local do evento ou no seu percurso até à unidade de saúde", in "Relatório de Estatística Anual 1999". www.dgv.pt, consultado em 22/09/06.

Assim, por exemplo, indivíduos que venham a falecer, por exemplo, na unidade de saúde, por danos derivados de uma acidente rodoviário, não são contabilizados como vítimas mortais de acidentes rodoviários.

No que se refere ao tipo de veículo envolvido em acidentes com vítimas, devido a relativa incompatibilidade de comparação entre os períodos de 1990 a 1994 e 1995 a 2005, pela presença de diferentes categorizações produzidas pela fonte (DGV), optou-se por centrar a análise mais detalhada no período de 1995 a 2005.

Entre o período de 1995 a 2005, os dados encontram-se agrupados numa classificação distinta do período anterior. Introduce-se deste modo a denominação de ciclomotores de forma a acompanhar a evolução tecnológica nessa área⁸⁰. Neste período, as vítimas jovens em acidentes de viação por veículos ligeiros compõem a maioria, apresentando uma curva ascendente de vitimização, factor que não deve ser alheio a uma maior utilização deste veículo ao longo dos anos, transitando assim de um peso percentual de 44,7% em 1990 para 71,7% em 2005.

Em relação ao número de vítimas jovens de acidentes com ciclomotores, tem vindo a descer gradualmente, de 39,8% em 1995 para 9,2% em 2005. Uma maior regularidade ocorre ainda nos acidentes com motociclos, apresentando contudo um quadro de subida, tendo em conta a diferença de valores entre os anos inicial e final do período referido, respectivamente, de 12,6% e 15,1%. A partir de 2000 o número percentual de vítimas de acidentes com motociclos ultrapassa o de ciclomotores (Gráfico n.º 6).

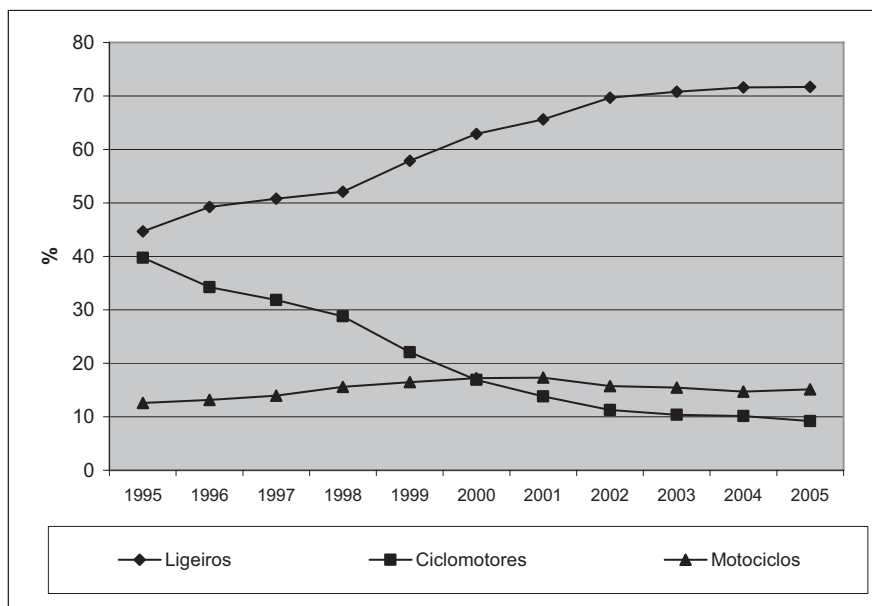


Gráfico n.º 6: Vítimas* jovens em acidentes de viação no continente, sobre o total de vítimas, por alguns tipos de veículo: 1995 – 2005

Fonte: Direcção-Geral de Viação / BEAV'S - dados referentes ao Continente.

Nota: * Total de peões, condutores e passageiros, mortos e feridos.

⁸⁰ Para consultar a evolução da classificação de veículos vide Anexo.

Assim, entre 1995 e 2005 as vítimas jovens de acidentes com veículos ligeiros atingem uma média de 60,6%, para 20,8% de média de acidentes com ciclomotores apesar da curva descendente, e 15,2% para acidentes envolvendo motociclos (Gráfico n.º 7). Os elevados números associados a acidentes com ligeiros, poderá ser prova de recolher a preferência de consumo por parte dos jovens, mas também parece desmistificar a ideia de uma maior perigosidade associado as motociclos e ciclomotores. De qualquer modo, assistimos a uma progressiva automobilização, sendo que os jovens parecem seguir a tendência geral. Como referem Jorge Freitas Branco e Manuel João Ramos: “O automóvel transformou-se num artefacto indutor de efeitos múltiplos na sociedade: constitui um instrumento de mobilidade, é um objecto de culto e representa uma das bases económicas que sustentam o nosso modo de vida”.⁸¹

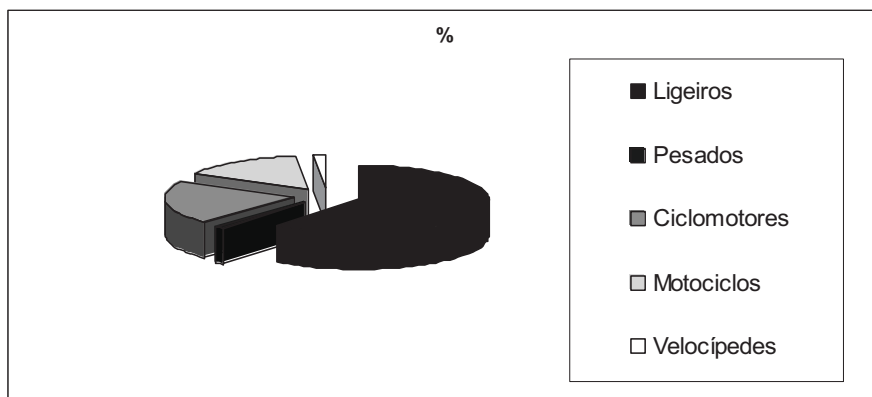


Gráfico n.º 7: Média de vítimas* jovens em acidentes de viação no continente, sobre o total de vítimas, por tipo de veículo: 1995 – 2005

Fonte: Direcção-Geral de Viação / BEAV'S - dados referentes ao Continente.

Nota: * Total de peões, condutores e passageiros, mortos e feridos.

1.2. Condutores jovens em acidentes de viação com vítimas

A maioria dos acidentes com condutores jovens e envolvendo vítimas ocorre dentro das localidades (segundo a tendência da população geral), com uma média de 70,5% entre 1990 e 2005, para apenas 29,5% de média fora das localidades (Gráfico n.º 8). Tal parece desmistificar alguns estereótipos que veiculam um maior risco da condução nas estradas nacionais, itinerários principais e auto-estradas por relação ao risco de condução dentro das localidades. Segundo Luís Reto e Jorge de Sá “a condução na

⁸¹ Branco, Jorge Freitas e Manuel João Ramos (orgs.), (2003), *Estrada viva? Aspectos da Motorização na Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Assírio e Alvim, p. 14.

cidade é um factor de *stress* e de irritação que apela à ideia de «selva» e que provoca comportamentos de «salve-se quem puder».⁸²

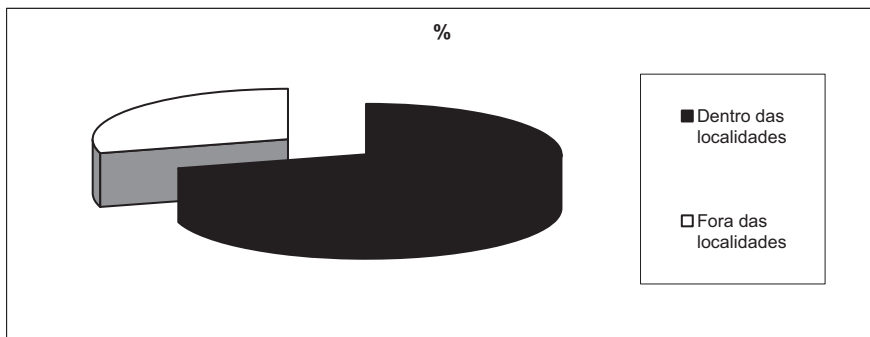


Gráfico n.º 8: Média de jovens condutores implicados em acidentes de viação com vítimas por localização do acidente: 1990 – 2005

Fonte: Direcção-Geral de Viação / BEAV'S - dados referentes ao Continente.

Quanto à taxa de álcool (ml) em jovens condutores envolvidos em acidentes de viação com vítimas, entre 1996 e 2004⁸³, a grande maioria ocorreu numa taxa de menos de 0,5 ml, com uma média de 96,3% (Gráfico n.º 9). Também aqui, os dados mostram realidades sociais distintas de alguns estereótipos que apresentam cenários sobrevalorativos em relação aos padrões de condução sobre o efeito excessivo de álcool por parte dos jovens.

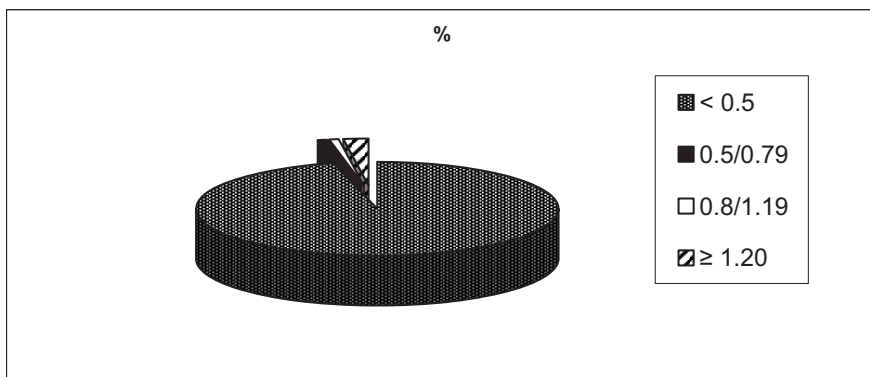


Gráfico n.º 9: Média de jovens condutores implicados em acidentes de viação com vítimas e submetidos ao teste ao álcool*, por taxa de álcool (ml): 1996 – 2004

Fonte: Direcção-Geral de Viação / BEAV'S - dados referentes ao Continente.

Nota:* Não inclui: não submetido/não contactado na altura do acidente; não submetido por doença; não submetido por fuga; não submetido por lesão ou morte decorrente do acidente; não submetido por recusa; não submetido por outros motivos; submetido a exame; não definido.

⁸² Reto, Luís e Jorge de Sá (2003), *Porque nos Matamos nas Estradas Portuguesas... e Como o Evitar*, Lisboa, Editorial Notícias, p. 188.

⁸³ Apenas existem dados de 1996 a 2004.

Em relação à natureza do acidente, a colisão surge com maior expressividade dentro dos jovens condutores envolvidos em acidentes com vítimas. Entre 1996 e 2005, este tipo de sinistralidade encontra uma média de 71,2%. Em segundo lugar surgem os acidentes por despiste, apresentando uma tendência de crescimento regular no período referido, de 14% para 22,7%, com uma média de 18,8%. Quanto ao atropelamento, a sua ocorrência entre a população jovem oscila entre os 11,3% (valor mais alto) em 1996⁸⁴ e 8,6% em 2005, ou seja, com uma média de 9,8% entre os jovens (Gráfico n.º 10).

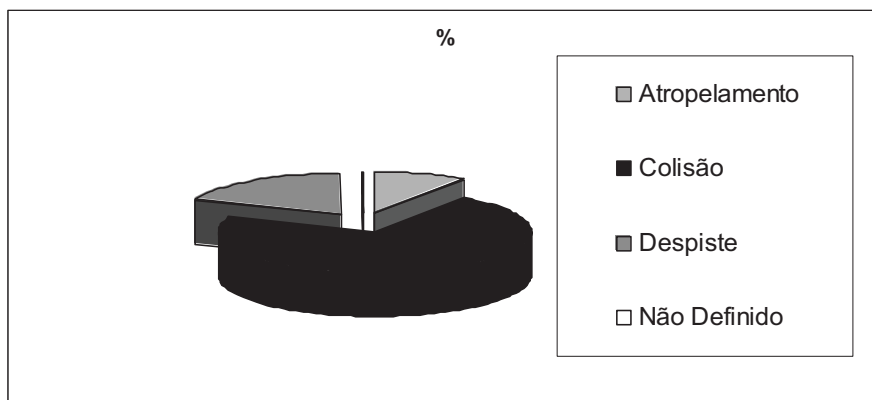


Gráfico n.º 10: Média de jovens condutores implicados em acidentes de viação com vítimas, por natureza do acidente: 1996 – 2005

Fonte: Direcção-Geral de Viação / BEAV'S - dados referentes ao Continente.

2. Sinistralidade no trabalho entre os jovens

A sinistralidade no trabalho quando analisada no período de 1990 a 2001 (período interrompido por falta de dados que se ajustem à presente análise, nomeadamente os anos de 1995 a 1998, inclusive) mostra duas tendências distintas. Em relação à população jovem⁸⁵, assistimos a um decréscimo de 103.573 em 1990 para 43.063 em 2000 e um ligeiro aumento em 2001 para 43.208. De qualquer forma, apesar do ligeiro aumento atípico no período em causa, é significativa diferença entre 1990 e 2001, para menos de metade do valor inicial.

Na população geral assistimos de 1990 a 1994 a um decréscimo anual regular, passando de 305.512 para 234.070 sinistros. Em 1999 o valor desce para 212.177

⁸⁴ Apenas existem dados a partir do ano de 1996.

⁸⁵ A população jovem, por imperativos de fonte estatística, é aqui representada como os indivíduos dos 0 aos 24 anos.

acidentes de trabalho, iniciando-se a partir de então um crescimento até 2001 atingindo-se o valor de 244.936. Apesar destas duas tendências o número de acidentes de trabalho é menor em 2001 quando comparado com o de 1990 (Gráfico n.º 11).

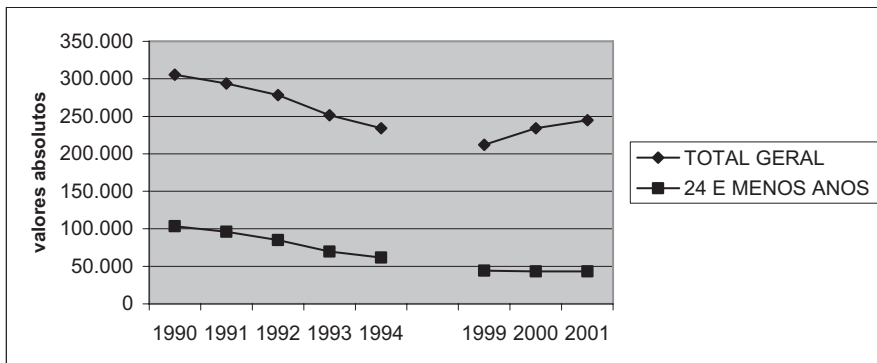


Gráfico n.º 11: Acidentes de trabalho por ano, segundo o grupo etário: 1990 - 2001

Fonte: MESS, Relatório de Análises Estatísticas – Acidentes de Trabalho (dados até 1994) / DETEFP – Coleção "Estatísticas"; "Acidentes de trabalho 1999" / DGEFP – Coleção "Estatísticas"; "Acidentes de trabalho 2000" e "Acidentes de trabalho 2001".

Quanto à proporção de acidentes vitimando jovens entre o total dos casos, em 1990 os jovens compreendiam 34% dos acidentes, e em 1994, 26,4%. De 1999 a 2001 diminuindo anualmente de forma regular, até 17,6% dos casos em 2001.

Poderá ter contribuído para a diminuição dos casos uma maior consciencialização dos indivíduos face aos cuidados a ter no trabalho, e/ou uma melhoria em termos de regulamentação dos cuidados no trabalho. Mercê maior destaque o decréscimo para menos de metade dos casos envolvendo jovens no período analisado, parece indiciar que os jovens cumprem um maior rigor em termos de cuidados a ter em situações de trabalho.

Quanto ao sexo dos sinistrados, os homens apresenta proporções de sinistralidade maioritárias, significativas quer para o total da população como na população jovem.

Em relação aos sectores de actividade no trabalho, prevalecem os acidentes nas indústrias transformadoras e na construção e obras públicas. Entre a população jovem, entre 1990 e 1994, ocorreram em média 52,8% de acidentes nas indústrias transformadoras e 21,2% na construção e obras públicas. Analisando o período 2000 – 2001 verificamos uma média de acidentes nas indústrias transformadoras de 40,2% e na construção e obras públicas de 23%. Reflecte-se assim, entre os dois períodos

(1990 – 1994 e 2000 – 2001) um ligeiro decréscimo da proporção de acidentes nas indústrias transformadoras (Gráficos n.º 12 e n.º 13).

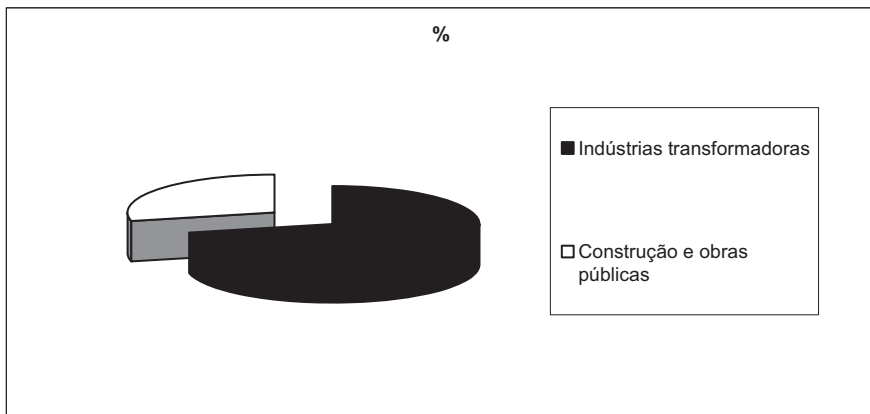


Gráfico n.º12: Média de acidentes de trabalho entre a população jovem, por actividades económicas: 1990 - 1994

Fonte: MESS, Relatório de Análises Estatísticas – Acidentes de Trabalho.

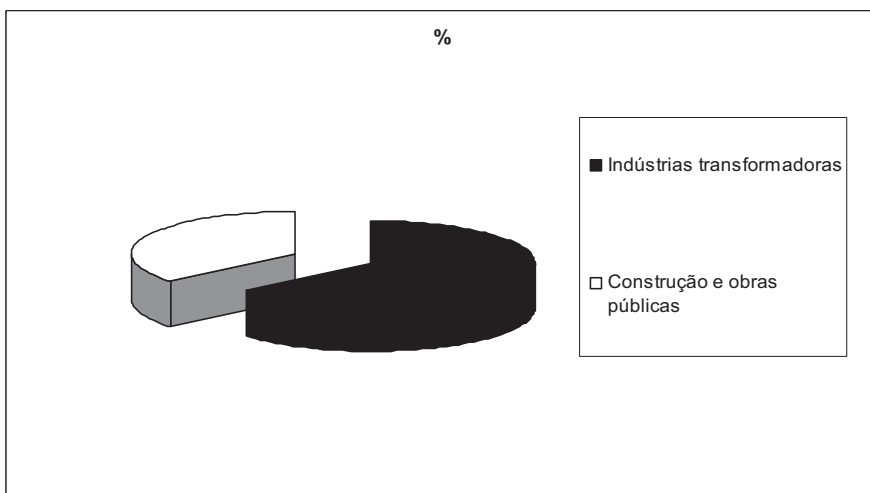


Gráfico n.º 13: Média de acidentes de trabalho entre a população jovem, por actividades económicas: 2000 - 2001

Fonte: DGEEP – Coleção "Estatísticas": "Acidentes de Trabalho 2000" e "Acidentes de Trabalho 2001".

Quanto ao sexo, a maioria dos acidentes que vitimam os jovens de sexo masculino ocorrem nas duas actividades acima referidas. Porém, nas jovens, se a maioria dos acidentes ocorre igualmente nas indústrias transformadoras, a segunda

actividade de maior sinistralidade prende-se com os sectores do comércio, restauração e hotelaria.

A maior parte dos acidentes mortais ocorrem, para os jovens como para o total da população, nas indústrias transformadoras e na construção e obras públicas (precisamente nos sectores onde ocorrem mais acidentes). É nas actividades de construção e obras públicas que ocorrem o maior número de mortes.

No ano de 1990 ocorreram 13 mortes de jovens por acidentes de trabalho em actividades de construção e obras públicas, para 11 nas indústrias transformadoras. No ano seguinte ocorreu o maior número de mortes na construção e obras públicas, com 27 casos, enquanto nas indústrias transformadoras se ficaram pelos 14 casos. Nos dois anos seguintes desceram gradualmente, atingindo assim em 1993 10 óbitos nas construções e obras públicas e 9 nas indústrias transformadoras. No ano de 1994 os números voltaram a subir com 17 no sector das construções e obras públicas e 15 nas indústrias transformadoras. Na série de anos 2000 e 2001 ocorreu um igual número de óbitos nas indústrias transformadoras, 9 casos, mas quanto aos acidentes de trabalho mortais na construção e obras públicas passou de 11 para 18 casos (Gráfico n.º 14).

O maior número de mortes nas actividades acima descritas ocorreu (com uma expressiva diferença) nos homens, o que não é alheio o facto de se constituírem como sectores com uma maior presença masculina.

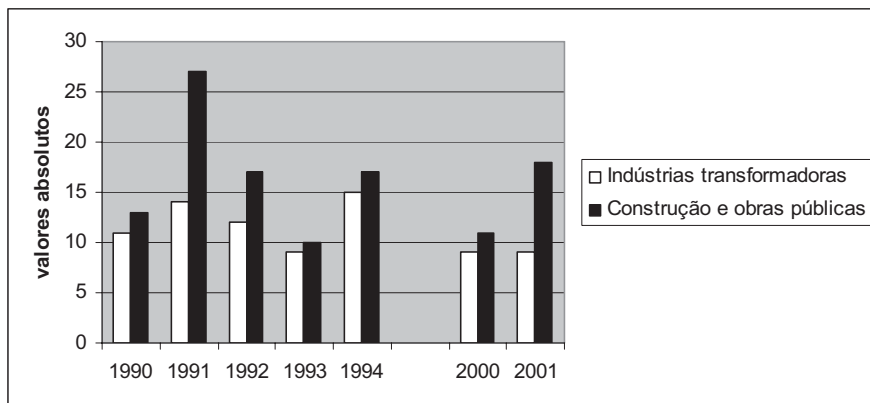


Gráfico n.º 14: Acidentes de trabalho mortais entre a população jovem, por actividades económicas: 1990 - 2001

Fonte: MESS, Relatório de Análises Estatísticas – Acidentes de Trabalho (dados até 1994) / DGEEP – Colecção "Estatísticas": "Acidentes de Trabalho 2000" e "Acidentes de Trabalho 2001".

3. Sinistralidade doméstica e de lazer entre os jovens

A recolha e tratamento das estatísticas sobre acidentes domésticos e de lazer, estiveram, até 1999, sob a alçada do Instituto do Consumidor, sendo que, a partir de 2001 tal competência foi transferida para o Observatório Nacional de Saúde – INSA. De tal processo decorre que o ano de 2000 ficou “em branco”. Uma das dificuldades encontradas na presente análise, em termos de comparabilidade entre as estatísticas produzidas, prende-se com a diferença de categorização entre a produção das entidades, quanto aos mecanismos de acidente, actividades, locais, etc.

Outra das situações que dificultam uma análise comparativa coerente prende-se com as questões de classificação etária, sendo que aqui, mesmo dentro da mesma instituição, nos deparamos em diferentes períodos com distintas classificações. Assim, para os anos de 1990 até 1996 o Instituto do Consumidor utiliza para os jovens os grupos etários dos 15 aos 19 anos, dos 20 aos 24 e dos 25 aos 29; sendo que entre 1997 e 1999 é usado o grupo etário dos 15 aos 24. Quanto ao segundo organismo, o ONSA/INSA (dados de 2001 a 2003), recorre aos grupos etários que o Instituto do Consumidor primeiramente havia usado e que vai de encontro às pretensões de análise do presente estudo.

Assim, de forma a respeitar a classificação etária aqui privilegiada (15-19, 20-24 e 25-29), analisaremos os períodos em que tal surge.

No período de 1990 a 1996 os jovens (15-29 anos) representam, em média, 21,1% dos acidentes registados para o total da população. Dentro dos acidentes registados nos jovens entre os 15 e 29 anos, o grupo etário dos 15-19 anos é o mais representado, com uma média nos 7 anos de 43,3% dos casos em jovens, sendo que a média decresce com a idade, para 31% no grupo dos 20-24 e 25,8% no grupo dos 25-29 anos.

Em relação ao último período registado, de 2001 a 2004, os jovens dos 15 aos 29 anos representam, nos quatro anos em causa, em média, 18,2% dos casos. De entre os acidentes com vítimas jovens, tal como no período de 1990 a 1996, é o grupo dos 15 aos 19 anos que mais acidentes regista, com uma média de 39,6%. Seguindo-se o grupo dos 20 aos 24 anos com 30,8% de média e finalmente com 29,6% o grupo dos 25 aos 29 anos.

No período de 1990 a 1996 duas tendências distintas se apresentam, uma de decréscimo de 1990 a 1993 e um crescimento a partir de então até 1996. Tal decorre, quer para o total dos casos como quando nos debruçamos sobre os jovens e os vários grupos etários dos mesmos. Entre a população jovem, em 1990 foram reportados 8.299 acidentes domésticos ou em situações de lazer, diminuindo até 1993 com 3.645 casos, para a partir de então subir até 12.332 em 1996

Quanto ao período 2001 a 2003, não sendo alheio o facto do ano de 2001 se constituir como ano piloto, e como tal, a taxa de sucesso na despistagem dos casos poder ter sido menor, é de notar um aumento regular. No ano de 2001 nos jovens

reportou-se, assim, o menor número de acidentes, de 1.142 casos. Em 2002, por exemplo, notificaram-se na população total 20.925 casos e na população jovem 3.573 casos, para em 2003 atingir os 39.834 casos para o total da população afectada e 7.548 acidentes com jovens. O ano de 2004, poderá significar um reverso da tendência, na medida em que apresenta valores menores que o ano anterior, com os jovens a representarem 6.017 casos e a população total 35.797 casos.

Debruçando-nos agora sobre as actividades responsáveis por acidentes na população juvenil, entre o período entre 1990 e 1996, “sobressaem as actividades domésticas como causa de sinistralidade (em média cerca de 24% no período em análise), secundadas pelas actividades de tempos livres (cerca de 19%) e, ainda que com uma representação menor (aproximadamente 11%), as actividades de *bricolage* e jardinagem”⁸⁶.

Nos anos de 2001 a 2004, entre a população jovem (15-29 anos) as actividades de lazer ocupam em média 19,6% dos casos, seguindo-se as actividades de exercício físico com 16,5% dos casos e 14,2% em actividades domésticas. E quanto menor o estrato etário em causa, menor a proporção dos acidentes domésticos. No grupo etário dos 15 aos 19 são em maior número os acidentes por actividades de exercício físico (24,8%) secundadas pelas actividades de lazer (21,2%). No grupo etário dos 20 aos 24 anos, as actividades de lazer são em maior proporção (20,7%), seguidas das domésticas (16,7%) e do exercício físico com 13,3%. Em relação ao grupo etário dos 25 aos 29 anos destaque para as actividades domésticas (19,5%), secundadas por actividades de lazer (16,3%), seguindo-se as de exercício físico (8,9%). Assim, quanto maior o estrato etário dentro dos jovens maior a proporção de acidentes domésticos e menor a proporção de lazer e exercício físico.

Comparando os dois períodos, de 1990 a 1996, e de 2001 a 2004, quanto à frequência de acidentes em jovens entre os 15 e 29 anos por actividade, denota-se nos últimos anos, um decréscimo da proporção média de acidentes domésticos, atingindo neste período menor proporção média que as actividades de lazer e exercício físico. No entanto, mantém-se relativamente significativa a proporção de acidentes por actividades domésticas, bem como a tendência, nos dois períodos, de aumento da proporção de acidentes domésticos quanto maior o grupo etário dos jovens. Quanto ao género, as mulheres, quer para a população total como para os jovens, incorrem numa maior proporção em acidentes por actividades domésticas do que os homens.

Em relação ao local dos acidentes que vitimaram os jovens, no período de 1990 a 1996, “a maioria tem lugar dentro de casa e nas zonas de transporte (em média cerca de 28% para ambos os locais), surgindo, logo a seguir, o exterior imediato à casa (cerca de 15%). Estes valores alteram-se à medida que escalamos a pirâmide etária. Assim, dentro de casa e no exterior imediato à mesma, espaços consagrados a

⁸⁶ Alexandra Lemos Figueiredo (1999), “Sinistralidade”, em Figueiredo. A.L., Silva. C.L., Ferreira. V.S., *Jovens em Portugal - Análise Longitudinal de Fontes Estatísticas: 1960-1997*, Lisboa, Celta, p. 224.

uma maior vivência doméstica, os acidentes aumentam, reflexo da passagem para uma nova etapa da vida".⁸⁷

Quanto ao período de 2001 a 2004, nos acidentes envolvendo jovens (15-29 anos), a casa apresenta-se como local de maior ocorrência de acidentes (uma média de 37,6%), secundada pela área desportiva (14,2%), seguindo-se as zonas ao ar livre (12,7%) e com uma proporção ligeiramente menor a escola (12,2%), e, menos significativo, mas de assinalar, 8,5% de acidentes em áreas de transporte. Os mais novos, nomeadamente dos 15 aos 19 anos, são os que possuem uma menor proporção média de acidentes em casa (27,2%), proporção que aumenta com a idade (41,4% de média nos jovens entre os 20 e 24 anos, e 47,6% nos jovens entre os 25 e 29 anos). A prevalência em termos de proporção dos sinistros ocorridos em casa verifica-se nos vários grupos etários dos jovens (Gráficos n.º 15 e n.º 16).

Nos jovens dos 15 aos 19 anos, os acidentes na escola surgem em maior proporção do que noutros grupos etários (média de 26,4%), diminuindo estes com a idade. Pelo contrário, os acidentes em casa aumentam de proporção com a idade, atingindo maior proporção nos jovens entre os 25 e 29 anos.

Comparando os dois períodos referentes aos jovens entre os 15 e 29 anos, de referir uma diminuição dos acidentes em áreas de transporte, sendo que, no último período, as actividades ao ar livre tomam uma maior expressão aproximando-se dos níveis de sinistralidade em casa e suplantando os acidentes em zonas de transporte. Quanto aos escalões etários juvenis, tal como sucede quanto às actividades (uma vez que tipos de actividades pressupõe em geral locais específicos), mantém-se a regularidade de aumento da proporção de acidentes em casa com a idade.

No período de 2001 a 2004, a média de acidentes em casa nas mulheres é de 48,5%, enquanto para os homens é de 32,3 %. Comparando esta tendência com os valores revelados no período entre 1990 e 1996, verificamos que continuam a ser os homens os que sofrem mais acidentes em locais exteriores, enquanto que as mulheres continuam prevalecer quanto a acidentes em zonas domésticas. Assim, conforme descrito por Alexandra Lemos Figueiredo, "a zona exterior à casa e de transporte demonstra uma forte presença do grupo masculino: respectivamente, 16% e 29,5% dos acidentes nestes locais ocorrem no conjunto desta população, facto que se alarga aos recintos desportivos: 15% contra 5,1% entre a população feminina".⁸⁸

Assim, em relação aos acidentes em zonas habitacionais, são as mulheres as maiores vítimas. Os homens, pelo contrário são os que mais sofrem de acidentes em zonas exteriores à casa, locais de transporte e recintos desportivos.

De facto, em geral, entre 1990 e 2004, é notória a discriminação por género quanto às actividades envolvidas e os locais das mesmas, sendo prova de que as

⁸⁷ *Id.*, *Ibid.*, p.224.

⁸⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 225

mulheres estão ainda tradicionalmente ligadas a espaços e actividades domésticas, sendo assim mais susceptíveis de incorrer em acidentes relacionados com esses espaços e actividades.

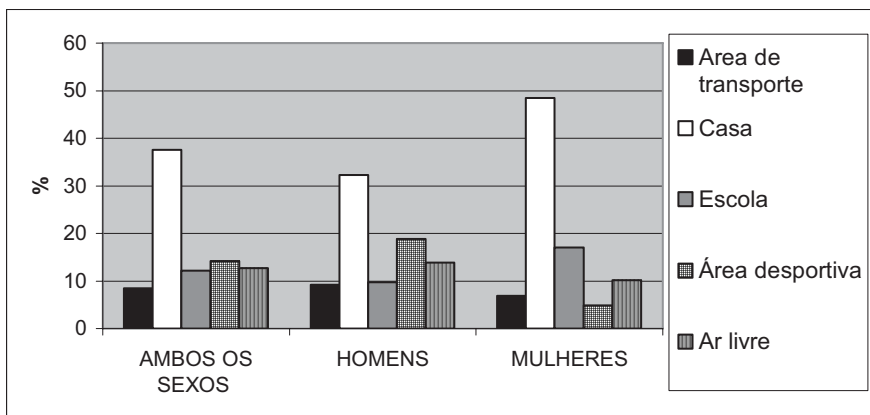


Gráfico n.º 15: Média de alguns acidentes domésticos e de lazer entre a população jovem (15 aos 29 anos), por local no momento do acidente (por zonas), segundo o sexo: 2001 - 2004

Fonte: Observatório Nacional de Saúde - Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.

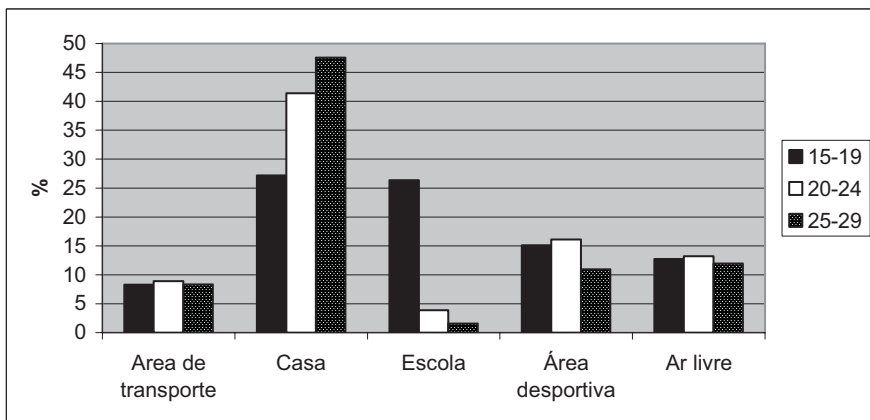


Gráfico n.º 16: Média de alguns acidentes domésticos e de lazer entre a população jovem, por local no momento do acidente (por zonas) e grupo etário: 2001 - 2004

Fonte: Observatório Nacional de Saúde - Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.

Síntese conclusiva

No quadro da sinistralidade rodoviária em Portugal, entre 1990 e 2005, os jovens representam cerca de 2/5 dos casos de vitimização em acidentes. Por sua vez, de entre as vítimas juvenis em acidentes de viação, o grupo etário mais atingido é o

dos 20 aos 24 anos, seguindo-se os indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos, e por último o grupo dos 25 aos 29 anos.

Dentro do universo de vítimas jovens em acidentes rodoviários, é maioritária a incidência por parte dos indivíduos do sexo masculino. No entanto, ao longo do período referido, o número de vítimas jovens do sexo masculino têm vindo a decrescer, por oposição, a proporção de vítimas do sexo feminino tem vindo a aumentar, existindo assim uma tendência para a aproximação dos valores entre os sexos.

A maior proporção de jovens vítimas consiste em feridos leves, operando-se, entre os anos limite do período em causa, um acréscimo de cerca de um décimo, atingindo em 2005 cerca de 9/10 das vítimas jovens em acidentes rodoviários. Em sentido contrário surge a segunda maior incidência em termos de vitimização, os feridos graves, sendo que decorre uma diminuição de cerca de um décimo entre os anos limite considerados. Em relação aos óbitos advintes deste tipo de sinistros, a partir de 2002 assiste-se a um decréscimo (atingindo em 2005 o peso de 1,9% dos casos de vitimização nos jovens).

Entre o período referido, a modalidade de utente com maior expressão percentual em acidentes de viação envolvendo vítimas jovens prende-se com a condição de condutor (com uma média de 3/5 dos casos) seguindo-se a condição de passageiros e, por último, de peões.

De destacar a presença maioritária de acidentes com vítimas envolvendo veículos ligeiros, facto que não deve ser alheio a um maior índice de utilização deste veículo por parte dos jovens.

Quanto a acidentes envolvendo jovens condutores submetidos ao teste do álcool, entre 1996 e 2005 a maioria dos condutores envolvidos em acidentes incorreu numa taxa de álcool menor que 0,5 ml, representando mais de 9/10 dos casos em que o álcool foi detectado.

A maioria dos sinistros em jovens condutores envolvidos em acidentes de viação com vítimas deve-se a colisões, seguindo-se os acidentes por despiste. Quanto ao local do acidente, a maioria dos acidentes envolvendo jovens condutores ocorre dentro das localidades (seguindo a tendência da população geral).

Outro vector de sinistralidade analisado prende-se com a esfera do trabalho. Neste campo, entre o total de sinistros, a proporção dos jovens têm vindo a diminuir, atingindo em 2001 cerca de 1/6 dos casos. Quanto ao sexo dos sinistrados, os homens apresentam a maior proporção entre os casos.

No que respeita aos sectores de actividade em que ocorrem a maioria dos sinistros envolvendo jovens, destaca-se as indústrias transformadoras e o sector da construção e obras públicas. Sendo que, nos dois períodos (1990-1994 e 2000-2001)

os sinistros nas indústrias transformadores representam uma média anual de cerca de metade dos casos.

Os jovens do sexo masculino incorrem em acidentes, na maioria dos casos, nas duas actividades acima referidas, mantendo-se a prevalência de sinistros no sector das indústrias transformadoras. Quanto ao sexo feminino, apesar da maior percentagem de acidentes ocorrerem igualmente nas indústrias transformadoras, a segunda actividade de maior peso consiste nos sectores do comércio, restauração e hotelaria.

Por último, os dados da sinistralidade doméstica e de lazer mostram que, na população juvenil (15-29 anos), entre 1990 e 1996, dominavam os acidentes por actividades domésticas, secundados pelos acidentes por actividades de lazer. No entanto, nos anos mais recentes (2001 a 2004) tem ocorrido um decréscimo na proporção de acidentes domésticos, sendo a maior proporção de sinistros ocorrida nas actividades de lazer e exercício físico.

Em média, os jovens representam cerca de 1/5 do total de casos. De notar ainda que os acidentes domésticos ocorrem em maior proporção quanto maior o escalonamento etário no grupo dos jovens, apresentando também maiores proporções entre os indivíduos do sexo feminino.

Também aqui mantém-se a tendência para o aumento da proporção de acidentes em casa com a idade. Em zonas habitacionais, são as mulheres as maiores vítimas de sinistros, o que é uma possível mostra de que as mulheres encontram-se ainda maioritariamente relacionadas com esses espaços e actividades desenvolvidas nos mesmos. Em sentido contrário, os homens são os que mais sofrem de acidentes em zonas exteriores à casa, em locais de transporte e recintos desportivos.

Anexo

Nota: Informação que nos foi remetida pela Direcção-Geral de Viação, relativa às características de veículos e habilitação legal para os conduzir.

Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei nº 39672, de 20 de Maio

Velocípedes sem motor:

- Veículos de duas ou mais rodas accionadas pelo esforço do próprio condutor por meio de pedais ou dispositivos análogos.

Velocípedes com motor:

- Veículos de duas ou mais rodas providos de um motor auxiliar com: pedais ou dispositivos análogos; motor de cilindrada não superior a 50 cm³; velocidade máxima, em patamar, não superior a 50 km / h; tara não superior a 55 kg.

Idade mínima: 16 anos.

Idade mínima 14 anos durante 1966 e 1967; 15 anos durante 1968.⁸⁹

Ciclomotores:

- Veículos com as características dos velocípedes com motor mas que não sejam considerados como tal e, equiparados a motociclos.

Idade mínima: 16 anos.

Idade mínima de 14 anos durante 1966; 15 anos durante 1967.⁹⁰

Numa fase inicial, posterior a 31 de Agosto de 1967, são considerados velocípedes com motor; posteriormente, serão matriculados como ciclomotores e tidos como tal.⁹¹

Motociclos:

- Veículos automóveis de duas rodas, com cilindrada superior a 50 cm³.

Idade mínima: 18 anos.

Idade mínima 16 anos durante 1966; 17 anos durante 1967.⁹²

Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-lei nº 114 / 94, de 3 de Maio**Velocípedes sem motor:**

- Mantém características do Código anterior.

Ciclomotor:

- Veículo de duas rodas com motor de cilindrada não superior a 50 cm³ e cuja velocidade não exceda, em patamar e por construção, 45 km / h).

Idade mínima: 16 anos.

⁸⁹ Decreto nº 47070, de 4 de Julho de 1966.

⁹⁰ *Idem.*

⁹¹ *Idem.*

⁹² *Idem.*

Motociclos de cilindrada não superior a 50 cm3:

- Mantém características do Código da Estrada anterior.

Idade mínima: 17 anos.

Motociclos:

- Veículos automóveis de duas rodas com cilindrada superior a 50 cm³ ou que atinjam em patamar velocidade superior a 45 km / h.

Habilitação legal: ligeiros de potência superior a 25 kw e com relação potência/peso superior a 0,16 kw / kg, habilitados há pelo menos 2 anos para motociclos.

Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-lei nº 2 / 98, de 3 de Janeiro

Velocípedes sem motor:

- Mantém características do Código da Estrada anterior.

Ciclomotores (de duas ou três rodas):

Idade mínima: 16 anos.

Idade mínima 14 anos – iniciativas pedagógicas.

Motociclos de cilindrada não superior a 50 cm3:

Idade mínima: 16 anos.

Motociclos:

- Veículos de duas ou três rodas com cilindrada superior a 50 cm³ ou que exceda em patamar a velocidade de 45 km / h.

Idades mínimas: Categoria A: 18 anos; Subcategoria A1 (cilindrada não superior a 125 cm³ e potência até 11 kw): 16 anos.

[Habilitação legal:] Potência superior a 25 kw e relação peso / potência superior a 0,16 kw / kg, habilitado há, pelo menos, 2 anos para A ou maior de 21 anos, aprovado em prova prática realizada em motociclo de potência igual ou superior a 35 kw.

Código da Estrada aprovado pelo Decreto-lei nº 265 – A / 2001, de 28 de Setembro

- Classificações iguais às do Código da Estrada de 1998.

Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-lei nº 44 / 2005, de 23 de Fevereiro

Velocípedes sem motor:

- Mantém características do Código anterior.

Velocípedes com motor:

- Auxiliar eléctrico com potência máxima contínua de 0,25 kw, cuja alimentação é reduzida com o aumento de velocidade e interrompida aos 25 km / h ou antes, se deixar de pedalar.

Ciclomotor:

- Mantém as características anteriores estipuladas no Código da Estrada de 1998.

Motociclo de cilindrada não superior a 50 cm³:

- Mantém as mesmas características referidas no Código da Estrada de 1998.

Motociclos:

- Veículos de duas rodas e mantêm as características, categorias e restrições anteriores já contempladas no Código da Estrada de 1998.

VII – Justiça

*Ana Matos Fernandes**

Introdução

Para a construção e actualização de um património estatístico que caracterize a juventude em Portugal de forma longitudinal, não podem ser descuradas as dinâmicas que envolvem a criminalidade e a vitimização juvenis, bem como os menores em risco.

Num contexto em que mediaticamente parece ser dada grande centralidade a uma eventual ligação crescente entre jovens e condutas criminais e desviantes, importa perceber o peso estatístico que a criminalidade juvenil tem no seio da criminalidade em geral, quais são as suas tendências evolutivas específicas, perceber se existem crimes tendencialmente “juvenis”, bem como situações de delinquência e vitimização que, pela sua regularidade, tendam a estar associadas à população não adulta. Interessa detectar também no manancial estatístico recolhido, a possível existência de desencontros evolutivos entre diferentes escalões etários e géneros nesta dimensão da vida em sociedade.

Estando a tónica desta abordagem mais centrada na identificação de tendências longitudinais, não se pretendem alongar eventuais tentativas de explicação e fundamentação teórica do que for sendo assinalado. Importa sublinhar que este exercício tem como principal objectivo identificar grandes linhas evolutivas que marcam a última década, no que diz respeito à relação dos jovens com as práticas criminais em Portugal, bem como com situações de vitimização.

Pelo acesso ao material estatístico produzido pelo Ministério da Justiça⁹³, através da organização de informações advindas de diversas instituições judiciais, selecciona-se aqui como objecto de análise descritiva o intervalo temporal que vai de 1990 (ou 1993 no que toca à criminalidade registada por não termos acesso a dados

* Licenciada em Sociologia pelo ISCTE.

⁹³ Todos os dados, em que se baseia a presente análise e os respectivos gráficos, foram disponibilizados pelo Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, exceptuando os referentes aos presumíveis infractores de crimes associados a estupefacientes, cuja fonte é o Instituto Português de Drogas.

anteriores) a 2004, que tomaremos como “última década”, e que será o contexto cronológico das dinâmicas a identificar e expor. Esta escolha prende-se ora com razões relativas à simplificação da abordagem, ora porque este intervalo temporal constitui de facto a totalidade da série estatística recolhida e tratada.

Assim, após ter sido constituído e sistematizado um manancial estatístico de grande alcance e elevado nível de pormenorização, passaremos a uma descrição cuidada, mas sintética e simplificada, do que é importante reter, do tratamento ano por ano dos crimes registados⁹⁴ com suspeitos jovens, dos valores relativos aos jovens arguidos, condenados, reclusos e vítimas, bem como dos dados que se prendem com os menores sob tutela das autoridades judiciais.

Para olhar estes fenómenos de forma multifacetada e fiel, devemos percorrer as várias dimensões e etapas de um mesmo manancial estatístico (e que correspondem às várias etapas no percurso dos jovens quando entram em relação com o sistema judicial). Começar pela criminalidade registada, através da caracterização dos suspeitos identificados, parece uma introdução lógica e enriquecedora à análise. Isto acontece porque, mesmo se pensarmos que a denúncia possa por vezes ser minada por alguma subjectividade e que, em termos de caracterização dos suspeitos identificados, a informação recolhida pode não ser tão cuidada e fiel quando comparada com a dos arguidos e condenados, a criminalidade registada pelas forças policiais é a que estatisticamente estará mais próxima da criminalidade real, que por escapar muitas vezes à denúncia, acaba por ultrapassar de forma imponderável aquela que está sob a alçada das autoridades e, por consequência, do conhecimento público. Por outro lado, o registo de uma ocorrência presumivelmente criminal é o primeiro passo para o início de qualquer processo ou percurso judicial, constituindo esta dimensão também aqui o mote para a abordagem que se segue.

Após o primeiro ponto, pela lógica própria das etapas do sistema judicial, abordaremos os dados relativos aos arguidos, condenados e reclusos jovens, até porque percorrer dimensões sequenciais e que partilham da mesma organização estatística, ao nível das categorias analisadas, facilita a leitura e o envolvimento do leitor com o material que nos serve de objecto. Posteriormente, daremos lugar à análise de uma esfera específica, dentro criminalidade registada, que tem origem numa fonte também ela particular (o Instituto Português da Droga). O tratamento dos

⁹⁴ Por “crime registado” entende-se presumível infracção registada, após denúncia ou conhecimento público, pelas autoridades policiais. “Suspeito identificado” é todo o presumível autor de uma infracção penal registada e cuja identidade está averiguada pelas autoridades.

dados relativos aos presumíveis infractores jovens por crimes relacionados com estupefacientes que aparece aqui discriminado, pelo seu mediatismo e centralidade.

Finalmente, e porque também de dimensões específicas se tratam, passaremos pela análise dos dados relativos a menores em risco e à evolução da vitimização jovem. Os menores aparecem aqui destacados por corresponderem a um grupo social diferente que apenas inclui os jovens inimputáveis (vítimas e infractores) e que, por exigirem um tratamento jurídico em moldes diferentes, levam a que o seu tratamento estatístico e analítico se paute por lógicas e categorias também elas diferentes das anteriores. As vítimas, por sua vez, correspondem a uma dimensão muito particular, por constituírem o “outro lado” das dinâmicas judiciais analisadas, merecendo uma leitura específica no final deste trabalho analítico.

Desta feita, passaremos à análise descritiva das dinâmicas evolutivas que, na última década, podem ser identificadas dentro da criminalidade registada em Portugal, no que diz respeito ao envolvimento da população jovem⁹⁵.

1. Criminalidade registada para a população jovem

Ao contrário do que acontece com os suspeitos identificados inimputáveis, ou seja, abaixo dos 16 anos, em relação aos quais não se verifica um crescimento dos registos policiais na última década, pode dizer-se que a criminalidade juvenil registada aumentou em proporção à totalidade dos suspeitos identificados. Por outras palavras, através da análise da percentagem de suspeitos identificados com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos, sobre o total geral de suspeitos, é patente que a partir de 1995 foi acentuada e progressiva a tendência para o aumento do peso relativo dos crimes registados com suspeitos jovens.

A partir de 1998 acentua-se a relevância proporcional da criminalidade “juvenil” registada, que passa a estar em 2004 por volta dos 15%, em relação ao total geral de registos policiais. Ao compararmos os dados (Gráficos nº 1 e nº 2) é patente a assunção de que o crescimento do número de suspeitos identificados jovens na última década ganha uma maior preponderância quando analisado em proporção, relativamente ao total geral, sendo o incrementar do seu peso relativo mais acentuado do que o seu crescimento absoluto.

O facto de a partir de 1997 terem deixado de existir sobreposições entre os registos das diferentes forças policiais torna este crescimento mais evidente, na

⁹⁵ População jovem inclui todos os indivíduos entre os 16 e os 29 anos contabilizados, divididos em escalões etários com os seguintes limites: 16-19; 20-24; 25-29.

medida em que, se até à data o número de crimes registados estava emolado por motivos metodológicos, esta evolução deveria ser estatisticamente ainda mais acentuada, caso os dados anteriores fossem mais fidedignos.

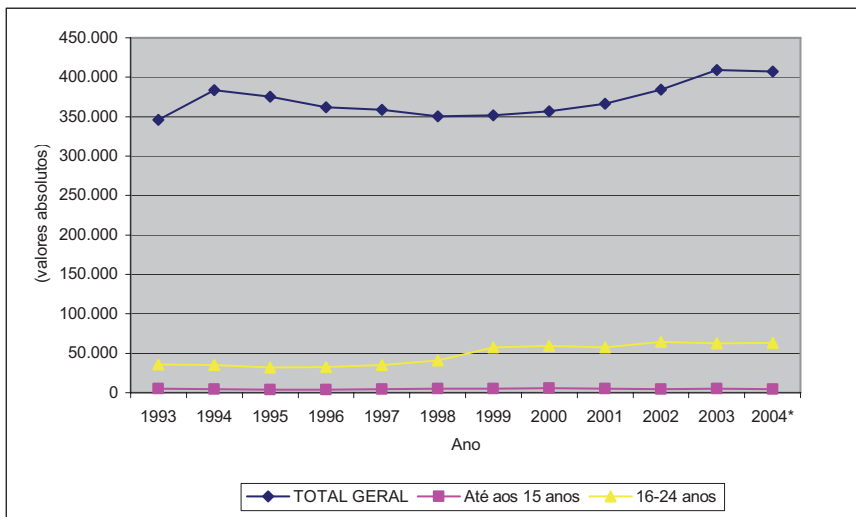


Gráfico nº 1 – Crimes registados, por ano, segundo o grupo etário dos suspeitos identificados: 1993-2004 (N)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados.

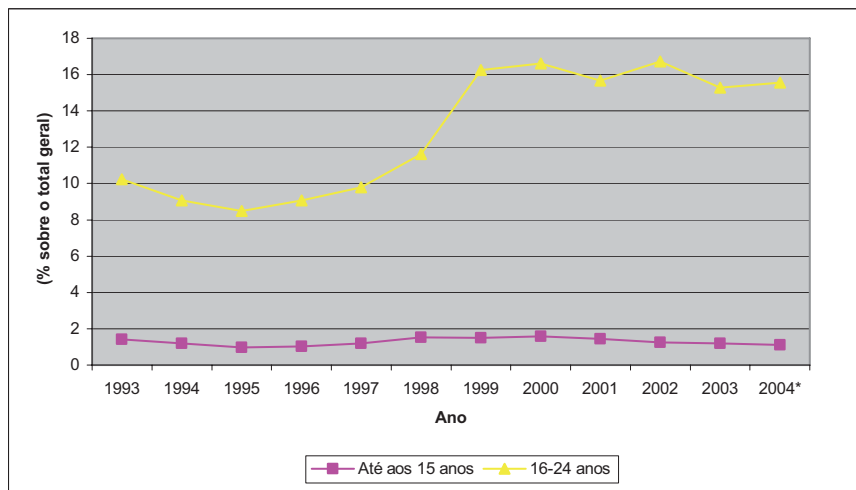


Gráfico nº 2 – Crimes registados, por ano, segundo o grupo etário dos suspeitos identificados: 1993-2004 (%)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados.

Nota: Os dados relativos ao ano de 2004 são ainda provisórios, embora não sejam esperadas pela fonte alterações significativas.

É nítida a predominância absoluta e relativa que os *crimes contra o patrimônio*⁹⁶ têm no conjunto de crimes registados tanto para menores de 16 como até aos 24 anos, em consonância com o que acontece para o resto da população. Acontece que, apesar de em termos de proporção em relação ao total para cada grupo etário não se verificarem grandes oscilações na última década, no que toca ao volume absoluto de *crimes contra a propriedade*, a partir de 1997 é claro um aumento muito acentuado, nos jovens entre os 16 e os 24 anos (Gráfico nº 3). Esta dinâmica – que faz aumentar, entre 1997 e 2001, as incidências registadas de suspeitos jovens de cerca 15.000 crimes “regulares” por ano, para cerca de 35.000, onde se estabiliza até 2004 —, não é acompanhada pelo total da população, pelo que a sua expressividade e importância específica no universo juvenil não podem deixar de ser sublinhadas. Um aumento para mais do dobro do volume de registos policiais deste tipo de crime num escalão etário específico, em tão poucos anos, é um factor de grande transformação nas regularidades estatísticas que até então se desenhavam.

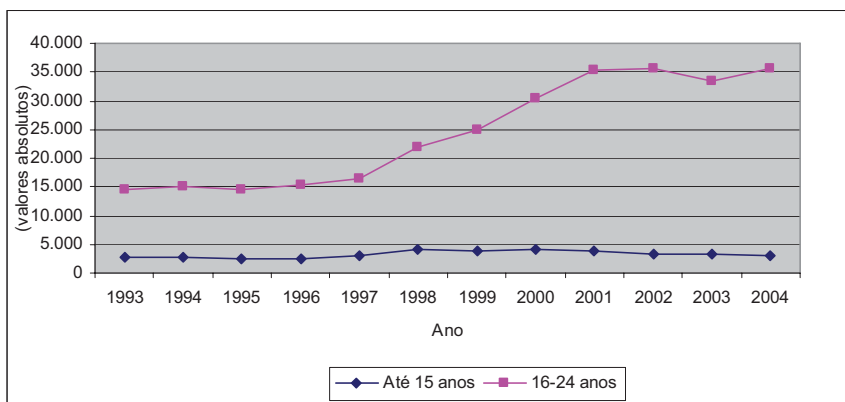


Gráfico nº 3 – Crimes contra o patrimônio registados, segundo o grupo etário dos suspeitos identificados: 1993-2004 (N)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados.

Dentro das categorias de *crimes contra a propriedade* (em sentido restrito) verifica-se que até 1997 não existe uma preponderância relativa de nenhuma infracção (Gráfico nº 4). Não existindo um crime que por excelência se “adiantasse” enquanto “tipicamente juvenil”, os registos observam-se de forma mais esbatida. A partir desse ano, progressivamente, os *roubos na via pública* passam de cerca de um terço (em 1998) a praticamente metade, das denúncias com jovens entre os 16 e os 24 anos envolvidos (de 2001 em diante), centralizando-se a sua recorrência e o seu destaque até ao último ano tratado (2004).

Os *roubos por esticção* e o *dano* seguem-se aos *roubos na via pública* como os crimes mais frequentes nos últimos anos, mas não passam além dos 11% no grupo

⁹⁶ Por *crimes contra o patrimônio/propriedade* entende-se o conjunto de infracções cujo valor penalmente protegido é o direito de propriedade em geral e outros direitos de natureza patrimonial.

etário em causa, o que reforça a importância da centralidade da categoria atrás referida no aumento, acentuado desde 1997, dos crimes contra a propriedade registados com suspeitos jovens (dos 16 aos 24 anos). O aumento relativo dos registos de *roubos na via pública* com suspeitos entre os 16 e os 24 anos é expressivo e é fortemente acompanhado pela grande subida das denúncias em causa, também em termos absolutos (Gráfico nº 5). Analisando a evolução dos dados é muito clara a curva ascendente que desde 1999 associa este crime não só a uma grande recorrência proporcional entre os jovens portugueses, mas também a um crescimento absoluto acentuado, que ganha facilmente um destaque incomparável.

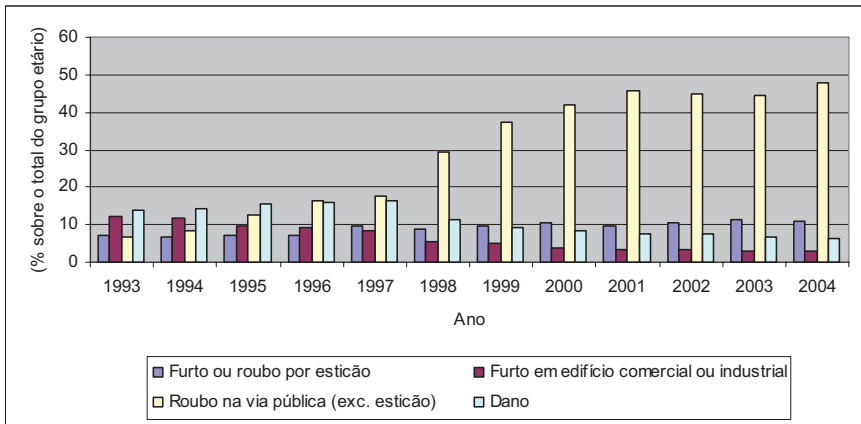


Gráfico nº 4 – Crimes contra o património registados com suspeitos jovens dos 16 aos 24 anos: 1993-2004 (%)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados.

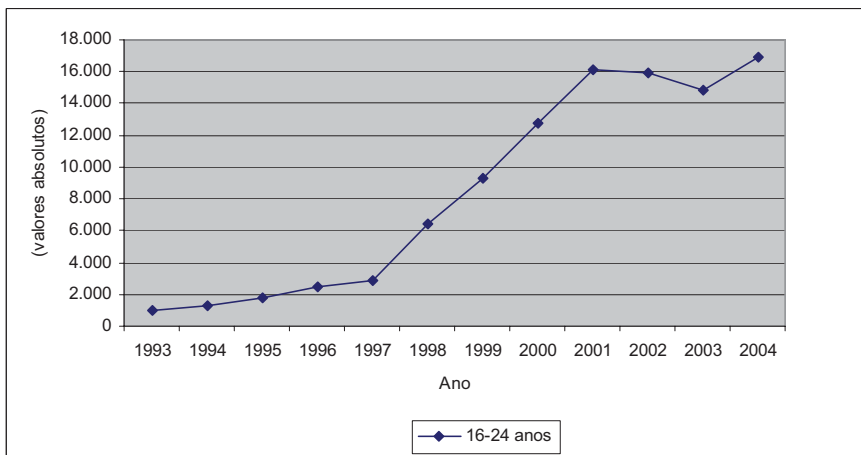


Gráfico nº 5 – Roubos na via pública registados com suspeitos jovens: 1993-2004 (N)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados.

Outro factor parece contribuir para a consideração do *roubo na via pública* enquanto crime “juvenil”, sendo este o facto de a tendência inequívoca para o crescimento dos registos deste crime para a faixa etária referida anteriormente, em termos absolutos e relativos, não ser de forma nenhuma acompanhada quando olhamos para o total geral dos suspeitos identificados. Aqui, os roubos na via pública nunca ultrapassam na última década os 5% (percentagem sobre o total geral), havendo outros crimes que, se nos suspeitos identificados entre os 16 e os 24 anos não obtêm grande visibilidade, parecem ter maior peso proporcional no conjunto total de identificados na última década. Este é o caso dos *furtos em e de veículos motorizados* (sendo o primeiro caso o mais relevante, andando, nos últimos anos, por volta dos 20% sobre o total de todos os suspeitos), bem como a categoria *outros furtos*, igualmente relevante em termos relativos.

Assim sendo, podemos concluir que o *roubo na via pública* representa dentro dos suspeitos jovens identificados (falando também dos inimputáveis que acompanham esta tendência embora de forma menos expressiva) o crime mais recorrente e com maior crescimento absoluto e relativo na última década. Desta feita, pode ser dito que será a infracção que de forma mais fundamentada e justa pode ser assumida como “tipicamente juvenil” nos últimos anos, seguida das denúncias relativas a situações de *dano*, embora estas de forma menos assinalável.

Os *crimes contra as pessoas*⁹⁷ estão, nos últimos anos e relativamente aos *atentados contra o património*, numa posição de destaque secundário, tanto para os suspeitos jovens como para o total de identificados. Ultrapassam largamente os *crimes contra a vida em sociedade*⁹⁸ e *contra o Estado*⁹⁹ (estes últimos muito residuais em todos os escalões etários), mas, apesar de tendencialmente contarem com menor peso relativo do que *os contra a propriedade*, nem sempre estiveram muito afastados destes no grupo dos suspeitos entre os 16 e os 24 anos (Gráficos nº 6 e nº 7).

⁹⁷ Por *crimes contra as pessoas* entende-se o conjunto de crimes em que o valor penalmente protegido é a vida humana e outros aspectos associados como a integridade física, a honra, a auto-determinação sexual, a liberdade individual, etc.

⁹⁸ Por *crimes contra a vida em sociedade* entende-se o conjunto de crimes que atentam contra os princípios fundamentais da vida social, designadamente a segurança dos documentos, das comunicações, da ordem pública, do ambiente, da economia, da saúde, etc.

⁹⁹ Por *crimes contra o Estado* entende-se o conjunto de crimes em que os valores penalmente protegidos se prendem com a segurança do Estado e suas instituições, da soberania nacional, da autoridade pública e da realização da Justiça.

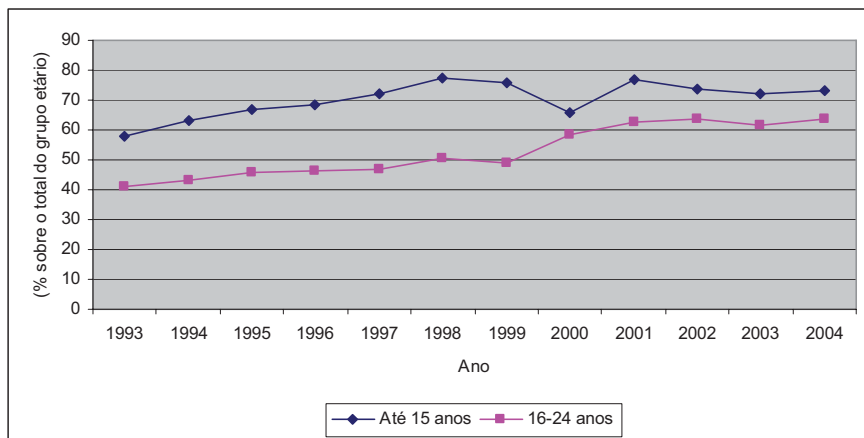


Gráfico nº 6 – Crimes contra a propriedade registados, segundo o grupo etário dos suspeitos identificados: 1993-2004 (%)

Fonte Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

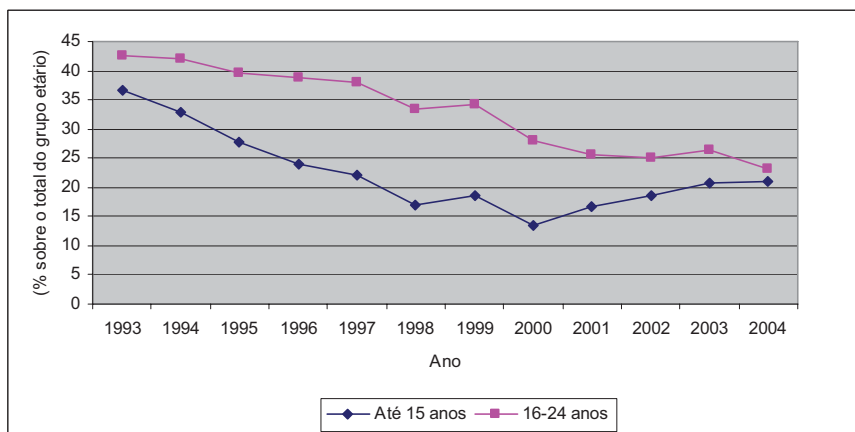


Gráfico nº 7 – Crimes contra as pessoas registados, segundo o grupo etário dos suspeitos identificados: 1993-2004 (%)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

Acontece que o peso relativo dos *crimes contra as pessoas* dentro dos suspeitos entre os 16 e os 24 anos tendeu, na última década, para uma diminuição, ao contrário do que, como vimos, aconteceu com os *crimes contra a propriedade*. Esta dinâmica não é fenómeno exclusivo da população jovem, já que os valores relativos ao total dos suspeitos estão em consonância com a evolução assinalada, sendo que também neste contexto se assiste a uma diminuição proporcional dos *crimes contra as pessoas*.

Esta diminuição relativa está, no entanto, desencontrada de uma certa estagnação evolutiva no que toca aos registos absolutos de *crimes contra as pessoas*

para todas as idades analisadas, onde não são encontradas oscilações dignas de destaque. Posto isto, o fenómeno de diminuição relativa dos *crimes contra as pessoas*, não sendo acompanhado pela sua diminuição real, deve ser analisado em perspectiva, pois se tivermos em conta o grande aumento dos *crimes contra a propriedade* com suspeitos jovens, não será difícil assumir que este possa ter esbatido, nos últimos anos, o seu peso proporcional.

Dentro dos *crimes contra as pessoas*, também ao contrário do que sucede com os *contra o património*, não se desenha estatisticamente um crime “juvenil”, na medida em que os crimes mais frequentemente registados, que se prendem com *ofensas corporais*, são maioritários de forma estável também no total dos suspeitos, absoluta e proporcionalmente.

Pensando nos *crimes contra a vida em sociedade*, cuja expressão dificilmente ultrapassa os 15%, tanto entre os jovens, como no total geral de suspeitos, vemos que dentro de tendências relativamente estáveis e de um acompanhamento juvenil dos registos para todos os identificados, apenas se destaca uma dinâmica muito específica. Apesar dos crimes cujos registos são mais frequentes, constituírem maioria tanto para jovens como para o total de suspeitos, não existindo diferenças assinaláveis, o peso proporcional que o *tráfico de estupefacientes* assume no grupo de suspeitos entre os 16 e os 24 anos é muito superior ao que obtém no total de identificados.

Existe uma grande diferença (sensivelmente de 30% em 2004) na importância relativa que os registos policiais relacionados com *tráfico de estupefacientes* assume na totalidade de denúncias e nas que dizem respeito a suspeitos jovens entre os 16 e os 24 anos (Gráfico nº 8). Outra característica relevante destes dados é a importância relativa acentuada assumida pelas denúncias de casos de *condução de veículos com mais de 1,2/l de álcool no sangue*, crime que marca transversalmente o conjunto de suspeitos identificados na última década por *crimes contra a vida em sociedade*.

Ainda assim, apesar de a condução de veículos rodoviários, com um grau de alcoolemia superior ao legalmente estipulado, marcar absoluta e proporcionalmente o conjunto de infracções que levam à denuncia de jovens suspeitos deste grupo de crimes, o *tráfico de drogas* no seu peso relativo muito expressivo traz especificidade à forma como se distribuem os registos neste contexto, sendo esta tendência “juvenil” um traço distintivo por relação ao total geral de registos.

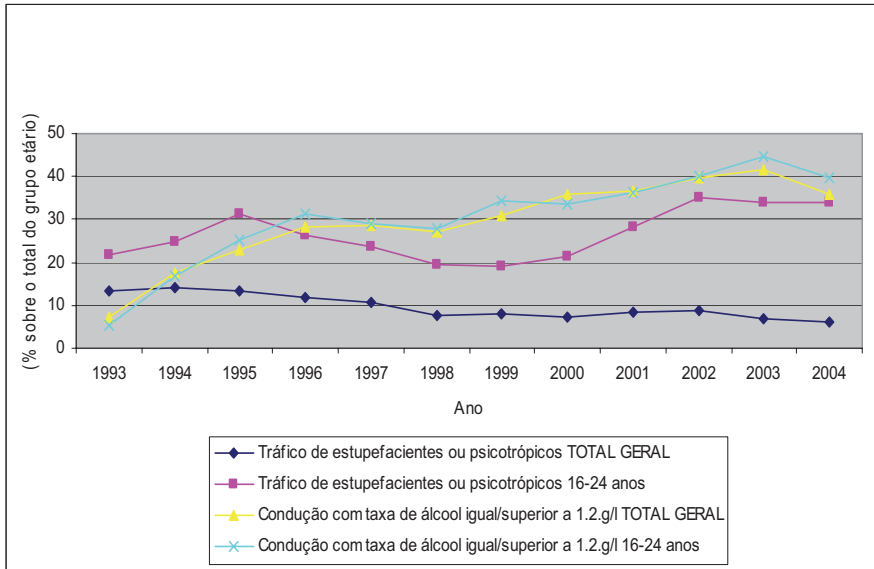


Gráfico nº 8 – Principais crimes contra a vida em sociedade registados (jovens e total geral): 1993-2004 (%)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

2. Evolução da população jovem arguida, condenada e reclusa

A estrutura do envolvimento dos jovens arguidos¹⁰⁰ e condenados¹⁰¹ em processos-crime na fase de julgamento findos, parece assumir genericamente os mesmos traços evolutivos. A assinalar existe um crescimento do seu volume absoluto na última década (1990 – 2004), o facto de o número de condenações aumentar consoante o avançar de escalões etários jovens (16-29) e a identificação de uma diferença assinalável entre o volume absoluto de mulheres e homens em ambos os casos.

De facto, o número de arguidos jovens duplicou de 1990 até 2004 (Gráfico nº 9), crescimento já muito expressivo e ainda ultrapassado pelo aumento de condenados entre os 16 e os 29 anos, que passa de 10.000 casos para 30.000 (o triplo do primeiro valor), só em 14 anos (Gráfico nº 10). Proporcionalmente (como será

¹⁰⁰ Arguido é todo o suspeito de prática de um crime constituído como tal por existirem indícios que apontam para eventual culpa provável. Neste âmbito, por cada ano analisado, contabilizam-se os arguidos constituídos como tal ao longo dos doze meses em causa.

¹⁰¹ Condenado é todo o réu contra o qual foi proferida sentença condenatória no final do processo judicial. Neste âmbito contabilizam-se por cada ano os condenados em processos findos nos doze meses correspondentes.

patente no Gráfico nº 12), não existe um acompanhamento deste crescimento, sendo consideravelmente “estável” a relevância relativa dos jovens no seio do total de condenados e arguidos de todas as idades, com uma percentagem de cerca de 45% de jovens condenados e de sensivelmente 35% de arguidos na mesma fase da vida.

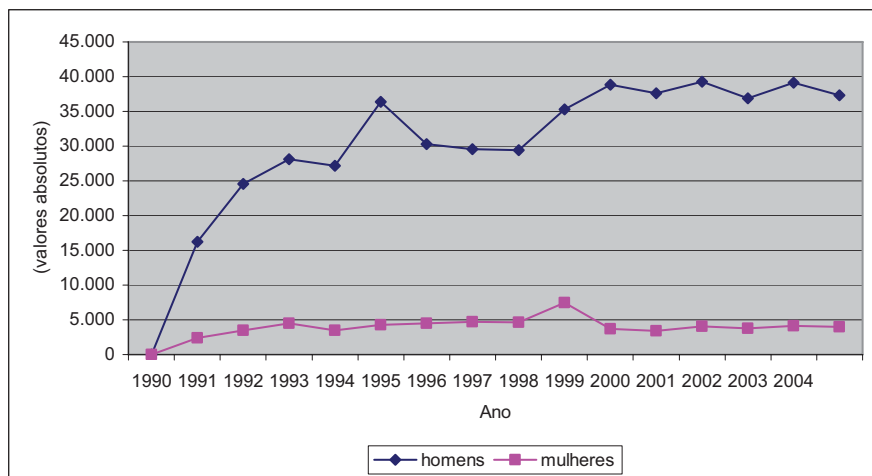


Gráfico nº 9 - Arguidos jovens (16-29 anos) por sexo: 1990-2004 (N)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

Sendo expressivo que o conjunto de jovens arguidos assuma cerca de um terço no total geral e o de condenados quase metade, a discrepância muito acentuada entre mulheres e homens entre os 16 e os 29 anos nesta condição, não pode deixar de ser assinalado na análise estatística destas dinâmicas.

Se os processos findos com mulheres jovens arguidas só em 1999 ultrapassaram as 5.000 unidades, os homens nos últimos anos chegam praticamente aos 40.000, o que não sendo um fenómeno exclusivamente juvenil, corrobora as teses que apontam para um envolvimento tendencialmente muito inferior das mulheres com as práticas criminais, por relação à população masculina.

Analisando a distribuição proporcional dos arguidos jovens por escalões etários mais finos, percebe-se que com a idade aumenta o número de arguidos (mesmo que por vezes apenas ligeiramente no que toca os intervalos de idades 20-24 e 25-29), não existindo aqui, como nas distribuições de valores absolutos, razões para assinalar tendências evolutivas ou oscilatórias definidas (Gráfico nº 11).

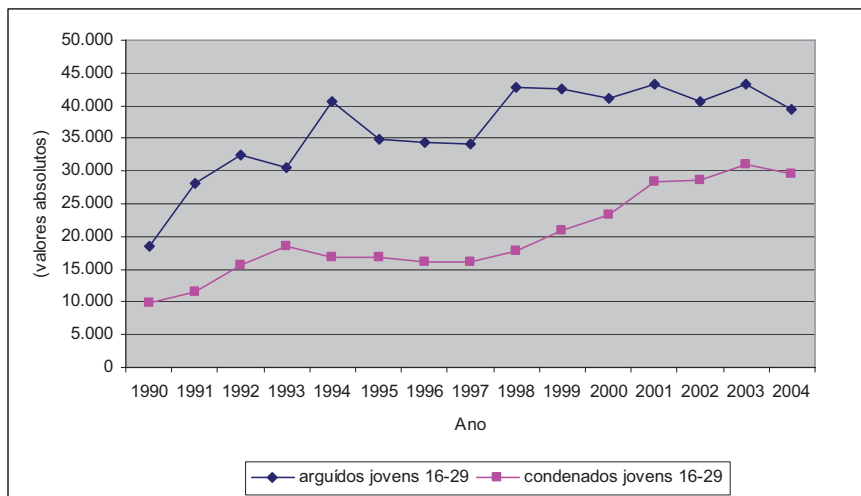


Gráfico nº 10 – Arguidos e condenados: 1990-2004 (N)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

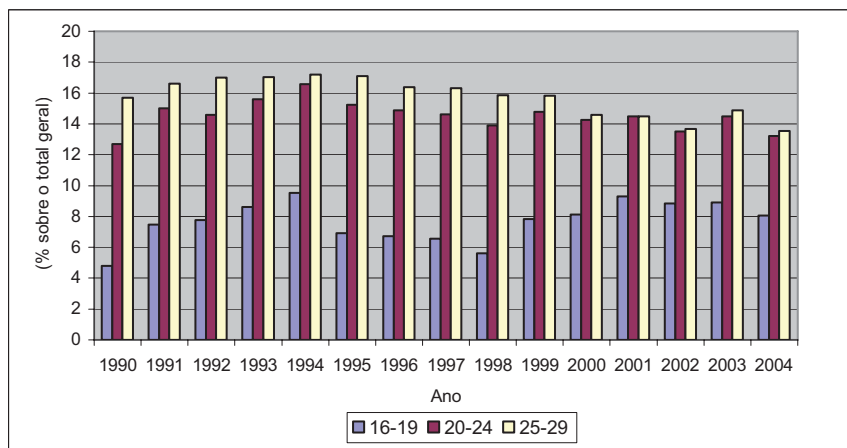


Gráfico nº 11 – Arguidos jovens por ano: 1990-2004 (%)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

No caso dos condenados jovens estas tendências vão, como referimos, no mesmo sentido, residindo a diferença mais curiosa entre os dois grupos noutra aspecto específico. Retornando assim à análise comparativa do peso relativo de condenados e arguidos entre os 16 e os 29 anos, no total das populações arguidas e condenadas, encontramos uma ligeira mas intrigante diferença percentual que os distingue (Gráfico nº 12). O interesse deste dado revela-se pelo facto de o peso

proporcional de jovens no total de condenados tender, na última década, para uma superioridade em relação ao de arguidos.

Mesmo que o número absoluto de jovens condenados seja bastante inferior ao de arguidos (muito embora haja uma tendência para a aproximação nos últimos anos), perante esta dinâmica, somos levados a induzir que os arguidos entre os 16 e os 24 anos são, tendencialmente condenados. Os jovens representam, na última década, quase metade dos condenados de todas as idades, o que transparece que a condenação dos jovens se constitui como tendencialmente “provável”, não havendo, no entanto, dados que nos permitam fazer de forma precisa a correspondência directa de arguidos para condenados nos escalões etários entre os 16 e os 29 anos.

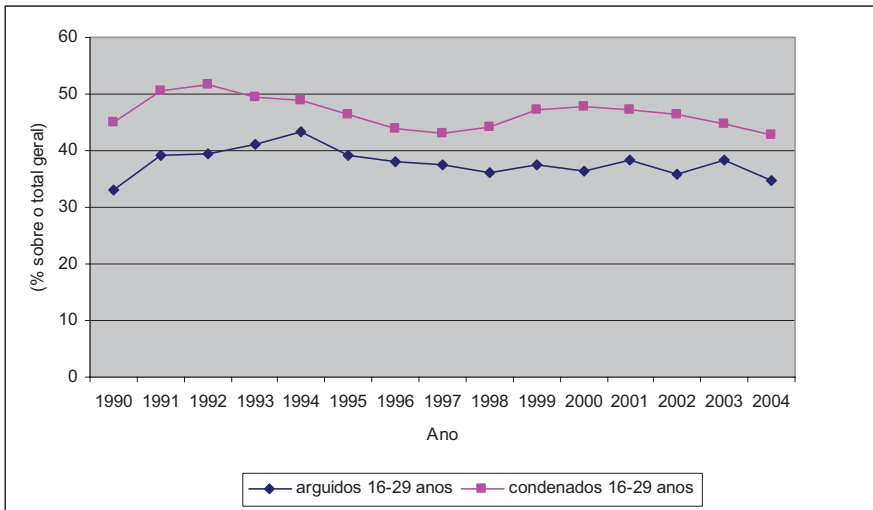


Gráfico nº 12 – Arguidos e Condenados jovens (1990-2004) (%)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

Para a pormenorização da abordagem, interessa saber quais os crimes que mais motivaram a constituição de arguidos e a condenação de jovens e se são diferentes nas duas condições jurídicas, bem como perceber se existem diferenças, também a este nível, entre homens e mulheres e, claro, entre os jovens e o total geral das populações arguidas e condenadas.

Em traços gerais, analisando a evolução dos crimes (em sentido lato) que proporcionalmente mais motivaram a constituição de arguidos jovens, podemos detectar uma diminuição do peso relativo que os *crimes contra o património* têm nesta matéria. Esta evolução é surpreendente se pensarmos, que ao nível das denúncias, estes crimes cresceram muito na última década, e reveladora no sentido em que demonstra o hiato existente entre o registo e o real julgamento de uma presumível

infracção. Para além desta dinâmica e em sua “compensação” percentual, dá-se uma subida significativa da importância relativa dos *crimes contra a vida em sociedade* (Gráfico nº 13), o que também não deixa de ser aparentemente dissonante com o que acontecia para os crimes registados.

Estes desencontros estão relacionados com o facto de os crimes relacionados com o património serem muitas vezes de difícil prova, no sentido em que, mesmo existindo um suspeito, como é o caso das infracções contabilizadas para esta análise, sendo práticas frequentemente concretizadas de forma furtiva e dissimulada, não facilitam a atribuição de culpa provada. Por outro lado, são crimes cuja queixa pode ser retirada pela vítima, que, pela morosidade do processo, quer pelo facto de o bem subtraído ou danificado poder não ter grande valor ou permitir uma compensação, interrompendo a continuidade dos processos.

Nesta linha, devemos igualmente tomar consciência do facto de nos crimes *contra a vida em sociedade* não ser necessário existir dano para ser averiguada culpa, já que são infracções em que a probabilidade de perigo para a vida social é suficiente para a instauração de processo, em que, muitas vezes, não existe queixoso definido e em que não é possível retirar queixa, por ser do domínio público. Sendo o ofendido o corpo social, o perdão não é admitido, tornando-se a condenação bastante provável pelo facto de servir não para compensar um queixoso particular, mas para impedir que volte a ser posta em perigo a segurança da sociedade.

Pode identificar-se assim uma tendência para que o sistema judicial puna de forma mais regular determinados crimes os quais, muitas vezes, não correspondem aos que são na realidade mais recorrentes na população jovem ou mesmo na população em geral. O facto de existirem infracções mais fáceis, em termos processuais, de julgar e punir, ao contrário de outras que mesmo que mais recorrentes e transversais, impõe frequentemente obstáculos paralisantes ao exercício da justiça, influencia as dinâmicas aqui analisadas de forma imponderável e justifica muitas delas.

Mais uma vez, estão em consonância as dinâmicas entre arguidos e condenados jovens, em que a par de uma descida da proporção de crimes contra o património se dá também uma subida, neste caso ainda mais acentuada (que no primeiro caso), dos *crimes contra a vida em sociedade* enquanto motivo da condenação, que ultrapassam os 60% em 2004, sobre o total do escalão 16-29 (tendência facilmente perceptível tendo em conta as razões acima mencionadas) (Gráfico nº 13).

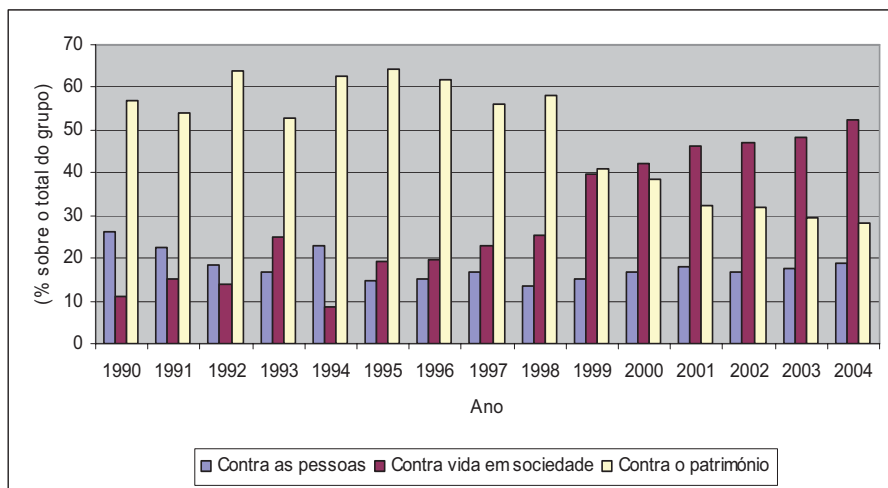


Gráfico nº 13 – Arguidos jovens (16-29) por tipo de crime (em sentido lato): 1990-2004 (%)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

Apesar de que eventualmente se pudesse esperar um “esbatimento” das discrepâncias proporcionais entre os crimes ao nível das condenações, não se verifica, pelo contrário, uma aproximação do peso relativo dos diversos tipos de crimes (Gráfico nº 14). O facto de, mesmo nos crimes com maior expressão ao nível das denúncias, existir uma diminuição progressiva do volume de processos com continuidade (com o passar das fases do “percurso” judicial), não se traduz aqui num “reequilibrar” das proporções estatísticas, mesmo sendo potencialmente transversal a todos tipos de infracção.

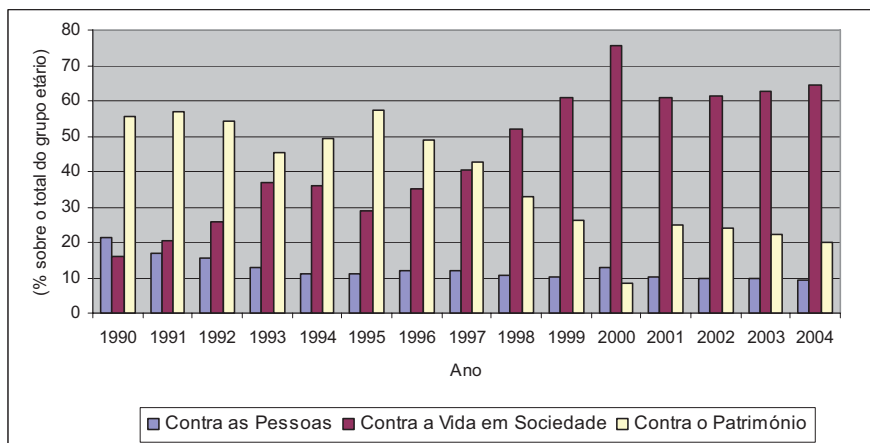


Gráfico nº 14 – Condenados jovens (16-29) por tipo de crime (em sentido lato): 1990-2004 (%)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

Não podemos deixar de sublinhar, nesta fase da análise, o elevar *dos crimes contra a vida em sociedade*, sem grande visibilidade relativa no contexto dos crimes registados, que passa a categoria proporcionalmente mais expressiva nos últimos anos, após uma ascensão que suplantou os *crimes contra o património* (muito relevantes estatisticamente entre os suspeitos identificados jovens), como referido.

De assinalar é também a correspondência que existe neste contexto entre as evoluções que em termos percentuais e absolutos, se foram tecendo nos últimos anos e entre o que acontece a este nível, para jovens e para o total de todas as idades.

Os *crimes contra as pessoas* mantêm, em ambos as situações judiciais, uma minoria proporcional, suportada pelas ofensas corporais (cerca de 50% sobre o total do grupo 16-29), e pelos crimes contra a honra (por volta dos 20% nos últimos anos e também sobre o total de jovens), que constituem as infracções que nesta categoria obtêm mais expressividade, já que nenhuma das outras, tanto para arguidos como para condenados, assume longitudinalmente grande frequência, absoluta e proporcionalmente.

Pegando no último ano analisado (2004), no sentido de incidir na abordagem a uma escala de maior pormenorização e facilitar as comparações, passaremos também à discriminação dos crimes (em sentido restrito) com maior expressão, segundo géneros, escalões etários e situação judicial.

Como ponto de partida, pode dizer-se que nos jovens arguidos do sexo masculino de todos os escalões etários entre os 16 e os 29 anos, em consonância com o total geral de homens, os *crimes contra a vida em sociedade* foram em 2004 proporcionalmente maioritários, estando por volta dos 50% (Gráfico nº 15). Enquanto nas mulheres, sendo no total geral de da população arguida mais frequente em termos relativos que a constituição de arguidas fosse motivada pelos *crimes contra as pessoas*, assiste-se a que os grupos em idades compreendidas entre os 16 e os 29 não assumam uma "sintonia" a este nível. Isto acontece já que, nas jovens até aos 19 anos, é proporcionalmente mais frequente que sejam estabelecidas arguidas por *crimes contra a vida em sociedade* e nas restantes por *crimes contra o património*.

No entanto, é bom salvaguardar aqui a contingência destes resultados percentuais, que assumimos para facilitar a abordagem. Ora, se o número total de arguidas é de 11.057 e as jovens apenas 3.977, quando as dividimos por escalões etários e por tipo de crimes, as percentagens podem extrapolar valores que em absoluto têm uma expressão muito diminuta (como é habitual neste contexto em que falamos de mulheres associadas a práticas criminais), devendo ser sempre salvaguardado o seu carácter relativo.

No caso dos condenados em processos de julgamento findos em 2004, verifica-se que os *crimes contra a vida* em sociedade foram proporcionalmente maioritários tanto para homens como mulheres, em todos os grupos etários, esbatendo-se assim as diferenças existentes para arguidos (Gráfico nº 16).

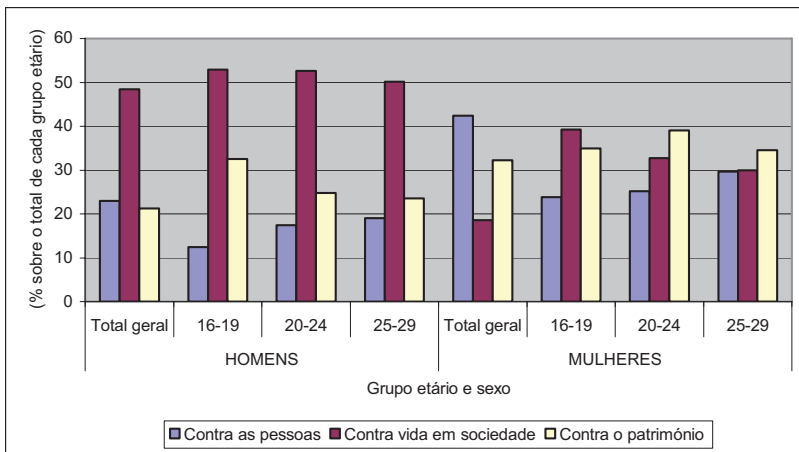


Gráfico nº 15 – Arguidos por tipo de crime, segundo o grupo etário e sexo: 2004 (%)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

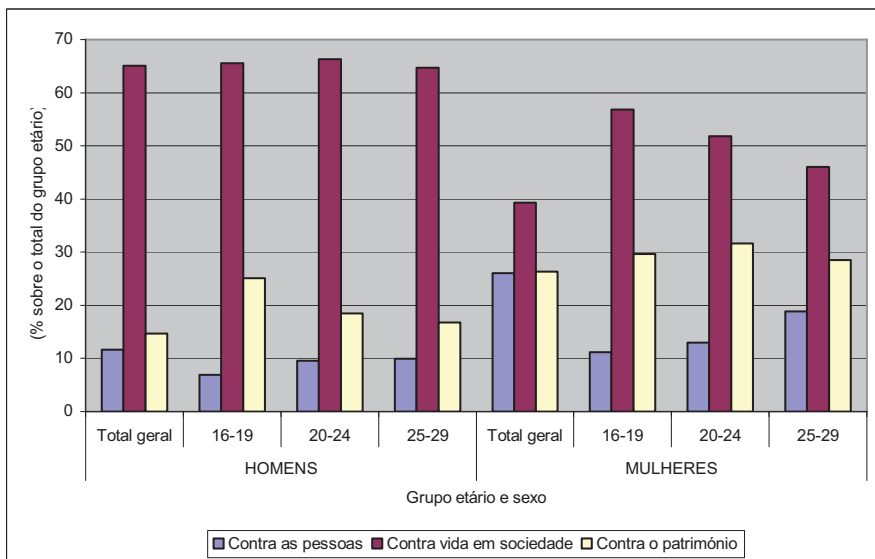


Gráfico nº 16 – Condenados por tipo de crime, segundo o grupo etário e sexo: 2004 (%)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

Descendo ao nível das categorias de crimes em sentido restrito, e mais especificamente dentro dos *crimes contra a vida em sociedade* – 50% dos arguidos

jovens e 60% dos condenados no ano de 2004 - verificamos o peso assinalável que os crimes de viação obtêm para os jovens entre os 16 e os 29 anos. Conduzir sob o efeito do álcool ou sem habilitação legal são os crimes mais significativos no seio das condenações e constituições de arguidos. Estando o primeiro crime em maior peso nos totais de mulheres e homens arguidos, jovens masculinos entre os 25 e os 29 anos, condenados e arguidos, e no total de condenados homens, o segundo é proporcionalmente maioritário nos restantes grupos (Gráficos nº 17 e nº 18).

Devemos sublinhar a importância dos crimes de viação na sustentação do “peso” que os *crimes contra a vida em sociedade* têm ao nível da constituição de arguidos e condenações, e remetendo para a reflexão atrás desenvolvida, que dá conta das especificidades, facilitadoras da atribuição de culpa e sua punição, deste tipo de infracção, não é difícil tomar os crimes rodoviários como seus exemplos paradigmáticos. Ora se pensarmos que é estatisticamente muito frequente julgar e condenar quem conduz sem habilitação ou sob o estado de embriaguez, verificamos que a tónica da condenação judicial está na punição da probabilidade de perigo, perigo esse não necessariamente concretizado em dano ou em vítimas específicas. Por outro lado, verifica-se também a facilidade de averiguação de culpa nestes casos, em que não existe possibilidade de ocultar culpa ou prova, ao contrário do que acontece noutro tipo de infracção.

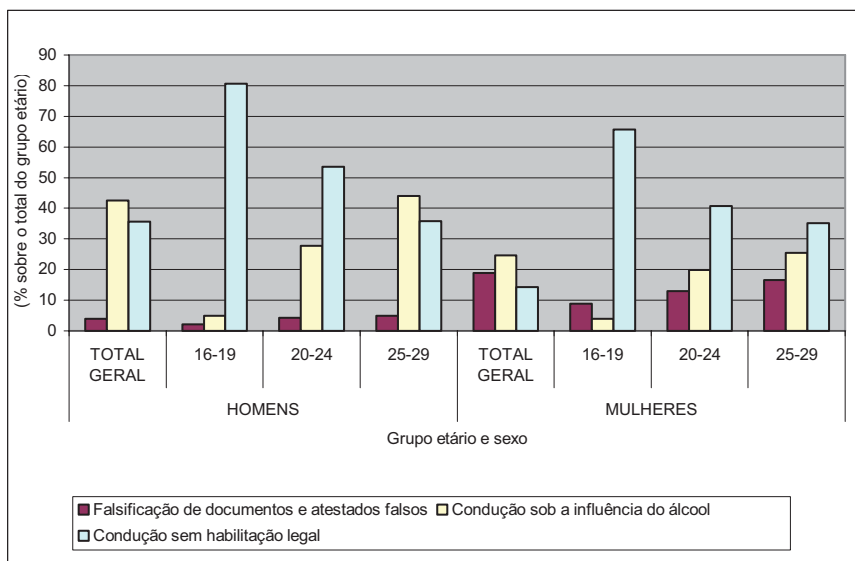


Gráfico nº 17 – Arguidos por crimes contra a vida em sociedade, segundo o grupo etário e sexo: 2004 (%)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

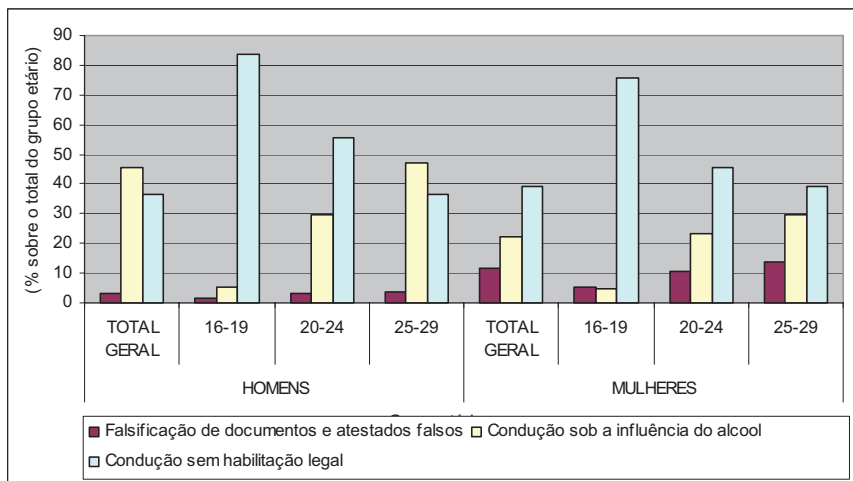


Gráfico nº 18 – Condenados por crimes contra a vida em sociedade, segundo o grupo etário e sexo: 2004 (%)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

Nos crimes contra o património, podemos destacar a frequência dos furtos e da emissão de cheques sem cobertura (esta infracção menos comum nos jovens entre os 16 e os 19 anos, mas muito importante nas mulheres, já que nos totais gerais – arguidas e condenadas - e entre o total dos 16-29 alcança cerca de 50% em 2004). Nos homens, jovens e de todas as idades, arguidos e condenados, os furtos contrabalançam o peso da emissão de cheques sem cobertura, na medida em que correspondem a cerca de 35/40% das infracções por detrás do julgamento.

Nos crimes contra as pessoas, destacam-se as ofensas corporais, enquanto crime que transversalmente assume maior peso relativo, em arguidos e condenados.

Em relação ao volume absoluto de reclusos jovens, deve ser dito que não se deram oscilações dignas de nota, estando a sua evolução estacionária por volta dos 2.000 presidiários entre os 16 e os 24 anos, em cada ano da última década.

Também numa análise do peso percentual dos jovens no total de reclusos não foram encontradas dinâmicas dignas de relevo, sendo claro que estes representam cerca de 15% do total, nos últimos anos (Gráfico nº 19). Esta evolução estacionária do número de reclusos não deixa de ser interessante já que, como vimos, na última década acentuaram-se as condenações de jovens.

Este facto está certamente relacionado com uma aparente tendência do direito contemporâneo para, nas sentenças com réus jovens ou sem antecedentes criminais, existir uma preocupação de contornar o cumprimento efectivo de pena de prisão. Isto acontece devido à concepção de que os estabelecimentos prisionais devem ser um último recurso, por constituírem contextos que não facilitam, e até dificultam muitas

vezes a reabilitação dos infractores, que ganham hábitos e aprendizagens criminógenos e estigmas dificilmente reversíveis. Assim, os tribunais recorrem a penas alternativas, como é o caso do serviço comunitário, multas, penas de prisão suspensas e até a medidas tutelares educativas no caso dos menores de 21 anos.

Devemos sublinhar a grande diferença de volume relativo existente entre o grupo de reclusos entre os 16 e os 18 anos e os que têm idades compreendidas entre os 19 e os 24. Esta dinâmica pode ser explicada pela tendência atrás referida, a de evitar e substituir a reclusão, principalmente nas camadas mais jovens de infractores, bem como com o facto de que com o acentuar das idades tende a crescer o volume de identificações, processos e condenações (como revelaram as dinâmicas anteriormente desenvolvidas).

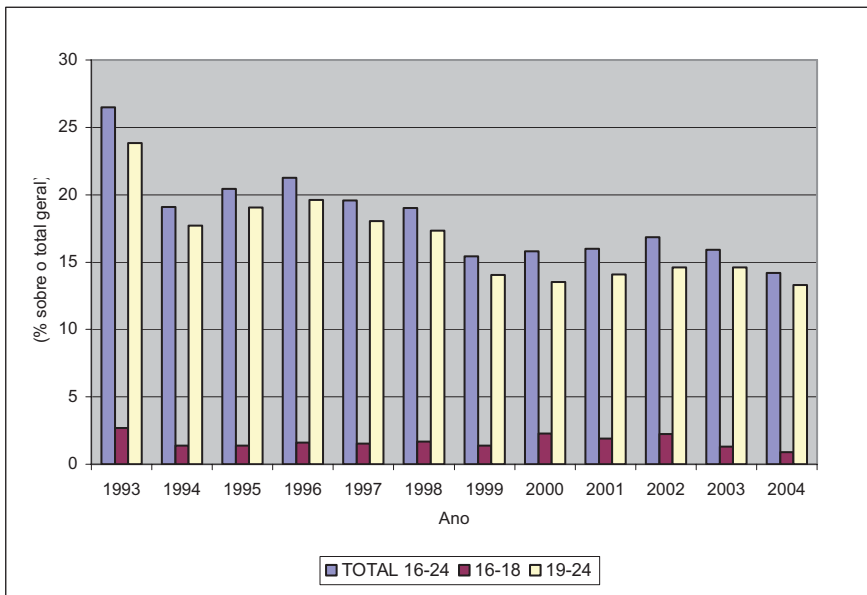


Gráfico nº 19 – Reclusos existentes por ano, segundo o grupo etário: 1993-2004 (%)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

3. Presumíveis infractores jovens por crimes relacionados com estupefacientes.

A análise das dinâmicas estatísticas que ajudam a perceber a evolução do presumível envolvimento criminal dos jovens com infracções associadas a estupefacientes são de grande interesse, pelo facto de estes crimes estarem, como vimos, muito associados à população jovem. No entanto, apenas a poderemos concretizar de forma superficial na medida em que não nos foi possível aceder a um grande volume de dados. Mesmo assim, podemos passar à descrição da evolução genérica da proporção de jovens *presumíveis infractores em crimes associados à droga*, sobre o total geral, bem como a sua evolução absoluta. Isto porque dos dados que conseguimos adquirir do Instituto Português da Droga, este aspecto aparece como o único que se pode considerar pormenorizado e completo, apesar de, mesmo assim, estar sujeito a variações quase anuais, em termos de séries, dos escalões etários.

Podemos facilmente perceber que de 1994 a 2000 se assistiu a uma acentuada subida do número de jovens presumivelmente envolvidos em crimes relacionados com estupefacientes, muito embora nos últimos anos se tenha vindo a estabilizar por volta das 3.000 unidades (Gráfico nº 20). Em termos proporcionais pode dizer-se que, tirando a acentuada descida relativa em 2001, que pode ser explicada pela mudança jurídica de despenalização do consumo, os jovens representaram na última década cerca de 60% dos presumíveis infractores de todas as idades associados a crimes com estupefacientes (Gráfico nº 21). Este valor percentual é bastante expressivo, sendo que dentro dos jovens que o compõe existe uma tendência para que, entre os 16 e os 29 anos, seja maior o número de infractores conforme o avançar dos escalões etários, como acontecia, de resto, com as anteriores dimensões desta análise.

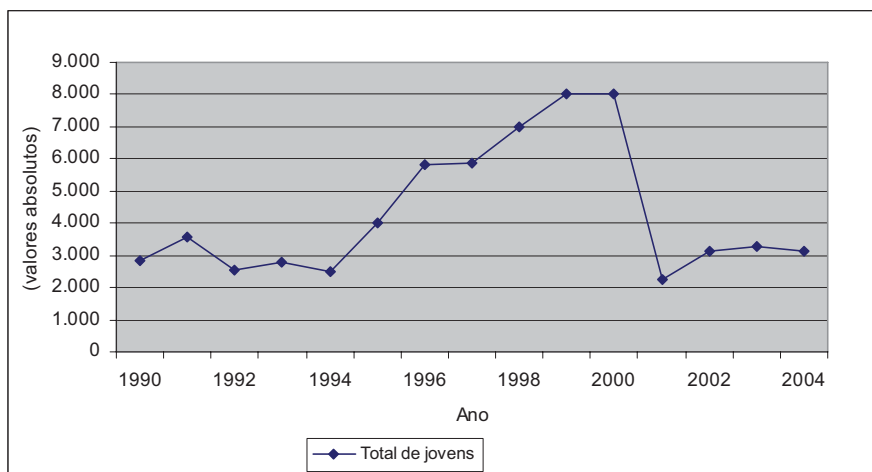


Gráfico nº 20 – Total de presumíveis infractores jovens em processos relacionados com droga: 1990-2004

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

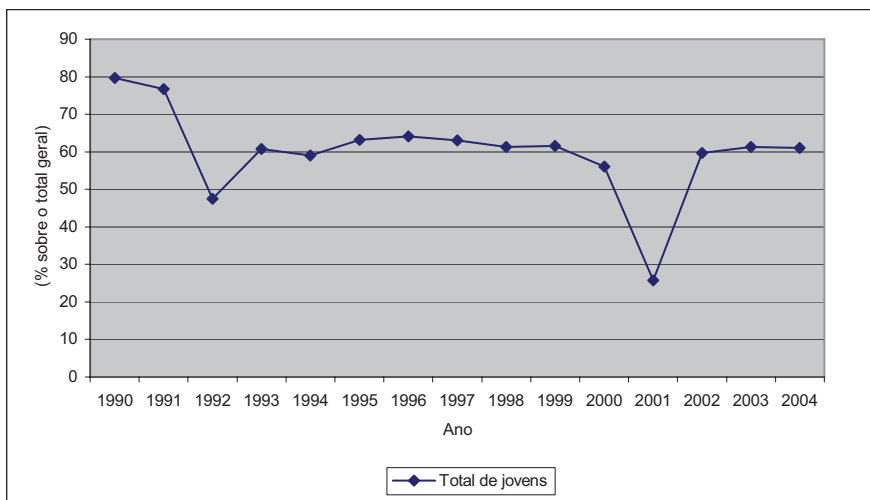


Gráfico nº 21 – Total de presumíveis infractores jovens em processos relacionados com droga: 1990-2004

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

Da análise das distribuições de presumíveis infractores por *situação face à droga*¹⁰², percebemos que até 2002 o *consumo* era a circunstância que de forma mais frequente levava à instauração de processos criminais com jovens (59,3% do total de jovens entre os 16 e os 29 em 2000, por exemplo). No entanto, com a lei de descriminalização do consumo, em vigor desde Julho de 2001, deixa logicamente de ser possível a continuidade desta tendência, passando o tráfico por indivíduos também consumidores a constituir a maioria percentual de situações que motivam a condição de presumível infractor jovem por crimes desta natureza. Ainda assim, deve dizer-se que os *traficantes* continuam, de resto, a constituir cerca de 35% dos jovens nestas condições em 2003 e 2004, não sendo igualmente ténue a sua importância relativa.

Podemos apontar o facto de ser proporcionalmente mais frequente a situação de *traficante/consumidor* na população jovem (cerca de 10% maior, desde a mudança da lei, por comparação ao que acontece no total geral). Por outro lado, revela-se também, por correspondência, que em termos relativos os *traficantes*, digamos, exclusivos, têm maior expressão percentual no conjunto de presumíveis infractores de todas as idades.

Finalmente sublinhe-se que também neste domínio não se revelam grandes distâncias entre os valores relativos aos jovens por relação ao total das contabilizações. Por outro lado, se pensarmos que os jovens constituem mais de

¹⁰² Situação face à droga constitui-se um termo genérico para incluir os diferentes tipos de relação dos presumíveis infractores para com os estupefacientes, ou seja se são traficantes, consumidores ou ambos.

metade dos presumíveis infractores associados a crimes com estupefacientes, não pode dizer-se que esta tendência constitua um acompanhamento do que acontece no total dos indivíduos, mas mais que os indivíduos entre os 15 e os 29 influenciam muito a morfologia estatística do total geral.

4. Evolução da população menor em risco

Por “menor” entende-se qualquer indivíduo com menos de 18 anos, estando estabelecido, no entanto, pelo direito português, que a partir dos 16 os jovens são considerados imputáveis pelas suas acções, podendo ser judicialmente julgados e punidos. No entanto, para facilitar o discurso e o entendimento das questões relativas aos jovens com menos de 16 anos sob a alçada dos tribunais, tomaremos o termo “menor” como sinónimo de “inimputável”, ou seja, como condição na qual não é permitida legalmente a aplicação de qualquer tipo de sanção penal.

Assim sendo e, atentando nos dados relativos aos menores envolvidos em processos judiciais¹⁰³, reconhece-se, entre 1990 até 2004, um quadro em que é difícil definir transversalmente linhas evolutivas conclusivas (Gráfico nº 22), para além de uma certa regularidade estatística, por volta dos 3000 crianças/jovens sob tutela. Muito embora se assista, paralelamente, a um acentuado e surpreendente pico de crescimento entre 1998 e 2001, que apesar de circunscrito não deixa de ser digno de nota, em termos genéricos pode dizer-se que o número anual de menores envolvidos em processos judiciais tende transversalmente para uma certa constância.

Em relação às situações que levaram à intervenção do tribunal, ou seja, os motivos pelos quais se considerou necessária a instauração de processo, importa explicar que, genericamente, podem ser divididos em três categorias latas, designadamente, 1) a prática de actos considerados criminógenos, 2) hábitos e comportamentos desviantes, mas não necessariamente qualificados de infracção penal, e finalmente 3) situações de perigo para a integridade física e moral dos jovens em causa. Perante estas situações o tribunal é chamado a intervir para através dos trâmites processuais previstos, encontrar soluções para os problemas, formas de reabilitação para impedir recaídas na delinquência, e medidas de protecção em

¹⁰³ Deve ser aqui clarificado que quando falamos de jovens envolvidos em processos judiciais, não está necessariamente implicado que estes sejam suspeitos de actos qualificados de infracção penal, podendo ser o seu envolvimento com o sistema judicial motivado pela sua condição de vítima em situação de risco, ou devido a comportamentos desviantes não criminógenos.

relação a contextos *perigosos ou impróprios ao um desenvolvimento moral e físico adequado de vítimas menores*.

Desta feita, analisando os dados relativos à distribuição estatística das situações que motivaram a intervenção do tribunal, pode dizer-se que se de 1997 a 2000 se verifica uma maioria dos casos de *infração penal*, ou seja de processos instaurados pela prática de actos criminosos, enquanto de 2001 até 2004 são os *maus tratos* e o *abandono* dos menores os motivos mais comuns para a instauração de processos. No entanto, esta variação, bem como a diminuição do número de casos motivados por *condutas desviantes*, patente também a partir de 2001, pode ser de certa forma influenciada pelas alterações na categorização e contabilização dos menores sob tutela, que acompanha a lei de 2001 e que importam aqui referir.

Esta mudança jurídica, que diz respeito às lógicas judiciais que regem os processos relativos a menores sob a alçada dos tribunais, acarretou consigo uma transformação nas categorias e formas de organização através das quais são compilados e tratados os dados estatísticos disponíveis. Assim sendo, os valores tratados passam a remeter para menores em processos de *promoção e protecção* ou *tutelares educativos*, regulados de forma autónoma com vigor na Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, numa ruptura com as séries anteriores que respeitavam outras lógicas de categorização.

Posto isto, se até 2001 eram registados os menores pelas situações que de forma específica os remetiam para um quadro de *delinquência* ou *risco*, ou seja para o motivo de instauração do processo, desde então estes são contabilizados segundo a organização das medidas aplicadas, sendo agora a identificação da proporção real que os diversos motivos de abertura de processo têm no total de menores sob tutela, feita em moldes diferentes. Por outras palavras, deixa de se colocar a tónica da contabilização dos processos pelas suas causas e passa-se a categoriza-los através das medidas cuja aplicação acarretaram, estando facilitada a contagem das “soluções” e menos a dos “problemas”.

Acontece que a correspondência entre estes, pode, muitas vezes, obedecer a critérios nem sempre lineares e que certamente diferem das lógicas anteriores a 2001, o que dificulta a sucessão de séries estatísticas anuais de interpretação fluida, antes e depois da transformação referida, no que diz respeito às situações que provocaram a intervenção do tribunal (que ficam assim por detrás da contagem das medidas aplicadas). Mesmo assim podemos ter acesso a dados relativos a totais bastante

genéricos das categorias principais¹⁰⁴, das situações que instigaram à abertura de processos; e tecer uma correspondência entre medidas de *promoção e protecção* com os casos de risco e desvio e entre as medidas *tutelares educativas* com as situações de actos qualificados de infracção penal para, desta feita alcançar algum poder analítico nesta matéria.

Não podendo descurar a influência das transformações metodológicas, na morfologia estatística destas dinâmicas, teremos sempre em consideração na análise dos dados, que o ano de 2001 é passível de revelar rupturas ilusórias ou exageradas. Posto isto, e porque já anteriormente revelavam grande importância absoluta, é importante destacar a manutenção da expressividade da frequência das situações de *abandono* e *maus tratos*, enquanto categoria fortemente relevante e assídua na instauração de processos tutelares de menores, mesmo depois de 2001. Nesta lógica e ao contrário do que está patente nos dados (Gráfico nº 23), se houvesse sido continuada a lógica que se desenhava antes da mudança metodológica referida, talvez não se concretizasse o acentuar das distâncias entre as três categorias (de situações que motivam os processos de tutela), e continuasse relativamente equilibrada a sua frequência, fazendo sentido destacar outras características.

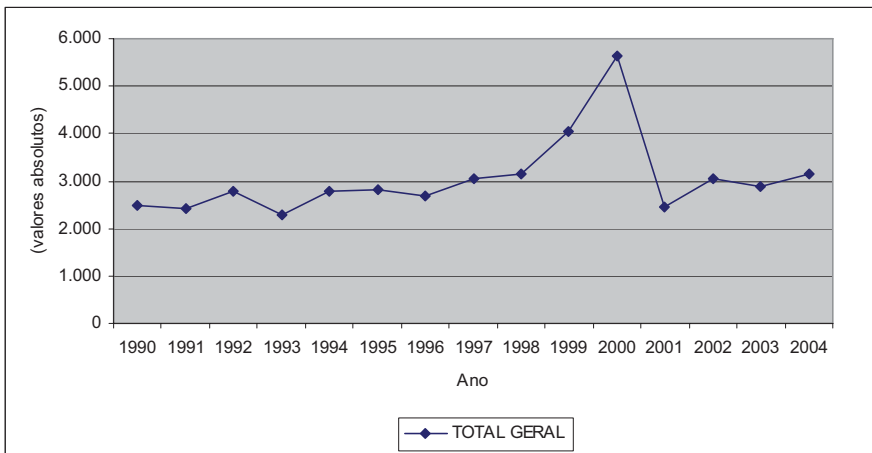


Gráfico nº 22 – Menores em juízo por ano: 1990-2004

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

¹⁰⁴ Consideram-se genéricos por não estarem divididos em escalões etários, sexos e sub-categorias em sentido restrito.

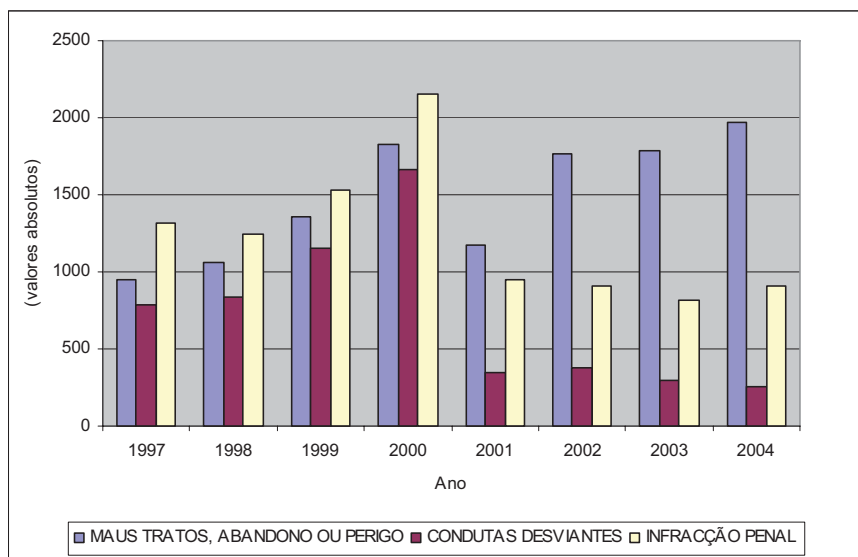


Gráfico nº 23 – Menores em juízo por ano, por situação que provocou a intervenção do tribunal: 1997-2004

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

Perigo para a saúde, segurança, educação ou moralidade, bem como *abandono* ou *perigo*, foram até 2000 as situações mais comuns, ano em que atingiram cerca de 47% e 32% respectivamente, no total de menores em juízo. A estes casos seguem-se os *maus tratos* (com cerca de 17% em 2000), dentro do conjunto de casos de risco à *integridade física e moral* dos menores que levaram à instauração de processos judiciais de tutela. No caso dos *comportamentos desviantes*, há que destacar a *mendicância, vadiagem e prostituição*, bem como a *inadaptação à vida social e familiar*, ambas as situações com cerca de 35% em 2000 para o total de menores. No entanto, deve ser dito que o facto de as categorias, mesmo as mais restritas, não serem, neste domínio, muito precisas e englobarem situações muito variadas, faz com que a análise incisiva e fina que poderia revelar a eventual predominância e regularidade de uma situação específica não seja possível. Para além desta constatação, as séries em que é dado o acesso às situações em sentido restrito que provocaram a intervenção do tribunal, acabam em 2000 por não ser possível continua-las perante a mudança metodológica atrás explicada, justificando estas duas razões a sua fragilidade relativa, quando comparada com as anteriores dimensões.

Há uma tendência para que os menores do sexo masculino sejam maioritários neste tipo de processos (motivados por situações de risco ou desvio), mas, tal como no caso das vítimas, não existe aqui a discrepância entre os sexos, verificada noutras

dimensões desta análise, em que as mulheres constituíam valores muito minoritários. Talvez por estarem misturados os casos de vitimização e desvio, não se faça notar tanto nesta dimensão a discrepância entre os géneros, servindo a proporção de vítimas, em que as mulheres têm mais peso estatístico como veremos, para contrabalançar a maioria destacada que a criminalidade, muito masculinizada, assume em todos os momentos do percurso judicial.

Ao contrário o que acontece noutras dimensões e apesar de forma oscilatória, não é aqui patente a tendência para que com o avançar das idades aumente o número de casos contabilizados. Isto acontece porque, para além de nas diversas categorias de situações motivadoras dos processos, não ser constante este tipo de lógica, mesmo que aconteça por vezes, existem categorias, como o *abandono*, por exemplo, em que os menores até aos 12 anos predominam enquanto vítimas (em 2000 dos 597 menores abandonados, 431 eram menores de 12 anos). De qualquer forma, nos dados até 2000, os grupos etários são desequilibrados (até 12 anos; 13-14 e 15-16), no sentido em que o primeiro escalão constitui um intervalo muito mais alargado, evitando que se consiga ter uma percepção clara deste tipo de tendências.

Uma tendência claramente suportada pelas frequências estatísticas é a predominância dos *furtos* (36% do total de menores em 2004) *roubo ou violência* (cerca de 27%) e *ofensas corporais* (cerca de 11%), sequencialmente, no contexto dos menores sob tutela por infracções penais, em consonância com o que acontece para jovens imputáveis suspeitos identificados. Esta sintonia no que toca a assiduidade destes crimes nos menores e nos jovens acima dos 16, em que estas infracções pareciam também proporcionalmente recorrentes, a par da esmagadora maioria de rapazes infractores por comparação com o número de raparigas, fazem com que no plano da criminalidade, delinquentes e imputáveis assumam o mesmo tipo de tendências. Comprova-se assim e como veremos adiante, que se quando falamos de vítimas (menores ou maiores de 16 anos) a diferenças entre os sexos não é tão evidente, no plano da infracção é muitíssimo mais comum o envolvimento masculino.

Finalmente deve ser descrita a evolução das medidas tutelares aplicadas nos últimos anos, reforçando novamente a mudança legislativa de 2001, enquanto factor de transformação neste contexto. De 1990 a 2000, como, aliás, já se verificava no passado, a *admoestação e entrega a pais, tutor ou outras pessoas*, consistia a medida mais comum em termos de aplicação decretada pelo tribunal, sendo a distância absoluta e relativa desta para as outras aplicações, muitíssimo expressiva, já que somando as percentagens das categorias em causa chega-se a um total de cerca de 68%. Com a mudança legislativa de 2001, mesmo estando separadas as categorias *admoestação e apoio junto dos pais*, quando somadas constituem cerca de 30% das

medidas aplicadas em todos os anos até 2004. O *acolhimento temporário* em instituições próprias chega a rondar os 20%, enquanto que todas as outras medidas não alcançam grande expressividade relativa, o que não demonstra grande ruptura com o que acontecia antes de 2001, se tivermos em conta igualmente o elevar do número de categorias e o conseqüente esbatimento das distribuições.

5. Evolução da vitimização entre a população jovem.

Parece não haver grandes transformações quanto ao volume absoluto e relativo (sobre o total geral) de vítimas jovens na última década (1990-2004), que se apresenta consideravelmente estacionário em termos proporcionais, por volta dos 15% no conjunto das vítimas de todas as idades (Gráfico nº 24). Como acontece no caso dos identificados, arguidos, condenados e reclusos, neste contexto reconhece-se também que com o avançar de escalões etários, existe a tendência para o crescimento do número de contabilizados. Posto isto, e enquanto elementos de particular interesse aqui a realçar, apresentam-se algumas questões relacionadas com o tipo de crime que de forma mais frequente (em termos relativos) provoca a situação de vitimização.

Os *crimes contra as pessoas* são predominantes em todos os escalões etários e em ambos os sexos, numa tendência reforçada por um elevado crescimento na última década. Constituindo nas mulheres quase 80% (sobre o total de jovens) e nos homens quase 70%, em 2004, assumem-se como o grupo de infracções que mais contribui para a vitimização de jovens em Portugal (Gráfico nº 25). Este crescimento é visível também em termos absolutos e contrasta com o decréscimo da importância dos *crimes contra o património*, que têm vindo a perder relevância progressivamente. De qualquer forma, em 2004 constituem ainda 30% (no caso dos homens entre os 16 e os 29 anos) e 20% (no das mulheres jovens) dos crimes que vitimaram jovens em Portugal, num contexto em que os *crimes contra a vida em sociedade* assumem uma posição completamente residual.

Não é estranho o facto de os *crimes contra as pessoas* serem predominantes quando analisamos os dados pelo lado das vítimas, mesmo que não o sejam na criminalidade registada, nos arguidos e condenados, isto porque correspondem a infracções que correspondem, até como a denominação indica, a um atentado contra alguém em concreto, o que pode não acontecer nos outros conjuntos de crimes. Por outras palavras, são crimes que exigem uma vítima reconhecida e, como tal, acrescem de importância nesta dimensão.

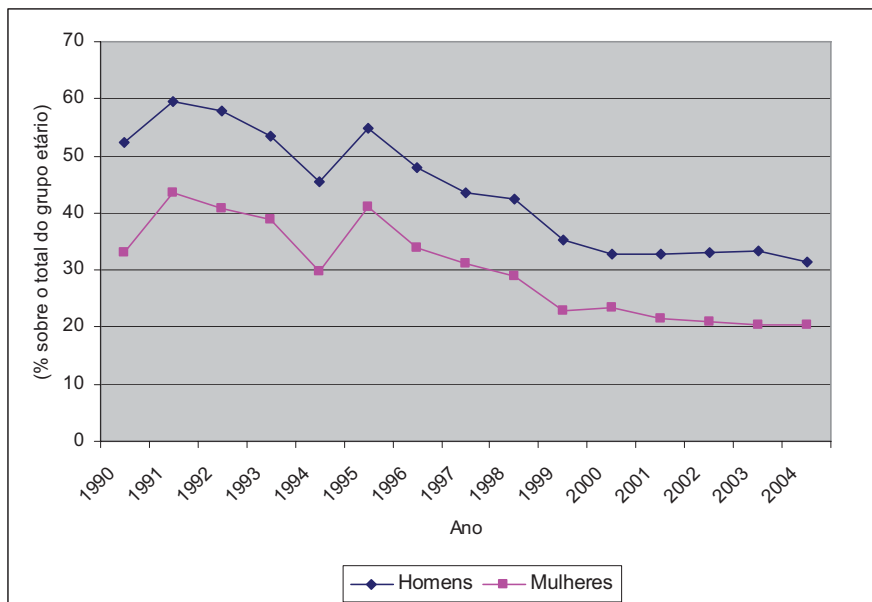


Gráfico nº 24 – Vítimas (16-29 anos) de crimes contra o património, segundo sexo: 1990-2004 (%)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

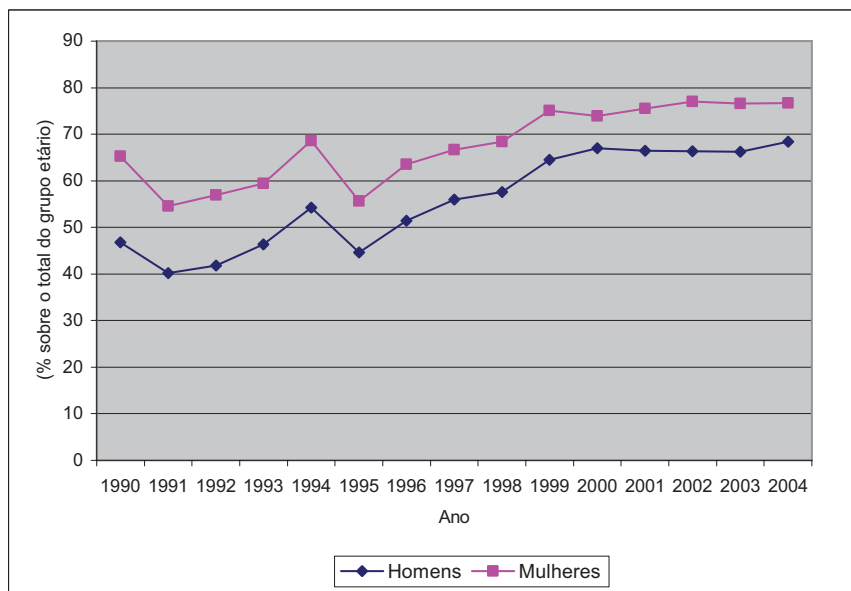


Gráfico nº 25 – Vítimas (16-29 anos) de crimes contra as pessoas, segundo sexo: 1990-2004 (%)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

Num domínio mais restrito, as *ofensas corporais* constituem cerca de metade das situações que vitimam tanto homens como mulheres jovens, dentro da categoria

proporcionalmente mais importante, seguido dos *atentados à honra* (cerca de 20%) e da *ameaça e coação* (10% aproximadamente), no último ano tratado. Nos *crimes contra o património*, onde tampouco se podem encontrar grandes diferenças entre grupos etários ou de género, as infracções específicas mais frequentes em termos relativos no ano de 2004, são os *furtos simples e qualificados* (cerca de 40% quando agregados), os *roubos* e o *dano* (que juntos compõe igualmente cerca de 40%) e finalmente a *emissão de cheques sem cobertura* (aproximadamente 10%).

Posto isto, há que referir que, para além de não poder ser assinalado nenhum crime que de forma específica esteja associado às vítimas jovens, neste contexto, a particularidade que diferencia estas dinâmicas por relação às dimensões anteriores, e que nos parece de interesse reforçado, é a aproximação que entre os sexos se constitui em termos proporcionais (Gráfico nº 26). Por outras palavras, se no caso dos identificados, arguidos e condenados se revelava uma discrepância muitíssimo expressiva entre o número de mulheres e homens envolvidos no sistema judicial, quando falamos de vítimas os valores aproximam-se.

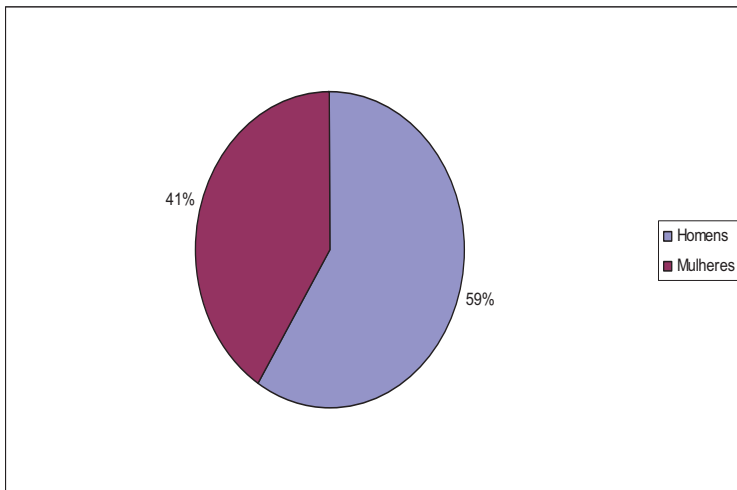


Gráfico nº 26 – Vítimas (16-29 anos) segundo sexo: 2004 (% sobre o total do grupo etário)

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Ministério da Justiça, dados disponibilizados

Síntese Conclusiva

Posto isto, vemos que no domínio da criminalidade, risco e vitimização juvenil, apenas raramente se desenham tendências exclusivamente juvenis e que as regularidades encontradas são tendencialmente transversais ao total da população analisada. As diferenças são ténues, salvo algumas raras excepções, o que torna erróneo afirmar que se desenha claramente uma criminalidade juvenil em termos genéricos, em Portugal na última década.

Mesmo assim, sublinha-se a importância que o crescimento dos registos de *crimes contra a propriedade* com suspeitos jovens teve na última década, que constitui sem dúvida o factor mais expressivo a assinalar. O peso relativo que os jovens arguidos por crimes ligados à viação rodoviária assumem é também digno de nota, bem como o facto deste tipo de infracção sustentar, no domínio das condenações, uma ainda mais significativa proporção de jovens. A influência que a população jovem suspeita de crimes ligados a estupefacientes, tem no desenhar das dinâmicas da criminalidade registada relacionada com droga, pode ser igualmente indicada como característica a reter na síntese desta análise.

Reforça-se a importância do facto de que quando falamos de circunstâncias criminais a população masculina constituir uma maioria esmagadora e que as distâncias entre géneros se esbatem na vitimização de menores e maiores de 16 anos, em que o peso relativo das mulheres aparece como muito aproximado ao dos homens.

Por outro lado, verifica-se que com o aumentar da idade, dentro da população jovem, tende a crescer também o número de indivíduos associados à criminalidade, acontecendo o mesmo quando falamos de vítimas.

Por fim, interessa sublinhar uma particularidade interessante que se prende com o facto de não haver consonância no tipo de crimes mais recorrentes nas diferentes situações jurídicas analisadas. No caso dos suspeitos identificados são os *crimes contra o património* os mais recorrentes, nos arguidos e condenados jovens, os *crimes contra a vida em sociedade* e, finalmente, com as vítimas, os *crimes contra as pessoas*. Como explicamos, sucede esta dinâmica das particularidades de cada conjunto de crimes, pois se uns são de denúncia mais recorrente, podem ser menos fáceis de provar e passíveis de deixar cair a queixa, outros não necessitam de dano concretizado, facilitam a averiguação de culpa e assumem condição de crime contra o corpo social, o que garante continuidade do processo e finalmente os outros implicam uma vítima concreta. É, a partir daqui, interessante pensar no alcance da influência

que as estruturas e condicionalismos jurídicos têm na configuração destas dinâmicas estatísticas, num plano macro, e por consequência na vida dos jovens que entram no sistema judicial, numa esfera mais concreta e personalizada.

No entanto, se acontece esta divergência nas categorias de crimes em sentido lato, quando incidimos na análise das infracções que dentro destes conjuntos têm maior frequência, existem, de facto, sintonias e regularidades. Isto acontece na medida em que proporcionalmente, dentro das categorias mais genéricas, apenas um número muito restrito de crimes específicos assume alguma expressão, sendo estes transversalmente comuns, a este nível de análise, para suspeitos identificados, arguidos, condenados e vítimas. Desataca-se os *roubos na via pública*, *danos* e a *emissão de cheques sem cobertura*, no caso dos *crimes contra a propriedade* mais comuns nos suspeitos identificados jovens; os crimes rodoviários e ligados a estupefacientes no caso dos *crimes contra a vida em sociedade*, em que os de viação assumem grande importância principalmente entre arguidos e condenados da população jovem; e as *ofensas corporais* que dos *crimes contra as pessoas* é a infracção mais recorrente e consequentemente mais relevante entre as vítimas (da população jovem e não só).

Importa reforçar novamente que apenas nos casos específicos destacados, se encontram dinâmicas particulares para a população jovem, já que transversalmente esta acompanha as tendências de toda a população e apenas representa, no seu seio, uma proporção relativa, que deve ser analisada cuidadosamente em cada dimensão, não sustentando no geral a aparente preocupação mediática que rodeia as questões da criminalidade e delinquência juvenil nos nossos dias.